

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

IGREJA, EDUCAÇÃO POLÍTICA E A LUTA DOS
TRABALHADORES ASSALARIADOS DA CANA DO RIO
GRANDE DO NORTE

MARIA ZÉLIA ARAÚJO

CAMPINA GRANDE, NOVEMBRO / 2001.

MARIA ZÉLIA ARAÚJO

**IGREJA, EDUCAÇÃO POLÍTICA E A LUTA DOS
TRABALHADORES ASSALARIADOS DA CANA DO RIO
GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE.

Prof. Dr. SEVERINO JOSÉ DE LIMA
ORIENTADOR

(Área de concentração: Sociologia Rural)

CAMPINA GRANDE, Novembro / 2001.



A663i Araújo, Maria Zélia.
Igreja, educação política e a luta dos trabalhadores assalariados da cana do Rio Grande do Norte / Maria Zélia Araújo. - Campina Grande, 2002.
249 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2002.
"Orientação: Prof. Dr. Severino José de Lima".
Referências.

1. Trabalhadores Assalariados da Cana - Rio Grande do Norte. 2. Igreja, Educação e Política. 3. Dissertação - Sociologia. I. Lima, Severino José de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.344.23(813.2)(043)

Maria Lélia Araújo

IGREJA, EDUCAÇÃO POLÍTICA E A LUTA DOS TRABALHADORES
ASSALARIADOS DA CANA DO RIO GRANDE DO NORTE

Dissertação aprovada em ____ / ____ / 2002.

Prof. Dr. Severino José De Lima
Orientador

Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Membro Titular

Profª Drª Severina Garcia de Araújo
Membro Titular

Profª Drª Marcionila Fernandes
Membro Titular

Prof. Drª. Deolinda Maria de Sousa Ramalho
Componente da Banca (Suplente)

Campina Grande (PB), novembro / 2001.

*“Os que confiam no Senhor são como
o monte de Sião, que não se abala,
firme permanece para sempre.”*

Sl. 125:1

*O indivíduo deve batalhar
para ter uma vida digna na
sociedade onde vive. É isto
que faz dele um vencedor.*

Dedico este trabalho:

A Deus..

A meu Orientador

Severino José de Lima.

A meus pais:

Carlos de Araújo e Maria Izabel,

A meus irmãos:

Luis, José Carlos, Antônio, João, Carlinhos,

Fátima, Maria José e Geralda Izabel,

Terezinha (In Memorium), e

A todos que desejam o meu bem.

AGRADECIMENTOS

A Deus – Senhor, aceite a nossa sincera gratidão por nos fortalecer nos momentos difíceis dessa jornada para galgarmos o grau de Mestre, porque sentimos, ó Senhor, que, embora tivéssemos de retirar alguns espinhos para podermos sentir o perfume da rosa, essa tarefa não foi impossível porque você enviou alguém para nos ajudar.

Ao nosso orientador, Prof. Dr. Severino José de Lima, que não só nos orientou na realização desse trabalho, mas nos deu total apoio desde o momento da elaboração do novo projeto, como também, conseguiu, praticamente, todo o material para a realização da revisão literária e para o levantamento dos dados empíricos da pesquisa; podemos dizer que foi um amigo que nos deu apoio moral e teve a paciência de nos ensinar a produzir um texto de cunho científico.

Aos professores: Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, Dr^a. Severina Garcia de Araújo, Dr^a Marcionila Fernandes e a Dr^a. Deolinda Maria de Sousa Ramalho, pela presteza em aceitar o convite para compor a Banca Examinadora deste trabalho.

À professora Dr^a. Norma Montalvo de Soler, por ter sido aquela amiga, que nos encorajou, com seu apoio e orientação num momento decisivo de nossa vida.

A Nalva Martins, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e família, pela amizade e hospitalidade que nos ofereceram, abrindo as portas de suas residências para nos hospedarem quando fomos levantar alguns dados complementares da pesquisa empírica. E, também, por ter nos conduzido a todas as visitas realizadas ao Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal - RN, bem como, por se dispor a realizar a correção do texto final desta dissertação e traduzir o resumo para o francês.

À Wilma Ximenes Cunha pela correção do texto final desta dissertação.

A Josemar e Francilene, pela disponibilidade em nos apoiar em momentos de aquisição de material, bem como, em escanear todas as figuras deste trabalho, em tempo hábil, proporcionando uma melhor apresentação do texto desta dissertação.

A Odílon e Redilaine, pela manutenção que têm dado na recuperação de textos no computador, contribuindo para o bom andamento deste trabalho.

A todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação: a Coordenação por avaliar os problemas enfrentados pelos alunos com ponderação; aos professores por transmitirem conhecimento; a Joãozinho, por ser um secretário atencioso e nos atender com gentileza, todas as vezes que necessitamos dos seus serviços; a Rinaldo, pela assistência dada para o bom uso dos computadores da sala de computação desse Programa de Pós-Graduação. A Rosicléia, pela atenção prestada e a forma gentil de nos atender, todas as vezes que precisamos recorrer às fontes de conhecimento que fazem parte do acervo da Biblioteca e que estão à disposição dos alunos de pós-graduação.

A todos os colegas, companheiros do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, agradecemos a amizade e o convívio, principalmente, a Pedro e a Izabel, porque sempre estiveram prontos a nos ouvir e nos ajudar, adquirindo alguns materiais de que precisávamos no processo da aprendizagem.

Agradecemos à equipe que se encontrava no SAR, em 2.001, por seu acolhimento e disponibilidade, tanto para selecionar, conosco, o material dos últimos anos da década de 90, como também, para tirar algumas dúvidas a respeito do serviço da equipe educadora dessa entidade, apesar de serem novatos e não terem participado do período em que o SAR esteve, totalmente, ativo nas lutas dos assalariados da zona canavieira do Rio Grande do Norte.

A Genilson, Genilda e Joana, que sempre nos atenderam bem, na reprodução de textos xerografados.

Aos nossos pais e irmãos pela paciência e apoio em todo o decurso dessa jornada, para que pudéssemos chegar ao final contando essa vitória.

A todos que, de forma direta ou indireta, desejaram o meu bem e contribuíram para que esse alvo fosse conquistado.

Finalizando, assumimos a responsabilidade pelos erros e omissões que forem encontrados nesta dissertação, apesar da ajuda e boa vontade de todos aqueles que, de alguma forma, nos auxiliaram na sua realização.

SOMMAIRE OU RÉSUMÉ

La présente dissertation objective la reconstitution et interprétation de la trajectoire des luttes des salariés ruraux de la culture de la canne du Rio Grande do Norte- RN, dans les décades de 80 et 90, ayant comme point de départ les Campagnes Salariales. Dans cette reconstitution, elle on a cherché spécifiquement l'action éducative de l'Eglise'Ctholique au travers du Service de l'Assistance Rural-SAR- dans la qualification de ces luttes pour les droits des travailleurs et des citoyens. Seulement nous pouvons analyser cet action éducative dans le du procès des luttes et du contexte social et politique concret dans lesquels on ont réalisés. Par conséquent, cet ouvrage, au même temps, qui fait une reconstitution de la trajectoire des luttes des salariés ruraux appréhendant, dans les moments plus forts et crucials, la signification des alternatives construites pour dépasser les impasses et les obstacles au compliment des droits du travailleur d'accord parmi le patron et les ouvriers, il aussi analyse l'importance de l'action de l'Église, pour moyen du SAR, dans la construction des alternatives. La pertinente et l'importance de cet ouvrage est vue pour le fait de construire, sans ornement, pour dépasser la lacune sentie pour les autorités sur l'absence de traveaux quil analysent le contexte, le procès et les résultats des luttes des salariés ruraux du Rio Grande do Norte , voyant la naissance de nouvelles compréhensions et nouvelles réflexions que puissent servir de références poud les luttes actuelles et futures.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo a reconstituição e interpretação da trajetória das lutas dos assalariados rurais da cultura canavieira do Rio Grande do Norte – RN, nas décadas de 80 e 90, tendo como eixo as Campanhas Salariais. Nesta reconstituição, buscou-se analisar especificamente a ação educativa da Igreja Católica via o Serviço de Assistência Rural – SAR – na qualificação das lutas pelos direitos trabalhistas e cidadãos. Entretanto, não poderíamos analisar essa ação educativa sem situá-la no bojo do processo das lutas e do contexto social e político concreto no qual elas se realizaram. Portanto, este trabalho, ao mesmo tempo que faz uma reconstituição da trajetória da luta dos assalariados rurais apreendendo, em seus momentos mais fortes e cruciais, o significado das alternativas construídas para a superação de impasses e estorvos ao cumprimento de direitos trabalhistas acordados entre patrões e empregados, analisa a importância da ação da Igreja, através do SAR, na construção de tais alternativas. A pertinência e importância deste trabalho podem ser vislumbradas pelo fato de contribuir, mesmo que modestamente, para preencher a lacuna sentida pelas próprias lideranças sindicais quanto a quase ausência de trabalhos que analisem o contexto, o processo e os resultados das lutas dos assalariados rurais do Rio Grande do Norte, tendo em vista a geração de novas compreensões e novos patamares de reflexões que possam servir de referenciais para as lutas atuais e futuras.

Índice

DEDICATORIA	
AGRADECIMENTOS	
SOMMAIRE OU RÉSUMÉ	
RESUMO	
Lista de Quadros	
Lista de Tabelas	
Lista de Figuras	
Lista de Siglas	
INTRODUÇÃO.....	01
Capítulo I – REFERENCIAL TEÓRICO	09
Capítulo II – O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL DA ARQUIDIOCESE DE NATAL	35
Capítulo III – CARACTERIZAÇÃO DA ZONA CANAVIEIRA DO RIO GRANDE DO NORTE – RN	42
3.1. Localização	42
3.2. Caracterização sócio-econômica	44
• Produção e área ocupada pela cana de açúcar no RN	44
• As condições sociais dos trabalhadores canavieiros do Rio Grande do Norte	55
Capítulo IV – A TRAJETÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS 1979 – 1991: A PRESENÇA PONTUAL DA IGREJA NAS CAMPANHAS SALARIAIS	58
4.1. Antecedentes das campanhas salariais	59
4.2. O ciclo de greve dos canavieiros: 1982-1984	65
4.2.1. A campanha salarial e a greve de 1982	70

4.2.2. A campanha salarial e a greve de 1983	77
4.2.3. A campanha salarial e a greve de 1984	83
4.3. Campanhas salariais e impasses frente às mudanças:	
conjunturais e estruturais dos anos 80	87
4.3.1. A Campanha Salarial de 1985	88
4.3.2. A Campanha Salarial de 1986	93
4.3.3. A Campanha Salarial de 1987	99
4.4. A ação sindical frente aos impasses desmobilizadores:	
o EDUCANA e a luta pelo cumprimento	107
4.5. Ação educativa do SAR com os assalariados rurais do	
RN e sua atuação efetiva na área canavieira	128
4.5.1. Introdução	128
4.5.2. Antecedentes que Influenciaram a Decisão do SAR em	
Trabalhar com os Assalariados Rurais	131
4.5.3. Atuação do SAR no Triênio: 1992-1994	132
4.5.4. Atuação do SAR no Triênio 1995-1997	147
4.5.5. Atuação do SAR após 1997	116
4.5.6. Avaliação do Movimento Sindical dos Canavieiros	
Norte-riograndense, do Ponto de Vista dos Assessores,	
Dirigentes Sindicais e Trabalhadores	171
4.5.6.1. Avaliação da Ação do SAR e da Luta Canavieira	
do Ponto de Vista dos Assessores	173
4.5.6.2. Avaliação do Ponto de Vista dos Dirigentes Sindicais ..	191
4.5.6.3. Avaliação do Ponto de Vista dos Trabalhadores ...	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	206
BIBLIOGRAFIA	213

ANEXOS

- ANEXO 01 - Lista de Entrevistados

- ANEXO 02 – Programação Trienal do SAR 1992-1994
- ANEXO 03 – Cronograma das Atividades Realizadas pelo SAR na Área Canavieira – 1992
- ANEXO 04 – SAR Programação Anual: Área da Cana – 1993
- ANEXO 05 – Plano de atividades dos STR's da cana – 1994
- ANEXO 06 – Cronograma de Atividades do Projeto EDUCANA – março de 1994 a março de 1995
- ANEXO 07 – Programa Trienal de Atividades do SAR: 1995-1997
- ANEXO 08 - Tabela da Área Total e da Área Colhida da Cultura da Cana do Rio Grande do Norte, por município, em 1997.
- ANEXO 09 – Tabela da População Residente, Situação do Domicílio e Taxa de Crescimento; Unidades da Federação e Municípios que têm a cultura da cana
- ANEXO 10 - CESE / FETARN / CEAHS - Pesquisa Sobre Formação e Campanhas Salariais dos Trabalhadores da Cana e da Fruticultura Irrigada no Rio Grande do Norte
Roteiro de Entrevistas – Assessor do Serviço de Assistência Rural – SAR
- ANEXO 11 - CESE / FETARN / CEAHS - Pesquisa Sobre Formação e Campanhas Salariais dos Trabalhadores da Cana e da Fruticultura Irrigada no Rio Grande do Norte. Roteiro de Entrevistas – Lideranças de Base e Assalariados em Geral

Lista de Quadros

Quadro I – Produção Nordestina de Açúcar e Álcool Safra 1992/1993	53
Quadro II – Localização das Usinas e Destilarias no Estado do Rio Grande do Norte	54
Quadro III – O Número de Trabalhadores Participantes nas Assembléias segundo o Município/Local da Assembléia	71
Quadro IV – Quadro Demonstrativo, segundo os Municípios, das Audiências, Ações Ajuizadas e Ações Concluídas no Trimestre junho/julho/agosto	113
Quadro V – Quadro de Atividades Desenvolvidas na Área da Cana – 1993	140
Quadro VI – Resultados dos Grupos do Curso de Educadores Sindicais – 1ª Etapa Área Canavieira	151
Quadro VII – Quadro das Ações Realizadas pelo SAR na Zona Canavieira e na Fruta em 1995	153
Quadro VIII – Serviço de Assistência Rural – SAR: Planejamento Anual / 1996 Projeto de Assessoria à Organização dos Assalariados da Área da Cana e da Sub-zona do Assu	159

Lista de Tabelas

Tabela I – Produção da Cana Moída, no Rio Grande do Norte, Segundo a Procedência nas Safras de 1960/1961 a 1994/1995	46
Tabela II – Produção da Cana Moída, Área Plantada e Produtividade no Rio Grande do Norte, nas Safras de 1979/1980 a 2000/2001	49
Tabela III – Principais Municípios Produtores de Cana no Rio Grande do Norte em 1987 e 1997	50
Tabela IV – Produção de Açúcar e de Álcool do Rio Grande do Norte – 1960/191961 a 1994/1995	51

Lista de Figuras

FIGURA 01 – Mapa 1 – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: Municípios do Estado, segundo as Zonas Homogêneas ..	43
FIGURA 02 – As Campanhas Salariais dos Canavieiros no RN e a Campanha Salarial / 92	137
FIGURA 03 – Os Trabalhadores	143
FIGURA 04 – Campanha Salarial dos Canavieiros do Nordeste	144

Lista de Siglas

ACISO – Ação Cívico-Social
ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural
AP – Ação Popular
APML – Ação Popular Marxista Leninista
ASPLAN – Associação dos Plantadores de Cana
BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAHS – Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CENTRU – Centro de Educação do Trabalhador Rural
CESE – Coordenação Ecumênica de Serviços
Cf – Conforme
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CIPATR – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalhador Rural
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONCLAT – Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais - CUT
DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EDUCANA – Projeto “Educação Sindical dos Trabalhadores Rurais Assalariados da Lavoura
Canavieira do Estado do Rio Grande do Norte”

ENCLAT – Encontro da Classe Trabalhadora

EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares

FASE – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional

FEARN – Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte

FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FETAG – AL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas

FETAG – BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

FETAG – PB – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

FETAG – RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

FETARCE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará

FETARSE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

FETARN – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCAMPO – Fórum do Campo Potiguar

IAA – Instituto Nacional do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCO – Coordenadoria Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento

IDEMA-RN – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPC – Índice de Preços ao Consumidor

IPES – Instituto de Pesquisa e Estatutos Sociais

JAC – Juventude Agrária Católica

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento

JMC – Juventude Masculina Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LSN – Lei de Segurança Nacional

MAB – Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEB – Movimento de Educação de Base

MER – Movimento de Evangelização Rural
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MONAPE – Movimento Nacional de Pescadores
MS – Movimento Sindical
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
OCERN – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte
ONG's – Organizações Não Governamentais
OR – Operação Rondon
OTN – Operação do Tesouro Nacional
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PECC – Programa de Educação Comunitária e Cooperativista
PLANASUCAR – Plano de Recuperação Racionalização da Lavoura Canavieira
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
RN – Rio Grande do Norte
SAR – Serviço de Assistência Rural
SOPLAL – Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento
TJT – Tribunal da Justiça do Trabalho
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UDR – União Democrática Ruralista
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo a reconstituição e interpretação da trajetória das lutas dos assalariados rurais da cultura canavieira do Rio Grande do Norte – RN, nas décadas de 80 e 90, tendo como eixo as Campanhas Salariais. Nesta reconstituição, buscou-se analisar especificamente a ação educativa da Igreja Católica via o Serviço de Assistência Rural – SAR – na qualificação das lutas pelos direitos trabalhistas e cidadãos. Entretanto, não poderíamos analisar essa ação educativa sem situá-la no bojo do processo das lutas e do contexto social e político concreto no qual elas se realizaram. Portanto, este trabalho, ao mesmo tempo, que faz uma reconstituição da trajetória da luta dos assalariados rurais apreendendo, em seus momentos mais fortes e cruciais, o significado das alternativas construídas para a superação de impasses e estorvos ao cumprimento de direitos trabalhistas acordados entre patrões e empregados; analisa a importância da ação da Igreja, através do SAR, na construção de tais alternativas. A pertinência e importância deste trabalho podem ser vislumbradas pelo fato de contribuir, mesmo que modestamente, para preencher a lacuna sentida pelas próprias lideranças sindicais quanto a quase ausência de trabalhos que analisem o contexto, o processo e os resultados das lutas dos assalariados rurais do Rio Grande do Norte, tendo em vista a geração de novas compreensões e novos patamares de reflexões que possam servir de referenciais para as lutas atuais e futuras.

A diversidade de problemas e tipos de lutas dos trabalhadores rurais, suas formas de organização e suas mobilizações foram alvo de constantes estudos e pesquisas realizadas em diferentes momentos e contextos da realidade brasileira. Estudos específicos sobre o nosso tema de análise – as lutas dos assalariados rurais, foram objeto de uma considerável produção científica nos anos 90, graças à novidade da emergência destes atores sociais no cenário

político e social brasileiro como demandantes de direitos trabalhistas e cidadãos. Através de suas lutas, denunciaram, com repercussões públicas, a situação de extrema exploração e opressão orquestradas pela classe patronal: fornecedores de cana e usineiros. Tal novidade chamou a atenção de estudiosos e pesquisadores dos fenômenos sociais, que buscaram em diferentes contextos e sobre diferentes enfoques dar conta do fenômeno em apreço.

Com relação à região Nordeste podemos destacar o trabalho de Pereira (1991), que faz uma avaliação da trajetória das lutas trabalhistas dos assalariados da cana de Pernambuco, de 1961 a 1989. Também Andrade (1994), faz uma avaliação do movimento sindical dos trabalhadores da cana naquele estado, de 1979 ao final da década de 80 e início da década de 90. Esta autora, no caso de Pernambuco, oferece uma contribuição que, de certa forma, dá continuidade aos trabalhos realizados anteriormente como os de Sigaud (1979), e de Souza (1982). A contribuição de Andrade centra-se na caracterização da exploração da força-de-trabalho e suas formas de reação a esta exploração, abordando, especificamente, a organização dos trabalhadores da cana através de seus sindicatos.

No caso da Paraíba, as repercussões das lutas sociais dos canavieiros foram analisadas por Moreira (1996), enfocando as possibilidades de superação dos mecanismos de dominação utilizados pelos chefes políticos locais. Este autor, de certa forma, enriquece a produção acadêmica sobre os assalariados da cana e de suas lutas na Paraíba. Representativo desta produção são os trabalhos de Bertolazzi & Tosi (1984, 1985 e 1987), de Giuliani (1985) e de Miele (1985) que estuda as condições de vida, trabalho e participação sindical da mulher canavieira. Podemos ainda citar as contribuições de Potengy (1984 e 1988) e Tosi (1988) que analisam, entre outras questões, o protagonismo dos assalariados rurais na luta pelos direitos. Barbosa (1985), mostra como o sindicalismo rural, em face à modernização da agricultura canavieira, foi impulsionado a responder aos conflitos sociais produzidos e às reivindicações correspondentes. Já Nobre (1990), analisou o movimento sindical dos trabalhadores rurais da Paraíba em contraposição a outras formas de organização social tais como a Igreja e o PCB.

Em Alagoas, a luta dos assalariados da cana é analisada por Freitas (1992), enfocando a violência e a marginalidade no complexo sucroalcooleiro daquele estado, como limites às Campanhas Salariais. Já a mulher canavieira de Alagoas foi objeto de estudo de Costa, Oliveira et al. (1993). Entretanto, um dos trabalhos de maior fôlego realizado sobre os assalariados da cana de Alagoas foi o de Melo (1990). Este autor além de realizar uma reconstituição histórica da luta dos trabalhadores rurais naquele estado, procurou enfatizar como o alto grau de organização dos usineiros e produtores de cana se reflete na constituição

das estruturas de poder local a ponto de obstaculizar a autonomia das entidades sindicais dos trabalhadores rurais e de suas lutas. Trajetórias das campanhas salariais naquele estado são destacadas por FASE (1995^a, 1995b). Já Filho (1993), analisa a experiência da educação popular com os trabalhadores da cana de Alagoas.

No início da década de 90, vários trabalhos ainda no nível de Nordeste, debruçaram-se sobre a crise e a reestruturação econômica do complexo sucroalcooleiro e seus impactos sobre o movimento sindical e a luta dos trabalhadores canavieiros. Vale destacar os trabalhos de Novaes (1993), Padrão (1990), Andrade (1990), Araújo (1990), Barreto (1994 e 1992), entre outros. Novaes (1993), por exemplo, sublinha a importância que tiveram as Campanhas Salariais na transformação dos assalariados da cana numa categoria social com força política. Entretanto, apresenta uma série de limitações do modelo contaguiano de campanha salarial, entre elas: as dificuldades decorrentes da burocracia trabalhista que proclamava conquistas, mas, não se empenhava para torná-las efetivas. Segundo este autor, as campanhas salariais esbarraram ainda: no próprio conteúdo das cláusulas dos dissídios ou acordos coletivos, que não contemplavam a diversidade e especificidade de uma região e de uma atividade produtiva que se diferenciava em sistemas produtivos modernizados, mistos e atrasados. Além disto, as campanhas salariais enfrentaram os limites da própria estrutura sindical de base municipal quanto à eficácia das lutas trabalhistas frente a uma realidade em que tanto as unidades empresariais quanto a arregimentação da força de trabalho ultrapassam os limites dos municípios e dos estados. A própria crise e reestruturação do setor impuseram a necessidade e, ao mesmo tempo, as dificuldades de articulação dos vários segmentos de trabalhadores do complexo sucroalcooleiro (trabalhadores agrícolas, da fabricação do açúcar e do álcool e os operários do transporte) de forma a fazer face às inovações orquestradas pelos patrões e que transformaram os ritmos e as formas de gestão da mão-de-obra.

No caso específico do Rio Grande do Norte, são poucos os trabalhos que procuraram realizar uma análise de fôlego sobre a importância das lutas dos trabalhadores canavieiros, ou que, tenham como objeto à reconstituição e análise da trajetória da ação sindical na área canavieira daquele estado. Assim, num levantamento bibliográfico encontram-se, basicamente, dois trabalhos sobre a temática em apreço: o trabalho de Cruz & Andrade (1985) que descreve o desenrolar das três primeiras campanhas salariais dos canavieiros marcadas por três greves consecutivas, 1982, 1983 e 1984. Neste trabalho, estas autoras tentam mostrar como a luta entre capital e trabalho se explicitou através da intransigência patronal, da violência e da repressão aos trabalhadores, embora estes tenham se mostrado firmes na sua

luta contra as iniquidades sociais do capital, conseguindo vitórias, ainda que parciais. Não foram encontrados outros trabalhos que dessem conta da luta dos canavieiros do Rio Grande do Norte, a não ser relatórios de encontros e eventos formativos e avaliativos de vários momentos das lutas salariais, produzidos pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR – e por entidades da sociedade civil que apoiavam este movimento. Entretanto, sobre a história das lutas sindicais, encontrou-se um trabalho realizado na década de 80 e um outro realizado na década 60 que tematizaram o sindicalismo rural do Rio Grande do Norte. Trata-se de Calazans (1969) que analisa os sindicatos rurais como instrumento de participação. Embora, refira-se ao Nordeste do Brasil como um todo, esse trabalho é a grande referência sobre o sindicalismo naquele estado. Já o trabalho de Cruz (1982), que de certa forma dá continuidade às contribuições de Calazans, enfoca a ação da Igreja Católica, entre os anos de 1960 e 1964, na criação dos sindicatos rurais. Apesar desta modesta produção científica sobre o sindicalismo rural, especialmente, sobre as lutas dos assalariados canavieiros do Rio Grande do Norte, alguns autores, como Barros (1997), procuraram estudar a modernização da agroindústria sucroalcooleira e seus impactos nas condições de vida e trabalho; já Lima (1994), tematiza o assalariamento rural; enquanto Lima & Eleutério (1996), analisam a reestruturação produtiva da economia sucroalcooleira. Além destes estudos, merecem destaque as contribuições de Silva (1997, 1993a, 1993b, 1992, 1989), sobre inovações tecnológicas, assalariamento e sindicalismo rural na fruticultura irrigada do Vale do Açu – RN.

Observada uma certa lacuna na produção científica que analise a importância das lutas dos canavieiros do estado do Rio Grande do Norte, este trabalho, nesta perspectiva, torna-se por demais pertinente, ao analisar as estratégias de organização e a luta destes atores sociais para efetivação e ampliação de direitos consagrados em lei. As pretensões aqui almejadas são modestas; entretanto, deseja-se pretende dar uma contribuição ao conjunto dos demais estudos existentes sobre o tema sindicalismo rural neste estado nordestino. Coloca-se na perspectiva de contribuir com necessidades demandadas pelas próprias organizações sindicais no sentido de registrar e sistematizar o processo e os resultados das lutas. Ao mesmo tempo, procura dar continuidade aos trabalhos de Cruz (1982) e Calazans (1969) que enfocaram o sindicalismo rural norte-riograndense nos anos que precederam a instalação do Regime Militar, em 1964. Da mesma forma que estas autoras, pretende-se aqui, focar as lutas destacando o apoio da Igreja através do SAR – Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal, embora em outro contexto histórico, marcado pela ascensão dos trabalhadores do campo no cenário

político do país e pelo processo de democratização da sociedade brasileira: final da década de 70 aos anos da década de 90.

Neste prisma, esta contribuição não se prende à mera reconstituição histórica e interpretação da trajetória de quase vinte anos de luta dos assalariados rurais do Rio Grande do Norte, mas, tão somente, à apreensão e análise da contribuição da ação das entidades sindicais na construção da vontade e da disposição de lutas dos trabalhadores da cana, bem como ao papel que desempenharam e desempenham na constituição da consciência do seu lugar no processo produtivo e às limitações que foram impostas às suas lutas pela classe patronal e pela própria legislação vigente. Procura-se enfocar o contexto, o processo e os resultados dessas lutas, a partir de um recorte temático bem específico: a ação educativa da Igreja Católica através do Serviço de Assistência Rural – SAR. Este recorte se justifica não só pelo fato dessa entidade católica, ter sido, nos anos 60, o braço da Igreja na construção do sindicalismo rural naquele estado, nunca deixando de atuar nos anos 70 e 80 em processo de organização dos trabalhadores rurais, embora priorizando lutas e organizações comunitárias, associativas e cooperativas dos pequenos produtores rurais, muitas vezes em conflito com o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) e suas lideranças, já que sua ação, entre outras questões, objetivava a renovação de lideranças sindicais mais comprometidas com as lutas de base social dos sindicatos. Também, pelo fato dessa instituição ter decidido, no início da década de 90, realizar um trabalho sistemático de apoio à organização e às lutas dos trabalhadores assalariados da cana, fato que em si mesmo trataria teses consagradas na produção acadêmica, entre as quais, a de que esta instituição dava preferência exclusiva aos atores sociais pretéritos do campo (pequenos produtores, posseiros etc.) por causa de sua visão ruralista passadista, senão, conservadora e fundada em ideais de justiça distributivista de reconstrução de “pequenas comunidades camponesas”, por sua vez, em nome de valores ligados à tradição e ao campo. Tais “comunidades camponesas” dilaceradas pelo avanço do capitalismo no campo e sob a ação do Estado, colocavam em risco as suas próprias bases de sustentação: uma massa de fiéis transformados em “bóias-frias”, “sem-terras” ou em marginalizados e desenraizados culturalmente (inclusive da religião católica) vivendo na condição de moradores de favelas e cortiços suburbanos. Disto decorre uma segunda tese: a de que a “opção preferencial” da Igreja por estes “pobres do campo”, explica-se tão somente como uma mudança de tática para assegurar a sua sobrevivência institucional associada à reprodução da classe dominante. Nesse prisma, a Igreja não priorizava o assalariado do campo na sua luta pela institucionalização e vigência dos direitos trabalhistas nas áreas de

assalariamento rural, da moderna contratualidade das relações de trabalho do campo, porque portadora de valores incompatíveis com a Modernidade, como o Estado moderno e as instituições da democracia política. Além disto, é quase senso comum, como se pode ver mais adiante, na produção científica sobre a temática, a tese de que a Igreja pela sua estrutura institucional centralizadora, corporativa, vertical e autoritária, não daria espaço, em seu interior, às diferenças, aos dissensos e nem à possibilidade de ruptura de seus agentes com as suas orientações “basistas”, “populistas” e “ruralista passadista” senão conservadoras. De certa forma, certas análises ao absolutizar o poder coercitivo e integrador da Igreja Católica, terminam reforçando a tese de que não haveria “espaço” para aqueles que entraram na sua ação educativa-pastoral por motivações religiosas ou humanitárias, de afastarem-se, no processo das lutas e conflitos sociais nos quais se fazem presentes, de seu controle institucional e de suas influências “basistas”, “populistas”, rural passadistas” etc., ao experimentarem um processo de socialização política, chegando a se incompatibilizarem com a própria hierarquia eclesiástica e seus controles, engajando-se na secularidade das lutas políticas e sociais.

Decorre, dessas assertivas, a primeira hipótese de trabalho relativizadora, senão contrária, a tais teses apresentadas, que é a de que a equipe de educação do SAR, no processo da ação educativa junto às massas de trabalhadores rurais, foi se afastando das motivações religiosas, dos valores e controles institucionais, engajando-se, inclusive, em partidos políticos progressistas e de esquerdas e ao mesmo tempo afinando-se com as correntes mais avançadas de ação sindical, fato que a levou a romper com a hierarquia católica, engajando-se em outras entidades, dando continuidade à sua militância política educativa. Nesta direção, a própria opção dessa Equipe do SAR, em trabalhar com assalariados rurais e dentro dos marcos da institucionalidade pode ser analisada como uma ruptura com visões e valores “ruralistas” e “passadistas”, defendidos pela Igreja institucional, sob os quais os assalariados rurais seriam vistos como espécie de “camponeses sem terra”.

A pertinência deste trabalho também se justifica pelo fato dessa entidade da Igreja ter um certo acúmulo em termos de educação político-sindical e ter decidido atuar com os assalariados da cana num dos momentos mais significativos das campanhas salariais; este momento inicia-se no final da década de 80 e anos subsequentes da década de 90 quando as campanhas salariais e a própria ação sindical em geral são questionadas quanto à sua eficácia, diante do descumprimento, pela classe patronal, dos dissídios e convenções coletivas de

trabalho, associado aos costumeiros mecanismos de opressão dos trabalhadores e de desqualificação de suas lideranças.

É nesse momento que a FETARN (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte) e os Sindicatos se ressentem de um trabalho educativo mais sistemático, encorajador e mobilizador de suas bases sindicais para reforçar a luta pelo cumprimento dos direitos. Além disso, o modelo contaguiano de Campanhas Salariais se tornou objeto de reflexão teórica e de acirradas críticas acessadas pelos dirigentes sindicais opositoristas alinhados com a Central Única dos Trabalhadores – CUT – e o chamado novo sindicalismo rural protagonizado por essa central sindical. A própria estrutura sindical se tornou objeto de reflexão e de disputa entre as correntes sindicais. O SAR, claramente afinado com o sindicalismo cutista, já vinha realizando um trabalho educativo e organizativo de oposições sindicais em coalizão com a direção do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, hegemonicamente afinada com a orientação político-sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG. O fato é que este momento da luta dos assalariados canavieiros coincide com a crise e reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira, implicando em mudanças tecnológicas e novas formas de arregimentação e controle da força trabalho. Estes fatos, associadas à intransigência costumeira do patronato fragilizavam a ação sindical e as lutas pelo cumprimento dos direitos acordados por ocasião das campanhas salariais. Abre-se uma onda de desemprego associado à arregimentação de trabalhadores em “viveiros” de mão-de-obra farta e barata em outros estados e regiões. De forma que, manter o emprego tornou-se para os trabalhadores uma necessidade de sobrevivência entre milhares de desempregados confinados nas “pontas de ruas” das cidades e vilarejos canavieiros. Certamente, essas mudanças conjunturais implicaram em perplexidades e em impasses para a ação sindical que, por sua vez, envolveram-se em buscas de alternativas para além de diferenças político-ideológicas entre dirigentes afinados com as diferentes correntes sindicais, inclusive, entidades de apoio e assessoria.

Deste cenário, decorre a importância de se analisar o significado que teve a ação educativa da Igreja, através do SAR, com os assalariados da cana em consonância com as demandas concretas sentidas pelos assalariados rurais e os dirigentes das organizações sindicais. A segunda hipótese é que a presença efetiva do SAR nas lutas dos canavieiros do Rio Grande do Norte, consagrada a partir de seu Programa de Trabalho Trienal 1991-1993, ajudou a qualificar as lutas dos assalariados no sentido de dotar as formas de organização dos trabalhadores e o repertório social de suas, lutas de novos conteúdos, o que, por sua vez,

contribuiu para colocá-los em novos patamares de aprendizagem social. Em consonância com esta hipótese, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, provavelmente em seu momento mais crucial, ganhou efetivamente uma poderosa aliada, a qual contava com uma equipe qualificada de educadores e assessores que constituíam a Equipe do SAR. Ainda, este movimento podia contar com uma infra-estrutura material e de apoio logístico às lutas dos canavieiros. Relativizando a hipótese de trabalho, se os resultados não contribuíram efetivamente na concretização dos direitos enquanto melhoria de condições de vida e de trabalho, dos trabalhadores rurais, dada à realidade social profundamente adversa, pelo menos contribuiu com o Movimento Sindical na incorporação de novos temas produtores de significados para a continuidade das campanhas salariais. A questão do trabalho do menor e da mulher, alternativas de geração de emprego e renda, melhoria das condições de saúde, educação, moradia e outros fatores relacionados à reprodução social dos canavieiros, entre outros temas mobilizadores dos atores sociais são emblemáticos desta assertiva (SAR, 1987, 1991 e 1992).

Finalmente, espera-se que a realização dessa empreitada reflexiva contribua, não só para preencher lacunas anteriormente apontadas, relativas à produção acadêmica sobre a trajetória e a novidade de cerca de vinte anos de lutas dos assalariados rurais do Rio Grande do Norte; também, que propicie o resgate da memória dos processos e resultados dessas lutas, e se constitua em subsídios que contribuam para a construção de novos patamares que embasem novas estratégias de lutas daqueles assalariados rurais e de suas organizações sindicais.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

Na primeira metade da década de 80, a temática sobre a Igreja e sua atuação na organização e na luta das classes subalternas do campo foi objeto de reflexão de vários estudiosos do mundo acadêmico brasileiro. A interpelação desses intelectuais sobre a natureza e o significado da ação da Igreja Católica visando influenciar o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores rurais e na definição de políticas para o campo tem sido objeto de controvérsias e mal entendidos, ainda não devidamente elucidados. É representativa deste debate a seguinte produção teórica: o livro organizado por Vanilda Paiva, intitulado: “Igreja e questão agrária” (1985), o qual apresenta uma radiografia e um balanço das principais questões relacionadas à presença dessa entidade com o seu peso institucional e político na mediação dos conflitos sociais do campo, e o Estado, levantando a luta pela reforma agrária entre outras demandas; “Corporativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da “Igreja popular” no Brasil”, organizado por Neide Esterici (1984), coloca em questão a prática dessa “Igreja popular”, sobretudo, com relação ao seu encorajamento às práticas coletivas de trabalho no campo; “Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)”, organizado por Paulo Krichke e Scott Mainwarung (1986), embora analise a presença da Igreja nos movimentos populares urbanos evidencia os mesmos problemas e controvérsias colocados pela produção teórica anterior. Em “Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos

sociais no campo”, José de Souza Martins (1989), de certa forma polemiza com essa produção teórica já citada, colocando a ação mediadora das lutas do campo num patamar que transcende o enfoque do caráter da Igreja Católica como instituição religiosa corporativa, hierárquica e portadora de uma visão ruralista, senão conservadora.

Cândido Grzybowski (1987), em “Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo”, analisa essa ação mediadora da Igreja, enfatizando a sua diferenciação interna, relativizando a sua natureza de instituição que se apresenta de forma única e coesa pelo seu corporativismo, sua hierarquia, sua fé e sua visão ruralista; Ilse Scherer-Warrem, em “Redes de movimentos sociais” (1993), analisa essa ação mediadora da Igreja não a partir de uma visão institucionalista e, portanto, alheia à prática dos diversos movimentos teológicos, pastorais e leigos que essa instituição comporta, mas, a partir da Teologia da Libertação traduzida numa nova visão da Igreja, da prática cristã e do pensar teológico e a imbricação de seus portadores na realidade social latino-americana, especificamente do campo. Outro trabalho de publicação mais recente faz uma análise crítica contundente da ação da Igreja Católica que de certa forma reforça as teses de Vanilda Paiva (1985), já citada, quanto à visão ruralista da Igreja, traduzida nos ideais comunitaristas de organização da produção familiar sob o signo dos valores de autonomia, espontaneidade e convivência solidária. Trata-se da contribuição teórica de Doimo (1995). Apesar de existir uma vasta literatura sobre a prática renovada da Igreja, enfatizando os seus limites, ambigüidades e contradições, a construção deste referencial teórico terá como base os autores supra citados por serem considerados os mais representativos do tema Igreja, questão agrária e lutas sociais do campo, mediante um levantamento da literatura existente. Contribuições como a de Doimo (1995), serão consideradas, por colocarem, à semelhança da literatura citada sobre a ação da Igreja no campo, questões e problemas quanto à natureza e os limites das práticas educativo-pastoral dessa instituição, embora tratem desta ação junto aos movimentos populares urbanos.

Retomar essa literatura torna-se pertinente ao se tratar da ação de um serviço da Igreja Católica vinculado à Arquidiocese de Natal e no contexto do Rio Grande do Norte, na década de 90. Sobretudo quando essa ação diz respeito a um trabalho educativo relacionado ao fortalecimento das lutas dos trabalhadores assalariados da lavoura canavieira desse estado. Trata-se de uma ação voltada para o fortalecimento das lutas desses assalariados, visando à conquista, afirmação e ampliação de direitos trabalhistas e cidadãos, tendo como eixo a realização de Campanhas Salariais e a subsequente luta pelo cumprimento dos contratos coletivos de trabalho frente à reação patronal. Portanto, são lutas que dizem respeito à

modernidade da institucionalização da contratualidade das relações entre capital e trabalho, o que relativiza análises que acentuam a preferência da Igreja por uma ação voltada para as lutas dos segmentos sociais pretéritos do campo sob uma visão passadista e fundada em ideais de reconstrução de pequenas “comunidades camponesas”, por sua vez, em oposição ao avanço do capitalismo, em nome de valores ligados à tradição e ao campo. Também contraria enfoques analíticos centrados no peso institucional e hierárquico da Igreja, que, como instituição portadora de um corporativismo totalizador, exerceria um poder coercitivo sobre a comunidade de fiéis, apresentando-se como uma instituição monolítica e de alto poder incorporativo, não apresentando espaço para as diferenças e a coexistência de várias correntes teológicas e as práticas religiosas e militantes por estas inspiradas. É como, numa concepção marxiana, essa instituição estivesse imune às lutas de classes que dinamizam o desenvolvimento das forças produtivas do capital e ao mesmo tempo instituem os valores da modernidade. É como se os agentes católicos estivessem imunes às correntes de idéias, de opiniões e de ideologias difundidas por diferentes instituições e por intelectuais de várias estirpes teóricas, incluindo as instituições da democracia, como são os partidos políticos. Como se agentes pastorais engajados nas lutas sociais do campo não pudessem passar por um processo de ressocialização política, alargando seus próprios horizontes político-ideológicos e pudessem operar rupturas com ideais e práticas de inspiração religiosa. A trajetória da equipe de agentes e educadores do Serviço de Assistência Rural, a exemplo de outros grupos organizados da sociedade civil, vinculados ou não à Igreja, pode ser considerado um caso emblemático de um processo dessa natureza. Engajou-se nas lutas pela democratização da sociedade brasileira a partir de sua ação solidária com os camponeses envolvidos com conflitos de terra e posteriormente no apoio às lutas dos assalariados rurais no contexto do estado do Rio Grande do Norte. Seus educadores politizaram-se e filiaram-se a partidos políticos progressistas e de esquerda, sem, contudo, deixarem de permanecer nesse organismo da Igreja Católica, até porque o seu peso institucional possibilitava a mobilização de recursos de instituições caritativas, de solidariedade e cooperação do chamado Primeiro Mundo, para viabilizar o seu trabalho de apoio às lutas e conflitos sociais no campo e naquele contexto.

Apresenta-se daí a hipótese de que as análises que privilegiam as instituições, uma visão sistêmica em detrimento de um enfoque compreensivo centrado no ator, embora elucidem questões quanto aos limites da presença dos setores progressistas da Igreja no campo, como por exemplo, um certo alheamento ou ambigüidade quanto ao Estado moderno e à política, terminam deixando de lado um rico filão: a ação desta instituição enquanto

processo ensejador da socialização política de seus agentes. Esse alheamento ou relação ambígua com o Estado e as instituições de democracia política, ou sua visão anticapitalista passadista e fundada em ideais de justiça distributiva e de democracia direta, senão numa utopia comunitarista visando tão somente a sua reprodução institucional, se provável, não invalida, porém, a assertiva de que determinados grupos organizados que se engajaram nas lutas sociais por motivações religiosas, não se afastem delas e até rompam com a Igreja-instituição e se integrem na secularidade dos partidos e de outras instituições político-democráticas modernas.

Com base em tais pressupostos, senão constatações, é que este trabalho se propõe a dialogar com a produção acadêmica, que como se viu anteriormente, acha-se mais representativa quanto à temática que se abraçou e que diz respeito ao nosso objeto de estudo: a importância e o significado da ação política-educativa da equipe de agentes do SAR junto aos assalariados do campo, contrariando a visão “ruralista” senão passadista da Igreja Católica e outros atributos que se tornaram senso comum na literatura acadêmica pertinente. Como diz Pierre Bourdieu: uma das funções do cientista social é também aquela de superar esse senso comum da produção acadêmica, indagando a partir do próprio contexto no qual foi produzido e a partir das inspirações políticas-ideológicas de quem a produziu (Bourdieu,).

Tome-se como ponto de partida a produção teórica organizada por Paiva e que se apresenta como uma contribuição seminal sobre a questão da ação da Igreja junto aos atores sociais do campo apoiando as suas lutas e mediando as suas demandas por direitos, junto à própria face provedora do Estado. Embora essa obra apresente um elenco de estudos selecionados, a contribuição de Vanilda Paiva, tanto na “Introdução” como em “A Igreja moderna no Brasil” é a mais contundente quanto à natureza institucional da Igreja Católica e os significados das concepções que presidem a sua ação junto ao campesinato.

Paiva (1985) desenvolve as suas argumentações em sete teses, alertando que é preciso combater tanto uma visão conspirativa quanto uma visão cínica da Igreja. Vejamos:

1. Na primeira tese, entre outras questões, admite que a Igreja Universal passou por mudanças significativas implicadas pelas exigências colocadas pelo pós-guerra, rompendo cristalizações anacrônicas e se tornando uma instituição moderna capaz de se colocar como importante mediador universal com relação aos conflitos do mundo contemporâneo. Neste prisma, fala em nome dos interesses universais do homem, da paz mundial, da justiça social, da democracia de base, da vida, da sobrevivência da humanidade e, deste modo, adquire legitimidade moral para interpelar o Estado e seu

governo. Em 1961, lança sua encíclica *Mater et Magistra*, cujo conteúdo é a consciência no mundo moderno.

- 2 Em sua segunda tese, a autora fala que esta modernização da Igreja é explicitada por suas propostas sociais e políticas com base em sua tradição e rejeita muitos aspectos dos sistemas econômicos existentes. Os princípios orientadores dessas propostas dizem respeito tanto à conduta individual quanto das instituições e prendem-se à justiça distributiva, a qual, por sua vez, remete à tradição rural e à produção independente do Estado e do grande capital, explicitando elementos ideológicos próprios do populismo clássico. Em sua encíclica *Pacem in Terris*, em nome dos direitos humanos e da justiça distributiva, a Igreja explicitou a sua incompatibilidade com a lógica da acumulação capitalista, já que defende uma ética de equidade. Na *Populorum Progressio*, apresenta suas preocupações com o desenvolvimento. Defende os países pobres e reclama a aplicação da ética da equidade nas relações internacionais entre os países ricos e pobres. Assim, em relação ao social e ao econômico, a Igreja apela para a tradição que remete ao artesanato urbano e ao campo. Seu referencial é a divisão equitativa dos bens de consumo imediato, a defesa da pequena produção independente para o autoconsumo no campo, o artesanato nas cidades, no campo ou na pequena cidade interiorana. Trabalha com migrantes visando a conservar seus valores e sua religiosidade de forma a impedir o “desenraizamento”. Há uma mitificação do que seja a vida numa cidade grande, ao mesmo tempo uma “fantasia regressiva” em relação ao campo e que se apóia em valores ligados à família e à ética da vizinhança. A incompatibilidade econômica das propostas católicas com o capitalismo, baseada em tais referenciais, caminha ao lado da defesa da “democracia de base”, a qual entra em choque com os modelos socialistas tradicionais. Para Paiva, a Igreja se coloca ao lado dos grupos alternativos contemporâneos, do ecologismo, do “retorno ao pequeno”, incorpora a idéia de volta ao campo e a organização de pequenas comunidades. Do ponto de vista político, haveria nas propostas católicas, principalmente com relação à “democracia de base”, uma certa secundarização do poder político e da autoridade no nível macro da sociedade, bem como no sentido da hierarquização das relações de poder. Entretanto, essa instituição defende a “personalização” dos indivíduos contra a “massificação” do “mundo moderno”, no sentido de protegê-los dentro da mais genuína e estrita tradição católica: a da “comunidade” contra a “grande sociedade”. Para Paiva, haveria uma identidade entre

essas propostas católicas com a tradição populista clássica no seu filão russo ou norte-americano: a defesa do pequeno produtor, especialmente o rural e sua valorização enquanto “povo simples”, por sua vez, portador de uma cultura autêntica, inclusive enquanto religião, e uma democracia radical e de base. Haveria, ainda, na tradução prática de tais ideais, um certo antiintelectualismo considerado necessário para o êxito do trabalho de base, até porque na lógica do cristianismo, o intelectualismo representaria uma certa “ética não-fraterna”. Tal antiintelectualismo se relacionaria com o intelectualismo de cúpula de forma dialeticamente complicada, senão ambígua, mas possível de articular à estratégia estimuladora do fortalecimento institucional e à manutenção da unidade da Igreja.

3. Paiva, na terceira tese, defende que as transformações sofridas pela Igreja no Brasil estão vinculadas à conjuntura dos anos 50. A Igreja no Brasil teria sofrido uma espécie de “aggiornamento precoce” assimilando a doutrina moderna de forma mais veloz que outros países latino-americanos, sobretudo, com bases na existência de uma intelectualidade católica atualizada com a intelectualidade produzida fora do país. Sobretudo, as idéias trabalhadas pela ala mais progressista européia. Tais idéias atendiam às necessidades das forças católicas engajadas nas lutas sociais e políticas dos anos 50, atingindo a própria hierarquia católica que também começou a passar por um processo de aggiornamento. Essa evolução dos anos 50 faz com que a Igreja brasileira atravesse a década de 50 aberta às inovações doutrinárias e à orientação de práticas renovadoras.
4. Na quarta tese, Paiva argumenta que a compatibilidade entre muitos princípios da Igreja Moderna e do nacional-desenvolvimentismo que dominou a cena brasileira no período pré-64, como o distributivismo, por exemplo, proporcionou o aprofundamento de sua aliança e de sua influência sobre o Estado, ao mesmo tempo que reorientaram as posições da hierarquia e a evolução dos setores laicos e religiosos que “foram ao povo” desdobrando e radicalizando aspectos do populismo clássico e que tangenciou certo anarquismo nos marcos da intencionalidade de construção de uma “democracia de base”.

Paiva defende que apesar dessa instituição defender posteriormente os direitos humanos e democratização com firmeza e determinação, a sua hierarquia não ultrapassou os marcos desse quadro traçado anteriormente. Continua defendendo reformas sociais, tendo em vista a justiça distributiva, entrando em conflito com o

regime de 1964, já que era incompatível com a estreita lógica capitalista colocada em prática por aquele regime. Quanto aos leigos, apesar de uma parcela ter-se radicalizado ao ponto de chegar ao “maoísmo” a grande maioria destes, porém, manteve-se fiel à problemática “massificação versus personalização”, atendendo ao apelo de João XXIII, “indo ao povo” através de um trabalho educativo-pastoral. Neste trabalho, radicalizaram o endeusamento do “povo simples” e o seu saber, particularmente caso do campesinato.

5. Para Paiva, em sua quinta tese, existiria na interconexão entre os setores da Igreja que “foram ao povo” e o conjunto da hierarquia em termos de evolução ideológica, apenas uma aparência contraditória entre a evolução ideológica e dos setores da Igreja que “foram ao povo” e a de sua hierarquia, já que uma Igreja Moderna suporia que se tivesse uma esquerda católica forte, ou seja, uma “Igreja Popular” que na sua “ida ao povo” veio propiciar mudanças na prática de seus membros; mudanças essas que se apresentaram como condição, nesse final de século, para o êxito de sua estratégia de influência e fortalecimento da Igreja institucional. Afinal, a consciência dos interesses da instituição é bastante forte entre a hierarquia eclesiástica para acionar mecanismos capazes de manter em seu controle grupos radicais, dissensos, mudanças e ameaças à unidade da instituição. No caso brasileiro, conforme sugere a autora, a radicalização dos setores católicos de esquerda não criou grandes problemas para a hierarquia; primeiro porque tal radicalização se manteve nos marcos da vida cotidiana e da relação face a face entre agentes e o “povo simples”, o que sugere que o trabalho educativo não ultrapassou os limites do senso comum; e segundo, porque a ação da base esteve controlada por religiosos não fugindo aos mecanismos de controle relacionados ao consenso e à aceitação da autoridade eclesiástica.
6. Com relação à política, em sua sexta tese, Paiva descreve que a incompatibilidade da Igreja com o regime militar foi uma condição para a sua integração na frente de oposições e para a aliança com a intelectualidade, desaguando na ampliação de sua influência no conjunto da sociedade e para a implantação e consolidação de sua face moderna no país. Essa incompatibilidade da Igreja com o regime, teria levado essa Igreja a se envolver com as lutas sociais, principalmente no campo, através do repertório da ação direta. Esse envolvimento esteve marcado por alianças com grupos políticos, através das quais ela somou suas forças a um considerável contingente de

pessoal qualificado, que por sua vez, se integrou a um vasto trabalho político pedagógico, associado ao seu trabalho pastoral.

7. Finalmente, na sétima tese, Paiva apresenta os limites dessa orientação da Igreja e que seriam ditados pela tradição e sua lógica institucional. Fala da “retração” romana, a qual coincide com a abertura política no Brasil com impactos no estreitamento das alianças da Igreja tanto no plano político como intelectual. Essa “retração” informaria o fortalecimento de uma nova direita no interior da Igreja. A ação de sua ala esquerda já não seria condição para sua modernização. A própria “ida ao povo” dotou a Igreja de uma vanguarda de extração popular muito mais controlável e sensível à autoridade que a tradicional vanguarda das classes médias. O espaço do dissenso é reduzido e a sobrevivência da “Igreja Popular” passou a depender de seu enquadramento à nova conjuntura eclesial neoconservadora em nome da unidade da instituição. A “retração” da Igreja e o conseqüente estreitamento do seu arco de aliança e espaço de dissenso aliado à conjuntura política de consolidação da democracia no Brasil, favoreceria a independentização de grupos e forças que até então se abrigaram sobre a Igreja guarda-chuva.

Esse prognóstico de Paiva foi o que realmente aconteceu no país: a Igreja das CEB's (Comunidades Eclesiais de Bases) transformou-se numa espécie de movimento de resistência no interior da instituição. Em muitas dioceses, as CEB's transformaram-se em grupos desengajados de lutas sociais, realizando cultos e reflexões apenas de cunho religioso. Em muitas dioceses, as CEB's não são mais prioridade nos planos diocesanos de ação pastoral. Bispos progressistas se aposentaram, outros foram transferidos para dioceses longínquas e inexpressivas e sob a égide desse neoconservadorismo católico, acomodando-se a um *aggiornamento* compatível com a hegemonia neoliberal, o qual no Brasil, entre outras coisas, tem filantropizado a questão social em compatibilidade com a rede de assistência social católica. Os grupos e forças que se albergaram na Igreja guarda-chuva se autonomizaram, organizaram-se num novo associativismo traduzido nas ONG's (Organizações Não-Governamentais) e outros formatos, ampliando o espectro organizativo da sociedade civil. As próprias entidades chamadas de apoio e organização popular ligadas à Igreja tornaram-se entidades civis e laicas; algumas, inclusive, com o apoio de alguns bispos progressistas, com o propósito de garantir a continuidade do trabalho político-educativo com as classes subalternas da cidade e do campo. Muitas dessas entidades, porém, se independentizaram da Igreja, bem antes dessas mudanças eclesiais, exatamente por influência de grupos e personagens políticos

de esquerda que faziam parte daquele arco de aliança com a intelectualidade. Mas, é questionável dizer que só uma pequena parcela dos agentes desse trabalho “educativo-pastoral” tenha se socializado politicamente, ultrapassando os limites de valores e práticas expressos por utopias e ideologias de justiça social distributiva, de “democracia de base”, “populistas”, “comunitaristas” e outras que remetem a defesa de um autêntico saber e cultura popular, a não ser que se delimite a análise a estritos limites conjunturais.

Um exemplo que reforça a esta argumentação pode ser expresso pela própria ruptura de grupos organizados e de personagens de esquerda, os quais no momento em que a autora analisa, romperam com a Igreja, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra (organismo ligado à CNBB), constituindo e consolidando o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra – MST. Evidentemente que a pedagogia das pastorais populares da Igreja teve um grande sucesso no meio rural ao respeitar o modo de raciocinar do camponês, a sua visão de mundo, e a sua forma de se expressar; valorizando a sua linguagem, as suas canções, a sua arte poética, a sua religiosidade, em suma, a sua cultura; pedagogia essa que está no próprio MST. Se isto guarda alguma identidade com o populismo clássico, com práticas “basistas” ou “comunitaristas”, isso não autoriza dizer que seus agentes não possam se politizar e romper com seus limites e a própria coersão e controle impostos por uma instituição corporativista e alheia ambigualmente às instituições da política e da democracia moderna. Nesta direção, faz sentido colocar-se que o MST é um movimento essencialmente político, com perfil ideológico e tributário de três vertentes: do trabalho pastoral de conscientização e animação dos camponeses realizado pela Igreja Católica através da CPT e pela Igreja Luterana “no Sul do país”; da vertente formada por lideranças do sindicalismo combativo, e das oposições sindicais e que perceberam que a forma da organização sindical, vertical, municipalista, extremamente formal e burocratizada, era um entrave ao avanço da luta pela terra. A terceira vertente foi a dos lutadores sociais que labutavam em diferentes organismos, e que viam na busca pela reforma agrária uma forma de luta contra a ditadura militar e pela democratização do país (Stédile, 1997).

Por outro lado, já o repertório da “ação direta”, que informa o acesamento das demandas populares ao Estado sem a mediação das instituições da democracia política, não tem sido uma prática social limitada às fronteiras de nenhuma instituição, muito menos da Igreja Católica. A “ação direta” faz parte da tradição dos movimentos emancipatórios das classes trabalhadoras, certamente pela falta de outros mecanismos de mediação política. No contexto do Brasil, a incapacidade dos partidos políticos de representar e mediar os interesses

da classe trabalhadora antes e depois da Nova República, o repertório das ações diretas e atos de desobediência civil foram os meios utilizados pelos movimentos sociais agrários para expressar o seu descontentamento com a opressão e a exploração e lutar pela canalização de suas demandas sociais traduzidas em direitos de cidadania civil, social e política. Certamente a ação direta guarda certa ambigüidade, já que o movimento chamado MST, ao mesmo tempo que pressiona o Estado com a ocupação de terra e prédios públicos, obstrui rodovias, promove manifestações públicas e caminhadas etc.; não tem deixado de lutar pelas vias institucionais, inclusive, elegendo parlamentares e promovendo determinadas alianças com representantes políticos sensibilizados com as suas lutas e suas demandas. Essa ambigüidade do termo ação direta, também pode ser revelada pelo uso que faz dela Ortega y Gasset (1987), de perfil bastante conservador. Este autor associa-se ao pensamento de longa tradição, possivelmente desde Platão, que afirma que um dos maiores perigos para a democracia é a intervenção política da “massa dos descontentes” que redundam em “movimentos populares extremistas”, “quando se sabe que os extremismos que a golpearam mais duramente nunca vieram dos movimentos populares, mas das oligarquias poderosas convencidas de que não obteriam seus fins por meios democráticos” (Chauí, 1988:16).

A ação direta dos movimentos sociais agrários é uma resposta à própria prepotência e incompetência do Estado brasileiro, bem como, à impunidade das arbitrariedades daqueles que têm dinheiro e poder e que submetem os trabalhadores rurais a uma enorme violência que pode ser exemplificada pelas longas listas de trabalhadores assassinados; pela expulsão da terra de milhares de camponeses sob o olhar de desprezo de governantes e parlamentares e sob a omissão de uma justiça morosa e conservadora. Como diz José de Souza Martins (1989:12):

“... o campo já não é mais o mesmo. No Araguaia, em Goiás, no Nordeste, no Sul, poetas populares cantam uma nova canção – a que proclama a dignidade dos pobres e dos que trabalham, a que ironiza o inimigo possuído pela vontade de lucro ilimitado do capital e a que faz, assim, na própria ação, a crítica das classes e do Estado que, pelo ganho momentâneo, decidiram, pela violência, transformar o país em imensa pastagem e o povo brasileiro num imenso rebanho. Tenho visto populações de diferentes regiões do Brasil que, no meio do fogo e da luta e, até, diante do sangue derramado, demonstram uma inacreditável capacidade de suscitar poetas e poesia (muitas das quais, aliás, resgatadas e publicadas), menestréis e canções de um insuperável lirismo e de uma imensa força. Pode-se entender porque a cultura popular deste país constitui um arquivo multicolorido, retalhos da história do povo, de canções que celebram o amor e a festa e, freqüentemente, dissimulam a guerra e o luto.”

Memória de um povo que, ao contrário da pequena-burguesia intelectualizada, não separa a festa e a luta, porque sem a festa não tem sentido. A canção e a poesia prefiguram a apoteose do ser em relação ao ter”.

Embora se trate aqui da ação da Igreja num contexto particular, trabalho como o de Carvalho (1985) é de interesse pelas suas conclusões, já que converge com a análise de Paiva (1985). Este autor analisa a ação da Igreja com a questão agrária sob a perspectiva de apreender a dinâmica que a faz presente na conjuntura de 1954-1964. Sublinha ele que este foi o último período do populismo e do nacional-desenvolvimentismo e que foi marcado por transformações no campo e por um projeto de estruturação de uma sociedade industrial. A hipótese é a de que essa instituição se viu obrigada a reformular a sua atuação, sobretudo no meio rural.

Segundo Carvalho, a idéia força dominante nos pronunciamentos religiosos é a concepção do meio rural como comunidade no sentido antropológico tradicional. Nesta direção, para a Igreja, as idéias que buscam compreender a realidade rural por outros parâmetros são consideradas por ela como estranhas, e que vêm do meio urbano. Existiria, para esse autor, a sedimentação de uma perspectiva dualista e polarizadora. Dualista porque desintegra o setor rural da estrutura social da sociedade. Por isso, essa instituição ao condenar o estado de miséria e atraso no campo, não faz uma relação com a estrutura fundiária nem com o modelo do país. Não apreendendo, portanto, a composição social diferenciada e os interesses divergentes que podem ser vistos como resultados da forma como se estruturou historicamente o acesso à terra e aos meios de produção. Polarizadora por opor a cidade ao campo, percebendo-os como elementos separados. Essa visão criaria na Igreja a necessidade de resguardar a comunidade rural de transformações virulentas e que possam escapar de seu controle. Esse julgar da Igreja encontraria, nas palavras de Carvalho, um dos elementos de justificação e legitimação para um novo agir organizando os trabalhadores rurais em sindicatos e assumindo a bandeira da mudança, especialmente a da reforma agrária. Nessa perspectiva, o discurso que orienta a sua ação é caracterizado pelos seguintes pontos comuns: o meio rural como “comunidade”, a negação da luta de classe e o papel da instituição no processo de mudança social.

Não há dúvida de que esse discurso caracteriza-se por um transformismo que é ao mesmo tempo conservador e modernizante. É verdade que a Igreja naquela conjuntura combateu radicalmente o “comunismo”, combateu as Ligas Camponesas e a ação dos partidos de esquerda no meio rural e urbano. Entretanto, isso não significa dizer que muitos dos seus

agentes, principalmente os leigos, não se tenham politizado e se orientado numa outra perspectiva político-ideológica, como é o caso da Juventude Universitária Católica – JUC – da qual saiu grande parcela de seus quadros para construir a Ação Popular – AP. Essa organização produziu uma dissidência composta pela maioria de seus militantes dando origem a APML (Ação Popular Marxista Leninista). Quanto à visão do campo como comunidade em contraposição à cidade como lócus do mal, da contestação, da desagregação e da turbulência; de fato o seu conteúdo está premiado de conservadorismo. No entanto, se essa visão é hegemônica na Igreja, ela não está imune a resignificações por determinados grupos de ativistas dissidentes ou não dessa instituição. Por outro lado, noções como “comunidade”, “reforma agrária”, “sindicalismo”, foram sempre elementos de disputa política-ideológica, podendo ganhar sentidos diferentes em diferentes contextos históricos.

José de Souza Martins (1984:7-12), no período sentido, mostra como nos piores anos de repressão policial militar e privado Pós-1964, a luta popular no campo cresceu e expressou-se através das organizações sindicais e da Igreja. Estas entidades foram às únicas que puderam manter e desenvolver atividades de organização e mobilização dos trabalhadores rurais, mesmo assim, sob violenta repressão. Naquele período, a luta daqueles trabalhadores rurais expressava-se como uma luta pela liberdade e pelos direitos. Nessa luta, o resgate das concepções comunitárias de vida e de trabalho foi necessário para enfrentar as adversidades relativas à própria reprodução social de populações subalternas do campo.

Martins pontua que concepções comunitárias de vida adquirem um sentido amplo nessa situação, sendo no mínimo inadequado buscar as suas raízes na tradição romântica e conservadora do século XIX europeu como fazem alguns intérpretes que invocam o objetivismo positivista como sendo a perspectiva científica adequada para avaliar e reconstituir realidades e situações sociais de que as roças comunitárias, mutirões e outras formas de organizações comunitárias são componentes fundamentais. Além disso, conforme o autor, tal postura “científica” tende a eliminar arbitrariamente elos e mediações sociais permeadores de um enorme período histórico de tensões e contradições que vai da segunda metade de século XIX à segunda metade do século XX. Advoga que nesse período de um século, o contexto político real e histórico da palavra “comunidade” teria sido completamente subvertido pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Advoga, ainda, que o conservadorismo estaria num positivismo disfarçado o qual atribui a essas formas de organizações comunitárias, conteúdos de um pensamento conservador, romântico e anticapitalista, e não na roça comunitária (idem, *ibidem*, pág.10).

Segundo Martins, dessa postura decorrem algumas dificuldades de entender fatos como o que ocorreu em 1980: o episcopado brasileiro, reunido em Itaici, aprovou o documento “Igreja e problema de terra”, através do qual apoiava as diferentes formas grupais e comunitárias que diversos segmentos da população rural estavam pondo em prática. As reações de certos setores acadêmicos e de grupos políticos-ideológicos de identidade definida, passaram a realizar uma crítica contundente do que lhes parecia um absurdo e a marca indiscutível do conservadorismo da Igreja. Na verdade, conforme o autor, a Igreja anunciava e reconhecia a legitimidade de forças de organizações indígenas, de um lado, e grileiros e latifundiários, de outro. Tal leitura positivista daquele documento, nas palavras de Martins, acabou colocando uma análise de direita em muitas bocas “de esquerda”. Assim, conforme Martins:

“Esse fato teve dolorosos desfechos nas coincidências de interpretação entre os escritos desses grupos e as manifestações dos porta-vozes da ditadura militar e dos grupos empresariais mais reacionários do país. Num caso extremo, um desses autores foi procurado e pessoalmente elogiado por um reconhecido grupo de extrema direita. Havia censurado e questionado a concepção comunitária que permeou o referido documento da Igreja, em artigo de jornal de grande circulação, e defendido, como muitos aliás, o caráter economicamente “progressista” da expropriação capitalista no campo”, (idem, ibidem, p. 10).

Entre outras coisas, diz o autor que as formas comunitárias de produção, de trabalho, de vida, na dimensão do enfrentamento político, não foram nem inventadas nem desenvolvidas pela Igreja. Elas nasceram nos anos 50, sob a orientação do Partido Comunista. Nessa época, conforme as linhas definidas no Manifesto de agosto de 1950 e as deliberações do Congresso do partido de 1954, a política agrária desse partido era a política dos territórios liberados. É exemplo dessa prática política a Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (1950-1964). Nessa experiência, os militantes daquele partido:

“consagraram o mutirão, na forma de trabalho comunitário sistemático, juntamente com outras formas de organização coletiva, como meio político de garantir a subsistência dos camponeses e isso com aprovação oficial do Partido. Muitas das experiências que hoje são encontradas em várias regiões do norte do país são direta ou indiretamente inspiradas na experiência pioneira de Trombas, filhas da diáspora resultante da repressão que ali se abateu” (idem, ibidem, pág 11).

Outro autor cuja contribuição faz parte da coletânea organizada por Paiva (1985) é Moacir Palmeira. Ele não está preocupado especificamente com a ação da Igreja no campo, no sentido de elucidar a natureza e os interesses institucionais presumivelmente em jogo nessa ação. Palmeira reconstitui historicamente as lutas dos trabalhadores rurais do período Pré-64 até o início da década de 80. Mostra como o sindicalismo rural vai brotar sobre uma oposição esquerda/Igreja. Já é sabido o peso que teve o “sindicalismo cristão” no nascedouro do movimento dos trabalhadores rurais brasileiros, mesmo que se diga que no seu interior, o sindicalismo animado por órgãos ligados à Igreja não era majoritário e nem correspondia aos sindicatos com maior atuação política (Palmeira, 1984: 45). Casos como o do Rio Grande do Norte, entretanto, parecem contrariar esta afirmação do autor. Existe uma literatura que comprova uma expressividade do chamado “sindicalismo cristão”, no movimento sindical dos trabalhadores rurais, mesmo após o Golpe Militar de 64 (Cruz, 1982; Calazans, 1969).

Autores como Lima (2000), mostram que no Nordeste, nas décadas de 60 e 70, embora a Igreja tenha recuado, havia um certo conflito ou disputa entre seus agentes, atuando nas comunidades rurais, e os sindicatos. Este fato comprova uma certa ruptura com os ideais de um sindicalismo cristão do período Pré-64, operada pelos dirigentes sindicais que continuaram articulando o movimento dos trabalhadores rurais. A ação destes dirigentes teve o papel de fortalecer e ampliar o movimento sindical ao ponto de no final da década de 70 terem construído a maior, senão a mais importante central de trabalhadores brasileiros. É nessa direção que Moacir Palmeira dá a sua contribuição. Segundo esse autor, o MSTR conseguiu se implantar nacionalmente e criar quadros próprios, apesar da repressão que se abateu sobre ele. Assim,

“a necessidade de, por assim dizer, improvisar em matéria de política, sem poder se valer da experiência dos partidos de esquerda banidos da cena política, e com os setores mais combativos da Igreja numa espécie de recesso político até meados da década de 70, fez com que o MSTR desenvolvesse um sentido de autonomia política muito acentuado que, embora externamente, em alguns momentos, gerasse a imagem de um certo isolamento, internamente iria dar à CONTAG crédito para promover a unificação (e até mesmo uma certa homogeneização) de vários setores do movimento, dos mais atuantes aos mais conservadores, que a história passada tendia a dividir” (Palmeira, 1985:47-48).

O fato é que, reivindicando a autonomia com relação à Igreja, ao Estado e aos partidos políticos, o MSTR sob a direção da CONTAG atravessa as últimas três décadas disputando a

representação dos trabalhadores rurais com organismos estatais, com setores organizados da Igreja progressista ou conservadores e com os próprios grupos de esquerda.

Martins (1985), em “A ação da Igreja face à política agrária do Estado”, analisa um novo período de mudanças nessa instituição tendo como centro o problema da terra e a questão indígena que a coloca em conflito agudo com o Estado brasileiro. Interessa-nos, no diálogo com esse autor, mostrar que essa instituição vai apoiar as lutas dos “pobres do campo” defendendo valores, à semelhança do período pré-64, que são básicos de sua doutrina e que têm como centro a idéia de integridade da pessoa e do social. Mas, a importância do diálogo com esse autor se justifica não somente, pelo fato de defendermos a hipótese de que seus militantes engajados nas lutas sociais podem romper com esses valores e com os limites impostos por esta instituição sobre seus membros, mas também, pelo fato de que a instituição em si também muda, seja resignificando esses valores, mudando determinadas concepções, como a da propriedade, redefinindo a sua relação com o Estado e com as classes dominantes, ou mudando uma determinada postura que padece de um certo alheamento à política e ao Estado Moderno.

Para Martins, até 1968, mais ou menos, a posição da Igreja parece ter sido uma posição de expectativa na aplicação do Estatuto da Terra. A partir de 1973, a sua posição muda. Sobretudo, entre 1968 e 1973, a prisão de bispos, padres e agentes de pastoral, era indicativo de que estava havendo conflitos muito sérios em torno da questão da terra e que envolvia as suas bases à distancia das próprias instituições centrais dessa Igreja. Em 1973, há uma mudança da política agrária do governo. Há uma desativação da política de colonização. O governo adota uma política de empresariamento da agricultura, de incentivos, de proliferação de empresas rurais. Portanto, é implantada uma política de governo favorável à grande empresa capitalista no campo e à expropriação das populações rurais. Há um recrudescimento dos conflitos sociais no campo que acabaram envolvendo a Igreja. Assim, para Martins, o problema da terra sobe de importância a partir de duas questões mutuamente implicadas: o problema da terra agudiza o confronto da Igreja com o Estado e o conflito da Igreja e o Estado agudiza o problema da terra, (Martins, 1985:119). Naquele ano de 1973, os bispos do Nordeste produziram o documento “Ouvi os clamores do meu povo” e os bispos das dioceses de Goiás, Mato Grosso e de outros estados que faziam parte da conflituosa região da Bacia do Araguaia-Tocantins lançaram o documento “O grito das Igrejas”. Ambos acolhidos pela CNBB provocaram um certo impacto nos setores governamentais e na opinião pública, apesar do cerceamento e censura vigilante dos governos militares à imprensa e aos meios de

comunicação em geral. Os documentos mostraram um estado de insatisfação com a situação e ao mesmo tempo diagnosticaram o problema social do campo. A Igreja avançou na discussão da questão, em conflito com o Estado. Esse fato é atestado por outros documentos produzidos na época, preocupados sobretudo com a pauperização que começa a aparecer no campo em tempo de “milagre brasileiro”. Assim, enquanto tal milagre acontece, a Igreja denuncia as suas conseqüências: “um processo de pauperização absoluta, que culmina com a expropriação, com a expulsão, com o desemprego, o subemprego, a marginalização, etc” (idem, *ibidem*, pág. 119).

Certamente, desse diagnóstico de pobreza, expropriação e violência no campo surgem vários códigos de linguagem ou expressões densas de significados sociais que anunciam um novo discurso para uma nova prática, tal como a expressão “pobres do campo”. Nesta direção, a Igreja começa a trabalhar o problema da terra não na perspectiva da acumulação como é tratado por partidos políticos de esquerda, mas, na perspectiva da distribuição. Essa divisão distributiva, pontua Martins, é o que vai marcar toda a posição da Igreja até hoje. Nesse momento, a idéia de distribuição está associada à idéia do pobre e da pobreza como conseqüência da expropriação. Pobreza, portanto, abarca uma amplitude e um conteúdo para além da interpretação corrente das palavras pobre e pobreza. Segundo Martins, a Igreja aparece, nesse momento, preocupada com os direitos das pessoas, com o fato de que existem direitos consagrados na lei e que não são respeitados na prática. A questão dos direitos aparece em todas as discussões, não mais se tratando de uma pregação abstrata “dos direitos do homem”, mas, de uma luta para pôr em prática os direitos das pessoas consagrados na lei, incluindo o direito à terra para milhares de camponeses, posseiros e outros grupos sociais do campo, em confronto com o Estado, com o latifúndio e com as grandes empresas latifundiárias. A grande mudança da Igreja, como se percebe, foi aquela com relação à propriedade. Sabe-se que a Igreja era uma intransigente defensora da propriedade, da intocabilidade da propriedade. No entanto, conforme José de Souza Martins, já em 1963, num documento pastoral da CNBB, essa instituição admite que não era tão mal que houvesse desapropriamentos territoriais, inclusive pagos pela via de títulos da dívida pública. Esse avanço coincidia com a posição do grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES – que estava preparando o Estatuto da Terra. Essa lei agrária vai conter um ponto fundamental: “a possibilidade da desapropriação de terras por interesse social mediante pagamentos em títulos da dívida, que viriam a ser títulos da dívida agrária” (idem, *ibidem*, pág. 112).

A noção de propriedade que a Igreja estava defendendo não era a mesma que o Estado defendia. O Estado fazia a defesa da propriedade capitalista, expropriativa, causadora do desenraizamento das populações rurais, estabelecendo não só a miséria econômica, mas também miséria a moral e social. Com isso, nas palavras de Martins, a Igreja começa a denunciar um processo de desumanização do homem. Esse humanismo católico arma a Igreja da crítica ao economicismo da política econômica do governo tanto no sentido de uma certa concepção de lucro quanto de racionalização econômica; uma concepção de razão presente na política do Estado que entra em conflito com a idéia de pessoa, de liberdade, de integridade da pessoa e do social e que configuram aspectos básicos de sua doutrina social. Após 1983, a política agrária do governo apareceria na perspectiva da Igreja, como prática da brutalidade, ao desrespeitar e destruir a pessoa não só enquanto sujeito individual e no sentido burguês da palavra, mas a pessoa como ser social, como realidade social. Na crítica que a Igreja faz ao governo, há a condenação e questionamento da concentração da propriedade, posta em prática pelo Estado, e suas conseqüências para as populações pobres, (idem, *ibidem*, pág. 120). Entretanto, antes da agudização das tensões entre a Igreja e o Estado, haveria, para Martins, uma certa indefinição dessa instituição quanto à clareza de sua oposição a esse Estado. Havia referências à possibilidade de conversão da burocracia do Estado, fato que vai ser contrariado por ele o qual, tenta desativar a sua força política no campo. Em face disto, aconteceria um fato de capital importância: se o Golpe Militar de 1964, fora feito, entre outras coisas, para tirar as populações rurais das mãos das esquerdas, anos depois, com a intensificação das políticas agrárias e econômicas do Estado, saem as esquerdas e entra a Igreja. Só que esta entrada, para Martins, ocorre de uma vez, entra em muitas regiões, inclusive naquelas em que os bispos não tinham uma identificação especial com as posições no interior das estruturas eclesiais chamadas de progressistas. A partir daí, a Igreja passa a ocupar esse lugar mobilizando as populações marginalizadas não só do campo, também das cidades. A sua prática é informada pelos termos “organização” e “organizar”, embora diga que não é um partido político. De fato, a Igreja assume o papel de um partido político, no sentido gramsciano. Assim, como uma espécie de intelectual coletivo, a Igreja atua no sentido da reforma moral e intelectual da sociedade, ocupando o vazio deixado no campo pelos partidos de esquerda (idem, *ibidem*, 121).

Em apoio a essa questão, Martins cita o famoso discurso do general Golbery do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra sobre a abertura política. Esse general dizia que a abertura era necessária para fazer com que certos grupos, entre eles a Igreja, deixassem de

funcionar como partidos políticos. Tratava-se de desativar a função política e partidária que a Igreja acabou desempenhando, sobretudo no campo. Assim, para Martins, mesmo que a Igreja não funcionasse como partido, ela criava os canais, as condições, oferecia uma base de apoio para que as populações pobres do campo se organizassem. E é sabido, o quanto esse apoio foi importante para permitir a mobilização sindical e partidária dos trabalhadores rurais. Na verdade, o Estado tentava, a todo custo, desativar as mediações sociais e políticas que faziam da questão agrária e das lutas dos trabalhadores do campo, uma questão política propriamente dita. Estava acontecendo um processo de militarização da questão agrária no Brasil, não só com a criação dos grupos executivos de terra, mas também com a criação do Ministério dos Assuntos Fundiários, dirigido por um general que era, ao mesmo tempo, secretário do Conselho de Segurança Nacional. Acentua Martins que naquela época já havia três instituições de âmbito nacional, controladas diretamente pelo poder central e manipuladas pelos militares, e já enraizadas no campo. Tratavam-se da Ação Cívico-Social (ACISO), encravada no campo e ligada diretamente ao exército; da Operação Rondon, a qual de operação tornou-se uma instituição de intervenção no campo controlada pelos militares através do Ministério do Interior; e do MOBREAL, o qual associado à questão da militarização¹ da questão agrária, se transformou em “ação comunitária” tentando estabelecer um complicado processo de criação de comunidades estatais de bases no campo; certamente em oposição às Comunidades Eclesiais de Base.

Esses dados sobre a função político-partidária da Igreja são retomados em outra obra por Martins. Ele vai confirmar essa posição em “A questão agrária brasileira e o papel do MST” (1997:11), quando faz uma crítica contundente a uma esquerda que abandonou o campo e, sob uma visão dogmática e fundamentalista do marxismo, vê o desenraizamento do trabalhador rural como algo progressista porque cria o operário e abre caminho para transformar o camponês em cidadão; não vê que tais processos produzem excedentes populacionais e cria uma miséria profundamente desumanizadora, que não politiza e nem anima qualquer possibilidade de uma revolução social. Esse desenraizamento, antes, freia qualquer possibilidade de mudanças sociais mais profundas. Não cria um cidadão (Martins, 1985:120).

¹ Ver Martins, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

Noutro texto de 1989², Martins continua falando que a Igreja assumiu uma tarefa histórica que pelas razões colocadas anteriormente, os partidos políticos não conseguiram compreender: a de mediar a inovação cultural, as novas formas de consciência resultantes da ruptura das velhas relações de dominação e exploração. No pensamento deste autor, uma nova cultura dos pobres do campo nascia, no espaço produzido pelo rompimento dos vínculos de dependência, libertando o trabalhador, por sua vez, libertando o trabalho, e revelando o significado da propriedade. Esta nova cultura estaria centrada no trabalho e suas dificuldades e não na propriedade, concentrava-se na liberdade de quem trabalha e na condenação do cativo, na concepção de direitos produzida pelo trabalho. Assim, para Martins, com a crise das relações de dependência dos camponeses ao senhor e fazendeiro todo-poderoso, haveria uma restituição do trabalho a quem trabalha. Certamente uma ficção que se mantém pela marginalização e exclusão dos expulsos e despejados. Haveria uma condenação da propriedade da terra, que excedia as necessidades de quem a tinha, por sua vez, impondo a privação de trabalho aos que dela dependessem para trabalhar. Privação, portanto, aparece como privação de direito à vida. Se a privação produz a pobreza, esta não é mais vista como uma espécie de castigo ou punição conforme a tradição camponesa.

Nessa nova cultura, a descoberta do real sentido da propriedade da terra num contexto de lutas sociais, estaria impregnada de avaliações morais. Assim, na expressão de Martins:

“... se o proprietário faz da propriedade instrumento da propriedade, se para o pecado não há remédio, se para punição não há perdão, esse princípio está rompido: é a desordem. A desordem desata forças novas, novos princípios reguladores da vida e das relações sociais, novas concepções, novas relações, nova maneira de ver e conceber as coisas e até novas esperanças. Os julgamentos morais que acompanham a redefinição da propriedade e a luta pela terra, carregados de condenações, são a base da legitimidade que os trabalhadores opõem à legalidade que sustenta a propriedade. São também a base das novas formas de viver e lutar, dos mutirões, da posse comum, do enfrentamento da tentativa de ordenar o que foi desordenado”, (idem, ibidem, pág. 23).

Essa visão dos camponeses sobre a propriedade e a luta pela terra converge com a concepção da Igreja sobre a propriedade da terra e a questão agrária. A questão da propriedade da terra, no discurso católico, está intimamente relacionada ao problema de

² Trata-se de Martins, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertadora nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

produção do humano ao colocar entraves para que este humano se revele no homem. Já a questão agrária, na perspectiva católica, está intimamente ligada a isto não porque impeça o desenvolvimento do capitalismo, mas porque impede o desenvolvimento do homem. Brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano. E essa brutalização é a negação de sua humanidade. Nessa perspectiva, acentua Martins, a questão agrária não é apenas uma questão econômica e sim, moral. Por ser uma questão moral, a questão agrária vai se transformar numa questão política, o que por sua vez, vai levar ao confronto da Igreja com o Estado, (idem, *ibidem*, pág. 29).

Talvez por isso, a Igreja teve um êxodo muito grande na organização das populações camponesas, falando uma língua que é entendida pelas populações marginalizadas do campo, tornando-se um elo essencial nas lutas populares do campo. Aliás, conforme este autor, o espaço da Igreja tem sido mais completo do que outros espaços de expressão social e política para os trabalhadores rurais, já que estes têm inquietações, concepções, visões de mundo que não se agasalham bem dentro do princípio do contrato que marca os partidos e os sindicatos. Daí, o papel e a função importante que a Igreja cumpriu no processo de organização desses trabalhadores, à medida que o espaço aberto para a expressão política e social dos pobres do campo cobria toda relação social destes, ao passo que o partido e o sindicato não conseguiam preencher essa função em sua totalidade, (Martins, 1985:124).

Martins reconhece a Igreja como uma instituição corporativa e hierárquica, a qual tem uma autonomia relativa no que se refere às questões político-ideológicas. Acentua, porém, que ela não é uma ilha e seu próprio corporativismo vai se mantendo, modificando-se ou reafirmando, pela mediação de processos sociais. Nesse sentido, não daria para pensar que questões ideológicas e políticas não influenciem na ação da Igreja e que sejam incorporadas e imediatizadas pela sua ação, tanto quanto a ação dos partidos e dos sindicatos (Martins, 1989:26).

É esse caráter corporativo da Igreja que levou essa instituição a uma ruptura irremediável com o Estado, entre outras questões, pelo fato deste, em determinado momento, prender e torturar bispos, padres, religiosos, religiosas e leigos engajados na sua ação pastoral. Essa visão de Martins reforça as hipóteses já apresentadas anteriormente. E mais, para o autor, a Igreja realmente mudou, ela não é mais a Igreja que era no passado. Os passos que deu com relação à questão agrária estão dados. Ela comprometeu-se de uma maneira muito intensa com a luta pela terra, ao mesmo tempo que intensificou o conflito com o Estado. Levou muito

a sério a questão agrária e a luta pela terra no Brasil. Nesse sentido, a Igreja não seria oportunista na manipulação da questão agrária, conforme vozes correntes. Isto é, no sentido de confiar nessa instituição que no fundo estaria disputando o monopólio das almas. Tal oportunismo viria de certos partidos oportunistas, inclusive de esquerda, (Martins, 1985: 123-126).

Vejam-se as questões de como este autor interpreta o “ruralismo passadista e anticapitalista”, “basismo”, “distributivismo”, “comunitarismo” etc que configuram e dão conteúdo à ação dessa instituição. Para Martins, quando a Igreja privilegia certas formas de ocupação da terra, ela não está propondo tais formas como solução, mas resgatando essas experiências em sua extensão política, como dimensão efetiva da prática do conflito social. Quando a Igreja fala de propriedade comunitária ou outras formas que valoriza, ela não está dizendo que estas são solução, mas afirmando que elas são formas de resistência e de sustentação da própria luta social, e que por isso são formas válidas e legítimas. Evidentemente, este autor não nega que a valorização do comunitário tem muito a ver com a própria tradição da Igreja com relação às formas de vida, e, ao mesmo tempo, está relacionada à tradição camponesa que nunca abandonou as bases do pensamento da Igreja. Há, nisso tudo, conforme o autor, um certo caráter anticapitalista evidente. Porém, esse anticapitalismo não vai em direção ao passado, não é um anticapitalismo feudal. Até porque, pensar dessa forma seria subestimar a capacidade de atualização política e histórica da Igreja, especialmente de seus intelectuais. Assim, quando essa instituição fala de comunidade, não lhe dá a conotação existente no pensamento do século XIX, como já disse anteriormente. Na formulação da Igreja, comunidade agora tem um destino histórico, tratando-se de resgatar a contradição presente nas tentativas de desenvolver e valorizar formas comunitárias de enfrentamento com o capital. Assim, ao contrário de experimentarem um retrocesso histórico, essas formas têm uma alta conotação política, (idem, *ibidem*, págs 125-126).

Quanto aos camponeses e outros atores sociais do campo, por força da exclusão política de que são vítimas, têm se tornado sujeitos políticos pelo atalho da resistência local. Nesse sentido, conforme Martins, os trabalhadores rurais têm mobilizado as instituições tradicionais de seu mundo imediato: a família, a vizinhança, a Igreja. Haveria, portanto, um processo de secularização do espaço político, associado ao confinamento da ação dos marginalizados às estruturas políticas locais. Se, este poder local é a sede última do que existe de mais conservador, de uma parcela do poder político que reproduz continuamente o clientelismo, mandonismo e outras gramáticas de dominação, é exatamente aí que os conflitos

sociais assumem a sua face mais radical politicamente. Nesses conflitos, os camponeses também mobilizam politicamente a sua cultura tradicional, inclusive material. As formas comunitaristas de organização estão associadas a essa mobilização cultural como instrumento de resistência ao capital. Entretanto, sugere o autor, sem a mediação dos partidos, os trabalhadores rurais tenderiam a encontrar limites para se tornarem sujeitos ativos do processo político brasileiro, (Martins, 1989: 62-64).

Entretanto, os partidos políticos, na interpretação de Martins, tiveram enormes dificuldades para compreender que a abertura política não ampliou o espaço da participação; ao contrário, esse espaço ficou muito mais estreito com o pacto político de 1984 (da Nova República). Haveria, portanto, enorme dificuldade para compreender que se estava constituindo um espaço novo e paralelo, sacralizado, pela própria falta de mediação propriamente política e canalizadora das demandas dos trabalhadores do campo. Inclusive, para entender que o sagrado não representava o retrocesso, mas busca de uma alternativa, do novo, do necessário e possível, nas condições reais da ampla marginalização política dos pobres, (idem, *ibidem*, págs 64-65).

O regime militar inaugurado, em 1964, operou um divórcio entre as lutas do campo e os grupos políticos, ao mesmo tempo, que forçou o seu enfraquecimento, através de uma política deliberada de reforço ao consórcio entre a propriedade da terra e o grande capital, aumentando o poder do latifúndio, (idem, *ibidem*, pág. 92). Neste cenário, grupos de esquerda terminaram aderindo ao pacto político da Nova República, ao colocarem no lugar da luta pela terra a luta por uma reforma agrária historicamente descontextualizada e basicamente divorciada da práxis camponesa; este fato terminou fazendo da reforma agrária uma luta desfigurada e esvaziada pelo Estado. Por que isto? Porque, segundo Martins, defenderam uma associação vista como necessária entre propriedade e produção, legitimando a defesa do regime de propriedade existente, seu caráter latifundista e concentracionista, convergindo com o discurso da burguesia-rentista e das oligarquias. Com base em seu economicismo empobrecedor, a esquerda não conseguiu compreender que aquilo que estava em jogo nas lutas do campo não era nem produtividade e nem produção, mas o problema político representado pelo regime da propriedade vigente, que reinstaurou as bases econômicas e de classe do conservadorismo e do autoritarismo político e social, (idem, *ibidem*, págs. 93-94).

Nessa questão, a Igreja mostra também os seus limites, possivelmente, entre outras coisas, pela sua visão distributiva, já criticada anteriormente por outros autores. Nessa direção, por meio de seus membros, a Igreja:

“opôs a sua voz à voz dos trabalhadores, a sua luta pela reforma agrária à luta dos trabalhadores pela terra. Aceitou a cooptação proposta pelo regime político. Supostamente em seu nome, houve quem aceitasse opinar sobre a indicação de pelo menos um dos sucessivos ministros da reforma agrária e, em algumas regiões, altos funcionários do ministério e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foram informalmente indicados e apoiados. Portanto, o único grupo de apoio com raízes locais e envolvimento profundo na realidade social, e nos confrontos dos trabalhadores rurais, vacilou no seu papel e no seu compromisso, contribuindo ainda mais para lançar os movimentos e lutas sociais do campo num terreno de impasses e limitações” (idem, ibidem, pág. 94).

Quanto a essa visão claramente distributivista da terra, Grzybowski (1987: 70-71), afirma que ela está associada à visão ruralista no sentido de entender que sua estreita concepção de questão agrária, onde todas as relações são reduzidas à terra e à sociedade é vista a partir desta ótica. Entretanto, a terra é sagrada. Com tal visão, ter-se-ia uma distorção enormemente problemática quanto aos trabalhadores rurais, em razão desses atores sociais não serem vistos enquanto assalariados, mas como sem-terra, gerando, assim, grandes equívocos na prática da Igreja Popular no campo.

Entende-se que, o pressuposto de Grzybowski de que a parcialidade da visão da Igreja sobre a questão agrária tira-lhe força na luta política, dando ao Estado espaço de manobrar, carece de uma maior elucidação. Essa parcialidade, como já vimos em José de Souza Martins, teria como conseqüência à oposição de sua luta pela reforma agrária à luta dos trabalhadores pela terra, inclusive aceitando a cooptação proposta pelo Estado. Também, o próprio fato da Igreja não realizar a mediação propriamente política dos partidos termina confinando os camponeses aos aspectos imediatos da luta pela terra, desfigurando a sua dimensão profundamente política. Tal despolitização dessa luta abre, assim, margens para que o Estado, através de seus próprios mecanismos técnico-burocráticos, filtre as demandas camponesas, transformando-as em solução puramente técnicas. O tratamento administrativo ou técnico-burocrático da questão da luta pela terra e da reforma agrária, termina esvaziando a politicidade da luta, manipulando as questões decisórias e desatrelando-as do contexto concreto no qual ela ganha sentido.

Grzybowski chama a atenção para a diversidade de organismos através dos quais a Igreja tem se expressado no campo. Essa diferenciação de sua ação se deveria à sua intervenção em realidades distintas, às próprias articulações dos seus agentes com a hierarquia e a certas diferenças de métodos de trabalhos, senão a diferentes orientações, já que toda prática tem por trás certa visão de mundo. Ora, se não se pode aceitar, numa visão gramsciana, que em momentos históricos determinados a religião pode se apresentar como uma força aglutinadora das massas oprimidas, enquanto uma concepção ativa de mundo, esta chamada de atenção de Grzybowski leva-nos a pensar a Igreja não como um bloco monolítico, mas como um “jogo de forças”. Tal “jogo de forças”, por sua vez, expressa-se pelo seu caráter politicamente limitado, contraditório, ambíguo, na medida dos diversos interesses em conflito, expressão da sociedade de classes (Benedetti, 1984:08). Com base em tais pressupostos, entram em questão duas interpretações correntes sobre a natureza da ação da Igreja: a primeira está relacionada ao fato desta se apresentar como um bloco totalizante, não dando espaço às diferenças e nem à possibilidade de ruptura de seus agentes com suas orientações “basistas”, “populistas”, “ruralistas”, anticapitalistas passadistas e românticas etc. Nesta ótica a sua dimensão institucional centralizadora, vertical e autoritária transformaria a sua própria ação numa espécie de tutelamento da massa de fiéis, por sua vez, limitando os diferenciados processos de socialização política que esta ação protagoniza e, na medida em que não ultrapassa o senso comum, pela própria carência de mediação propriamente política. A segunda ótica de análise tem sido abraçada por autores, como Doimo (1994), para os quais a Igreja na sua “opção preferencial pelos pobres” teria apenas mudado de tática para assegurar a sua sobrevivência institucional associada à reprodução da classe dominante junto ao mundo moderno não cabendo em formato institucional único nem em uma metodologia comum de ação. O seu espírito incorporativo absorveu até mesmo complicadas linguagens de esquerda, as quais foram se acomodando em inúmeras ONG’s e movimentos sociais por ela aprovados. Doimo completa essa sua leitura do poder incorporativo e reprodutivo da Igreja, enquanto instituição, lembrando o próprio Gramsci, que a considerava uma sociedade civil, “posto que seria portadora de todos os elementos capazes de disputar a hegemonia através da direção ética e moral: concepção de mundo unitário (apesar da constante ruptura da “comunidade de fiéis”), suporte organizacional para difusão de sua ideologia e estrutura material. (Doimo, 1994:89). A autora, entretanto, parece sabotar a própria argumentação ao “satanizar” ou absolutizar o poder incorporativo dessa instituição, a sua coerção sobre a própria intelectualidade, impedindo-a de colocar em questão essa interação e os próprios interesses

em jogo que podem dilacerar elos hierárquicos e provocar dissensões e rupturas no seu próprio interior.

Nesse sentido, não haveria “espaço”, na análise de Doimo, para aqueles que entraram nos movimentos populares por motivações religiosas, afastarem-se deles no processo de ação; não haveria possibilidades dos movimentos sociais, que tiveram o seu apoio, se afastarem de suas influências e do controle de seus agentes. No entanto, a própria diversidade de forças que compõem o que Doimo chama de “campo ético-político” revela a tendência à erosão desse campo, como ela mesma demonstra em sua contribuição teórica, fato que contraria essa absolutização do poder coercitivo ou incorporativo da Igreja Católica. Por outro lado, o “reinado de educação popular”, no qual o laicato sofreu os efeitos da diretividade de instituições, de personagens da esquerda e da intelectualidade, mostrou a sua eficácia para além de “espontaneísmos”, de “basismos”, de excessos e ranços autoritários, de sinais perversos de corporativismo e populismo desqualificadores da ação política; senão para além de atentados desqualificadores da própria democracia e de suas instituições políticas. Como a própria autora acentua, tal diretividade intelectual parece ter fugido desse “poder totalizador” da Igreja, já que através do que chama “reinado da educação popular”, foi capaz de estabelecer padrões de convivência positiva com a institucionalidade mediante a canalização de reivindicações à própria face provedora do Estado. Canalizou recursos de poder na própria construção do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores; investiu maciços esforços na saga das emendas populares tendo em vista a juridificação de direitos na Constituição de 1988, interferindo, inclusive, no sistema de representação de interesses através de mecanismos institucionalizados como os conselhos, a iniciativa popular de projeto de lei, o referendo, o plebiscito, o impedimento, etc.

O enfoque institucionalista sistêmico, adotado por autores como Doimo, embora tenha o mérito de desconstruir (para apreender limitações e empreender desmistificações) e ao mesmo tempo de recompor (para apreender alcances e resultados) o objeto de que trata, termina secundarizando os processos de ação e os seus diferentes sujeitos, privando a reflexão teórica de uma perspectiva do ator, de uma perspectiva frasciológica possibilitadora, entre coisas, da socialização política.

Nessa perspectiva, tentando combinar um enfoque sistêmico (a partir de fora) e a perspectiva do processo e do ator social (por dentro), este trabalho estuda a ação educativa do Serviço de Assistência Rural, privilegiando não somente a eficácia desta ação (os seus

resultados), mas também as possibilidades abertas, pelo processo desta ação, de afastamento e ruptura de sua equipe de educadores com relação aos limites institucionais e inovações religiosas da Igreja Católica. A própria opção dessa equipe de educadores, em trabalhar com assalariados rurais, depois de um processo de discussão interna, sinaliza o seu rompimento com a chamada visão “ruralista”, na qual os próprios assalariados rurais são vistos como “camponeses sem terra”. Parafraçando Benedetti, se queremos captar as possibilidades e limites da atuação de um organismo ligado à Igreja, no apoio às lutas sociais em favor dos oprimidos, necessitamos também considerar que, apesar de ambigüidades e contradições, entre um dirigismo anti-religioso de caráter “científico” (ortodoxo) e o basismo espontaneista de muitos crentes, oscilam várias posições e orientações (idem, *ibidem*).

CAPÍTULO II

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL DA ARQUIDIOCESE DE NATAL

Como sugere Martins, é impossível falar nas mudanças ocorridas na Igreja sem falar nas mudanças ocorridas na sociedade, mesmo que sejam mudanças para conservar a ordem, o que parece ser a regra na sociedade brasileira. Pode-se dizer também que é impossível falar de questão agrária, sindicalismo e lutas sociais no Rio Grande do Norte sem falar da ação do Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal. Este serviço, no período de democratização ocorrido entre 1945 e abril de 1964, foi o principal ator que marcou a presença da Igreja no campo e naquele Estado, através de uma ação social em prol das populações rurais marginalizadas.

O Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal foi fundado, em 1949, por iniciativa do Padre Eugênio de Araújo Sales, com a participação da Juventude Masculina Católica (JMC) e de alguns alunos da Escola de Serviço Social. A organização dessa entidade deu-se num momento de inquietação de alguns sacerdotes preocupados com os problemas sociais no estado do Rio Grande do Norte. Essa iniciativa da Igreja, através da Ação Católica, visava assistir a classe carente da periferia da cidade de Natal; principalmente aquelas pessoas que migraram do campo, em face aos inúmeros problemas sociais enfrentados

pelas mesmas. Ao averiguar esses problemas, a equipe do SAR percebeu que as causas dos mesmos eram oriundas do campo. Para tanto, essa equipe, propôs-se a realizar um trabalho de coordenação e execução da ação sócio-educativa da Igreja no meio rural. O propósito do SAR era amenizar as causas de tais problemas (CRUZ, 1982: 55-56).

Para realizar um trabalho, de forma sistemática, que pudesse cuidar, primeiro, das causas principais que estavam gerando os problemas sociais no campo, o SAR realizou uma pesquisa em várias áreas do Rio Grande do Norte, objetivando conhecer a realidade do meio rural e também chamar a atenção do governo do Estado para os problemas sociais que estavam acontecendo naquele momento. Após a realização da pesquisa, o SAR passou a concretizar seu trabalho, dando prioridade à saúde daquela população carente. Inicialmente, atuou com uma “Volante de Saúde”, formada por um médico e um dentista que iam às comunidades e ali passavam o dia realizando consultas, extraíndo dentes e, ainda, distribuindo medicamentos de primeiros socorros. Era uma assistência que atendia, de forma imediata, aos programas voltados ao desenvolvimento das comunidades em pequenas paróquias. Em 1951, esse trabalho foi ampliado, passando também a dar assistência educacional e agropecuária. Com essa ampliação, o SAR substituiu a “Volante de Saúde” pela “Missão Rural Ambulante”, a qual realizou seu trabalho, através de visitas, inicialmente de um dia e depois de três dias (em razão de um dia não ser suficiente para irem a várias sedes de municípios e povoados do Rio Grande do Norte). Essa atuação do SAR compreendeu o período de 1951 a 1954. Tendo uma visão, ainda, mais ampliada do trabalho, novamente o SAR mudou o nome da missão, passando a ser “Missão Rural de Educação para o Agreste”. Não mais como uma missão que trabalhava com unidades volantes, mas que passava a ter uma sede no município de Nísia Floresta, onde funcionou de 1954 a 1965. O serviço que o SAR vinha realizando era tão intenso que, após 10 anos de sua criação, contava com a atuação de 16 núcleos nos municípios de Nísia Floresta, São José de Mipibu, Arês, Goianinha e Monte Alegre, bem como com 24 grupos organizados, 6 grupos cooperativistas e uma cooperativa (idem, *ibidem*, 57 apud SAR, Plano de Trabalho – 74, Natal, 1974, p.17).

Após alguns anos, como citado anteriormente, esse serviço foi diversificado e ampliado a um número maior de comunidades. Entretanto, a preocupação da Igreja não era apenas como lado material, ela também estava preocupada em perder seus fiéis frente às mobilizações dos movimentos sociais, que vinham ocorrendo no campo pela ala comunista, as quais vinham crescendo entre os camponeses, através dos sindicatos organizados pelo PCB e

também porque a Igreja não queria a entrada das Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte, fato que vinha ocorrendo nos estados de Pernambuco e da Paraíba.

Para cobrir o lado da mobilização política que vinha envolvendo o camponês, o SAR realizou um trabalho que foi desenvolvido, primeiro através de treinamentos para líderes, advindo da experiência de trabalhos realizados com grupos informais e lideranças voltadas para clubes de mães, clubes de jovens, clubes agrícolas, núcleos de artesanato e centros sociais e que deu origem a um convênio com o Ministério da Educação e Cultura, através da Campanha Nacional de Educação Rural. Em segundo lugar, veio a educação pelo rádio, criando-se escolas radiofônicas, fato ocorrido em 1958, pondo em prática uma experiência colombiana de educação pelo rádio, observada por D. Eugênio Sales em uma de suas viagens a esse país. Salientamos que esse acontecimento se constituiu num dos marcos do chamado Movimento de Natal.

No início dos anos 60, a Igreja, além do trabalho que vinha realizando, voltou sua atenção também para a organização e mobilização sindical. Um exemplo claro dessa atitude foi a sua ação através do SAR, criando um Setor de Sindicalização Rural, no qual passou a mobilizar e treinar líderes sindicais e dar orientações sobre a formação de sindicatos (MEDEIROS, 1989:76-77). Boa parte do trabalho da formação sindical foi realizada pelos programas radiofônicos na rede de emissoras controladas pela Igreja e pelos párocos nas comunidades atendidas por essa Arquidiocese. Além de trabalhar para conscientizar a população rural dos perigos do comunismo, foram realizadas várias reuniões com o propósito de esclarecer os trabalhadores sobre os seus direitos, através de cartilhas elaboradas, especificamente, para esse fim. Diante desse trabalho em prol do sindicalismo no Rio Grande do Norte, em 15.11.1960 foi fundado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais, organizado pela Igreja, nesse Estado, no município de Serra Caiada, atualmente denominado Presidente Juscelino Kubitschek (CRUZ, *idem*, p. 59).

Essa atuação da Igreja, através do SAR, no caso do Rio Grande do Norte, confrontava o Estado para a realização de uma política governamental que viesse atender não apenas o setor urbano e a classe patronal do setor rural, mas também que tivesse incluído na sua política governamental a população de baixa renda do campo.

A importância e o sucesso da ação educativa do SAR, através do rádio, deu-se por duas razões: de um lado, era uma população, que de certa forma, vivia isolada; e por outro, porque o rádio, além de ser uma novidade, também atingia várias pessoas ao mesmo tempo. Essa atuação do SAR deu origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), criado através

de um convênio assinado entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Presidência da República, em março de 1961, pelo Decreto-lei nº 50.270. Tal movimento não só foi uma experiência pioneira no Rio Grande do Norte, mas na sociedade brasileira. Além do mais, consolidou a estrutura de mobilização do trabalhador rural através da escola radiofônica, como também do sindicalismo (CRUZ, *idem*, p. 57-58).

A organização sindical, através do setor de Sindicalização Rural, do SAR, no Rio Grande do Norte, apresentou um processo de expansão bastante considerável, a ponto de, no final de 1962, o Estado já contar com mais de 25 sindicatos organizados e mais de 35 mil associados. Além dessa expansão da organização de sindicatos no Rio Grande do Norte, foi organizada a Federação de Trabalhadores Rurais na Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte. Não se tem a clareza se esta entidade foi organizada pela Igreja ou pelo Partido Comunista. O que se sabe é que tanto um como o outro procuraram dar entrada à documentação para o registro da Federação no mesmo dia.

De 1960 a abril de 1964, grande foi a expansão do sindicalismo rural tanto no Rio Grande do Norte como em todo Brasil. Entretanto, com o Golpe Militar, em abril de 64, o processo de sindicalização no país e no Rio Grande do Norte foi, praticamente, tolhido, passando a ser controlado pelas forças militares, as quais extinguíram vários sindicatos, desfizeram várias diretorias dos sindicatos que não foram extintos, atacaram algumas federações e controlaram a atuação da CONTAG, até o final de 1967. O sindicalismo não foi totalmente desfeito, antes cresceu e expressou-se, porque contou com um certo apoio da Igreja, em todo esse período de repressão militar. Entretanto, até 1968, a posição que a Igreja deixou transparecer foi de expectativa na aplicação do Estatuto da Terra. Após esse período, ela apresentou uma nova postura, podendo ser destacado o intervalo de 1968 a 1973, quando enfrentou uma séria perseguição, revelada através da prisão de bispos, padres e agentes de pastoral, fatos decorrentes do engajamento desses agentes no movimento de resistência à Ditadura Militar. Nesse último ano (1973), o governo apresentou uma nova política agrária, a qual veio, por um lado, beneficiar a grande empresa capitalista no campo e, por outro lado, provocar a expropriação das populações rurais. Esta política governamental provocou um recrudescimento dos conflitos sociais no campo que acabaram envolvendo a Igreja e levando a mesma a um confronto com o Estado, redundando em duas questões mutuamente implicadas: o problema da terra agudiza o confronto da Igreja com o Estado e o conflito da Igreja e do Estado agudiza o problema da terra (Martins, 1985:119). A situação da conjuntura social brasileira era tão séria que levou representantes da Igreja, em 1973, a produzirem dois

documentos: um na região Nordeste, intitulado: “Ouvi os clamores do meu povo” e o outro na região da Bacia do Araguaia-Tocantins, “O grito das Igrejas”, ambos acolhidos pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com esse posicionamento, a Igreja critica a progressiva marginalização dos trabalhadores rurais, dos posseiros e dos pequenos proprietários, vítimas da voracidade do latifúndio e da penetração do capitalismo no campo. A pobreza crônica das populações rurais nordestinas, o massacre e o dilaceramento das populações indígenas são denunciadas como resultado da expansão capitalista no campo sob a direção do Estado. O campo torna-se palco de violência e conflitos sociais. Em decorrência de tais constatações, a Igreja cria o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e em 1975, cria a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta última teria o papel de articular um trabalho de apoio aos trabalhadores rurais de todo o país, principalmente, em suas lutas pela terra e pela Reforma Agrária (Martins, 1989: 53-55).

A atuação da Igreja não acontecia, especificamente, apenas no Estado do Rio Grande do Norte, nem tão pouco era realizada apenas pelo SAR. Havia uma atuação dessa Instituição por todo o País a qual era realizada por outros organismos ligados à mesma, como: CIMI, CPT, ACR, MER, Pastoral Rural etc., organismos que tiveram suas origens em outros movimentos, como por exemplo, o MER (Movimento de Evangelização Rural) que era um sucedâneo da antiga Juventude Agrária Católica (J.A.C.). Estes organismos trabalhavam com parcelas específicas da população da zona rural, bem como tinham objetivos específicos. Poder-se-ia indagar se esses vários organismos eram para atender, de forma mais precisa, cada grupo social específico do campo ou se era uma forma exclusiva de não dividir sua hegemonia frente a outros organismos que não estivessem ligados a ela. Um exemplo dessa compreensão seria o fato da fundação de Ligas Camponesas e sindicatos, no período Pré-64, que provocaram uma disputa entre o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PSB (Partido Socialista Brasileiro) de Julião e a Igreja, quanto à direção das lutas e das organizações dos camponeses nordestinos. Como salientou GALJART (1965), tanto antes como agora, aparentemente, não eram os pobres do campo que reagiam à miséria, à pobreza crônica, à violência e à injustiça. Eram os de fora, do mundo rural, duma classe média envolvida numa ação “libertadora” desses pobres do campo: estudantes, religiosas, padres, bispos, militantes de esquerda e intelectuais.

No final da década de 70 houve toda uma mudança na equipe de educadores do SAR. Alguns agentes afastam-se da entidade para exercerem outras atividades fora da Igreja, como exemplo, para serem professores universitários. A própria ascensão de um novo bispo ao

cargo de Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Natal cria condições para uma maior abertura aos conflitos de terra que começam a emergir em vários lugares do Estado. Entram novos agentes educadores, os quais passam por todo um processo de capacitação e ao mesmo tempo entram em articulação com serviços pastorais da CNBB tais como a CPT e, principalmente, a histórica Comissão Pastoral Rural, do Palácio Giriquiti, da Arquidiocese de Recife; uma espécie de coordenação intereclesial de equipes pastorais e de movimentos leigos voltados para os problemas agrários da região Nordeste. Conforme depoimento de uma ex-educadora do SAR, o próprio Bispo Auxiliar de Natal, Dom. Antônio Soares Costa desafia a equipe do SAR a articular no âmbito pastoral o problema da terra e dos conflitos agrários provocados pelo processo de modernização da agricultura, elevada à quinta-essência pela ação do estado brasileiro. É tanto que membros da equipe do SAR estiveram presentes à reunião para a criação do movimento dos trabalhadores sem-terra em Goiânia – Go, em 1984.

O SAR continuou sendo um braço da Igreja Católica na construção do sindicalismo rural. Passou a se articular com a CPT, a partir da segunda metade da década de 70 e nos anos 80. Num primeiro momento realizou um trabalho quase molecular de organização de pequenas comunidades rurais em torno de associações e cooperativas de pequenos produtores. Através dessas associações financiou projetos de cunho sócio-educativos e produtivos. Este trabalho objetivava, entre outras questões, a formação de novas lideranças com o intuito de disputar a direção dos sindicatos. Na década de 80, o SAR priorizou a luta pela terra e pela Reforma Agrária, exercendo no âmbito da Arquidiocese de Natal, o papel que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) exercia noutros estados e dioceses. As razões dessa prioridade já são por demais conhecidas nas análises de atuação da Igreja na organização e apoio às lutas dos trabalhadores rurais³. O fato é que, em entrevistas realizadas com pessoas que atuavam no SAR nesta época, foram unânimes as respostas que explicitavam o porque da prioridade da luta pela terra e reforma agrária: luta radicalmente anticapitalista, já que atingia o capitalismo no seu cerne: a propriedade da terra; o latifúndio, base de sustentação das oligarquias e de seu poder político, por sua vez, responsável pela reprodução da pobreza crônica no campo e da marginalização social secular das populações rurais dilaceradas pela modernização conservadora patrocinada pela ação estatal.

Mais do que visão ruralista e passadista tendo como fulcro a reconstituição da comunidade camponesa ideal, mais do que corporativismo e solidarismo cristão na defesa de

³ Ver sobre este assunto R. Romano Brasil: Igreja contra o Estado, São Paulo, Kairois, 1979. Vanilda Paiva, Igreja e Questão Agrária, São Paulo, Loyola, 1985. Neide Esterici (org.), Cooperativismo e Coletivismo no Campo: questão sobre a prática da Igreja Popular. Editora Marco Zero, Rio de Janeiro, 1984.

modos de vida dilacerados pela penetração do capital na agricultura; o fato é que a Igreja através do SAR se tornou ao lado da FETARN e dos sindicatos, um canal de expressão política dos camponeses envolvidos em conflitos de terra no Rio Grande do Norte. Como nos demais estados, usou seu peso institucional e político em face do Estado, procurando construir espaços e canais de participação favoráveis ao acesso dos agricultores aos recursos públicos de programas e projetos governamentais que se diziam voltados para a redução da pobreza do mundo rural, (GRZYBOWSKI, 1987:65). Ao lado desta ação do SAR, as lideranças da FETARN e dos Sindicatos, também se faziam presentes nos conflitos de terra e na luta pela Reforma Agrária, muitas vezes em luta com a ação deste organismo da Igreja, principalmente, por ocasião das disputas pela direção dos Sindicatos em suas áreas de influência. Por outro lado, a FETARN, os Sindicatos e a CONTAG, encetaram um trabalho, a partir de 79, de organização da luta dos assalariados da cana pela vigência e ampliação dos direitos consagrados em lei e não respeitados pelos usineiros, fornecedores de cana e empresas alcooleiras. Constituíram-se de fato a direção das lutas dos trabalhadores assalariados da cana. Inicia-se um processo de organização política desses assalariados e com impactos significativos. A própria novidade da emergência dos assalariados da cana no cenário político e social como demandantes de direitos e pela primeira vez na história das lutas sociais das classes subalternas do campo e no contexto do Rio Grande do Norte, se constitui em si mesma, um fato digno de registro e de estudos.

CAPITULO III

CARACTERIZAÇÃO DA ZONA CANAVIEIRA DO RIO GRANDE DO NORTE - RN

1.1. LOCALIZAÇÃO

A cana de açúcar é uma cultura agrícola que ocupa a faixa úmida litorânea da região Nordeste. Esta faixa estende-se desde o vale do Ceará-Mirim no Rio Grande do Norte-RN até o Recôncavo Baiano. Esta área tornou-se conhecida como Zona da Mata por causa da Mata Atlântica. É uma faixa de terra que apresenta pluviosidade elevada, terras bastante férteis, terrenos de massapé e várzea. Portanto, apresenta condições edafoclimáticas ideais para a cultura da cana.

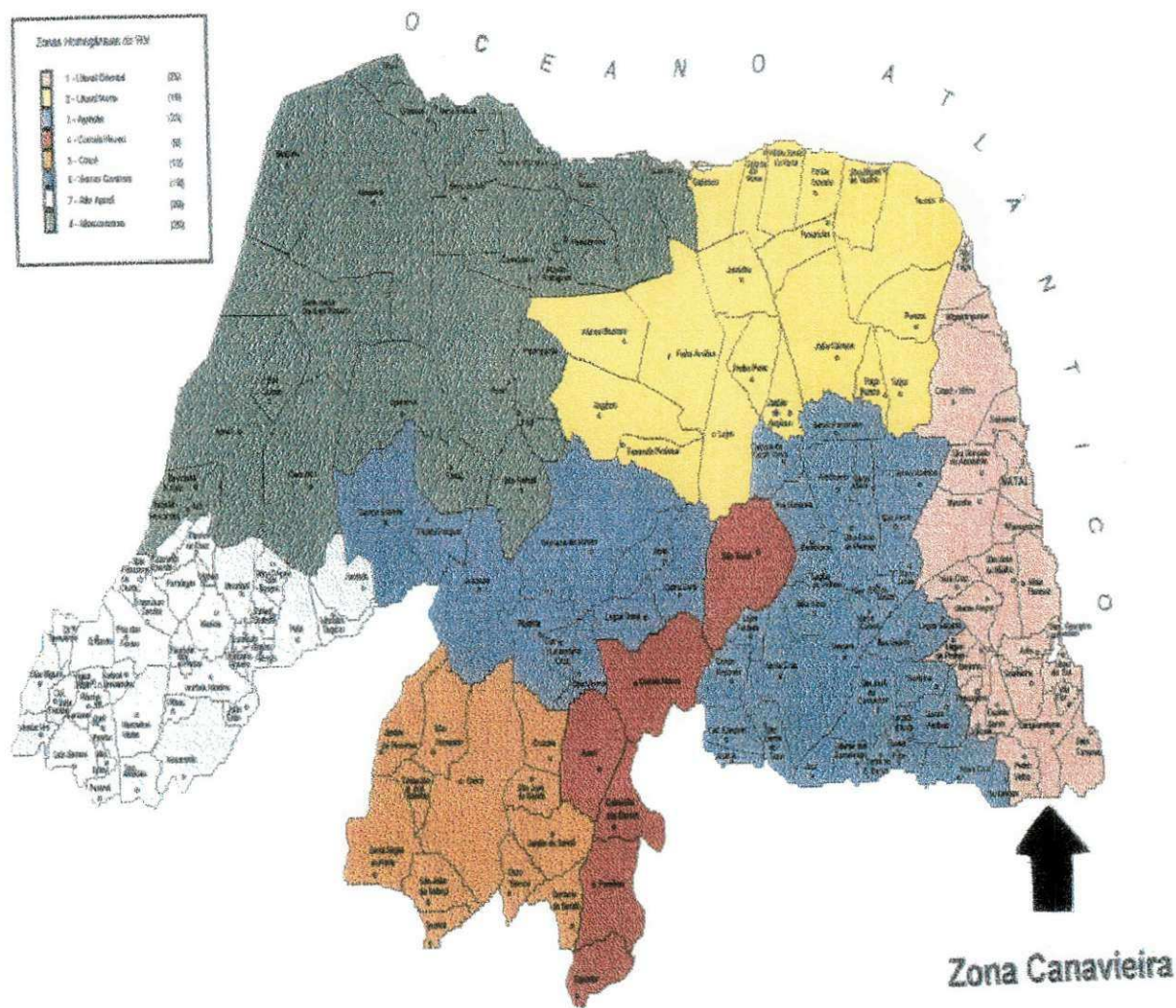
Fazendo parte do contínuo da “plantation” canavieira da faixa litorânea do Nordeste, a cana de açúcar no Rio Grande do Norte é cultivada, em sua maioria, nas Microrregiões Homogêneas: Litoral Oriental; Litoral Norte e Agreste. Mais especificamente nos municípios de: Ceará-Mirim, Maxaranguape e São Gonçalo do Amarante, Arês, Baía Formosa,

Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Nísia Floresta, Pedro Velho, São José de Mipibu, Tibau do Sul, Várzea, Vila Flor, Taipu, Ielmo Marinho e Montanhas. Estes municípios concentram, praticamente, toda a produção de cana do estado. Os municípios de Pureza, Vera Cruz, Parnamirim, Extremoz e Macaíba são, basicamente, fornecedores de mão de obra no processo produtivo dessa cultura. Veja no mapa nº 01, a zona canieira do Estado do Rio Grande do Norte.

Esses 22 municípios, em 1993, contavam com uma população de 154.485 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco) habitantes, correspondendo a 23,41% da população rural do Estado (Anuário Estatístico IDEC/1993).

GRÁFICO Nº 01

**Mapa 1 – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:
Municípios do Estado, segundo as Zonas Homogêneas**



1.2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

- **PRODUÇÃO E ÁREA OCUPADA PELA CANA DE AÇÚCAR NO RN**

O Rio Grande do Norte ocupa uma área de 53.306,8 km². A divisão político-administrativa desse Estado, em 1997, correspondia a 166 municípios. A cultura da cana era cultivada, nesse ano (1997), em maior ou menor escala, em 56 desses municípios, ocupando uma área de 54.693 hectares. (Ver anexo nº 08)

Antes da década de 70, a área ocupada pela cana de açúcar no estado era praticamente insignificante com relação à região Nordeste. Esta situação passou a mudar na segunda metade dessa década, quando o Governo Federal lançou o Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL, em 1975. Com esse Programa de incentivo, o cultivo da cultura da cana de açúcar tomou novos rumos na região Nordeste, e no Rio Grande do Norte. Segundo NOVAES (1993:66-67), a implantação dessa política agrícola provocou uma expansão da atividade sucroalcooleira nas mais diversas microrregiões da zona canavieira da região Nordeste, malgrado fatores restritos, ligados à qualidade do solo e à topografia do terreno. No Rio Grande do Norte, por exemplo, a lavoura canavieira ocupou nessa época os tabuleiros arenosos, por facilitar o uso da mecanização, e esta associada à biologização⁴ e quimificação.

Apesar do solo de tabuleiro ser inferior ao solo de várzea, em termos de fertilidade, a área de cana cultivada nesse tipo de solo, no período de 1987/1990, correspondia a 80% da área total plantada com a cultura da cana no Rio Grande do Norte. A primazia ao solo de tabuleiro, como já foi citado anteriormente, deu-se em razão deste suportar a mecanização, permitir a utilização de adubos e a adoção de técnicas agrícolas modernas, o que enseja a elevação do rendimento médio por hectares. Além do mais, as áreas dos solos de várzeas encontravam-se praticamente com suas capacidades de produção esgotadas, em virtude da intensidade de seu uso anos após anos de cultivo (SAR, 1990: 4).

⁴ A biologização referia-se às pesquisas realizadas pelo PLANALSUCAR sobre as variedades de canas que oferecessem maior teor de sacarose e que fossem mais precoces.

Em toda a década de 60, a produção da cana moída não atingiu 331.000 toneladas por ano, mas esteve variando entre 200.000 e 331.000 toneladas. Na década de 70, a produção iniciou com 281.550 toneladas e chegou no final dessa mesma década a 1 milhão 272 mil e 257 toneladas, aumentando mais de 350% da produção, principalmente nos dois últimos anos. No início da década de 80, ocorreu uma redução da produção em relação ao ano anterior, fato ocorrido apenas em um ano, voltando a aumentar a produção no ano seguinte e prosseguindo até 1987, quando atingiu 3 milhões 578 mil e 335 toneladas. Esta foi a maior produção, até hoje (maio de 2001), em toda a história da cultura da cana no estado do Rio Grande do Norte. Após 1987, aconteceu uma redução na produção dessa cultura, mas, em 1991, novamente voltou a crescer e ultrapassou os três milhões de toneladas. No entanto, a partir dessa safra, passou a declinar, chegando no final da década de 90 a 1 milhão 684 mil e 508 toneladas de cana, correspondendo a menos da metade da produção do início dessa década (90). Estes dados podem ser conferidos na Tabela I.

A procedência da cana moída no Estado do Rio Grande do Norte desde os anos 60 até a primeira metade da década 90, de conformidade com os dados da Tabela I, deu-se da seguinte maneira: da década de 60, até as três primeiras safras da década de 80, foram, em mais de 50%, produzidas por fornecedores. Desse período podemos destacar que as safras de 1965/1966 a 1969/1970, os fornecedores produziam quase 70% de toda cana moída na produção de açúcar e álcool no Estado. A partir da safra de 1984/1985 até à safra de 1994/1995 a procedência da cana moída foi sendo invertida, chegando na safra de 1994/1995 a 77% de toda cana moída pelas usinas e destilarias ser produzida pela própria usina. Se, no início da década de 80, os fornecedores proporcionaram 825.014 toneladas de cana do total de 1.272.257 toneladas que foi moída pelas usinas naquela safra, representando 65% de toda produção, na safra de 1994/1995, a realidade era outra. Das 2 411 315 toneladas de cana moída nessa safra (1994/1995), os fornecedores contribuíram apenas com 544 874 toneladas, representando apenas 23% de toda a produção dessa safra. Embora tenha ocorrido essa redução entre a cana fornecida à usina e a produzida pela mesma, a produção total da cana, ano a ano, permaneceu quase constante. Tal fato demonstra que ocorreu uma reconcentração de terras utilizadas diretamente pelas usinas no cultivo da cana, bem como, uma maior concentração de renda e capital (Lima, 2000).

Tabela I – PRODUÇÃO DA CANA MOÍDA, NO RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDO A PROCEDÊNCIA NAS SAFRAS DE 1960/1961 A 1994/1995

DISCRIMINAÇÃO/ SAFRA	CANVA MOÍDA (T)				
	Própria	%	Fornecedores	%	Total
1960/1961	79.706	38,55	127.069	61,45	206.775
1961/1962	107.957	41,81	150.260	58,19	258.217
1962/1963	95.164	36,88	162.854	63,12	258.018
1963/1964	82.777	36,85	141.852	63,15	224.629
1964/1965	80.463	34,96	149.687	65,04	230.150
1965/1966	104.535	32,18	220.258	67,82	324.793
1966/1967	102.321	31,44	223.105	68,56	325.426
1967/1968	89.750	34,66	169.224	65,34	258.974
1968/1969	89.845	33,12	181.384	66,88	271.229
1969/1970	103.544	31,36	226.672	68,64	330.216
1970/1971	103.636	36,81	177.914	63,19	281.550
1971/1972	138.291	36,56	239.968	63,44	378.259
1972/1973	126.452	33,79	247.778	66,21	374.230
1973/1974	127.954	37,49	213.301	62,51	341.255
1974/1975	182.149	45,00	222.642	55,00	404.791
1975/1976	225.830	45,81	267.170	54,19	493.000
1976/1977	324.914	44,77	400.746	55,23	725.660
1977/1978	374.455	41,79	521.631	58,21	896.026
1978/1979	534.118	44,31	671.236	55,69	1.205.354
1979/1980	447.243	35,15	825.014	64,85	1.272.257
1980/1981	799.542	51,12	764.418	48,88	1.568.960
1981/1982	598.017	49,62	607.133	50,38	1.205.150
1982/1983	1.007.442	47,20	1.126.951	52,80	2.134.393
1983/1984	999.309	47,59	1.100.570	52,41	2.099.879
1984/1985	1.146.653	51,81	1.066.534	48,19	2.213.187
1985/1986	1565.084	53,05	1.385.871	46,95	2.950.455
1986/1987	2.028.251	56,68	1.550.087	43,32	3.578.335
1987/1988	1.633.680	54,48	1.364.815	45,52	2.998.495
1988/1989	1.478.426	55,80	1.171.260	44,20	2.649.686
1989/1990	1.361.979	53,83	1.168.094	46,17	2.492.046
1990/1991	1.295.804	59,73	873.652	40,27	3.127.386
1991/1992	1.298.769	68,08	608.934	31,92	2.557.212
1992/1993	1.643.837	71,32	661.043	28,68	2.304.880
1994/1995	1.866.441	77,40	544.874	22,60	2.411.315

Fonte: MIC/IAA – 1979/1998; Jornal a Tribuna de 1988; Sonal, apud Barros (1997) e IBGE - levantamento Sistemático da Produção Agrícola em fev. de 2001.

Antes da década de 90, o número de fornecedores de cana para as usinas era de 1100. Entretanto, apesar da produção permanecer quase constante, o número de fornecedores foi sendo reduzido, chegando a 350 fornecedores, em 1993 (Relatório Anual de Atividades do SAR, 1993:26). Essa redução de 785 fornecedores de cana, em mais ou menos uma década, representava 71,36% do total de fornecedores do início dos anos 80. Os que desapareceram tenderam a vender suas terras para saldar dívidas ou a arrendá-las às usinas ou simplesmente mudaram de atividade (Lima, *idem ibidem*). Entretanto, enfatiza-se que, a parte da categoria patronal que permaneceu nesta atividade agrícola, passou a configurar-se como atores sociais do processo de terceirização desse setor, visto que esses fornecedores passaram a utilizar suas terras para plantar cana com o objetivo de vender a sua produção como parte da matéria prima utilizada nas usinas e destilarias.

Os dados a seguir mostram a expansão da área ocupada com o plantio da cana de açúcar a partir da safra de 1979/1980. Nesta safra (1979/1980), a área total ocupada por essa cultura era de 26 000 hectares. Após quatro anos, na safra de 1983/1984, a área cultivada total havia sido ampliada em 20.500 hectares, passando para 46 500 hectares, representando um crescimento da área em torno de 78,85% em relação à safra de 1979/1980. Este fato redundou num crescimento da produção em 65% com relação à safra desse ano. A ampliação da área total continuou e na safra de 1986/1987, atingiu 67 000 hectares. A produção neste último ano foi de 3 578 335 toneladas de cana e empregava cerca de 3% do total da mão de obra rural do estado⁵ (ver Tabela II). Esses dados mostram que a cultura da cana em oito anos apresentou um crescimento da produção acima de 181% e sua área total cresceu em torno de 158% com relação à safra de 1979/1980. Essa ampliação não se deu por acaso; foi resultado de dois fatores básicos: 1) aumento da área através de financiamento a baixos juros; e 2) incentivos para implantação de destilarias de álcool com subsídios governamentais.

Ainda, de conformidade com os dados apresentados na Tabela II, a área total plantada com a cultura da cana declinou após a safra de 1986/1987, chegando no início da década de 90, mais precisamente, na safra de 1991/1992, a uma área total de 44 800 hectares, correspondendo a um declínio em torno de 33%, em relação à safra de 1986/1987. Na safra de 1992/1993, ocorreu um crescimento da área total de 10701 hectares, representando em termos percentuais, uma ampliação de 23,89% em relação à safra de 1991/1992. Nas duas safras seguintes (1993/1994 e 1994/1995) ocorreram, novamente, reduções da área total em mais de

⁵ Cf. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte. Projeto EDUCANA – Educação Sindical dos Trabalhadores Assalariados da Cultura da Cana de Açúcar do Estado do Rio Grande do Norte, dezembro de 1993. Conferir ainda: Projeto EDUCANA. Natal, FETARN, novembro de 1987.

1.700 hectares em relação à safra de 1992/1993. A partir da safra de 1996/1997 até à safra de 1999/2000, a área total ocupada com a cultura da cana no estado do Rio Grande do Norte, foi sendo reduzida, ano a ano, chegando na safra de 1999/2000 a uma área total de 42 545 hectares, representando uma redução em termos percentuais de 23,6%, em relação à safra de 1995/1996.

A produtividade da cana por hectare nas décadas de 80 e 90, conforme demonstra a Tabela II, apresentou o maior índice na safra de 1980/1981, 65,37 toneladas por hectare. Na safra seguinte (1981/1982), a produtividade apresentou o índice de 30,13 toneladas por hectares, correspondendo ao menor índice de produtividade nessas duas décadas (80 e 90), apesar da área plantada total nesta safra, a de 1981/1982, ter crescido em 14.000 hectares, em relação à safra de 1979/1980, representando em termos percentuais 53,85%. Após esta safra, a produtividade deu um novo impulso, passando para 49,18 toneladas por hectare, declinando nas safras de 1983/1984 e 1984/1985 e retomando o crescimento nas safras de 1985/1986 e 1986/1987. Nos três primeiros anos da década de 90, declinou novamente, mas nas safras de 1992/1993 e 1994/1995 deu novos impulsos, chegando a 54,03 toneladas por hectare nesta última safra (1994/1995). A produtividade, ano a ano, foi sempre variante, ora essa variação foi para mais, ora para menos. Pode-se constatar que as variações para menos, geralmente, ocorreram em épocas de secas. Além dessa questão, também contribuíram para essa redução, a aplicação do incentivo vertical, por parte do Governo Federal, em 1985, o qual era uma política de saneamento que tinha o objetivo de se adequar aos imperativos mercadológicos dessa época.

Analisando, ainda, os dados da Tabela II, verifica-se que a safra de 1998/1999 apresentou a menor produção dessa década, bem como a menor produtividade, 34,04 toneladas por hectare, não só da década de 90, mas dos últimos dezesseis anos de produção da cultura canavieira no Rio Grande do Norte. Consideramos que esse fato tenha sido decorrente de mais uma seca na região Nordeste, a qual provocou uma redução na produção, bem como refletiu-se no teor de sacarose dessa safra (1998/1999). Entretanto, de acordo com o levantamento sistemático da produção agrícola realizado pelo IBGE (fevereiro de 2001), a cultura da cana de açúcar, no ano 2000, deu um novo impulso em relação à safra do anterior, passando para uma produtividade de 39,59 toneladas por hectare.

Tabela II – PRODUÇÃO DA CANA MOÍDA, ÁREA PLANTADA E PRODUTIVIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE, NAS SAFRAS DE 1979/1980 A 2000/2001

DISCRIMINAÇÃO/SAFRA	CANA MOÍDA TOTAL (T)	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUTIVIDADE Ton. Cana/há
1979/1980	1.272.257	26.000	48,93
1980/1981	1.568.960	24.000	65,37
1981/1982	1.205.150	40.000	30,13
1982/1983	2.134.393	43.400	49,18
1983/1984	2.099.879	46.500	45,16
1984/1985	2.213.187	53.500	41,37
1985/1986	2.950.455	60.308	48,92
1986/1987	3.578.335	67.000	53,41
1987/1988	2.998.495	- ⁶	
1988/1989	2.649.686	52.270	50,69
1989/1990	2.492.046	54.380	46,53
1990/1991	3.127.386	51.580	42,06
1991/1992	2.557.212	44.800	42,58
1992/1993	2.304.880	55.501	51,69
1993/1994	2.350.347	53.776	43,71
1994/1995	2.411.315	53.723	54,03
1995/1996	2.425.604	55.688	43,56
1996/1997	2.378.465	55.143	43,13
1997/1998	1.935.633	47.051	41,13
1998/1999	1.596.678	46.912	34,04
1999/2000	1.684.508	42.545	39,59
2000/2001	1.977.944	50.656	39,05

Fonte: MIC/IAA – 1979/1998; Jornal a Tribuna de 1988; Sonal, apud Barros (1997) e IBGE - levantamento Sistemático da Produção Agrícola em fev. de 2001.

Em 1987, ano de maior produção de cana no Rio Grande do Norte, o valor dessa produção foi tão significativo para o Estado, que a colocou em 2º lugar, entre as principais culturas do Rio Grande do Norte nesse ano. Nessa época, esta atividade agrícola, absorveu 3% de toda mão de obra rural desse Estado. E, em termo de locação dessa produção, nota-se que, em 1987, os principais municípios produtores de cana eram: Ceará-Mirim, Baía Formosa,

⁶ A área plantada e a produtividade da safra de 1987/1988 não foram preenchidas porque não conseguimos todos os dados nas fontes citadas.

Canguaretama, Goianinha, Arês, São José de Mipibu, Pedro Velho e Taipu. Tal fato não mudou após uma década de cultivo dessa cultura no Estado do Rio Grande do Norte. Fazendo uma comparação entre os dados colhidos dos anos de 1987 e 1997 dos principais municípios produtores de cana, podemos observar que, em 1997, o cultivo intensivo da cana de açúcar, ainda era nos mesmos municípios citados em 1987, conforme mostram os dados da Tabela III. No entanto, algumas diferenças foram encontradas no tamanho da área colhida em alguns municípios, apresentando uma redução nos de Ceará-Mirim, Baía Formosa, Canguaretama, Goianinha, São José de Mipibu e Pedro Velho, num total de 7 970 hectares. A produção da cana desses municípios foi reduzida em 656 500 toneladas. A redução no total da produção de cana dos principais municípios produtores do Rio Grande do Norte, foi de 542 840 toneladas. A diferença total da redução da produção de cana e da área dos principais municípios produtores dessa cultura foi menor em razão de ter ocorrido uma ampliação tanto da área plantada como da produção nos municípios de Arês e Taipu, num total de 3 354 hectares e 113 660 toneladas de cana. Esses dados podem ser observados na Tabela III. Nesse ano (1997), o Estado do Rio Grande do Norte ocupou o 5º lugar, na produção de cana na região Nordeste.

Tabela III – PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CANA NO RIO GRANDE DO NORTE EM 1987 e 1997

MUNICÍPIOS	ÁREA COLHIDA (Há)		QTDE. PRODUZIDA (T)		VALOR DA PRODUÇÃO	
	1987	1997	1987	1997	NCZS	RS1000
- Ceará-Mirim	14.200	13.500	710.000	675.000	411.935	18.245
- Baía Formosa	9.900	6.500	495.000	260.000	355.410	7.027
- Canguaretama	9.400	7.000	470.000	280.000	337.460	7.568
- Goianinha	6.920	6.000	346.000	240.000	248.428	6.487
- Arês	3.850	5.404	192.500	216.160	138.215	5.368
- São José de Mipibu	3.850	3.800	192.500	152.000	138.215	4.108
- Pedro Velho	3.000	2.500	150.000	100.000	107.700	2.703
- Taipu	1.800	3.600	90.000	180.000	52.217	4.865
TOTAL	52.920	48.304	2.646.000	2.103.160	1.789.580	56.371

Fonte: IDEC (1987)/ Ver mapa do Estado com localização das áreas IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1997).

Além de analisar a evolução da produção de cana no Estado do Rio Grande do Norte a partir da década de sessenta, a expansão da área dessa cultura a partir da segunda metade da

década de setenta, a produtividade a partir dessa expansão, bem como a quantidade de cana moída, segundo a procedência, considera-se importante levantar os dados da produção de açúcar e de álcool, enquanto produto final de toda cana cultivada no Rio Grande do Norte a partir da década de 60 até à década de 90.

Tabela IV – PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E DE ÁLCOOL DO RIO GRANDE DO NORTE – 1960/191961 A 1994/1995

SAFRAS	AÇÚCAR (Toneladas)	ÁLCOOL (m³)
1960/1961	16.940	123
1961/1962	21.191	592
1962/1963	20.226	631
1963/1964	19.298	1.050
1964/1965	19.908	1.271
1965/1966	26.341	1.479
1966/1967	26.146	1.683
1967/1968	21.891	730
1968/1969	22.291	1.286
1969/1970	28.088	758
1970/1971	23.604	782
1971/1972	32.525	-
1972/1973	31.277	-
1973/1974	30.985	-
1974/1975	37.982	-
1975/1976	45.474	-
1976/1977	69.201	-
1977/1978	85.171	-
1978/1979	90.748	18.513
1979/1980	78.910	25.244
1980/1981	89.911	44.302
1981/1982	66.409	40.285
1982/1983	116.821	67.805
1983/1984	122.529	67.532
1984/1985	109.734	86.517
1985/1986	129.361	132.002
1986/1987	156.406	150.777
1987/1988	130.811	138.427
1988/1989	103.883	120.311
1989/1990	114.166	116.901
1990/1991	92.476	106.839
1991/1992	103.289	84.668
1992/1993	2.150.70	101.339
1993/1994	1.509.50	58.938
1994/1995	2.741.48	116.573

Fonte: IAA/SDR; IAA /Serviço de Estatística e Cadastro/CODEPLAN (MIC); FETARN/SAR e MIC/IAA.

A produção de açúcar durante as décadas de 60 e, 70, de acordo com os dados da Tabela IV, não atingiu 91 000 toneladas. Foi pequena e a do álcool, ainda mais incipiente, não dava nem para abastecer o mercado interno do Rio Grande do Norte. Além dessa realidade, pode-se observar, ainda com relação ao álcool, que a sua produção no período que compreenderam as safras de 1971/1972 a 1977/1978, esteve parada, sendo retomada na safra de 1978/1979 e, a partir dela safra sua produção foi praticamente crescente com relação à inicial. No entanto, os dados mostram algumas variações no período compreendido entre a safra de 1987/1988 e a safra de 1993/1994 em relação à safra de 1986/1987. O grande impulso da produção tanto do açúcar como do álcool aconteceu na década de 90. Na safra de 1992/1993, por exemplo, o Estado produziu 2.150.700 toneladas de açúcar e 101 339 m³ de álcool. Houve, inclusive, um aumento da produção tanto do açúcar como do álcool em relação à safra de 1991/1992 de 2.047.411 toneladas de açúcar e 16.671 m³ de álcool. Na safra 1993/1994 ocorreu redução tanto do açúcar como do álcool. Do açúcar foi 641 200 toneladas, representando, em termos percentuais, 27%, e do álcool 42 401m³, representando uma redução de 41,84% nessa safra (1992/1993) em relação ao ano anterior. Na safra seguinte (1994/1995), o Estado aumentou a produção de ambos os produtos e esta foi superior à safra de 1992/1993 e quase o dobro da produção de 1993/1994. A evolução da produção de açúcar e álcool no estado do Rio Grande do Norte no período de 1960/1961 a 1994/1995 pode ser observada na Tabela IV.

Além da análise dos dados da Tabela IV, e, segundo o levantamento de dados da Secretaria de Desenvolvimento Regional, apud Barros (1997), o Estado do Rio Grande do Norte, em 1987, contribuiu com 2,3% da produção nacional de cana de açúcar, ocupando o 4º lugar na região Nordeste e o 11º lugar a nível nacional. Na safra de 1992/1993 estas cifras redundaram numa ligeira mudança, colocando o Rio Grande do Norte como 3º maior produtor nordestino de açúcar, ficando atrás, apenas, dos estados de Alagoas e Pernambuco. Este fato pode ser comprovado no quadro I. Na segunda metade da década de 90, a situação mudou mas ainda lhe proporcionou o 9º lugar a nível nacional e o 5º lugar em relação à produção de cana da região Nordeste, perdendo para os estados de: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Bahia (IBGE, 1998:3-37).

**Quadro I – PRODUÇÃO NORDESTINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL
SAFRA 1992/1993**

ESTADO	PRODUÇÃO	
	AÇÚCAR(t)	ÁLCOOL (m ³)
Alagoas	1.150.000	826.000
Pernambuco	1.125.000	600.000
Rio Grande do Norte	117.250	107.200
Paraíba	112.500	305.500
Sergipe	61.200	29.100

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional, apud Barros (1997).

O fato de, na safra de 1992/1993, o Rio Grande do Norte galgar o 3º lugar, não foi tão somente graças ao aumento da produção da cultura da cana, mas também à ampliação do parque industrial canavieiro desse Estado. Afirma NOVAES (1993), que a agroindústria canavieira no território norte riograndense, até 1977, era bem reduzida, a ponto de não contar com nenhuma destilaria. O seu grande impulso aconteceu após o lançamento do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), em 1975, visto que, em menos de cinco anos, 1981, já havia três destilarias, graças aos incentivos desse programa⁷ que não só levou à expansão do parque industrial, mas também à expansão da área cultivada com a cultura da cana, conforme é demonstrado na análise da evolução da cana nesse estado. Além da ampliação do parque industrial sucroalcooleiro, a partir da segunda metade da década de 70, enfatiza-se também, que o avanço tecnológico deu-se nos seguintes aspectos: estudo do solo físico para entrada de maquinaria e da utilização de produtos químicos, bem como o uso de mão-de-obra volante e mudança nas relações de trabalho.

⁷ NOVAES 1993:65 Sobre os recursos emprestados aos empresários, incidiriam uma correção monetária, correspondente a 40% da variação da ORTN, a taxas anuais de juros, que apresentavam as seguintes variações: nas áreas da SUDENE e da SUDAM, os juros eram de 4% aa, para implantação de destilarias anexas, 3% aa, para destilarias autônomas e 2% aa, para matéria-prima. Nas outras regiões, os juros para a implantação daqueles projetos eram de 6%, 5% e 2%, respectivamente (cf. Resolução Nº 571 do Banco Central de 20/09/79). Para os projetos de implantação de destilarias, o prazo de pagamento era de 12 anos, com três de carência, para projetos de estocagem de álcool, o prazo de pagamento era de cinco anos e a carência de um ano.

A ampliação da agroindústria sucroalcooleira foi tão significativa que toda cana produzida no Estado, nos últimos vinte anos foi processada em duas usinas: SÃO FRANCISCO e ESTIVAS (produzem álcool e açúcar) e quatro destilarias de álcool: AGROMAR, BAÍA FORMOSA, ÉPOCA AGROINDUSTRIAL e OUTEIRO, distribuídas em 06 municípios, conforme pode ser visto no quadro II.

Quadro II – LOCALIZAÇÃO DAS USINAS E DESTILARIAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIOS	USINAS	DESTILARIAS
Ceará-Mirim	S. Francisco	
Arês	Estivas (produzem álcool e açúcar)	
Ielmo Marinho		Agromar
Baía Formosa		Baía Formosa
Ceará-Mirim		Época Agroindustrial
Canguaretama		Outeiro

Fonte: FETARN, 1993.

Toda a evolução da cultura da cana de açúcar no Nordeste e, em particular, no Rio Grande do Norte deu-se com a presença do Programa Nacional do Álcool, como já citamos anteriormente. Entretanto, sublinha Lima (2000:18) apud Barros (1997:55), esse programa foi marcado por três fases: a primeira iniciando com o lançamento do PROÁLCOOL e ficando presa à decisão do Governo em adicionar 22% de álcool anidro à gasolina. A segunda fase compreendeu o final da década de 70, época em que aconteceu o incentivo da produção de automóveis movidos à álcool e, a terceira fase coincidiu com a redução de recursos públicos para subsidiar e financiar a produção da cana de açúcar. Decorrente dessas três fases vieram transformações tanto de ordem econômica como social para a zona canavieira do Rio Grande do Norte. O processo de modernização do parque sucroalcooleiro, por exemplo, acarretou transformações sociais que não podem ser desprezadas, haja vista, que essa atividade agrícola é a principal empregadora de mão de obra rural dos municípios produtores de cana, bem como serve de suporte para os trabalhadores volantes daqueles municípios que realizam outras

atividades que não absorvem essa força de trabalho durante todo o ano, e buscam trabalho, exatamente, na época do corte e da moagem da cana.

Essa política do Governo Federal em prol da classe patronal canavieira provocou um processo de concentração de terra na zona rural para a plantação dessa monocultura, mudanças nas relações de moradia, êxodo rural e favelização das cidades sedes dos municípios canavieiros, transformação de pequenos produtores em assalariados dentre outras conseqüências que atingiram os menos favorecidos não só do Rio Grande do Norte, mas de toda área canavieira do país. Todo esse processo de transformação, ocorrido no final da década de 70 e início da de 80, revelaram as contradições entre o capital e o trabalho.

• AS CONDIÇÕES SOCIAIS DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE

No Rio Grande do Norte, assim como em outros estados do Nordeste, a mecanização diminuiu e muito os trabalhos pesados que o homem fazia e passaram a ser feitos pela máquina. Acontece que o trabalhador não se beneficiou com tais mudanças, resultando, então, num aumento do desemprego da mão-de-obra desqualificada e sem contar que não diminuiu a forma de exploração de trabalho. No caso do Rio Grande do Norte, a substituição da mão-de-obra humana pela máquina não se deu rapidamente, mas foi num processo mais lento devido o preço do trabalho braçal ser muito baixo. Além do mais, no período de entressafra, a maquinaria ficaria parada, precisando de certa manutenção e representava capital de giro ocioso. Tal fato contribuiu para que as usinas preferissem continuar com o trabalho braçal de homens, mulheres e crianças, em razão dos mesmos não receberem assistência alguma e também pelo fato de sua grande maioria só ser contratada apenas durante a safra.

Apesar dos usineiros, a princípio, agirem dessa forma, denota-se, no caso do Rio Grande do Norte, que a redução da mão-de-obra empregada nesse setor agrícola aconteceu com grande intensidade. A partir de 85, em face ao processo de introdução de tecnologias, a mão-de-obra empregada na atividade canavieira foi reduzida significativamente. Os próprios dados fornecidos pelos documentos e relatórios sobre as campanhas salariais produzidos pelas

entidades sindicais atestam que em 1982/83 a mão-de-obra ocupada na atividade era em torno de 50/ 60.000 trabalhadores no pico da safra. Em 1985, as entidades sindicais falam da existência, durante a moagem da cana, de 30/ 40.000 trabalhadores empregados. Já em 1995, há registros de apenas 10.000 canavieiros ocupados na atividade.

Tal fato demonstra que os assalariados rurais foram atingidos pelo pacote tecnológico da modernização agrícola. Além dos assalariados, também foram atingidos os fornecedores que contribuíam com parte da matéria prima para as usinas.

Ainda observam os autores, Lima e Barros (idem, ibidem), que apesar da redução dos incentivos estatais à produção sucroalcooleira, os fornecedores, que permaneceram na atividade agrícola da cana, e os usineiros já não podiam mais mascarar os índices de produtividade alcançados pela absorção do progresso técnico, tanto agrícola quanto industrial. E, muito menos, esconder desvios de recursos para outras atividades econômicas, para investimentos em unidades produtivas sucroalcooleiras em outros estados: Goiás, Mato Grosso e Paraná. É nessa fase que o setor sucroalcooleiro passa por uma crise e reestruturação econômica marcada: pela redução da intervenção do Estado e pelas exigências mercadológicas de maior produtividade, maior qualidade, menor custo e preços concorrenciais.

Nas palavras de Cruz & Andrade (1985:5) os assalariados da cana do estado do Rio Grande do Norte seriam:

“ indivíduos que em geral perderam suas terras, seu lugar de moradia, sua identidade, além de se alimentarem pessimamente (quando o fazem), e para se reproduzirem enquanto força de trabalho necessitam executar um trabalho estafante (cumprimento de tarefas que são acima de sua capacidade física, onde se exaurem até a última gota), cumprem uma jornada de trabalho excedente; recebem salários abaixo do mínimo legal; levantam cedo e chegam tarde aos seus barracos; são transportados aos locais de trabalho sem nenhuma segurança o que provoca uma grande incidência de acidentes, quase sempre fatais”.

A FETARN, na década de 80, apresentou o seguinte diagnóstico da situação dos canavieiros no Rio Grande do Norte: os mais simples direitos trabalhistas eram-lhes negados e drástico e desumanamente; a postura patronal na área ainda era a de ter trabalhador produzindo o máximo e recebendo abaixo das condições de sobrevivência; as relações entre patrão e empregado na zona canavieira ainda se assemelhavam ou se igualavam aos tempos

da escravatura; não existia trabalhador nesse setor de produção que não tivesse pelo menos um de seus direitos sonegados; a regra geral era o descumprimento de todos os direitos. Enquanto muitos grupos de trabalhadores, sobretudo das cidades, avançavam suas lutas para conquista e ampliação dos direitos trabalhistas, os trabalhadores assalariados da lavoura canavieira ainda lutavam, praticamente, pelo salário-mínimo estipulado por lei. A partir dessa realidade, segundo a FETARN, era indispensável, inclusive, pela sua própria evidência, se falar-se em condições de moradia, higiene e saúde, vestuário, transporte, comunicação, educação e lazer (FETARN, 1984).

Nesse quadro de exploração e de pobreza crônica, estariam as pré-condições estruturais latentes para a eclosão de conflitos sociais, se estimulados pelos organismos de representação sindical dos trabalhadores rurais. Em decorrência das decisões do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, e estimulados pela greve dos canavieiros de Pernambuco, ambos em 1979, e, numa conjuntura nacional de ascensão dos movimentos sociais urbanos e de lutas pela democratização do País, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte e os sindicatos moveram um processo de mobilização dos canavieiros tendo como eixo a luta pelos direitos trabalhistas, como se verá no capítulo seguinte deste trabalho.

CAPÍTULO IV

A TRAJETÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS 1979 - 1991: A PRESENÇA PONTUAL DA IGREJA NAS CAMPANHAS SALARIAIS

No capítulo primeiro, discutiu-se com a literatura sobre a temática que foi abraçada neste trabalho, especialmente com a produção acadêmica mais representativa do debate Igreja e sua ação educativo-pastoral no campo. Deste diálogo extraiu-se o referencial teórico que apóia esta hipótese de trabalho e que norteia o texto dissertativo até o seu final. Em seguida, apresentou-se a importância da presença da Igreja no campo, especificamente, do Serviço de Assistência Rural, da Arquidiocese de Natal, no apoio à organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte. A importância do SAR é revelada nos anos 80 e 90 como objetivo deste estudo. Em seguida, foi apresentada a caracterização sócio-econômica da área canavieira desse Estado, território das lutas dos canavieiros em pauta.

Neste capítulo tenta-se reconstruir e analisar a trajetória das lutas sociais dos trabalhadores canavieiros, no período 1979-1991, buscando-se apreendê-la em seus recuos e avanços, bem como, as alternativas construídas para superação de impasses e estorvos ao cumprimento dos direitos trabalhistas. Este período, aqui analisado, antecede à decisão da Igreja, através do SAR (Serviço de Assistência Rural), de realizar uma ação sistemática e

permanente de apoio às lutas destes trabalhadores rurais assalariados. Durante este período, como se verá, a presença desta instituição na área da cana foi apenas pontual. Suas prioridades eram outras até então.

4.1. ANTECEDENTES DAS CAMPANHAS SALARIAIS

Três fatos importantes antecederam a emergência dos assalariados rurais canavieiros do Rio Grande do Norte no cenário político e social como portadores de direitos a partir dos anos 80: 1) a ascensão à direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), do grupo de liderados por José Francisco da Silva, de Pernambuco (FETAPE), grupo este que, em 1968, derrotou os interventores impostos pela ditadura Militar; 2) o II Congresso da CONTAG, realizado em 1973, tendo como principal plataforma a preparação dos dirigentes sindicais para conhecer a legislação vigente no país; e 3) o III Congresso da CONTAG, realizado em 1979, na cidade de Brasília, momento em que debateram e aprovaram várias questões, destacando-se a resolução do fortalecimento da ação sindical junto aos assalariados rurais. Com base nas decisões desse último Congresso, também somar-se-ia aos antecedentes das campanhas salariais do Rio Grande do Norte, a greve dos canavieiros de Pernambuco, que aconteceu nesse mesmo ano (1979).

Apesar do recrudescimento dos processos de cassação e perseguição de lideranças e de intervenção e fechamento de sindicatos, após o Golpe Militar, em abril de 64, a ação sindical na zona canavieira da região Nordeste e do Estado do Rio Grande do Norte, em particular, não parou, mas, limitou-se, até 1979, à prática do assistencialismo e do encaminhamento individual de questões trabalhistas. No entanto, apesar do uso dessa prática para solucionar os problemas no campo, o grupo liderado por José Francisco da Silva, na direção da CONTAG, teve um papel importantíssimo na reconstrução do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) após o Golpe de 1964 e o Ato Institucional Nº 5, editado em 1968, em função da retomada do movimento sindical no final de 1967. Foi dentro desse período (1964/1979), mais especificamente, na década de 70, que ocorreu a modernização das usinas e a expansão da lavoura canavieira com a implantação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) e do Plano de Recuperação e Racionalização da Lavoura Canavieira (PLANALSUCAR),

políticas agrícolas que levaram milhares de trabalhadores a serem expulsos de usinas, acarretando um aprofundamento do processo descontínuo que vinha ocorrendo na desarticulação das relações da moradia que prendiam os trabalhadores como força de trabalho cativa aos seus patrões (usineiros e senhores de engenho). As situações de impasses trabalhistas aconteceram em toda zona canavieira do Brasil, e, a busca de soluções para o problema não foi igual em cada lugar.

No caso do estado do Rio Grande do Norte, os impasses trabalhistas eram resolvidos através de “acordos” homologados pelos dirigentes sindicais, mesmo que tais “acordos” expressassem perdas para os trabalhadores (Novaes, 1993:167). No entanto, salienta-se que nem todos os dirigentes sindicais comportaram-se dessa forma, realizando o jogo de interesses dos patrões que, com suas pressões, conduziam as soluções dos impasses através dos ditos “acordos” ou foram aquele tipo de dirigente, que não tendo nenhum compromisso com suas bases sindicais compactuava com tais práticas. Havia dirigentes sérios e comprometidos com a causa de suas bases sindicais, os quais encaminhavam as questões trabalhistas para a Justiça do Trabalho, mesmo que estas fossem individuais. Apesar daqueles comprometidos em defender os interesses dos trabalhadores, por considerá-los uma causa nobre e justa, o processo utilizado pela Justiça do Trabalho para solucionar os casos encaminhados a ela era tão moroso, e, até mesmo, propenso ao esquecimento, que contribuíram para a prática do “acordo” entre as partes envolvidas, em razão deste “acordo” garantir que o trabalhador iria receber alguma coisa, ao invés de perder tudo (todos os direitos que estavam sendo burlados pelo patrão), até mesmo a perda de seu emprego; isto, sem contar aqueles colegas de trabalho que não tinham consciência de seus direitos, os quais xingavam os que procuravam fazer valer o que estava escrito na Letra da Lei.

Apesar da prática dos “acordos”, havia uma ação sindical desenvolvida pela FETARN (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte), mesmo que precária, junto à Justiça do Trabalho no estado do Rio Grande do Norte que não se dava por acaso, mas era uma prática realizada com seriedade e que tinha o intuito de resgatar o modelo das lutas sindicais existente antes do Golpe de 64. Era um trabalho semelhante ao que vinha acontecendo na FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco), o qual encorajava o encaminhamento das questões trabalhistas à Justiça em razão de contar com o apoio da CONTAG, bem como, com base nos seus elos de ligação com o grupo de dirigentes que venceu as eleições dos interventores, em 1968. Dentre eles, destacamos Francisco Urbano da FETARN, que, além de exercer diferentes cargos na direção

da CONTAG, a partir do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1973, foi eleito presidente dessa entidade por ocasião do IV Congresso, em 1985.

Nos anos 70, embora os dos “acordos” continuassem como já citado anteriormente, predominou uma prática sindical caracterizada pelo assistencialismo e a reprodução de dirigentes dissociados dos problemas sofridos pelas bases sindicais. Nessa década, os problemas enfrentados pelos trabalhadores, para serem resolvidos, em sua grande maioria, passavam por um ritual legal, compreendendo os seguintes passos: o trabalhador notificava o caso aos dirigentes sindicais; estes, por sua vez, o enviavam aos dirigentes das Federações que, por sua vez o levavam aos dirigentes da Confederação para que essa entidade o encaminhasse ao Ministério do Trabalho a fim de que este tomasse as devidas providências. Tal processo contribuiu para a CONTAG ter como meta principal, no seu II Congresso, a preparação do dirigente sindical para conhecer a legislação vigente, por serem “direitos” enfatizados nos ofícios e relatórios por eles elaborados (idem, *ibidem*, 150-151). Pontua Lima (2000), que toda articulação do “legalismo” e do assistencialismo vivenciados nos anos 70, serviram de condicionantes que respaldaram um contínuo processo de sindicalização, de forma que, a CONTAG, no final da Ditadura Militar e no seu III Congresso, realizado em Brasília, em maio de 1979, se apresentava como uma grande central sindical, senão a mais importante e a mais organizada entidade confederativa dos trabalhadores brasileiros.

O II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais foi considerado o segundo marco de consolidação do movimento sindical. Sua meta principal foi discutir os problemas trabalhistas resultantes dos impactos de um processo e expansão do assalariamento rural advindo da conhecida e debatida modernização conservadora da agricultura brasileira (Lima, 2000:89). Frente aos resultados desse Congresso, a CONTAG já não era mais a mesma. Ela passou a apresentar um discurso enfático sobre a sua autonomia em relação ao Estado, à Igreja e aos partidos políticos. Esta ênfase foi fundamental na sua empreitada para cimentar a unidade política das bases sindicais (sindicatos e federações), bem como, para se autodenominar, a nível nacional, como Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR). Além do mais, levantou notórias bandeiras unificadoras como a reforma agrária e os direitos trabalhistas, os quais eram amparados no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra (Lima, *idem*, 89 apud Andrade, 1994:107-108). Também pregava a necessidade de se manter a unidade do MSTR, alertando para riscos que propostas divisionistas poderiam trazer num momento em que era fundamental manter a união e, esta, por sua vez,

proporcionar o revigoramento das lutas e do próprio sindicalismo (Andrade, *ibidem*, apud CEDI, 1985:25).

A unidade das bases sindicais para a CONTAG, era vista como fundamental por serem essas entidades importantes na estrutura do poder local, estadual e federal. A simples presença do sindicato no município, representava um elemento importante na estrutura do poder local, já que, vinculado a uma estrutura organizativa de nível nacional, de certa forma, era um limite ao arbítrio quase absoluto dos proprietários de terra (Lima, *idem ibidem*, 90 apud Palmeira, 1996).

A luta continuou e, no final da década de 70, a CONTAG realizou o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que, além de ter sido o terceiro marco importante da história do MSTR, foi ali que ela reforçou a sua linha de unidade da ação e ao mesmo tempo se colocou contra outras frentes, sob a alegação de que seria um risco qualquer oposição tendente a dividir o sindicalismo dos trabalhadores rurais, isto em seus quase 20 anos de existência. Tal fato acirrou relações tensas com setores organizados ligados a organismos da Igreja Católica, como a CPT e entidades da sociedade civil. Com relação ao Estado, a CONTAG, assumiu uma postura mais combativa, no sentido não de “pedir”, mas de “exigir” direitos (Lima, 2000:287). Nessa nova conjuntura política, em que todas as classes trabalhadoras retornam os seus organismos de representação político-sindical e fazem avançar o processo de abertura política “lenta, gradual e segura” dos governos militares; a postura da CONTAG não poderia ser outra. Lado a lado a esse posicionamento da CONTAG, setores ligados à Igreja e entidades da sociedade civil criaram sindicatos e delegacias sindicais onde elas não existiam.

Entre o II e o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais ocorreu um certo imobilismo por parte de algumas federações e sindicatos do movimento dos trabalhadores rurais, a ponto da CONTAG, em 1977, lançar o Programa Nacional de Treinamento Sindical, no qual procurava, entre outras coisas, enfatizar a necessidade da unidade de ação do sistema confederativo, o qual foi intensificado no ano seguinte, bem como serviu para preparar lideranças das bases sindicais para o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

Em maio de 1979, aconteceu o III Congresso, com a presença de 1.600 dirigentes sindicais, momento em que, além de se realizar um balanço das experiências de lutas existentes e já encaminhadas (Lima, 2000:91 apud Medeiros, 1989:117), é lançado um amplo programa de formação sindical não mais centrado na formação de dirigentes sindicais, mas na formação de bases. Toda essa postura da CONTAG deu-se porque ela reconheceu que o

modelo de sindicalismo rural que estava sendo praticado fora forjado de “cima para baixo”, e que seria necessário continuar fazendo um trabalho de animação, conscientização e organização de classe, mas, agora na forma inversa (CONTAG, 1979:11-12). Neste Congresso, as demandas da classe trabalhadora do campo foram organizadas em quatro frentes: a luta da reforma agrária, que continuou sendo a principal bandeira do MSTR, bem como a condição indispensável para a redemocratização do país; a luta dos “integrados”; a luta dos pequenos agricultores e a luta dos assalariados do campo. Esta última, priorizada pelo Congresso, teve como eixo principal o cumprimento da legislação trabalhista, haja vista que 80% das contestações dos assalariados rurais eram da não assinatura da carteira de trabalho. A compreensão presente neste conclave foi de uma atuação conjunta das bases sindicais no intuito do cumprimento dos direitos inscritos na Lei, não mais na forma individual, e sim, coletiva. Para tanto, foi lançada a proposta de uma pressão coletiva, estimulando-se a mobilização, enfatizando-se as ações de resistência e valorização das iniciativas dessas bases sindicais.

Dentre as várias mudanças e/ou propostas lançadas no III Congresso, foi inaugurada uma nova concepção no tocante à educação sindical dos assalariados e de outros trabalhadores, a qual, dizia que essa educação não mais deveria ser voltada para a legislação e administração sindical, em treinamentos e certos tipos de assessoria, mas, como “processo constante e crescente que conduz o trabalhador à transformação de sua realidade atual” (Lima, *idem*: 91 apud CONTAG, 1979).

A busca pela liberdade sindical e cumprimento da Lei para a classe trabalhadora do campo era algo que convergia com a luta dos trabalhadores urbanos, que estava colocando em xeque a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e apontava para a criação de uma Central Única dos Trabalhadores. Além dessa situação, havia a luta pela democracia, a qual já mobilizava, naquele momento, amplos setores da sociedade (CONTAG, 1979). Com relação à luta dos assalariados rurais, o III Congresso decidiu fortalecer o trabalho sindical através da retomada das lutas coletivas mediante as Campanhas Salariais. A conjuntura política de mobilização e ascensão das lutas sociais naquele momento levaram os dirigentes da CONTAG a acreditarem que seria possível a utilização da legislação vigente para mobilizar os canavieiros da região Nordeste em prol da Contratação Coletiva respaldada na Lei.

Após o III Congresso da CONTAG, o movimento sindical dos trabalhadores assalariados da cana em Pernambuco, através da FETAPE, realizou sua primeira Campanha Salarial, com base na Lei 4.330/64, modelo adotado pela CONTAG, ainda em 1979. Essa campanha salarial foi bem sucedida, a ponto da CONTAG querer transladá-la para os outros

estados brasileiros. Antes dessa transladação, a Confederação realizou uma série de encontros formativos visando socializá-la para as demais federações e sindicatos. Dentre os vários eventos realizados pela CONTAG, queremos destacar dois: o I Encontro Nacional sobre Assalariados, realizado na cidade de Carpina – PE, no período de 13 a 18.08.1980, e o II Encontro Nacional de Assalariados Rurais, realizado em Belo Horizonte/MG, no período de 20 a 25.05.1981, os quais contaram com a presença de dirigentes sindicais de diferentes regiões: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe.

O sucesso do modelo de mobilização adotado pela CONTAG, através da Campanha Salarial com base na Lei 4.330/64, não ficou só em Pernambuco e, em 1982, o estado do Rio Grande do Norte adotou esse modelo, também com sucesso. Além de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, esse modelo de Campanha Salarial da CONTAG também foi implantado nos estados de Alagoas e da Paraíba. No entanto, nesses dois estados não obteve o mesmo sucesso dos estados anteriores. Em Alagoas o processo não foi nada fácil, pois os dirigentes da CONTAG encontraram resistência por parte dos dirigentes estaduais em se envolver nas Campanhas Salariais. E, na Paraíba, a implantação deu-se de forma mais lenta e seu processo foi complexo em razão da presença de outras forças sociais envolvidas na organização dos trabalhadores. Diante dessas circunstâncias, afirma Novaes (1993: 158) que a implantação desse modelo de Campanha Salarial corria riscos devido o mesmo pressupor a existência de uma direção centralizada, sob o comando dos dirigentes da CONTAG e federações a ela filiadas.

Ressalta-se ter sido toda a trajetória do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, através da CONTAG, quem pontuou a dinamização das lutas dos trabalhadores brasileiros, nordestinos e rurais em particular, aliada à conjuntura política do país, que configurava em conjunto com as circunstâncias locais e as mudanças de ordem estrutural, o cenário de emersão dos trabalhadores canavieiros do Rio Grande do Norte como portadores de direitos.

4.2. O CICLO DE GREVES DOS CANAVIEIROS: 1982-1984

Antes da ocorrência do ciclo de greves dos canavieiros do estado do Rio Grande do Norte: (1982-1984), o movimento sindical dessa categoria teve o seu marco inicial a partir do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, através da FETARN, com um trabalho educativo, constituído de reflexões sobre alguns problemas existentes em toda a área canavieira: a exploração do trabalho, a expulsão da terra, a deterioração das condições de vida etc.; e de esclarecimentos sobre o significado e a importância do Contrato Coletivo de Trabalho. Entretanto, a intensificação desse trabalho só veio acontecer três anos depois do III Congresso. Em 1982, foi organizada uma grande mobilização dos trabalhadores para dar respaldo à I Campanha Salarial dos Canavieiros (Cruz e Andrade, 1985:9). A preparação das lideranças e dirigentes sindicais do Rio Grande do Norte deu-se através da participação nos encontros nacionais organizados pela CONTAG, sobre assalariados rurais, citados anteriormente, bem como por três encontros realizados no Estado, sob a organização da FETARN em parceria com a CONTAG. Na realização destes encontros preparatórios, os sindicalistas norte-riograndenses, também contaram com a experiência e o apoio de dirigentes sindicais do estado de Pernambuco, conforme cita Ferreira, Diretor da FETARN, em uma entrevista ao Projeto de Sistematização FETARN/CESE:

“...nós não tínhamos conhecimentos, grandes informações sobre as campanhas salariais, lutas coletivas, então a gente pedimos a Federação de Pernambuco que já participava, já tinha feito, já tinha realizado as campanhas salariais desde 79. (...) a Federação de Pernambuco, veio pra cá o presidente do Sindicato de Rio Formoso, veio também o de Paudalho, de São Lourenço da Mata, de Ribeirão e de Aliança. E vieram para cá e fizemos 3 encontros, realizados em São José de Mipibu e um dos encontros foi realizado aqui na Federação pra que eles passassem p'ra nós a importância da campanha salarial, como os trabalhadores se organizaram para realizar as campanhas, para a assembléia e as conquistas que fizeram através das campanhas salariais...” (Ferreira, dirigente sindical, FETARN).

No I Encontro, realizado em 26.04.82, participaram representantes de seis sindicatos: Canguaretama, Arês, Nisia Floresta, Ceará-Mirim, Extremoz e Ilmo Marinho. A pauta desenvolvida foi uma avaliação sobre o que os sindicatos já haviam feito para mobilizar os

trabalhadores em prol da Convenção Coletiva. Também fizeram um levantamento, com a participação dos presentes, sobre as condições de vida, de trabalho e dos horários de reuniões mensais dos sindicatos da zona canavieira. Após essa avaliação, elaboraram um cronograma de reuniões tanto para dirigentes como para os trabalhadores rurais, nos municípios e localidades de concentração desses assalariados. Ao todo foram programadas 15 reuniões, datadas de 02.05. a 13.06.82 (FETARN, 1982 a).

A avaliação do quadro da situação de vida dos trabalhadores foi realizada com base em depoimentos de trabalhadores presentes ao Encontro, os quais enfatizaram que a situação do trabalhador da área da cana era a seguinte:

“ Muito difícil, não ganham nem um salário; o empreiteiro é um dos grandes exploradores dos assalariados; não recebe os direitos já garantidos na lei como seja: 13º, férias, repouso, horas extras; o trabalhador não está ganhando o suficiente para alimentar a sua família; salário é muito baixo; não tem terra para trabalhar; mal vestidos; mal calçados; mal alimentados; não tem onde morar; não tem condições de botar seu filho na escola”.

E que as condições de trabalho poderiam ser resumidas na seguinte situação:

“O trabalho é por tarefa; trabalha homem, mulher e criança em todo tipo de trabalho; os bóias-frias são transportados em caminhões, tratores e em ônibus; o horário dos transportes para apanharem os trabalhadores é de 5:00 horas da manhã e chegam em casa até de 6:00 horas da noite; não tem ferramenta de trabalho; os trabalhadores que não conseguem tirar a tarefa, não ganham o salário e os que tiram mais do que as tarefas só recebem o salário”.

Com esse levantamento foi possível ter uma primeira aproximação das condições de vida e trabalho dos canavieiros do Rio Grande do Norte, bem como, ter-se-ia uma expectativa de ampliação e aprofundamento dessa situação nos encontros posteriores e nas reuniões programadas nos Sindicatos e locais de moradia, incluindo delegacias sindicais.

O II Encontro de Dirigentes, Delegados e Trabalhadores da Cana foi realizado, em 23.05.82, em São José de Mipibu, e participaram representantes dos sindicatos de: Goianinha (07), Ceará-Mirim (10), Ielmo Marinho (04), Arês (03), Extremoz (05), Nisia Floresta (03), Canguaretama (05) e São Gonçalo do Amarante (04). O número dos presentes a esse encontro foi superior ao anterior. Como resultado desse encontro ressalta-se o comprometimento das lideranças presentes em convidar os sindicatos da área da cana que se encontravam ausentes para se engajarem nos encontros e reuniões preparatórias seguintes; a continuidade do

levantamento da situação das condições de vida e trabalho dessa categoria no Estado do Rio Grande do Norte; o levantamento sobre a existência de delegacias sindicais na zona canaviêira, de forma que essas fossem dinamizadas como bases de apoio e mobilização. Feito isso levantamento constatou-se a existência de 04 delegacias em Ceará-Mirim: Guaramiranga, Raposa, Massangana e Boa Esperança e, 03 em Goianinha: Umari, Catu e Espírito Santo. No término do Encontro, chegou-se à conclusão que o ponto mais importante do mesmo foi a decisão tomada, pelos presentes, de reforçar as reuniões preparatórias e sua divulgação. Tal divulgação iria ser feita através do programa de rádio “Em Marcha para o Campo”, e teria como propósito convidar os trabalhadores para as grandes reuniões, também anunciar a distribuição de folhas soltas com suas reivindicações nos seguintes locais: feiras, local de trabalho, locais em que os bóias-frias apanhavam o transporte, reuniões mensais nos sindicatos e delegacias sindicais (FETARN, 1982 b).

No III Encontro, realizado em Natal, em 27.06.82, o objetivo do mesmo era avaliar o que vinha sendo feito em relação à 1ª Campanha Salarial. A esta reunião estiveram presentes seis sindicatos (Canguaretama, Arês, Extremoz, Ielmo Marinho, Ceará-Mirim e São José de Mipibu), além de assessores e dirigentes da Federação. Os representantes dos sindicatos presentes, com exceção de São José de Mipibu, que não havia realizado nada até o momento daquela reunião, expuseram os interesses que os trouxeram ao evento. Após a exposição dos presentes, elaboraram um cronograma de atividades: três encontros e várias reuniões, ora com trabalhadores, ora com dirigentes, nos municípios e localidades de concentração dos assalariados. Ao todo foram programadas 29 reuniões, datadas de 03.07. a 23.07.82 (FETARN, 1982 c).

A elaboração da programação para as reuniões e Encontros, foi feita com base em depoimentos dos trabalhadores. O objetivo era discutir e unificar as reivindicações sobre as condições de vida e trabalho dos assalariados da cana. Esta colocação fica melhor esclarecida com a citação do depoimento obtido na reunião realizada no dia 08.05.82, na localidade de Outeiro, município de Canguaretama, com a participação de 68 trabalhadores. Esta reunião revelou que os trabalhadores da cana estavam recebendo um tratamento que ficava longe dos direitos descritos nas leis vigentes do país. O depoimento foi o seguinte:

“ Nós aqui no Outeiro estamos cego; ganhamos 325,00 por dia, isto é, trabalhando na produção; se houver cobrança de nossos direitos isolados, a usina suspende; aqui no Outeiro trabalham 200 trabalhadores da própria fazenda; trabalham ao todo uns 400 trabalhadores em todos os trabalhos da

*cana; ganhamos por conta 500,00 em 3 dias; uma conta é de 12 X 13, nós passamos não menos de 2 dias; uma braça de 5 carreiras de cana é de 7,00; 200 braças que é 6 sucos, a usina paga 40 cruzeiros o suco; sobre o adubamento eles pagam 35,00 o suco; para replantar cana em pedaço eles pagam 5,00; nós usamos a nossa própria ferramenta; não temos botina; o transporte é feito em caminhão, trator e às vezes nem transporte tem; não distribuem para os que trabalham com veneno, nem máscara; as casas estão caindo, nem luz tem; ninguém tem os 2 hectares; não pagam auxílio-doença; não temos carteira assinada; situação das escolas é péssima; pagamento é envelopado; no dia de sábado alegam que não tem serviço, só pra não pagar o remunerado (domingo); e dispensaram 5 velhos aposentados com mais de 35 anos de trabalho". (STR Canguaretama/FETARN, 1982 f). **

Após a discussão sobre a sua realidade, encerraram a reunião com as seguintes decisões: fundação da Delegacia Sindical de Outeiro; encaminhar à Justiça, através da Federação, os 05 trabalhadores demitidos e participar da reunião do Sindicato e do Encontro da FETARN (idem, ibidem).

Além da situação dos trabalhadores do município de Canguaretama, foi observada a mesma situação no município de Arês, fato verificado na reunião realizada no dia 09.05.82, com a participação de 39 trabalhadores, sendo 15 canavieiros da periferia da cidade de Arês e os demais das Fazendas: Mangabeira (04), São Miguel (02). Cameté (05), Paraíso (02), Umbuzeiro (01) e cinco da Usina Estivas. Nessa reunião em Arês, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais realizou com os presentes uma reflexão sobre a situação dos trabalhadores da cana e denunciou a existência de 7 mil trabalhadores rurais, desse município, que estavam sem carteira assinada. Após a denúncia, o Secretário da FETARN, Manoel Pereira, fazendo uso da palavra, exemplificou que a saída para tal situação seria seguir a experiência, a disposição e a capacidade de resistência dos canavieiros de Pernambuco, a qual, ele conhecia de perto, por ter participado da Convenção passada naquele estado. Aproveitou o ensejo, também, para informar aos presentes como estava sendo preparada a I Campanha Salarial da Área Canavieira do Rio Grande do Norte e solicitou que tomassem uma posição frente à luta pela conquista de melhores salários e condições de vida e trabalho mais dignos. Concluiu sua fala citando os principais pontos de uma Convenção Coletiva. O

* Os valores relativos à remuneração de tarefas de trabalho originalmente estão sem CR\$, correspondem à moeda corrente da época que era o cruzeiro. Para se verificar o que representavam em termos de remuneração, basta comparar com os tetos reivindicados pelos trabalhos e os tetos ganhos na Campanha Salarial de 82. O item sobre a conta de 12 X13 e que o trabalhador não dá conta em menos de 02 dias refere-se a braça, que depois do Dissídio Coletivo foi arbitrada em 10 X10 braças, sendo que cada braça foi acordada em 2 metros e 20 centímetros, observando que a vara de medida não mais podia ser mais de madeira, para evitar fraude, de acordo com o Instituto Nacional de Pesos e Medidas.

trabalho foi desenvolvido através de um debate reflexivo sobre tudo que fora exposto e, no final, os trabalhadores comprometeram-se a participar ativamente da campanha, seguindo o exemplo dos companheiros de Pernambuco, bem como, concordaram com a programação das atividades definidas para a área canavieira: encaminhamento da ação coletiva reivindicatória de direitos dos trabalhadores da Fazenda Outeiro; conversas com os trabalhadores no serviço sobre o Contrato Coletivo; distribuição de tabelas e panfletos com os companheiros, no local de trabalho (STR Arês/FETARN, 1982 g).

Todo trabalho realizado pela FETARN e demais entidades que apoiavam a luta dos trabalhadores na zona canavieira no Nordeste e, em particular, no RN, não foi um trabalho casual e sem nenhum objetivo, pelo contrário, foi um trabalho que, de um lado, pretendia constatar o nível de consciência que a categoria tinha sobre a luta para conquistar seus direitos, muitos já consignados em lei, fazendo com que os mesmos saíssem do papel e se tornassem em direitos concretos coletivamente, fato que vinha ocorrendo no estado de Pernambuco; e por outro lado, pretendia conhecer os limites desses trabalhadores para o melhor desempenho nesse processo de socialização política que vinha acontecendo com a categoria no Rio Grande do Norte (Lima, 2000: 105-107).

No trabalho educativo, realizado através dos Encontros e reuniões, foram discutidos as condições de trabalho, os salários, as tarefas, o peso e a vara de medida no corte da cana, o transporte e outras questões ligadas ao trabalho realizado, diariamente, pelos canavieiros, as quais foram destacadas anteriormente, em depoimento, por alguns trabalhadores. Dando continuidade a esse processo educativo dos trabalhadores, foi realizada uma segunda etapa objetivando a preparação das assembléias sindicais, nas quais foram decididas as questões fundamentais, como a lei de greve e o valor da participação nas assembléias para que, com a força da classe, se conseguisse a aprovação da pauta de reivindicações para a deflagração das campanhas salariais (Cruz e Andrade, 1985:10).

Os trabalhos de mobilização e divulgação aconteceram nas delegacias sindicais, nas fazendas, nos povoados, nas sedes dos sindicatos e da Federação, através de reuniões, encontros, pequenos cursos, e um intenso trabalho de divulgação através de rádios, jornais e panfletagens nas feiras, nos locais de trabalho, nos pontos de transportes e nos sindicatos (idem, *ibidem*, 10-11).

4.2.1. A CAMPANHA SALARIAL E A GREVE DE 1982

A primeira Campanha Salarial e a deflagração da greve dos canavieiros do Rio Grande do Norte, em 1982, aconteceram mediante o trabalho preparatório realizado pela FETARN/CONTAG e os sindicatos no período de 1979 a 1982.

O trabalho realizado sob a coordenação da FETARN com o apoio da CONTAG no processo organizativo e de mobilização dos assalariados da zona canvieira do Rio Grande do Norte não tardou em produzir os seus frutos. A resposta a esse movimento realizado pela FETARN/CONTAG/Sindicatos veio no dia 05 de setembro de 1982, data histórica para os trabalhadores da cana e para o MSTR do Rio Grande do Norte, quando milhares de trabalhadores assalariados rurais dos municípios de Canquaretama, Baía Formosa, Espírito Santo, Goianinha, Pedro Velho, Arês, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Ielmo Marinho, Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Taipu e São Gonçalo do Amarante, por não usufruírem de direitos trabalhistas já consignados na Lei, foram convocados para se reunirem em assembleias para aprovarem a pauta de reivindicações, a tabela de tarefas e autorizar as diretorias de seus respectivos sindicatos a negociarem com os seus patrões o primeiro Contrato Coletivo de Trabalho (Tribuna do Norte, 10.08.82; Realidade Rural, agosto de 1982, p.05, e Tribuna do Norte, 29.08.82). Para realizar a negociação, fato que ia acontecer no dia 20 do corrente mês, a FETARN convidou o Delegado Regional do Trabalho, Jeremias Soares (Tribuna do Norte, 07.09.82).

A participação dos trabalhadores canavieiros nas assembleias do dia 05 foi algo marcante para a categoria ao nível de Estado. Este fato pode ser confirmado com os dados colhidos tanto no jornal Tribuna do Norte de 07.09.82, como no Informativo FETARN, Natal-RN, (1983:2) que declararam o número de participantes por município nestas assembleias. Esse número pode ser visto no quadro III.

De conformidade com os dados do quadro III, verifica-se que o somatório da frequência dos trabalhadores foi de 10.500, representando 1/3 do total dos assalariados da cana do Rio Grande do Norte, em 1982. Na direção das assembleias estiveram as diretorias de cada um dos sindicatos os quais contaram com a colaboração da FETARN e da Federação de Trabalhadores na Agricultura dos estados de Pernambuco (FETAPE), da Bahia (FETAG-BA) e da Paraíba (FETAG-PB), além da CONTAG. Todo esse apoio dado ao Rio Grande do Norte

era porque esse estado foi o segundo estado da região Nordeste que estava realizando a Campanha Salarial, tendo como referência o “modelo” adotado em Pernambuco. Portanto, era por demais importante que essa campanha fosse bem sucedida para que pudesse servir de respaldo à meta estabelecida pela CONTAG e, assim, ser estendida para os demais estados nordestinos. Salientamos que, nesse momento, os trabalhadores da cana do Rio Grande do Norte não tinham a mesma experiência de lutas dos trabalhadores de Pernambuco.

Quadro III – NÚMERO DE TRABALHADORES PARTICIPANTES NAS ASSEMBLÉIAS SEGUNDO O MUNICÍPIO/LOCAL DA ASSEMBLÉIA

MUNICÍPIO/LOCAL DA ASSEMBLÉIA	Nº DE PARTICIPANTES
- Ceará-Mirim	4.000
- Nísia Floresta	450
- Ielmo Marinho	700
- Extremoz	250
- São José de Mipibu	800
- Arês	800
- Goianinha	1.500
- Canguaretama	1.000
- Pedro Velho	600
- Espírito Santo	400

Fonte: Informativo FETARN, Natal-RN, 1983, p. 02

Entretanto, analisando os dados do quadro III, percebe-se que a mobilização dos assalariados da cana de Ceará-Mirim, que contou com 4000 trabalhadores presentes, foi a maior participação dentre todos os municípios canavieiros. Em Goianinha, embora a Usina Estivas tivesse tentado esvaziar a assembléia, como foi visto anteriormente, estiveram presentes 1.500 trabalhadores, que não somente compareceram, mas manifestaram seu apoio ao Contrato Coletivo de Trabalho. Destaca-se também a freqüência do município de Arês, pelo seguinte fato: apesar desse município sediar a Usina Estivas, a freqüência dos trabalhadores foi tão alta que faltou cédulas para votação (Lima, 2000:11 apud FETARN, 1983:2 e FETARN, 1982 n).

Nessa Campanha Salarial, mesmo sendo a primeira e os trabalhadores não tendo experiência, e ainda, somando-se à pressão da classe patronal, o comparecimento dos canavieiros às assembléias pôde ser considerado como um comparecimento em massa. Esses assalariados demonstraram um enorme entusiasmo e também interesse na conquista de suas

reivindicações, fato expresso por muitos dos presentes nas assembleias, ao dizerem que se os patrões não atendessem o que eles estavam solicitando, então, dever-se-ia partir para a greve.

A pauta das reivindicações, a qual foi aprovada, estava composta, entre outras, pelas seguintes cláusulas: melhoria de salário, salário-família, terra para plantar roçado, auxílio doença, transporte seguro para os volantes, ferramentas de trabalho, carteira assinada, escola, delegacia sindical nas fazendas, hora extra. Também reivindicavam a extinção da figura do empreiteiro, do sistema de empreitada e requeriam que todos os proprietários fossem responsáveis por todos os contratos de trabalho arregimentados por intermediários. Essas reivindicações, por parte dos trabalhadores, nada mais eram do que a busca pela melhoria de suas condições de trabalho e, em alguns pontos, o cumprimento das Leis Trabalhistas, pelo patrão (Cruz e Andrade, 1985:11).

Após a aprovação da pauta pelos trabalhadores, a liderança sindical procurou negociar com os empresários e proprietários, os quais propuseram que antes das discussões lhes fosse dado um tempo para eles analisarem a pauta das reivindicações. A solicitação foi aceita; voltando eles (empregados e empregadores) a se reunirem no dia 20 do mês em curso. Nessa data, os empregadores não apresentaram nenhuma contra-proposta, e sim, mostraram-se irredutíveis a negociarem a questão da estabilidade da gestante, a tabela de tarefas e o salário de Cr\$ 30.000,00. Com este posicionamento dos patrões, os trabalhadores lançaram mão do último recurso que podia mudar o comportamento deles – a GREVE (Diário de Natal, 10.09,82).

A deflagração da greve não aconteceu pela tomada de decisão de alguns líderes, e sim, pelo contingente de quase 30.000 trabalhadores numa segunda assembleia, realizada em todos os sindicatos da zona canavieira. Esse ato correspondeu à paralisação das atividades do corte da cana e conseqüentemente paralisação das usinas, nos municípios de Ceará-Mirim, Goianinha, São José de Mipibu, Canguaretama, Arês, Pedro Velho, Baía Formosa, Espírito Santo, Extremoz, Nísia Floresta e Ielmo Marinho, Maxaranguape e Taipú, nos dias 06, 07 e 08 de outubro (idem, ibidem, 12; FETARN, 1982. O; e Tribuna do Norte de 09.09.82). Ferreira (na mesma entrevista já citada), presidente do Sindicato de São Gonçalo do Amarante, na época dessa mobilização, afirma que esse município ainda não trabalhava com a cultura da cana, entretanto, ele foi um dos colaboradores nessa organização e mobilização dos trabalhadores. De um lado para continuar aprendendo, e do outro, por ver que, mesmo sendo uma coisa nova no movimento dos canavieiros norte-riograndenses, estava ocorrendo uma adesão maciça, por parte dos trabalhadores. No entanto, frisa esse dirigente sindical, não

aconteceu o mesmo com todos os dirigentes sindicais do Rio Grande do Norte. De um lado, por ser um ano de eleições, e, havia alguns companheiros licenciados para serem candidatos a prefeito ou a deputado pelo Partido dos Trabalhadores e, por outro lado, por que também havia aqueles companheiros que não se fizeram presentes por temerem a repressão.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Estado Rio Grande do Norte, a cada momento que passava tomava mais consistência, o que também demonstrava que o processo educativo, ora aplicado pelas lideranças sindicais, estava trazendo um retorno além do esperado e chamava a atenção, bem como, motivava as entidades sindicais rurais de outros estados a apoiarem o trabalho que vinha sendo realizado nesse Estado.

No entanto, o MSTR não teve, dos Poderes Públicos, o apoio desejado nas instâncias federal, estadual e municipal, fato perceptível nos vários relatos jornalísticos sobre os atos de violências contra lideranças sindicais e trabalhadores tanto no período de preparação, de realização das assembleias, e de negociação, como durante a greve dos canavieiros do RN. A exemplo dessa colocação, poderemos citar o teor do Ofício Nº ACO/1.125/82, em que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura enviou denúncias ao Ministro da Justiça, o Dr. Ibraim Abi-Ackel (CONTAG, 1982 b). Nesse Ofício, o presidente da CONTAG fez ciente ao Sr. Ministro que no momento da audiência de conciliação entre empregados e empregadores, aconteceram atos de violências contra dirigentes sindicais e assessores tanto da FETARN como da CONTAG que estavam informando aos trabalhadores sobre a possibilidade de acontecer a greve. Ressaltou aquele presidente nesse Ofício que, os atos de violência aconteceram na cidade de Natal, por ordens de usineiros e fazendeiros, e foram praticados por homens fortemente armados. Que além desse fato ocorrido na cidade de Natal, no município de Goianinha, nesse mesmo dia, 10 homens da Usina Estivas, fortemente armados, além de interceptarem o carro em que viajavam a Assessora Educacional da CONTAG e o advogado da FETARN, após furarem os pneus do carro, levaram os dois assessores para uma das fazendas do município, onde os mantiveram em cárcere privado até o final da tarde, inclusive sob a vigilância de soldados do destacamento do município de Arês-RN, requisitados pelos seqüestradores. Esse tipo de ação para deter a greve não parou por aí: fato semelhante também aconteceu no município de Ceará-Mirim (idem, ibidem). Entretanto, quando o presidente da CONTAG relatou os fatos e pediu uma providência da Justiça, o que recebeu como resposta do Chefe do Gabinete do Ministério da Justiça ao Ofício, foi o

seguinte: não houve violência nenhuma contra trabalhadores em greve e, sim, pequenos incidentes (Doc. Nº 611088 MNJU BR, datado em 14.10.82).

Embora a instância federal, na pessoa do Chefe do Gabinete do Ministério da Justiça, não tenha reconhecido os atos de violência dos agressores (empregadores ou prepostos seus) contra aqueles (dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores) que estavam envolvidos na mobilização sindical no Rio Grande do Norte, vários jornais nacionais não só noticiaram e acompanharam os fatos ocorridos desde a preparação até chegar à greve, mas também deram ênfase aos atos de violências praticados contra essas pessoas no Estado do Rio Grande do Norte. Dentre esses jornais estavam: O Estado de São Paulo (08.10.82, p.29) que apresentou uma reportagem destacando que a greve dos canavieiros no RN havia sido marcada por uma série de atos de violência, executados por capangas fortemente armados, e parentes de proprietários rurais; o Jornal de Brasília (08.10.82, p.05) na reportagem intitulada: “Donos de usinas reprimem greve de canavieiros” também noticiou a questão da violência praticada pelos usineiros ou prepostos contra trabalhadores e lideranças sindicais; O Globo, datado de 08.10.82, noticiou a questão da violência praticada pela classe patronal na matéria intitulada: “Prossegue no Nordeste greve dos canavieiros”; o Realidade Rural, órgão da FETAESP, outubro de 1982, noticiou que a estréia da Campanha Salarial no Estado do Rio Grande do Norte não só redundou numa greve de três dias, no período de 06 a 08 de outubro do ano em curso, mas também foi marcada por vários atos de violência. Além dessas reportagens, o jornal A Folha de São Paulo, o Globo, a Tribuna do Norte, todos datados de 09.10.82, e O Trabalhador Rural (suplemento mensal, ano 4, nº 18, set.out./82) entre outros, noticiaram não só a vitória dos canavieiros, através da greve, mas frisaram os atos de violências que sofreram dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores durante a mobilização desse movimento sindical no Rio Grande do Norte.

A vitória dos canavieiros, mediante as reivindicações dos trabalhadores, após toda mobilização, não foi alcançada somente através do acordo realizado entre suscitantes e suscitados porque nem todas as cláusulas foram aceitas pelos patrões. Recorrer à greve, último recurso utilizado pelos trabalhadores para atingirem seus objetivos, deu-se em razão da classe patronal não dar a menor importância às cláusulas 1ª, 2ª, 14ª, 21ª, 22ª, 23ª, 27ª e 32ª, quando elas cláusulas, em sua maioria, eram as fundamentais frente às explorações que esses trabalhadores vinham passando; mas os patrões não tinham a menor predisposição em negociá-las. A exemplo dessa posição da classe patronal, veja-se a colocação do senador e patrão, Moacyr Góes, um dos representantes da classe patronal a negociar na DRT em prol de

sua classe. Numa entrevista ao jornal Tribuna do Norte, datada em 09.10.82, afirmou que achava muito “difícil” o atendimento da 1ª cláusula, a qual reivindicava um piso salarial de Cr\$ 30.000,00 justificando que o preço do produto acabado não permitia a oneração deste trabalho, elevando-se os custos da produção. Em sua colocação, esse senador adiantou que algumas das reivindicações exigidas pelos canavieiros, já eram asseguradas na lei. No entanto, não explicou porque razão a classe patronal não as cumpria. Diante desse posicionamento do Sr. Moacyr Góes imagina-se que ele desconhecesse o estudo realizado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas) o qual demonstrou o total dos lucros que as usinas e fornecedores obtiveram na safra 81/82: atingiu quase um bilhão de cruzeiros, configurando, então, a superexploração da força de trabalho pelo capital e, demonstrando que essa era a principal fonte de sobrelucros dos empresários. Atender as reivindicações dos trabalhadores seria abrir mão de parte destes sobrelucros.

Dentre tantos outros aspectos e barreiras às conquistas dos trabalhadores e o cumprimento dessas conquistas por parte dos patrões, poder-se-ia aqui pontuar que a luta entre essas duas classes sociais tem se pautado na identificação de aliados e inimigos, de apoios e interlocutores, inclusive institucionais, como o Estado, a Igreja, associações de classe, civis, etc. Este fato remete ao todo social, à estrutura de classe da sociedade (Lima, 2000:133). Estrutura esta que vai se desnudando à medida que os conflitos se acirram e a identificação de interesses ganha, de forma mediata, contornos políticos. É nesse jogo de forças das relações sociais que as várias classes de uma sociedade vai construindo e moldando a sua identidade social, bem como descobrindo a posição que ocupa na sua estrutura da sociedade. Está aqui um dos aspectos fundamentais do processo de socialização política dos trabalhadores.

Como foi citado anteriormente, tanto a classe patronal como a dos trabalhadores não agem no cenário sócio-político, econômico e cultural isoladamente, mas contam com apoios e aliados. No caso da classe patronal, ela não contou somente com o apoio do Estado, cujo aparato repressor foi acionado em seu favor, em nome da ordem e contra a justiça social; contou também com a omissão dos partidos políticos e de parlamentares etc, a própria ambigüidade da lei e sua ritualidade formal, apesar da criatividade das organizações sindicais dos trabalhadores de rompê-las “por dentro” dando legitimidade à greve em face à violência patronal potencializada por uma Ditadura Militar ainda em vigor (idem, ibidem).

Já no caso da classe trabalhadora, essa contou com o apoio da CONTAG, das Federações de Trabalhadores na Agricultura dos estados da Paraíba, de Pernambuco e da

Bahia durante toda a Campanha Salarial, bem como da presença da Igreja, através do SAR (Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal), os quais, não só marcaram as suas presenças, mas estiveram encorajando-a e colaboraram nas mobilizações, nos debates, nas reflexões e avaliações de todo o processo para a implantação e realização dessa Campanha Salarial no Rio Grande do Norte.

Nessa arregimentação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Norte, na realização dessa I Campanha Salarial, a CONTAG, em conjunto com a FETARN, contaram não só com o apoio da FETAPE, da FETAG-PB, da FETAG-BA, da FETAESP, da FETAG-RJ, do SAR, do MEB, mas, também com o apoio de vários sindicatos tanto do setor rural como do urbano do Estado de Pernambuco, de vários sindicatos do Rio Grande do Norte, bem como da Emissora de Educação Rural de Natal, da Rádio Cabugi e do Jornal Tribuna do Norte entre outros, (Cf. C.C. DR/038/82, DE 25.10.82). Como se pode ver, embora os organismos da Igreja priorizassem outras frentes de lutas, a sua presença nessas mobilizações era evidente.

Apesar de terem ocorrido certas dificuldades no processo de mobilização e também ter havido atos de violência, por parte da classe patronal, como noticiaram os jornais locais e de outros estados, o Movimento Sindical no Rio Grande do Norte obteve sucesso na sua I Campanha Salarial, não só porque a Delegacia Regional do Trabalho reconheceu como justas as cláusulas reivindicadas pelos trabalhadores, mas também, porque esses trabalhadores, em sua grande maioria, começaram a se conscientizar de que estavam lutando por uma causa justa, ou melhor, estavam lutando pelo cumprimento dos direitos já consignados em lei, bem como, reivindicando o cumprimento daqueles direitos que já haviam sido reconhecidos para essa mesma classe trabalhadora, através de Convenções e Dissídios Coletivos, nas campanhas salariais realizadas pelos trabalhadores do Estado de Pernambuco, desde 1979.

Após todo o processo e resultados dessa I Campanha Salarial no Rio Grande do Norte, dando a impressão de que tudo estava encerrado, afirmou o presidente da FETARN que a luta estava apenas começando, porque não bastava ter as conquistas das reivindicações apenas no papel, era preciso que o patronato não só falasse que deviam ser respeitados os direitos dos trabalhadores, mas, que esses direitos, de fato, fossem cumpridos no cotidiano deles.

4.2.2. A CAMPANHA SALARIAL E A GREVE DE 1983

A afirmação do presidente da FETARN a respeito da luta dos canavieiros no Rio Grande do Norte ter apenas começado, era uma verdade. Os trabalhadores esperavam o cumprimento do Dissídio Coletivo de 1982, fato que não ocorreu, motivando, assim, a categoria a uma constante mobilização. O não cumprimento do Dissídio Coletivo foi eixo norteador do início da Campanha Salarial de 1983.

A Campanha Salarial realizada com os canavieiros do Rio Grande do Norte, em 1983, foi algo que, embora seguisse o caminho do ano anterior (1982), não era a mesma coisa, pois, o Movimento Sindical podia contar com a experiência adquirida pelos trabalhadores na sua primeira campanha. Agora existia uma confiança conquistada na luta, entre as lideranças sindicais e os trabalhadores. Era um momento em que, tanto os trabalhadores como os empregadores não andavam cegos, já se tinha uma experiência de ambas as partes. De um lado, a classe trabalhadora queria fazer valer suas conquistas e por isso se preparava para o momento certo da negociação. Por outro lado, a classe patronal também não cruzou os braços, pelo contrario, preparou-se com base na experiência do ano anterior; reforçou a segurança e os instrumentos de repressão e estava ali na retaguarda pronta para enfrentar todo o processo da II Campanha Salarial no Rio Grande do Norte, desde a preparação, negociação e até mesmo a decisão pela greve, por parte dos trabalhadores, e de suas lideranças sindicais (Cruz e Andrade, 1985:17).

Nesse ano (1983) os canavieiros e seus sindicatos buscavam o cumprimento do Dissídio Coletivo, pelos patrões, e começavam a perceber que não era fácil generalizar e mudar os valores de uma classe que se sustentava nas forças do capitalismo e que se comportava frontalmente contra a lei envolvendo também setores do Estado impermeáveis aos valores de liberdade e justiça social postulados em lei. Para moldar a postura intransigente dos patrões, e fazer valer os direitos conquistados e formalizados em lei, mediante acordo e greve, a FETARN e os STR's tiveram que enfrentar, de forma constante, a arrogância e a truculência dessa classe. Para tanto, mobilizavam-se e pressionavam, através de denúncias às autoridades competentes e à opinião pública; além de fazer solicitações à Delegacia Regional do Trabalho e ao Instituto de Pesos e Medidas, requerendo desses órgãos governamentais o

cumprimento do Dissídio, bem como a penalização dos patrões infratores da lei (Lima, 2000:135).

Não era um movimento insignificante, pois compreendia uma área de treze municípios (Canguaretama, Baía Formosa, Arês, Goianinha, São José de Mipibu, Maxaranguape, Nísia Floresta, Ielmo Marinha, Extremoz, Ceará-Mirim, Taipu, Pedro Velho e Espírito Santo), com mais de trinta mil trabalhadores da cana, associados em nove Sindicatos de Trabalhadores Rurais da área econômica do Estado do RN. Segundo dados informativos da FETARN (1983, p.1) essa força organizada estava se preparando para a realização da Campanha Salarial de 1983, objetivando não somente garantir o cumprimento dos direitos conquistados em 1982, mas ampliá-los.

Para atingir esses objetivos, a FETARN e os sindicatos, retomaram o processo de preparação e mobilização da campanha de 83 logo no final do primeiro semestre. A ação dessas entidades foi de discutir nas bases, com as delegacias sindicais, com dirigentes, em cada um dos povoados onde se encontravam os canavieiros, nas fazendas e nos locais de trabalho. Toda a prática que foi realizada era no sentido de analisar a campanha de 82 e reavaliar todo trabalho que havia sido feito durante o ano, com o propósito de retirar daí algumas conclusões sobre as condições de trabalho para a reelaboração da pauta de reivindicações. A FETARN e os sindicatos, almejando maior participação e mobilização dos trabalhadores, tanto na divulgação como na discussão da pauta de reivindicações, realizaram várias reuniões, encontros, programas de rádio e distribuíram panfletos em todas as áreas em que se encontravam canavieiros.

Toda essa empreitada tinha como horizonte a realização das assembléias sindicais para discutir e aprovar a pauta das reivindicações, bem como autorizar as diretorias dos sindicatos a negociar com a classe patronal o Contrato Coletivo de Trabalho. Nessas assembléias também foi discutida e aprovada a deflagração de greve, caso as reivindicações não fossem atendidas. Para tanto, os dirigentes sindicais sob a direção da FETARN reuniram-se no dia 09.09.83 para concluir o documento básico que seria apresentado aos usineiros e fornecedores da cana, a partir do dia 26 do corrente mês. No dia 21.09.83 foram realizadas assembléias em todos os sindicatos da zona canavieira com o propósito de discutir e aprovar a pauta de reivindicações e, no ensejo, autorizaram as diretorias dos sindicatos às negociações com o patronato, do Contrato Coletivo, e discutiram a deflagração da greve (Cruz e Andrade, 1985:17 apud FETARN, Relatório Anual, Natal, 1983:7). No dia 25 do mesmo mês, os trabalhadores da cana de todos os sindicatos voltaram a se reunir, desta feita em Assembléias

Gerais Extraordinárias, segundo as normas instituídas na Lei 4.330/64 e aprovaram as reivindicações, destacadas aqui as principais: reajuste salarial (INPC de 62% acrescido de 10%), transporte seguro para os locais de trabalho, pagamento de auxílio doença pelo empregador, salário família, estabilidade para o menor e a mulher gestante e equiparação salarial com relação aos homens, sítio com 2 hectares para o trabalhador plantar, veículo para transportar o trabalhador doente do local do acidente para o hospital e tabela de tarefas (Diário de Natal, 10.09.83, p.03). No dia 28, os representantes dos trabalhadores (CONTAG/FETARN/Sindicatos) apresentaram aos representantes da classe patronal, na DRT/RN, as reivindicações aprovadas na última assembleia de cada um dos sindicatos da área canavieira. O propósito desses líderes sindicais não era só negociar com os patrões, mas, já saírem dali com soluções. Entretanto, o comportamento dos patrões, no momento das negociações, foi o mesmo do ano anterior: alegaram falta de tempo para conhecer melhor as solicitações dos trabalhadores, e, por essa razão, apresentaram como proposta, uma nova data para negociarem, a qual foi aceita, voltando, então, a se reunirem no dia 04 de outubro do corrente ano na Delegacia Regional do Trabalho. Apesar da aceitação da proposta para a negociação acontecer no dia 04.10, o presidente da FETARN, José Francisco da Silva, declarou à imprensa o seguinte:

“com essa demonstração de boa vontade por parte dos trabalhadores, caso os patrões não vierem a se apresentar com espírito conciliador, os trabalhadores rurais da zona canavieira do RN se sentem ainda mais legitimados para o exercício do direito constitucional de greve” (Diário de Natal, 29.09.83. p.5).

De acordo com o combinado entre os representantes dos patrões e dos trabalhadores, estes voltaram a se reunir, no dia 04 de outubro, na DRT. Entretanto, após três horas de reunião, as negociações foram paralisadas por falta de contra-proposta e pela intransigência do patronato que rejeitou as cláusulas mais importantes da pauta de reivindicações, principalmente: a do salário base igual ao dos canavieiros pernambucanos, no valor de Cr\$ 72 mil (100% do INPC), salário família, tabela de tarefas e a estabilidade da mulher gestante, entre outras. Diante das circunstâncias, a classe trabalhadora optou pela greve. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte declarou à imprensa que a posição dos representantes patronais foi a seguinte:

“Sobre o salário, os patrões não apresentaram nenhuma proposta, apenas queriam pagar 80 por cento do INPC. Sobre a tabela de tarefas, eles não quiseram nem saber. Então, a greve foi a solução encontrada e vamos aguardar o Dissídio Coletivo na justiça do trabalho” (Diário de Natal, 05.10.32).

A decisão da classe trabalhadora de entrar em greve a partir de zero hora do dia 05 de outubro, foi por falta da negociação entre empregadores e empregados. Esta decisão já havia sido tomada, por mais de 50 mil trabalhadores da zona canavieira do RN, nas assembléias do dia 21 de setembro, conforme noticiou o presidente da FETARN à imprensa. Essa situação era consequência do fracasso das negociações com a classe patronal.

A classe patronal não querendo ficar para trás, no encerramento da reunião, declara à imprensa através de Humberto de Moura Concentino, Presidente do Sindicato de Plantadores de Cana, que os empregadores não puderam negociar com a classe trabalhadora em razão da dependência que eles tinham aos melhores preços da cana, cujos reajustes não correspondiam à realidade. Vejamos a citação feita por Humberto à imprensa:

“Por isso, não podemos pagar um salário de Cr\$ 72 mil que os trabalhadores pleiteiam, pois iria de encontro aos preços mínimos da cana. A tabela de tarefas é inaplicável a nossa região. O salário família não pode ser imputado ao empregado, sem que a previdência repasse os recursos” (idem, ibidem).

Além desse posicionamento, acreditava, ainda, esse representante da classe patronal, que a greve geral dos trabalhadores não iria trazer nenhum benefício à categoria, ao Estado e aos plantadores. Concluía esse patrão que os maiores prejudicados seriam os próprios trabalhadores. Não explica porque, apenas cita que “não cabe aos empregadores reprimir a greve” mas também, que os patrões “não iriam permitir a invasão de propriedades” enfatizando que seria ilegal a presença de piquetes nos locais de trabalho, em razão do direito de greve consistir em o trabalhador ir ou não ir ao trabalho.

Esta greve não foi igual à de 82, como já citamos anteriormente; ela apresentou uma situação nova, no campo e que o movimento sindical não esperava. Foi a presença de um forte aparato policial, por ordem do Governador do Estado, José Agripino Maia, ao Comandante da Polícia Militar, Coronel Waldomiro Fernandes, sob o pressuposto de manter a ordem, conforme citação no Diário de Natal, de 05 de outubro:

“Para evitar os tumultos, agressões e emboscadas armadas verificadas, contra os trabalhadores, no ano passado, o Governador orientou o Comandante da Polícia Militar, coronel Waldomiro Fernandes, no sentido de que encaminhe às regiões onde há produção de cana-de-açúcar grupos de policiais militares, a fim de manter a ordem”. (idem, ibidem)

Nas palavras das autoras, Cruz e Andrade (idem ibidem, 18), a presença dos policiais no campo, foi para agir, no sentido de pressionar o trabalhador a voltar ao trabalho. Além disso, a ação do aparato militar, naquele momento, estaria associada à ação truculenta e a outras formas de pressão e coação da classe patronal, no intuito de esvaziar o movimento grevista. Fato que poderia ser confirmado através das muitas pressões feitas pelos patrões, e que foram vistas como um intuito de “segurar o trabalhador”; mas, na verdade eles queriam era, entre outras coisas, esvaziar o movimento grevista.

A classe patronal em algumas localidades, para enfraquecer a greve, usou, de forma sutil, algumas táticas não violentas, como pagar Cr\$ 100,00 por uma braça de cana cortada, quando na época pagava-se Cr\$ 40,00 ou Cr\$ 50,00 como forma de pressionar os trabalhadores a voltarem ao trabalho. Se esta tática foi, realmente, para desfacelar o movimento, a realidade foi outra, pois em seu primeiro dia de greve, segundo informações da FETARN, mais de 80% dos assalariados da cana haviam aderido à greve. Se o aparato policial estava no campo apenas para manter a ordem, como disse o Governador, não se sabe, mas o que as reportagens dos dias seguintes relataram, foram muitas violências em quase todos os municípios da zona canavieira. Dentre os vários atos de violência cometidos, no período da greve, vejam-se alguns casos que mostram não estarem os policiais no campo apenas para manter a ordem, mas para obrigarem os trabalhadores a voltarem aos seus postos de trabalho: no município de Ceará Mirim, por exemplo, a polícia chegou a disparar contra um grupo de trabalhadores, ferindo a bala o trabalhador José Agulha e lançando bombas de gás lacrimogêneo, a fim de dispersar um piquete que impedia a passagem de caminhões no Distrito de Timbó (Cf, Lima, 2000:140 apud Voz da Unidade, 20-26.10.83).

No município de Goianinha, os soldados da PM eram transportados nos carros da Usina Estivas e, em uma certa ocasião, obrigaram trabalhadores a subirem num caminhão, transportando-os até à Fazenda Penha, para trabalhar, tendo os mesmos recusados esta ordem. Não foram somente os trabalhadores que foram vítimas da PM e da classe patronal. Nesse mesmo município, o carro que conduzia uma equipe da FETARN, foi cercado pela polícia que deu ordens de “mãos ao alto”, e só a liberou depois que a mesma se identificou. Além

desse caso, também pode ser citado o fato de dirigentes da FETARN, do Sindicato de Ielmo Marinho e de São Gonçalo do Amarante terem sido ameaçados de morte, pelos proprietários, Srs. Manoel Barreto e Magnus Augusto Barreto.

Apesar da violência acirrada de patrões e policiais militares contra o Movimento Sindical, após dois dias de greve, foi declarado o fim dela greve, por ordem do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sediado em Recife-PE, que julgou o Dissídio Coletivo, totalmente favorável aos trabalhadores da cana. Nessa conquista dos trabalhadores, os dirigentes sindicais da categoria consideram que a maior vitória foi à aprovação de um piso salarial igual ao piso salarial conseguido pelos canavieiros pernambucanos, decisão que elevou o salário de Cr\$ 31.185,15 para Cr\$ 65.406,16. Esta vitória representou um aumento de 110% com relação ao INPC. Tal decisão ia de encontro ao Decreto-Lei 2.045, o que levou os patrões a considerarem que esta decisão do TRT era anticonstitucional e que esse Tribunal havia rasgado a Constituição e pisado nela. Portanto, em protesto a essa decisão, os plantadores de cana estavam paralisando as suas atividades por um período de quinze dias. Declaração encontrada nos jornais: Tribuna do Norte intitulada “Inédito, patrões podem entrar em greve” e no Diário de Natal “Plantadores é que agora vão decidir greve” do dia 11.10.83, provocando um clima de expectativa e inquietação. Embora, houvesse, por parte dos empregadores, esse clima de uma suposta greve, os trabalhadores encontravam-se eufóricos pela aprovação de 30 entre as 35 reivindicações julgadas no Dissídio pelo TRT. Entretanto, apesar desse espírito de euforia dos trabalhadores e lideranças sindicais pelas conquistas alcançadas, a imprensa do RN noticiou que eles se preparavam para organizar a luta pelo cumprimento do Dissídio Coletivo de 83, em razão da classe patronal persistir em contrariar a lei do Dissídio, realizando uma assembléia, na qual decidiram que só iriam cumprir o índice salarial estipulado pelo Governo, com base no INPC, e que essa decisão entraria em vigor a partir de 1º de novembro, isto sem contar que eles também tomaram outras decisões, como: o não pagamento do salário família (Lima, idem, ibidem apud Diário de Natal de 12.10.83).

Nas campanhas salariais de 82 e 83, o processo educativo realizado pelas lideranças sindicais com os trabalhadores assalariados da cana, demonstrou que é possível atingir mudanças além das esperadas, quando eles são tratados como atores sociais, ao invés de simples peças de reprodução da engrenagem do processo de produção. Poder-se-ia, ainda, dizer que num processo educativo é fundamental realizá-lo a partir das bases, por ser exatamente nas bases que se tem clareza do que seja o cotidiano daqueles atores sociais. Considerando que não se trata de uma encenação, pelos indivíduos, de algo aparente; mas, de

uma realidade, cujas lutas para mudá-la, possibilita o delineamento do modo de ser, de ver e de agir desses indivíduos no mundo e com o mundo fazendo-se protagonistas das mudanças desejadas.

4.2.3 A CAMPANHA SALARIAL E A GREVE DE 1984

A busca por uma vida digna expressa que os indivíduos querem ser vistos como sujeitos que têm direitos e podem usufruir desses mesmos direitos dentro dos princípios da democracia. Entretanto, por chegarem a compreender que os direitos estão apenas no papel, é que as classes menos favorecidas lutam pela concretização deles. Fato notório é o que se contempla no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Norte. As classes menos favorecidas, oprimidas pelo sistema capitalista, não cruzam os braços, pelo contrário, têm travado lutas com o intuito de vencer as barreiras que os tornam escravos frente às estruturas desse sistema.

Apesar da tensão do término da campanha salarial de 83, na de 1984, como foi descrito em documentos da FETARN, os trabalhadores da zona canavieira, a exemplo do ano anterior, estavam naquele momento mais uma vez empenhados em sua campanha salarial baseada nos mesmos parâmetros dos anos anteriores, por considerarem que essa era a única forma de garantir os direitos conquistados tanto em de 82 como em 83. Conforme a FETARN, a Campanha representava ainda, o “meio de fazer retroagir a ganância de lucro dos patrões, ampliando a pobreza e a miséria dos trabalhadores” (FETARN, Nota, 1983. p.1). Embora se tivesse expandido a produção do açúcar e do álcool nos últimos anos, em outra nota da FETARN (1984:1), essa entidade declarou que a área canavieira do RN, caracterizava-se pela situação de absoluta pobreza dos que vivem do trabalho no campo. Era na atividade canavieira que se encontravam os maiores índices de concentração de renda e, também, que nessa atividade, a população trabalhadora apresentava os mais baixos níveis de vida. A situação não podia ser diferente dado o próprio regime de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores rurais nas usinas e fazendas fornecedoras de cana.

Nesse ano, 1984, a zona canavieira norte riograndense comportava cerca de 50.000 trabalhadores. Esses assalariados realizaram suas assembléias tanto para discutir como para aprovar a pauta de reivindicações (em número de 40) e autorizar aos seus sindicatos a deflagrarem greve, caso não fossem atendidos pela classe patronal. O comparecimento da categoria às assembléias foi significativo, cerca de 12 000, dos quais 5 000 votaram, tendo em vista a grande repressão existente na área para que os trabalhadores não comparecessem às reuniões e às assembléias e às demais discussões nesse momento de mobilização. Os patrões usaram de vários meios para coibirem os trabalhadores, tal qual haviam realizado nos anos anteriores, sendo que nesse ano a violência foi mais acirrada, a ponto de se ter a ocorrência do assassinato de um trabalhador da Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim, pelo gerente da Fazenda Trigueiro. Este fato ocorreu três dias antes da deflagração da greve, e contribuiu, ainda mais, para levantar os ânimos da categoria, sobretudo, pela grande presença de pessoas e entidades, imprensa escrita e falada ao funeral do trabalhador. Além do mais, aconteceram várias paralizações, dentre elas de 3.500 cortadores de cana da destilaria em Baía Formosa, a de 300 cortadores em Pedro Velho e cerca de 50% dos trabalhadores de Piquiri.

A negociação entre patrões e empregados, foi marcada para o dia 26.09.84, na DRT, o que não aconteceu, como já esperava a classe trabalhadora, vindo eles a entrarem em greve a zero hora do dia 28 do corrente. Essa foi a greve mais extensa, durou 07 dias, e, no seu primeiro dia de paralisação, 80% dos assalariados aderiram a ela. Apesar da polícia, desta vez, não atacar o movimento da classe trabalhadora; o mesmo não aconteceu com as milícias privadas e capangas. Algumas reivindicações foram negociadas, outras foram a julgamento no Tribunal Regional do Trabalho, em Recife, no dia 03 de outubro.

Dentre as greves, como foi dito anteriormente, esta foi a mais longa, no entanto, apesar dos mecanismos de coerção usados pelos usineiros e fornecedores de cana, em nenhum momento a classe patronal conseguiu esvaziá-la, pelo contrário, os trabalhadores permaneceram coesos até o final da greve, quando o TRT deu ganho de causa aos assalariados da cana do RN, concedendo-lhes as principais reivindicações. As conquistas dos trabalhadores da cana do Estado do Rio Grande do Norte equiparavam-se às conquistas dessa mesma categoria no Estado de Pernambuco.

Em 1984, fecha-se o ciclo de greves dos canavieiros, momento que coincide com a nova conjuntura política no país, que foi denominada de período de transição democrática. Seu marco principal foi o episódio das Diretas-Já e do advento da chamada Nova República.

Todo o processo realizado pelo Movimento Sindical, desde a preparação, mobilização e deflagração desse ciclo de greves (82-84), redundou num saldo positivo para a classe trabalhadora. Eles não só reelaboraram novos caminhos para solucionar seus problemas, como puderam produzir, através das lutas e conquistas, uma consciência crítica a respeito da dimensão da luta no campo, do direito e da justiça, colocando em xeque a própria institucionalidade vigente que contrariava a ampliação da modernidade das relações contratuais e da generalização dos valores inerentes a esta modernidade frente à truculência dos patrões e da forma quase ausente com que se apresentava o Estado.

O não cumprimento, por parte dos patrões, das reivindicações dos trabalhadores, que se tornavam lei após a homologação pela DRT, não desqualificava as campanhas salariais nem as lutas subseqüentes às campanhas, antes, se evidenciava num processo de aprendizagem não só dos dirigentes sindicais e assessores que mobilizavam ou apoiavam as mobilizações sindicais, mas, também dos próprios trabalhadores. Estes eram os mais beneficiados, porque iam adquirindo experiências durante as lutas, ano a ano. Esses trabalhadores iam deixando de ser meros espectadores que contemplavam o cenário, passando a ser protagonistas; atores sociais que lutavam, conquistavam e exigiam que suas conquistas fossem legitimadas tanto pela sociedade como reconhecidas, através da homologação, pelo Estado. Esse processo de aprendizagem levava os indivíduos, envolvidos ou não com as lutas dessa classe oprimida, a um senso crítico e reflexivo dos “caminhos utilizados e dos métodos empregados para a sua mobilização nas Campanhas Salariais” (Novaes, 1993).

As avaliações após cada uma das Campanhas Salariais redundaram numa demonstração clara do processo da aprendizagem, em razão de se averiguar os erros e acertos em todo período de mobilização da classe, bem como da importância de se contar com as pessoas experientes, como foi o caso de se ter todo apoio, desde o início da primeira Campanha Salarial, de várias entidades como: as Federações de outros estados (Pernambuco, Paraíba etc.), o SAR, o MEB, entre outras. Foi nesses momentos de avaliações que o movimento pôde superar suas antigas convicções a respeito das mobilizações e passar a assimilar novas possibilidades de produção de conhecimento e de novas formas de consciência e de ação apreendidas como coerentes e com chances, não só de novas descobertas, mas também de êxito.

No entanto, não se chega a um êxito por acaso ou por mera tentativa, e sim, por um trabalho educativo. Tal fato foi reconhecido pela CONTAG desde o seu II Congresso, realizado em Brasília, em 1973; para tanto, achou que era preciso contar com o apoio de uma

competente assessoria intelectual, técnica e jurídica, por ser necessária não só para qualificar as lutas pelos direitos e para abrir possibilidades de juridificação de novos padrões de relações de trabalho, mas também para lançar mão de conhecimentos e endogenizá-los na luta social de forma a possibilitar a experimentação e a superação de estados pré-existentes de consciência empírico-psicológicas. Era necessário, portanto, que se viesse alcançar estruturas de racionalidade mais conscientes do interesse pelo qual se luta frente a interesses de outrem (Lima, 2000:172, v.1).

Foi nesse desenrolar que a Igreja se fez presente, através do Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal, dando a sua parcela de contribuição, não apenas nesse período do ciclo de greves, mas em toda a década de 80. Embora tenha sido uma contribuição pontual, esta foi de fundamental importância, em razão dessa entidade oferecer infra-estrutura desde o período de preparação e mobilização do movimento, liberando seus educadores para integrarem-se as equipes de mobilização, participando de reuniões, assembléias e encontros, etc., colocando à disposição dos trabalhadores canavieiros, assessores jurídicos para defendê-los na Justiça, e também colaborando financeiramente.

Além do SAR, também foi importante a presença da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), entidade sediada em Salvador, Bahia, por ter dado apoio a uma concentração de trabalhadores canavieiros, em Natal, quando os mesmos defendiam seus direitos auferidos pelo Tribunal Regional do Trabalho, em novembro de 1984. Essa ação da CESE às mobilizações da classe trabalhadora repercutiu publicamente, como o papel de uma entidade que estava dando apoio à luta dos canavieiros pelo cumprimento de seus direitos (FETARN, 1985:3).

Além desses apoios dados por essas entidades (SAR e CESE) ao processo de organização dos trabalhadores, não se pode esquecer dos inúmeros encontros, reuniões, assembléias e cursos que foram realizados com o objetivo de levar cada um dos participantes a refletirem e avaliarem as lutas. O curso que essas lutas iam tomando exigiam tarefas de capacitação e formação técnica e política, para a intensificação dos trabalhos de preparação de lideranças, assessores e dos próprios trabalhadores, frente aos impasses enfrentados junto à classe patronal e ao Estado.

4.3. CAMPANHAS SALARIAIS E IMPASSES FRENTE ÀS MUDANÇAS CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS DOS ANOS 80

Após o ciclo de greve de 82-84, as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros no Rio Grande do Norte passaram por uma nova etapa frente às mudanças conjunturais e estruturais que vinham acontecendo no país. De 1985 até 1994 o movimento sindical realizou suas campanhas salariais sem recorrer à greve como arma de pressão sobre a classe patronal e à Justiça do Trabalho para alcançar resultados satisfatórios. Nesse período, as reivindicações de cada uma das campanhas salariais foram negociadas através de acordos, cujos resultados foram homologados em Convenções Coletivas. A Campanha Salarial de 94 resultou numa greve contra a Usina Estivas, em razão dessa usina ter descumprido a cláusula consagrada como direito conquistado pela classe trabalhadora, em sucessivas campanhas salariais, a qual definia que o corte de cana por braça fosse de cinco carreiras e não de sete, como vinha fazendo essa usina.

Todo o processo de preparação, mobilização e negociação das campanhas salariais, a partir de 85, começou a demonstrar que as mesmas já não se evidenciavam com o mesmo ritmo com que tinham ocorrido as campanhas anteriores. Nesse momento, o movimento sindical, embora apresentasse a mesma mobilização de antes, não tinha a mesma eficácia em termos das conquistas e vigência dos direitos conquistados. A perda de fôlego que o movimento sindical vinha passando era decorrente de vários fatores que estavam presentes no setor sucroalcooleiro: o descumprimento dos direitos já conquistados pelos trabalhadores, por parte da classe patronal; o processo de crise e reestruturação do complexo sucroalcooleiro; o desemprego como um dos resultantes do processo de crise e reestruturação dessa atividade econômica. Além dos fatores citados, não se poderia desprezar as repercussões das próprias mudanças políticas provocadas pelo movimento das Diretas – Já, bem como, a inauguração do advento da Nova República. Também é oportuno enfatizar que, frente ao clima de pacto social, não só desencadeou-se um processo de institucionalização da democracia política, protagonizado pelos partidos políticos; também os movimentos sociais, nesse momento, cresciam tanto em qualidade como em quantidade, vindo a pressionar a formalização na própria Constituição de 1988, de novos direitos sociais, civis e políticos. Foram, exatamente, as expectativas, que setores sindicais que apoiavam o Governo da Nova República, tinham, das promessas apresentadas pela Aliança Democrática, no pacto social e nas reformas sociais,

entre elas, a Reforma Agrária, que limitaram as ações desses setores sindicais em relação à tomada de certas decisões para não prejudicarem tais promessas.

Antes de analisar a Campanha Salarial de 1985, as campanhas subseqüentes a essa até o final da década de 80 e a primeira campanha da década de 90, enfatiza-se que em todo o período que vai de 1985 a 1994, as campanhas salariais foram realizadas sem recorrer ao recurso da greve para atender as reivindicações dessa classe trabalhadora. Entretanto, nesse ponto analisam-se apenas as campanhas salariais que vão de 1985 até 1991. E, a partir da campanha salarial de 1992 como se verá no ponto seguinte, por ser a partir dessa até a campanha salarial de 1996, que a Igreja, através do Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal, tomou a decisão de não mais dar apenas um apoio pontual, aos canavieiros, no período de suas campanhas e, sim, realizar um trabalho efetivo e sistematizado com essa categoria de trabalhadores da zona rural.

4.3.1 A CAMPANHA SALARIAL DE 1985

Antes de começar a preparação e mobilização da Campanha Salarial de 1985, aconteceram alguns eventos significativos para o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. Como exemplos desses eventos podemos citar o resultado do julgamento, pelo Tribunal Superior do Trabalho, do pedido de efeito suspensivo de importantes cláusulas do Dissídio Coletivo de 84, em 30 de janeiro do ano em curso, julgadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, na cidade do Recife, em favor da classe trabalhadora canavieira; o IV ENCLAT – Encontro da Classe Trabalhadora do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 09 e 10 de março, em Natal, contando com a presença de associações profissionais e sindicatos, estando entre eles a FETARN e os Sindicatos dos trabalhadores Rurais. Este foi um dos momentos ímpares nesse ano de 85, porque os presentes ao evento pronunciaram-se sobre as grandes questões políticas que vinham acontecendo no país, objetivando pressionar e comprometer o Governo da Nova República com as causas populares e progressistas.

Nesse ano de 1985, a Campanha Salarial seguiu o mesmo ritual das campanhas salariais anteriores. Entretanto, como já citamos anteriormente, vários fatores contribuíram para as mudanças no ritmo da mesma. Esses fatores foram-se evidenciando a partir dessa campanha e nas subseqüentes, e, através deles os sinais de cansaço, foram se apresentando

tanto em termos de mobilização quanto da eficácia no que se referia às conquistas e à vigência efetiva do cumprimento dos direitos conquistados. Podemos dizer que esse cansaço era oriundo do descumprimento dos direitos e também do desemprego causado pela reestruturação do complexo sucroalcooleiro; fatores esses, entre outros, que desmotivaram o próprio sentido das campanhas salariais ao nível das bases sindicais. E, no estado do Rio Grande do Norte, somava-se, ainda, o envolvimento de dirigentes da FETARN nas eleições estaduais. O modelo contaguiano estava se tornando cansado. Já não atendia às expectativas da classe trabalhadora. O que era decidido nos Dissídios Coletivos era desrespeitado pela classe patronal.

A lamentação da classe patronal a respeito da crise que o setor sucroalcooleiro vinha passando, levou o mesmo a ser beneficiado com um investimento, através do PROÁLCOOL, de 2,5 trilhões de cruzeiros, para o triênio 85/87, sendo que 90% destes recursos seriam provenientes do Banco Mundial e 10% do orçamento do Governo Federal. Tal fato foi anunciado pelo BNDES por ocasião do Simpósio Internacional COPERSUCAR. Entretanto, esta conquista do setor sucroalcooleiro não foi para todos os atores sociais que faziam parte do mesmo, pois, se de um lado os usineiros e fornecedores de cana estavam sendo beneficiados, por outro lado, os trabalhadores continuavam em situações precárias tanto nas condições de vida como de trabalho. O patronato continuava desrespeitando os direitos conquistados pelos trabalhadores, fato que pode ser comprovado nas denúncias feitas pela FETARN ao Ministério do Trabalho, que ao mesmo tempo solicitava medidas de fiscalização e punição aos patrões infratores da Lei. Também o fato das Juntas de Conciliação e Julgamento se encontrarem centradas na capital do estado e, praticamente, atenderem apenas à demanda das reclamações, vindo os sindicatos a recorrerem à Justiça Comum (FETARN, 1985a: 2 e 4).

No processo de mobilização, para não ocorrerem problemas financeiros da mesma natureza dos que haviam ocorrido em 84, a FETARN solicitou apoio aos STR's de outros estados, a CONTAG, ao MEB, a CESE, entre outras entidades. A solicitação a essa última entidade foi através de um projeto, intitulado "Projeto de Assistência e Assessoramento Educacional à Federação e aos Sindicatos de Trabalhadores da Área Canavieira" com vigência para o período de fevereiro a julho de 1985. O objetivo do mesmo era cobrir várias despesas e também ajudar na manutenção do programa de rádio "Em Marcha para o Campo" (FETARN, 1985 m). Essa preocupação da FETARN para o bom andamento da Campanha Salarial nesse ano era decorrente de fatos ocorridos no ano anterior e também para que a mesma não sofresse problema de continuidade, considerando a necessidade da mobilização de

toda a categoria por um lado, e por outro, o grande número de denúncias que vinham sendo feitas pelos sindicatos de toda zona canavieira no tocante ao descumprimento do Dissídio. Também frente ao desmobilizador dos atos de violência (surra, acidentes de veículos que transportavam trabalhadores, obrigar o trabalhador a assinar documento etc.) que vinham sendo praticados pelos patrões (FETARN, 1985b, c, d, e, f, i, j). Além da documentação da FETARN, têm-se também várias reportagens, nos jornais locais, que denunciam a situação de violência da zona canavieira do Rio Grande do Norte (Tribuna do Norte, 16.06.85; 14.08.85, p.05; Diário de Natal, 13.08.85 e 24.09.85).

A arregimentação do processo de mobilização da luta dos canavieiros, nesse ano, 1985, exigia que os dirigentes sindicais, assessores, entre outros envolvidos, conduzissem a luta com mais cautela. De um lado, porque já tinham uma certa experiência, e do outro, porque o momento presente era um momento de transição na política brasileira. Os canavieiros seguiram o processo preparatório até chegarem às negociações, da mesma forma dos anos anteriores. As negociações dessa Campanha Salarial foram as mais concorridas até então, pois, envolveram um número maior de participantes de ambas as partes (empregadores e empregados), incluindo advogados e assessores, além da mediação do Delegado e do Ministro do Trabalho. O período de negociação durou 04 dias e seu término veio com o acordo entre empresários e canavieiros, não sendo preciso deflagrar greve. O resultado das negociações foi dessa forma, graças à intervenção do Ministro do Trabalho, que refletiu sobre o pacto social proposto pelo presidente da República, o Sr. José Sarney. Na conclusão da negociação o Delegado Regional do Trabalho, no Rio Grande do Norte, Ticiano Duarte, destacou com máxima importância a inovação do acordo coletivo firmado entre as partes como resultado da Campanha Salarial de 1985: a criação de uma comissão tripartite, formada por dois representantes de cada parte, dos trabalhadores, da DRT e da classe patronal para atuar no “acompanhamento fiel do estabelecido acordo, a fim de que dúvidas e conflitos fossem aliviados” (Tribuna de Natal, 01.10.85).

Diante desse resultado, a FETARN passou a atuar de forma que os patrões viessem a cumprir o Acordo. Para tanto, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN, com o apoio do SAR, programou encontros para organizar a luta pelo cumprimento da Convenção Coletiva de 85, bem como, para tomar, não só conhecimento de tudo que estava ocorrendo em cada um dos municípios da zona canavieira no tocante ao descumprimento das reivindicações acordadas e dos atos de violências, mas para fazer com que dali, saíssem algumas providências para solucionar os problemas. Por exemplo, no Encontro realizado em Canguaretama, em 20.10.85, foi decidido criar Delegacias Sindicais nas localidades de

Piquiri, Cercado Grande e Rua Nova, todas do município de Canguaretama, para solucionar os problemas ali presentes.

À medida que tais encontros iam acontecendo e iam explicitando o quadro de violência e arbitrariedades da classe patronal, a FETARN e os Sindicatos recorriam à Delegacia Regional do Trabalho e a outros órgãos públicos como o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), solicitando medidas para garantir o cumprimento da Convenção Coletiva e para garantir o próprio direito de ação sindical, além de providências no sentido de amenizar a repressão praticada ou orquestrada, por cabos e administradores de campo, sobre os trabalhadores.

O descaso pelo cumprimento dos direitos em anos anteriores e agora, pela classe patronal, impulsionou a FETARN a estar atenta aos fatos para denunciá-los aos órgãos responsáveis pelo cumprimento da lei, exigindo deles as medidas cabíveis. Além dessa situação a FETARN, os Sindicatos e os trabalhadores foram pegos de surpresa, quando por ocasião do VI Encontro Nacional de Produtores de Alcool, organizado pela Sociedade dos Produtores de Açúcar e Alcool (SOPRAL), em Brasília, no mês de outubro. Nesse encontro o Ministro da Indústria e Comércio, o Sr. Roberto Gusmão, autorizou a moagem de toda a cana excedente, cerca de 800.000 toneladas, do Estado do Rio Grande do Norte, o que implicou na produção recorde de 130 milhões de litros de álcool, e de mais dois milhões e seiscentos mil sacas de açúcar, além de 90.000 toneladas de mel rico, destinado à exportação (Tribuna do Norte, 26.11.85). Decisão dessa natureza, depois de um mês da Convenção Coletiva, beneficiava a classe patronal, enquanto as organizações sindicais dos trabalhadores enfrentavam o cenário vivenciado pelos trabalhadores, e configurado pela violência e o descumprimento da lei.

Além dos fatos ocorridos diretamente no setor sucroalcooleiro, houve outros que marcaram o setor agrícola, em 1985, e que se tornaram mobilizadores das lutas do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, como o lançamento do Projeto Nordeste, que propiciou espaços para que os pequenos produtores rurais assegurassem no âmbito deste programa a efetiva satisfação de seus interesses, especificamente o componente PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural). Este programa, por exemplo, tornou-se motivo de constantes pressões e mobilizações das federações e sindicatos de trabalhadores rurais no Nordeste. Levou essa categoria a uma participação que se deu através da Comissão Regional de Desenvolvimento Rural e das Comissões Paritárias em nível dos estados incorporando a representação dos trabalhadores rurais, apesar do questionamento sobre a real paridade. Salienta-se que, os espaços ocupados pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais,

através do PAPP, tiveram as suas origens no Movimento Muda Nordeste, criado nos fins de 1984, durante a campanha eleitoral para sucessão presidencial. Este foi um movimento que reuniu mais de cinquenta entidades da sociedade civil, além de personalidades políticas como o governador do estado de Pernambuco, o Sr. Miguel Arraes. O PAPP foi um programa que no IV Congresso da CONTAG, realizado em Brasília, no período de 25 a 30 de maio de 1985, foi discutido à luz da proposta do processo de democratização das tomadas de decisões e do processo de planejamento e execução da proposta da FETAPE, o que levou a produção dos primeiros resultados concretos, em termos de propostas políticas para uma nova relação entre o Estado e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Com o que esse programa propôs, abriram-se novas portas para as federações e os STR's, por serem eles chamados a ser os reais sujeitos de seu processo de concepção, planejamento, implementação e avaliação, apesar de correrem riscos de distorção e cooptação. Como sujeitos do programa, as federações tiveram que readequarem o seu aparato burocrático, bem como, foram dotadas de infraestrutura e de recursos para contratar assessores e advogados, superando, mesmo que em um curto período, as suas dificuldades financeiras. Nesse momento, o movimento sindical estava numa situação delicada, em razão de ter que enfrentar os setores organizados e ligados à Igreja e ao sindicalismo cutista que se encontrava numa fase de auge no campo, além de outros movimentos sociais agrários afinados com a CUT e o PT. Portanto, pode-se compreender que o contexto em que aconteceu a Campanha Salarial de 85 foi bastante pertinente para influenciar o processo da campanha, desde a preparação até às negociações entre empregados e empregadores, não sem críticas contundentes à concepção e prática do complexo CONTAG/Federações/Sindicatos e de suas relações com o Estado.

Ainda argüindo sobre a campanha de 85, considera-se importante ressaltar que foi no período dessa campanha que se evidenciaram aos imperativos de mercado: a produtividade e a competitividade. Foram imperativos anunciados pelo Governo Federal, vindo a inaugurar uma nova fase de modernização da economia sucroalcooleira pela expansão vertical do cultivo e racionalização da capacidade industrial instalada, que também redundaram em inovações relativas à organização do trabalho.

4.3.2. A CAMPANHA SALARIAL DE 1986

Em 1986, novamente, a Campanha Salarial dos assalariados da cana no Rio Grande do Norte aconteceu sob várias mudanças. Dentre elas, a mais marcante foi a nauguração das Campanhas Salariais Unificadas dos Canavieiros do Nordeste. A unificação foi formada pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e a CONTAG foi quem coordenou o movimento. A preparação e mobilização seguiram o mesmo modelo das campanhas salariais anteriores. Foi uma preparação conjunta com a participação das federações de todos os estados, através de encontros regionais e estaduais, além de todo um trabalho relativo à unificação da pauta de reivindicações e da definição do calendário da campanha e do corpo de assessores e diretores da Confederação que iria apoiar a Campanha em cada um dos estados. Nesse novo momento foi enfático o número de sindicatos e trabalhadores presentes às reuniões marcadas para a elaboração da pauta de reivindicações da categoria ao nível da região Nordeste. A reunião do dia 21.09.86, por exemplo, foi marcada pela mobilização de 150 sindicatos nos estados e 1 milhão de canavieiros. O número de assalariados da cana no Rio Grande do Norte, nesse ano, era de 60 mil trabalhadores (Diário de Natal, 16.09.86, p. 10).

Na pauta das reivindicações, os trabalhadores pediam melhores condições de transporte para os trabalhadores, continuidade do auxílio-doença, sítio para o plantio de 2 hectares, redução da tarefa diária de trabalho, moradia com requisitos mínimos de salubridade, segurança, higiene, conforto e restauração por conta do empregador, salário da mulher equiparado aos homens em condições iguais de trabalho, estabilidade para a gestante e para o delegado sindical, repouso semanal remunerado com base na produção e pagamento de horas extras, multa de 10% por atraso no pagamento do salário, multa de infração de descumprimento de cláusula do contrato coletivo de trabalho, salário família, proibição do uso de arma de fogo no local de trabalho para cabos de turma, administradores e assemelhados; entre outras reivindicações e além dessas, que o salário fosse unificado, fato que já vinha sendo vivenciado pela categoria, através da equiparação dos salários dos outros estados, com relação ao salário reivindicado e conquistado pela classe trabalhadora de Pernambuco.

Com a Campanha Unificada, a CONTAG objetivava levantar os ânimos da classe, em cada um dos estados, frente ao descumprimento, por parte do patronato, dos direitos já

consignados em lei, bem como daqueles direitos conquistados pelos trabalhadores em campanhas salariais anteriores. Além do mais, a campanha unificada integrava mais a classe canavieira em todo o Nordeste.

Toda a mobilização da categoria na região Nordeste, buscava a ampliação de suas conquistas, e a manutenção dos direitos já conquistados em campanhas anteriores. Nos encontros e reuniões debateram a importância das negociações através do acordo entre empregadores e empregados, mas não descartaram a possibilidade de recorrer à greve. Um exemplo desse fato está registrado no jornal Diário de Natal, datado de 16.09.86:

“Os canavieiros do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, em campanha salarial da categoria, sob a coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, aprovarão no próximo dia 21 em assembléia, a pauta de reivindicações para posteriores negociações com representantes patronais, com indicativo de greve, se as propostas não forem atendidas, incluindo-se o piso salarial de Cz 1.200,00”

Embora a classe trabalhadora estivesse numa Campanha Salarial Unificada, a qual pretendia dar um novo rumo às relações de negociações entre patrões e empregados, de forma que não fosse preciso recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, como já foi dito, a categoria não descartava a possibilidade da deflagração de greve, mas também não descartava a própria idéia de uma livre negociação em cada um dos estados ora integrados na campanha. Fato verificado em algumas das reivindicações feitas pela classe trabalhadora, como foi o caso dos valores das tabelas de tarefas entre os estados, em função da segmentação do processo de trabalho apresentar diferenças na medição e pesagem e formas de remuneração em cada estado; e, também, dever-se-ia considerar a questão da diferenciação dos níveis de organizações sindicais dos vários estados, entre outros parâmetros.

Além das particularidades encontradas em cada um dos estados nordestinos, ora integrados na Campanha Salarial Unificada, no caso dos canavieiros do Estado do Rio Grande do Norte, nesse ano (1986), um dos grandes problemas enfrentados por essa categoria era com relação à agudização do problema do transporte que conduzia esses trabalhadores aos seus locais de trabalho, por ser, ao mesmo tempo, inadequado e inseguro, colocando em risco a vida desses canavieiros. Esse problema era tão grave, que as entidades sindicais, a FETARN e os sindicatos da zona canavieira estavam sempre notificando os acidentes ocorridos, para ver se os órgãos competentes tomavam alguma providência. Essas entidades sindicais não viam

muitas possibilidades de mudanças. De um lado, porque os trabalhadores da cana sujeitavam-se ao tipo de transporte oferecido pelos usineiros e fornecedores de cana, para conduzi-los aos seus locais de trabalho e, por outro lado, por causa tanto da inoperância como da omissão dos órgãos estatais encarregados pela fiscalização e punição dos infratores. Embora esses trabalhadores tivessem o conhecimento de que, constantemente estavam acontecendo acidentes com os caminhões que os conduziam aos locais de trabalho, tal sujeição era em razão dos mesmos não terem outra alternativa para sobreviver, a não ser vender sua força de trabalho, no setor sucroalcooleiro, para garantir o seu sustento e o de sua família. Mesmo que, entre eles, houvesse aqueles trabalhadores conscientes do risco de vida que estavam enfrentando todos os dias, eles não tinham outra escolha para chegar aos locais de trabalho. Para esclarecer melhor a situação da inquietação, por parte das lideranças sindicais, a respeito da inoperância dos órgãos públicos encarregados de fiscalizar e punir os infratores das leis que regulam os meios de transportes, segue-se o exemplo de um acidente ocorrido com 120 trabalhadores, que eram conduzidos ao local de trabalho, por um caminhão gaiola, da Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim, pertencente ao usineiro e candidato a governador do Estado, o Sr. José Geraldo de Melo. Por excesso de velocidade este veículo capotou, provocou a morte, no local, de sete trabalhadores, além de deixar mais 34 feridos, dentre eles, alguns em estado grave (Diário de Natal, 01.10.86). Não foi só esse caso que chamou a atenção da liderança sindical para notificar o que aconteceu. Pelo contrário, viu-se que esse tipo de fato, há tempo, vinha acontecendo com os meios de condução dos trabalhadores da cana. Essa preocupação pode ser constatada em outras notificações feitas por essas lideranças (FETARN e STR's) às autoridades competentes para tomarem as devidas providências, como noticia o Diário de Natal, datado de 02 de outubro de 1986: a FETARN cita que tem registros de acidentes dessa natureza, sendo os de maior gravidade, em São José de Mipibu, Goianinha, Baía Formosa, Canguaretama, Ponta do Mato (em Ceará Mirim), e mais recentemente, ou melhor, na sexta-feira, anterior ao acidente acima citado, em Baía Formosa havia ocorrido outro acidente, deixando várias vítimas, e que, até à data da notificação, não se tinha conhecimento de nenhuma providência ou de medidas concretas tomadas, por parte do Governo do Estado, Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e da Polícia Rodoviária para proibir e evitar que problemas dessa natureza continuassem acontecendo impunemente com os trabalhadores canavieiros.

As notificações como as que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura vinha fazendo a respeito do descaso referente aos inúmeros acidentes que vinham ocorrendo com os

trabalhadores assalariados da cana, demonstravam a falta de cumprimento da legislação do Conselho Nacional de Transito que disciplina o transporte em rodovias.

Não foi somente a questão do transporte que norteou a mobilização da Campanha Salarial de 86 no Rio Grande do Norte, mas, outros problemas de violências que foram discutidos nos debates realizados pela classe trabalhadora, como também, foram manchetes dos jornais locais, na época, tipo: “Barão paga hora extra com balas. Violência na usina: cobrança de hora extra devida pela Açucareira acaba matando trabalhador”, “Morte premeditada, como nos bang-bangs” (Diário de Natal, 24.09.86. p. 05). “Repercussão da morte do canavieiro. Assassinato do trabalhador da Usina do Barão mereceu repúdio de várias entidades internacionais” (O Poti, 28.09.86). “Crime social no Ceará Mirim. Usina do Candidato forja ações para dispensar trabalhadores rurais que tinham direito a estabilidade”. “Tramenga atinge Justiça do Trabalho”. “Trator é jogado contra mulheres e crianças”. “Empregado leva xexo no corte de cana” (O Poti, 31.08.86).

É bem verdade que toda conotação feita pelos meios de comunicação sobre tais fatos, não foi apenas em prol da situação da classe trabalhadora canavieira. Por trás de tudo isso, o que se tinha, na verdade, eram questões mais de cunho político do que social, em razão, de tratar-se de candidatos às eleições naquele ano, como era o caso do usineiro que concorria o pleito para Governador do Estado, e, dirigentes sindicais aliados ao PMDB. Dentre eles, alguns também eram candidatos.

Além da conjuntura política do Estado do Rio Grande do Norte, a qual se refletiu na Campanha Salarial de 86, também foi incrementada toda uma discussão sobre o cumprimento dos acordos coletivos e o pacote de medidas econômicas do Governo Federal, como cita Lima:

“Houve uma discussão sobre o cumprimento dos acordos coletivos, sobre a conjuntura e o pacote de medidas econômicas do Governo Federal (Plano Cruzado), inclusive com o apoio de assessores economistas. Esses para além de suprirem os dirigentes sindicais com informações e conhecimentos sobre as repercussões do pacote econômico do Governo, também prestaram um serviço relativo a uma proposta unificada de reivindicação salarial compatível com uma política de congelamento de preços e uma conversão adequada da tabela de tarefas em valores da nova moeda. Enfim, cálculo de ajustes, ganhos e perdas (Lima, 2000:52, v. 2).

A discussão do pacote econômico era uma forma do Governo desviar a atenção dos trabalhadores das suas lutas mais importantes neste momento, como: a Constituinte e a Reforma Agrária, as quais abririam as portas para novas expectativas de vida e trabalho, para aqueles que estavam vivendo em péssimas condições tanto de vida como de trabalho, principalmente para aqueles trabalhadores que não eram da localidade onde trabalhavam ou eram de outros estados. Essas pessoas precisavam ficar alojadas em galpões oferecidos pelas usinas, e, o depoimento de alguns trabalhadores e relato feito pela equipe do SAR, no Relatório de Visita dessa equipe à área canavieira, no período de 25 a 29 de setembro de 1986, confirmam essa condição de miséria. A descrição dos depoimentos e relatos da equipe do SAR dizia o seguinte:

“Os patrões continuam sem pagar direito, pagam um, dois ou três cruzados pelo corte da braça de cana, depende do tipo; tem dia que se trabalha o dia todo e só se ganha dezesseis cruzados; na Baía Formosa, muita gente trabalha, mas quando chega o final de semana, não recebe dinheiro, se for reclamar apanha dos policiais; (...); muitas vezes a gente trabalha e não sabe quanto vai ganhar pelo dia de serviço” (Depoimento de trabalhadores)

“Visitamos a Fazenda Almas, onde existe um galpão só com cobertura, dentro do canavial, com mais ou menos duzentos trabalhadores entre homens e crianças, na sua maioria, vindos da Paraíba, onde encontramos as redes armadas, o fogo onde fazem a comida e um tanque descoberto, com água que bebem, tomam banho e que serve para o gasto, esta água é cheia de bagaço. Ao redor do galpão só se vê lama, onde os porcos circulam. A sujeira é tanta, que é insuportável permanecer no interior do galpão, mas os trabalhadores e suas crianças, não tendo alternativa são obrigados a permanecer nessa situação. (...). As condições de trabalho são péssimas, saem com escuro para o trabalho, voltam para o almoço ao meio dia, uma hora depois voltam para o trabalho e chegam de volta ao galpão, à noite, onde caem na rede para descansar o corpo e reiniciar tudo no outro dia” (Relato da equipe do SAR).

Além das condições de vida e trabalho enfrentadas pelos assalariados da cana, já explicadas acima, ainda, foi citado, nesses contatos da equipe do SAR com os trabalhadores da Zona canavieira do RN que, no dia 24.09 do citado ano na Fazenda Almas, havia acontecido, o 2º assassinato daquela semana, e que casos como este se repetiam com frequência no canavial dessa fazenda, e que nunca foram esclarecidos.

Enquanto estavam ocorrendo as visitas nos canaviais, paralelamente estavam acontecendo as negociações entre os representantes da classe trabalhadora e da classe

patronal. Nesse ínterim, mais precisamente no dia 26, aconteceu um acidente com trabalhadores da Baía Formosa, causado pelas péssimas condições de transporte, deixando mais de 20 pessoas feridas. Este fato contribuiu para acirrar os ânimos das negociações e mobilizar a opinião pública em favor dos trabalhadores. Também, em decorrência desse mesmo fato, vieram as críticas sobre a postura da CONTAG em relação à forma como essa entidade vinha realizando a mobilização da categoria em suas campanhas salariais, tarefa até então, priorizada por essa Confederação e que agora era transferida para a responsabilidade das federações e dos sindicatos.

O processo de conscientização era algo imprescindível para os canavieiros da região Nordeste, principalmente, para os do Rio Grande do Norte, pois, mesmo sendo cerca de 60.000 trabalhadores, boa parte deles, temiam perder o emprego, por isso submetiam-se ao julgo escravista da classe patronal. Muitos desses trabalhadores não conheciam os direitos já consignados em lei nem as conquistas das Convenções e Dissídios Coletivos, frutos das campanhas salariais, realizadas desde 82. Uma das razões para essa desinformação, por parte da classe trabalhadora, era que esses trabalhadores eram novos na atividade. Como vimos no capítulo anterior, na Tabela II, a área da cana, nessa época, estava em plena expansão, suprimindo outras atividades agrícolas no Estado, desapropriando pequenos produtores, e, ao mesmo tempo, fazendo desses pequenos produtores, moradores de beira de estrada, da periferia urbana da zona canavieira, bóias-frias etc. Se de um lado, essa cultura agrícola estava colocando o Estado entre os principais produtores da região Nordeste, por outro lado, o índice de pobreza nos municípios da zona canavieira era o mais alto do Rio Grande do Norte.

A Campanha Salarial de 86 foi a segunda campanha em que as reivindicações dos trabalhadores foram atendidas, através das negociações, sem que a classe trabalhadora apelasse para o recurso da greve. Entretanto, não foram grandes as conquistas nesse ano, frente às políticas do Governo Federal. A principal reivindicação da categoria era o salário mensal no valor de Cz\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzados), e esse ficou em Cz\$ 960,00 (salário mínimo de Cz\$ 800,00 mais a aplicação do IPC, com o acréscimo de 10,56% de produtividade). O mesmo entraria em vigor no dia 06 de outubro daquele ano até 05 de outubro do ano seguinte. Esse salário devia ser um valor que correspondesse ao salário mínimo legal acrescido de 3%. Outra reivindicação importante era a tabela de tarefas, nesse ano o acordo dos valores tinha como referência o valor do salário conquistado pela categoria. As demais conquistas dessa campanha salarial, não eram conquistas novas, mas eram, praticamente, a garantia dos direitos já conquistados em campanhas anteriores, inclusive, a

permanência da comissão tripartite, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da Convenção Coletiva, sendo cada parte (DRT, trabalhadores e patrões) representados por dois membros, decisão tomada no ano anterior.

Dessa Campanha Salarial Unificada, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais conseguiu como respaldo: provocar novos impactos na opinião pública e na classe patronal, atingir as filiais das empresas dos outros estados, bem como, beneficiar os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho em mais de um dos estados produtores de cana, por morarem em áreas próximas às divisas desses estados participantes (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas). Entretanto, as lideranças sindicais da classe trabalhadora, frente à conjuntura econômica e política que o país vinha enfrentando, sabiam que as conquistas desse ano não seriam suficientes, mesmo sendo ao nível de Nordeste deviam esperar alguns meses para reiniciar as mobilizações para a realização da Campanha Salarial de 1987.

4.3.3. A CAMPANHA SALARIAL DE 1987

A trajetória de todas as campanhas salariais realizadas no Rio Grande do Norte, até 1987, tinha como eixo mobilizador o descumprimento, por parte da classe patronal, dos direitos consignados na lei ou conquistados através de convenções e dissídios coletivos. Em 1986, frente ao desânimo da classe trabalhadora, por causa do descumprimento dos direitos, até então, homologados pela Delegacia Regional do Trabalho, os estados nordestinos, produtores de cana, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, reuniram-se e realizaram a I Campanha Salarial Unificada. Como vimos anteriormente, não foram grandes as conquistas da classe, mas serviu de ânimo para a categoria começar a Campanha Salarial de 1987, mais cedo, e realizá-la sem dividi-la em dois momentos, e apresentar um cunho educativo bem promissor para todos os participantes da mesma.

Embora seja possível visualizar um lado positivo, com o início da Campanha Salarial mais cedo, é bem verdade que esse foi mais um ano difícil para a classe trabalhadora realizar todo processo da campanha, desde a sua preparação até chegar às negociações finais entre empregadores e empregados.

Nesse ano (1987), a política do Governo Federal estava levando o país a um cenário de crise econômica, de caos social e de anomia política, em razão das políticas, até então apresentadas, não terem sido suficientes para mudar o cenário em que se encontrava a sociedade brasileira. Pelo contrário, a cada momento que passava, agravava-se cada vez mais. Essa situação pela qual vinha passando a sociedade brasileira, levou as mais diversas categorias sociais a se mobilizarem em busca de soluções que pudessem abrir portas para novos horizontes, principalmente, para as massas populares desse país.

Foi sob o impacto de vários fatores que a Campanha Salarial de 1987 foi realizada. Dentre os vários fatores, destaquem-se aqueles que, não só tiveram um peso para a Campanha, mas também para a conjuntura política e econômica do país. Em primeiro lugar, cite-se a Constituinte, a qual veio abrir a perspectiva tanto da formalização de direitos que há muito tempo os trabalhadores e as massas populares vinham requerendo, como a resolução da secular questão agrária. O Plano de Reforma Agrária da Nova República foi substituído pela proposta do “Plano Mestre” para a Reforma Agrária; o Decreto-Lei Nº 2.335, de 12 de junho de 1987, chamado de Plano Cruzado III ou Plano Bresser (do Ministro Luis Carlos Bresser Pereira) determinou alterações na economia brasileira; os processos de crise e reestruturação do complexo sucroalcooleiro, não só influenciaram, mas contribuíram na evidência das mobilizações dos movimentos sindicais nesse ano.

A Constituinte, por exemplo, passou a mobilizar os vastos setores políticos e camadas sociais nas mesmas proporções em que aconteceram as Diretas-Já. O Plano Cruzado III foi uma medida adotada pelo Governo para superar as deficiências geradas pelas políticas implantadas com os Planos Cruzados I e II. Foi uma política que contava em seu bojo com o objetivo de evitar a aceleração brutal da inflação. Uma medida de retorno a políticas econômicas mais ortodoxas. Nessa política foi estabelecido um arrocho salarial e a imposição de outras perdas pela nova sistematização de política salarial. O Governo tomou uma nova posição com relação aos gastos públicos e, para controle dos mesmos, adiou algumas obras previstas para 1987. Somado a essa decisão, extinguiu subsídios, como o do trigo, fato que fez com que se elevasse o preço dos produtos de consumo popular. A elevação dos preços dos produtos derivados do trigo foi reforçada por um congelamento parcial e temporário que possibilitava uma flexibilidade na alteração dos preços em face da livre economia de mercado e pretendia impedir que viesse apresentar os mesmos problemas do Plano Cruzado I (DIEESE, 1987: 01).

Toda essa posição tomada pelo Governo Federal teve como objetivo, não só realizar o arrocho salarial e a conseqüente redução do consumo interno, mas também aumentar o superávit comercial, atendendo às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, tendo como perspectiva o fim da moratória e do retorno do pagamento dos juros e amortização da dívida externa. Além dessa análise sobre a situação do país, o DIEESE, em 1987, também mostrou que houve uma incoerência entre a sua e a análise de alguns estudiosos sobre os salários médios reais, em 1986, afirmando o seguinte: se neste ano (86) os salários médios reais apresentaram um crescimento relativamente pequeno (4,9%), ainda, nesse mesmo ano, em novembro, estancou e, a partir do mês de dezembro passou a experimentar uma queda violenta e brusca com as medidas do Plano Cruzado III, a ponto de em abril, de 1987, o salário médio real ser inferior em 21% em relação ao salário de março de 1986. Considerando que a situação da economia brasileira estava um caos total, em abril, o Governo Federal através do recém empossado Ministro da Fazenda, passou a elaborar uma nova proposta para a política econômica do país, a qual pudesse freiar a aceleração inflacionária denotada pela maior desvalorização do cruzado e que redundasse em novas perspectivas para a retomada das rédeas dessa economia que se encontrava descontrolada. Entretanto, foi possível observar que foi exatamente nessa época, que se acentuou a queda do poder aquisitivo, caracterizando numa das mais intensas e bruscas reduções do salário médio real já sofridas pelos trabalhadores brasileiros (DIEESE, 1983:02-03).

Frente aos vários fatores políticos, econômicos e sociais que o Brasil vinha enfrentando foi que se deu a Campanha Salarial de 87. A este cenário brasileiro, no caso do Rio Grande do Norte, também foi somado o processo de crise e reestruturação do complexo sucroalcooleiro, o qual havia priorizado uma política de aumento das exportações e do superávit comercial (idem, ibidem).

Para reverter a situação do processo de crise e reestruturação da economia sucroalcooleira, o Governo, através do Ministro da Fazenda, apresentou ao Conselho Monetário Nacional (CMN) uma nova proposta de “saneamento e consolidação” das dívidas das usinas, a qual foi homologada por esse Conselho, em 22.09.87, e também criou uma “linha especial de assistência creditícia” no valor de Cz\$14 bilhões de cruzados, tentando, dessa maneira, resolver o problema da descapitalização desse setor. Entretanto, no momento em que foi anunciada essa linha de crédito, também foi feita uma declaração à classe empresarial, que a mesma poderia contar com outra solução, por parte do Governo Federal. Caso, o dinheiro ora liberado por essa linha de crédito, não fosse suficiente para amortizar

suas dívidas junto aos seus credores, ser-lhe-ia oferecido, um novo aporte de recursos necessários à satisfação da dívida (Jornal do Brasil, 23.09.87).

Essa posição do Governo, segundo o Ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, deveria ser um complemento ao projeto de saneamento feito pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), de 450 milhões de dólares, que tinha sido insuficiente para a reestruturação do setor sucroalcooleiro. Na nova proposta do Governo, dos Cz\$14 bilhões de cruzados estaria à frente como administrador o Banco do Brasil e esses recursos teriam como fonte, a emissão de títulos do Banco Central, e seriam para beneficiar cerca de 130 usinas nas seguintes condições: prazos de 12 anos com 2 de carências e, juros de 10% mais Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Esses recursos foram aprovados, pelo Conselho, no dia 22 de setembro, e os financiamentos foram liberados no final do mês (Jornal de Brasília, 13.09.87).

Além dessas medidas tomadas pelo Governo para o setor sucroalcooleiro, o presidente do Sindicato da Indústria e Fabricação de Alcool, Sergio Coutinho Nogueira, considerou que a medida mais importante para o setor seria a alteração na política de remuneração dos produtos, que vinham defasados em cerca de 40%, em relação aos valores que vigoravam em 1981, e que uma das conseqüências desse defasamento tinha sido levar grande parte das empresas sucroalcooleiras ao endividamento, e isto graças a uma alteração na política de preços pagos pelo governo aos produtos desse setor. Enfatizou Sergio Coutinho que, apesar da cana, do álcool e do açúcar terem recebido um aumento de 15%, este aumento não teria sido suficiente para corrigir as distorções de preços de cada um dos produtos desse setor. O aumento dos 15% tinha sido uma resposta do governo à proposta da classe patronal de 70% de reajuste que eles haviam pedido. Por ter sido um percentual insuficiente, os empresários da cana esperavam que, no mês de outubro, o governo aumentasse 40% (Gazeta Mercantil, 24.09.87). Entretanto, disse o presidente do sindicato que a proposta do Governo não seria para todo o setor sucroalcooleiro, mas para as empresas que, realmente, fossem “viáveis e competentes” (Idem, *ibidem*).

A efetivação dessa medida, de só atender as empresas “viáveis e competentes”, redundou na eliminação daquelas empresas sem condições de se adequarem aos novos patamares de competitividades e produtividade em face às mudanças nos mercados e à conseqüente queda dos preços. Esse novo processo no setor sucroalcooleiro voltado para um investimento no rendimento industrial e na expansão vertical dos cultivos veio priorizar o setor alcoolquímico; também proporcionou inovações na área da pauta de produtos, na utilização do bagaço de cana; além de investimentos em equipamentos tecnológicos

relacionados à alteração na organização da produção e do trabalho com vistas à maximização de custos de produção, que passaram a ocupar um lugar importante no setor sucroalcooleiro. Como consequência houve mudanças nas relações de trabalho da massa trabalhadora dos canaviais, além de provocar o desemprego para um número considerável desses trabalhadores. Essa reestruturação do setor sucroalcooleiro que provocou, de um lado, tanto a modernização de boa parte das usinas, como também levou outras usinas e fornecedores à falência, provocando o desemprego para a massa trabalhadora dos canaviais, serviu, por outro lado, para despertar um maior desafio do movimento sindical em prol dessa categoria que era desprovida de tudo, até mesmo, de produtividade para vender sua força de trabalho, mercadoria que garantia a sua manutenção e o sustento da família.

O país estava passando por vários fatores, os quais contribuíram para reanimarem a mobilização dos movimentos sociais, em nível nacional, que se encontravam decepcionados com a política do Governo da Nova República. Essa mobilização levou tanto a CUT como a CGT a convocarem as massas trabalhadoras, a uma greve geral, para o dia 20 de setembro, bem como reaproximar essas duas correntes majoritárias do movimento sindical brasileiro. Tal fato não só redundou em aspectos positivos para a organização e implementação da Campanha Salarial Unificada dos Canavieiros do Nordeste, mas também, aproximou a CONTAG e a CUT. Essa aproximação estava embasada na idéia da “unidade na adversidade”. Tal idéia levou a CONTAG a orientar os trabalhadores a participarem das manifestações, bem como a discutirem a adesão nos seus sindicatos (Tribuna do Norte, 03.08.87).

A orientação da CONTAG para os trabalhadores da cana participarem da greve, levou os dirigentes e lideranças sindicais nordestinas a organizarem um Encontro no Centro de Treinamento de Ponta Negra, na cidade de Natal, nos dias 13 e 14 de agosto de 1987, para discutirem sobre essa participação. Os participantes do conclave, também discutiram e elaboraram a pauta unificada de reivindicações da Campanha Salarial de 87. Nesse ano a campanha contava com a participação dos mesmos estados do ano anterior: Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e uniram-se a eles os estados da Bahia, Ceará e Sergipe. Essa unificação envolveu federações, sindicatos, assessores e assalariados em cada um dos estados participantes.

Além da discussão sobre a Campanha Salarial Unificada de 87, também realizaram uma reflexão sobre o processo da Reforma Agrária no país, que, para o diretor da CONTAG e coordenador do evento e a tão esperada Reforma Agrária não existia, e principalmente,

naquele momento, que se contava com um novo ministro o qual tinha uma visão totalmente contra a do movimento sindical, chegando a afirmar que a Reforma Agrária não adiantava de nada, se antes não fosse efetivada uma Política Agrícola, postura que poderia ser vista como um retorno à Ditadura Militar (Tribuna do Norte, 03.08.87). Ainda nesse Encontro, os participantes contaram com a colocação do tesoureiro da CONTAG, Francisco Urbano Araújo Filho, que declarou à imprensa acreditar que seria de grande importância unificar as pautas de reivindicações dos assalariados da cana na região Nordeste (idem, ibidem).

A Campanha Salarial de 87 no Rio Grande do Norte foi realizada de forma contínua, mas dividida em três etapas: a primeira compreendeu o período de fevereiro a maio; a segunda de junho a julho e a terceira etapa deu-se a partir do mês de agosto até às negociações entre os representantes das classes trabalhadora e patronal. Inicialmente foram realizadas reuniões e encontros na área da cana, objetivando fazer uma avaliação crítica das campanhas salariais anteriores e discutir a respeito dos direitos do contrato coletivo de 1986, bem como a importância de seu cumprimento. Os encontros e reuniões foram de cunho educativo, em razão de preparar os trabalhadores da cana para a campanha salarial que se iniciava, levando-os a serem conscientes no que se referiam às suas conquistas e os meios utilizados para conseguirem, como era o caso de chegarem a recorrer à greve, caso os patrões não quisessem chegar a um acordo quanto às suas reivindicações.

Os encontros e reuniões não fizeram parte apenas da primeira etapa de mobilização do movimento sindical, mas também foram utilizados na segunda etapa, sendo que nesse momento o objetivo maior foi levantar sugestões e discutir a pauta de reivindicações dando ênfase à Convenção Coletiva de 86. A coordenação do trabalho junto aos sindicatos foi da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte. Essa etapa foi encerrada no início de agosto, com um grande encontro, que contou com a participação de representantes sindicais e de base de todos os municípios canavieiros do Estado, momento em que elaboraram a versão final da proposta da pauta de reivindicações daquele ano (87). Esta foi levada à reunião realizada com representantes sindicais de todas as federações que estavam integrados na Campanha Unificada, a qual tinha o objetivo de elaborar a pauta unificada dos canavieiros da região Nordeste, fato que ocorreu no final da primeira quinzena de agosto, nos 13 e 14 (FETARN, 1987a: 87).

A terceira etapa compreendeu uma maior intensificação de mobilização sindical, voltada, praticamente, para a campanha. As atividades foram distribuídas entre quatro equipes que articularam tanto entidades como apoios e realizaram um trabalho por setor, sendo que

cada equipe não só ficou responsável por uma área específica, mas esteve residindo nos próprios municípios da zona canavieira. O empenho de cada equipe foi de cobrir toda a área que tinha ficado na sua responsabilidade, apoiar os delegados de base, fazer panfletagem e convocar todos os trabalhadores para a Assembléia Sindical (FETARN, 1987a: 08). Nessa etapa, a FETARN solicitou à Arquidiocese de Natal, o apoio do Serviço de Assistência Rural (SAR) por ser o momento fundamental da mobilização dos canavieiros na realização de mais uma campanha salarial.

Para o êxito da campanha, as lideranças sindicais tomaram como base um documento amplamente discutido entre eles denominado de “orientações para a Campanha” assinado pela FETARN. Esse documento orientava como as equipes de apoio e mobilização e os dirigentes sindicais e delegados de base deveriam mobilizar os trabalhadores para se fazerem presentes à Assembléia do dia 20.09.87, em 2ª convocação. Era nessa Assembléia que ia ser definida a pauta de reivindicações a ser enviada à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para negociação com a classe patronal, bem como, que posição a classe trabalhadora deveria tomar caso as negociações não saíssem como eles esperavam.

Essa intensificação dos trabalhos redundou num comparecimento bem maior dos canavieiros nos últimos três dias da campanha e numa decisão, por parte dos canavieiros, de negociarem com os patrões, em vez de optarem por uma greve geral, fato que estava acontecendo com os canavieiros de Pernambuco (Tribuna do Norte, 22. 09.87).

A pauta de reivindicações foi entregue à DRT e encaminhada aos patrões, no dia 21 de setembro e as negociações tiveram início no dia 25; e sua duração foi de três dias. No momento das negociações a preocupação da classe patronal norte riograndense estava voltada para os resultados da reunião marcada com o Presidente da República, o Sr. José Sarney, através da qual, reivindicavam um reajuste de 70% no preço da cana (Jornal de Brasília, 22.09.87); além de temerem que a classe trabalhadora viesse paralisar suas atividades, seguindo o exemplo dos companheiros de Pernambuco (FETARN, 1987a: 09).

Nesta Campanha Salarial de 87, os trabalhadores do Rio Grande do Norte conquistaram um salário de Cz\$3.900,00 (três mil e novecentos cruzados). O salário que a categoria recebia na época era de Cz\$2.596,06 (dois mil quinhentos e noventa e seis cruzados e seis centavos). A proposta salarial reivindicada em nível regional, nesse ano (87), era de Cz\$6.300,00 (seis mil e trezentos cruzados). Também neste Estado, a tabela de tarefas não foi igual aos demais estados da região; seus valores foram equiparados ao valor do salário conquistado. Essa conquista salarial correspondeu a 50,23% do salário que eles vinham

recebendo até o mês de setembro de 87. O salário conquistado não foi fixado como piso salarial, em razão de ser passível de reajuste. Ficou determinado que o salário não poderia ser inferior ao Piso Nacional de Salários, acrescido de 6% deste piso mais a URP (Unidade de Referência de Preços) do mês de novembro de 1987; 8,89 por cento, que correspondia à inflação expurgada em junho desse mesmo ano e o saldo do resíduo salarial da categoria (Lima, 2000:76, v.2).

Com o Plano Cruzado III havia a garantia da livre negociação de salários entre trabalhadores e patrões e, que eles poderiam definir qualquer índice de reajuste, aumento ou reposição salarial; só não podiam recorrer aos tribunais, que se encontravam proibidos de avaliarem e concederem qualquer aumento a título de reposição. Tal fato contribuiu para que os trabalhadores da cana, no Rio Grande do Norte, optassem pela negociação sem greve (DIEESE, 1987: 20-23).

Após as negociações, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Norte procurou evidenciar o cumprimento, por parte dos patrões, da Convenção Coletiva de 87. Para tanto, essa entidade sindical realizou um trabalho de acompanhamento nas comunidades, locais de acesso aos trabalhadores e nos sindicatos, com o objetivo de manter a categoria com o mesmo espírito de mobilização para fazer valer os direitos conquistados. Embora fosse benéfica essa atuação da FETARN junto aos assalariados da cana, ela não podia utilizar todo seu tempo e pessoal em prol apenas dessa categoria de trabalhadores frente à conjuntura política e econômica que o país vinha enfrentando no momento atual, como as mobilizações eleitorais para a Presidência da República e para o Congresso Nacional, além de toda mobilização em prol da Constituinte.

O ano de 1987 revelou-se como um dos anos em que, tanto a liderança sindical como os trabalhadores da cana enfrentaram inúmeras dificuldades, a ponto da liderança da FETARN chegar à conclusão de que seria necessário que essa categoria de trabalhadores pudesse contar com o apoio de uma equipe permanente de assessores que os ajudassem a implementar uma ação cotidiana de organização e conscientização. Para a concretização dessa idéia a Federação, naquele ano, recorreu ao apoio da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), entidade que já dava sua parcela de contribuição no período do processo de mobilização da Campanha Salarial, desde 1985, para que a mesma pudesse servir de mediadora de uma proposta de ajuda financeira junto à organismos internacionais que trabalhavam em prol da cooperação e solidariedade aos povos do chamado Terceiro Mundo.

As negociações entre essas duas entidades (FETARN e CESE) foram proveitosas, a ponto de no dia 05 de novembro do ano citado, a FETARN enviar uma versão do Projeto EDUCANA – RN (Projeto Educação Sindical dos Trabalhadores Assalariados da Lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte) à CESE para que ela acompanhasse o pedido e fizesse intervenção, na medida do possível, a fim de que o mesmo fosse aprovado pelas agências EZE (Alemanha) e ICCO (Holanda) para onde a FETARN o havia enviado com o propósito de conseguir os recursos financeiros necessários para a formação da equipe permanente de assessores junto aos canavieiros do Rio Grande do Norte.

Essa assessoria permanente era fundamental no processo de conscientização da classe trabalhadora para que a mesma pudesse exigir o cumprimento dos direitos conquistados, por parte do patronato, que, embora concordasse com as reivindicações dos trabalhadores no período das negociações, logo em seguida comportava-se como se nada conhecesse daquele acordo. O descaso, por parte dos patrões, com relação ao cumprimento dos direitos pode ser verificado com o caso do proprietário da Fazenda Penedo, que demitiu 80 trabalhadores porque esses se haviam negado a obedecer as suas ordens. A desobediência desses trabalhadores correspondia ao corte de cinco carreiras de cana, conforme acordo firmado, e o patrão queria que eles cortassem sete (FETARN, 1987g). Tal fato comprovava que a luta dos trabalhadores para fazer valer os direitos conquistados nas Convenções e Dissídios Coletivos, tanto naquele ano como nos anos anteriores, exigia que toda a classe trabalhadora estivesse unida e consciente para manter as suas conquistas.

4.4. A AÇÃO SINDICAL FRENTE AOS IMPASSES DESMOBILIZADORES: O EDUCANA E A LUTA PELO CUMPRIMENTO

Toda a mobilização que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais vinha realizando na zona canavieira do Rio Grande do Norte, desde a sua I Campanha Salarial, em 1982, até à Campanha Salarial de 1987, redundou na conquista de vários direitos trabalhistas para assalariados da cana, como já foi visto no desenrolar da narrativa dos fatos até aqui descritos. Essas conquistas vieram através das negociações entre as classes trabalhadora e patronal, em cada uma das campanhas salariais, isto de acordo com as pautas de

reivindicações negociadas nas Convenções e Dissídios Coletivos, as quais tinham como objetivo proporcionar à classe trabalhadora condições de vida e trabalho de forma digna para que os mesmos pudessem ser não somente cidadãos de direitos, como estava escrito na lei, mas que de fato esses direitos pudessem ser usufruídos por essa classe. Essa luta, entretanto, requeria bastante esforço, por parte das lideranças sindicais e assessores, em razão da grande maioria dos assalariados não serem conscientes dos direitos até então conquistados, ficando esses direitos, em sua grande maioria, apenas no papel. Tal fato era confirmado pelo descumprimento da maioria deles, por parte dos patrões, levando, portanto, esses trabalhadores a desconfiarem se valia a pena ou não se envolverem nas mobilizações para conquistarem ou garantirem os direitos já conquistados em campanhas anteriores.

Para que o movimento sindical dos assalariados da cana não entrasse numa fase de desânimo, em vista da classe trabalhadora contemplar o descaso do Estado em exigir que o patronato respeitasse os direitos por eles conquistados, através das negociações que foram realizadas nas convenções e dissídios coletivos, foi que a FETARN propôs a formação de uma equipe permanente de educadores, para assessorar os trabalhadores no processo de organização e mobilização sindical. Essa equipe deveria fazer com que os trabalhadores se conscientizassem para defender os direitos conquistados em cada campanha salarial, exigindo que os patrões os cumprissem, bem como, pressionando o Estado para fazer valer esse cumprimento. Desta forma, o movimento dos canavieiros deveria continuar avançando no seu processo de conscientização, fazendo valer as conquistas necessárias às mudanças nas condições de vida e trabalho da massa assalariada.

A FETARN e as entidades de apoio às lutas da classe trabalhadora compreenderam que, nesse momento, não dava mais para continuar mobilizando os canavieiros, cerca de 60 mil trabalhadores, apenas no período da campanha salarial. Era preciso que eles contassem com a presença de uma equipe permanente de educadores para assessorá-los no que fosse necessário para fazer valer os seus direitos. O não cumprimento dos direitos levava os trabalhadores a compreenderem que estavam à mercê da própria sorte, ou melhor, participavam das mobilizações do movimento sindical para conquistarem melhores condições de vida e trabalho, e, o que restava para eles, após a campanha salarial, eram as opressões (mudança do local de trabalho, aumento das tarefas, pagamento atrasado, horário de trabalho mais cedo, etc.) da classe patronal, quando não perdiam o emprego. Embora houvesse essa compreensão das lideranças sindicais da FETARN e dos sindicatos, no momento, essas entidades enfrentavam crises financeiras que as impossibilitavam de pôr em prática seus

propósitos, tornando-se um obstáculo a implementação da proposta dessas entidades de contarem com a presença da equipe permanente para assessorar os canavieiros no seu processo de mobilização, principalmente, após a campanha salarial, quando voltavam ao cotidiano e não mais contavam com o apoio direto de todas as lideranças sindicais, assessores e advogados para defendê-los das opressões do patronato.

O caminho encontrado pela FETARN e os sindicatos foi, em primeiro lugar e como já é sabido, buscar apoio na CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço. No entanto, a aprovação do projeto apresentado através dessa entidade só aconteceu em 1989, após um certo período de negociações. Foi nessa expectativa que a FETARN e os sindicatos deram prosseguimento à luta dos canavieiros no Rio Grande do Norte, em 1988. Embora o Projeto EDUCANA ainda não tivesse sido aprovado, a FETARN e os sindicatos contaram com o apoio de recursos financeiros dessa entidade para realizar a Campanha Salarial de 88, e também colocar na prática com maior vigor a luta pelo cumprimento dos direitos formalizados na Convenção Coletiva do Trabalho. A realização tanto dessa campanha salarial como do cumprimento dos direitos conquistados pela classe trabalhadora aconteceram numa conjuntura de luta e resistência em nível nacional.

Para se compreender melhor essa conjuntura que o país estava atravessando, alguns fatos que vinham ocorrendo na sociedade brasileira e que tiveram um certo peso na Campanha Salarial de 88, devem ser enfatizados. Nesse ano, estava acontecendo uma grande mobilização de vários movimentos sociais no campo, como por exemplo: o Movimento dos Sem-Terra (MST) que estava fortemente articulado em razão do não cumprimento da Reforma Agrária, prometida pela Nova República. Houve também o crescimento de outros movimentos, como: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE). O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros, não se considerava representado pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e, ao mesmo tempo, expressava interesses específicos de setores e aspectos da realidade rural. Além desse clima de mobilização das mais diversas categorias de atores sociais, deve ser acrescido a esse cenário, os limites às conquistas coletivas dos trabalhadores decorrentes da política econômica do governo: proibição de reajustes salariais acima da inflação; redução do poder de compra provocado pela inflação e o aumento do custo de vida que corroía os salários; aumento do desemprego e um empobrecimento geral da população que atingiu também a classe média e os pequenos e médios empresários. Além desses fatos, poderiam ser somadas a esse contexto as ações dos patrões que contra-atacavam a classe

trabalhadora de forma brutal: expulsando os trabalhadores de suas moradias; demitindo-os do trabalho injustamente; realizando substituição da mão-de-obra local por mão-de-obra de outras regiões; aumentando a rotatividade do trabalho; promovendo a verticalização da modernização da produção agrícola com a introdução de novas tecnologias, etc. Além de tudo que já foi citado, no ano de 88, foram realizadas as eleições municipais e também foi promulgada a nova Constituição.

Dentre os fatos expostos acima, e que de certa maneira influenciaram o processo de mobilização e negociação da Campanha Salarial de 88, enfatiza-se a promulgação da nova Constituição. O reflexo dessa Constituição na conquista e reafirmação de direitos na Campanha Salarial de 88 foi o seguinte: licença maternidade, salário igual para condições de trabalho iguais, jornada de trabalho de 8 horas, aviso prévio, indenização por falecimento e aposentadoria por invalidez, direito dos dirigentes sindicais visitarem os trabalhadores nos locais de trabalho e desconto da contribuição sindical na folha de pagamento.

Com o apoio do Projeto EDUCANA, foi iniciada uma luta de fiscalização pelo cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho 88/89. Nessa luta foram realizadas várias ações, tais como: 42 reuniões nos povoados⁸, atingindo todos os municípios da zona canavieira e com maior intensidade aqueles municípios de maior concentração de canavieiros; 09 reuniões nas sedes dos sindicatos para contemplar todos os assalariados que moravam nas periferias urbanas; implantação do direito de desconto da contribuição sindical na folha de pagamento, para amenizar a crise financeira dos sindicatos e também para poder acompanhar o trabalho político de organização e esclarecimento da categoria; elaboração e distribuição de 6.000 panfletos/mês contendo reajustes mensais dos salários e da tabela de tarefas para orientar os trabalhadores quanto à vigilância e cobrança na justiça, caso fosse necessário; elaboração de 1.000 cartilhas contendo os direitos conquistados na campanha salarial; realização de 213 atendimentos jurídicos e cobertura de 176 audiências na Junta de Conciliação e Julgamento de Goianinha e Natal, mediante um advogado e uma secretária contratados com recursos da Federação; realização de 04 encontros em Goianinha, Espírito Santo e São José de Mipibu, os quais envolveram cerca de 140 pessoas, que avaliaram o trabalho realizado, discutiram e planejaram a luta pelo cumprimento da Convenção (Lima, 2000: 90, vol.IV).

⁸ Os povoados foram Pau-Brasil, Bairro Novo, Sapé, Favela, Orucará, Bragança, Fazenda Mangabeira, Manoel Paz, Malhadinha, Fazenda Prata, Umari, Sumaré, Montanhas, Piquiri, Areia Branca, Baía Formosa, etc.

O empenho nas mudanças contribuiu para que as lideranças sindicais e assessorias realizassem todas essas atividades, acima citadas, em cinco meses, ou seja, de outubro de 1988 a fevereiro de 1989, seguidas de outras atividades cuja programação culminou com as manifestações do dia 1º de maio (FETRNL, 1989a). Toda essa ação de formação sindical para que as conquistas dos direitos galgados não ficassem apenas no papel, fundiu-se ao processo de preparação da Campanha Salarial de 89. Tais ações não só apresentaram uma alternativa aos problemas de mobilização, a cada ano, também configuraram a superação da realização da Campanha Salarial em dois cenários: o das campanhas salariais e o da luta pelo cumprimento dos direitos conquistados. No cenário das campanhas salariais da negociação e conquista dos direitos, tinha-se o apoio de dirigentes sindicais de outros locais e estados, advogados e o material de propaganda era em abundância. Havia recursos para o deslocamento de lideranças e para a mobilização das assembleias. Também contava com o apoio de várias entidades, no tocante a recursos materiais e humanos. Já no cenário da luta pelo cumprimento dos direitos conquistados havia uma mudança dos atores que estavam imbuídos em tal luta. Os assessores da CONTAG e das entidades de apoio, após a campanha salarial, voltavam às atividades normais em suas instituições de origem; o número de advogados era reduzido e desapareciam os recursos humanos e financeiros. Os sindicatos ficavam isolados, sem recursos, sem advogados e impossibilitados de realizarem uma fiscalização mais ampliada, conforme havia sido definida no acordo coletivo de trabalho. Não eram somente os assessores da CONTAG e das entidades de apoio que voltavam, geralmente, às atividades rotineiras, mas também os dirigentes sindicais, que voltavam a realizar as tarefas rotineiras da burocracia sindical e/ou outras tarefas que estivessem ao seu alcance, dentre outros aspectos que poderiam ser também elencados nesse cenário. No cotidiano da luta estavam os trabalhadores que voltavam à rotina do trabalho para garantir a sobrevivência; desta feita, sem a equipe de apoio e mobilização para os encorajarem e os apoiarem e até mesmo os protegerem da repressão do patronato e das investidas do próprio poder político e da força policial local (Novaes, 1993: 162-163).

No caso dos canavieiros do Rio Grande do Norte, o Projeto EDUCANA, iria servir para a realização da mobilização de esforços no sentido de transformar a luta pela conquista/afirmação/cumprimento dos direitos conquistados, por essa categoria de trabalhadores, num processo educativo contínuo, planejado e sistematicamente acompanhado e avaliado, o qual iria redundar num processo de crescimento da conscientização dos trabalhadores, do usufruto dos direitos homologados nas leis vigentes no país, até que eles chegassem a alcançar a verdadeira cidadania. Com este propósito, estavam os dirigentes,

delegados sindicais e lideranças de base, os quais colocavam à disposição dos trabalhadores os meios e os instrumentos que pudessem propiciar a sua participação.

Os resultados do envolvimento dos dirigentes sindicais, da FETARN e dos sindicatos, na concretização do processo de formação político-sindical encontram-se no Relatório de Atividades relativo ao convênio firmado entre a FETARN e a ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento – Holanda), datado de 04 de setembro de 1989. Desse processo de formação podem ser destacadas as seguintes atividades:

- “- *Participação de dirigentes sindicais da FETARN e dos sindicatos de Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, São José de Mipibu e Ceará-Mirim, no encontro das federações do Nordeste, realizado em Recife-PE, com o objetivo de avaliar o desempenho do cumprimento da convenção coletiva de trabalho vigente e para traçar a estratégia da Campanha Salarial de 89;*
- *Realização de três cursos micro-regionais em Canguaretama, São José de Mipibu e Ceará-Mirim, para dirigentes, delegados sindicais e funcionários dos sindicatos com o objetivo de avaliar a luta pelo cumprimento dos direitos e estabelecer a estratégia da Campanha Salarial de 89;*
- *Realização de quatro cursos, em nível municipal, para dirigentes, delegados e funcionários dos Sindicatos de Arês, Montanhas, São José de Mipibu, Canguaretama e Ceará-Mirim. O objetivo foi discutir sobre direitos trabalhistas, contrato coletivo de trabalho e sindicalismo;*
- *Realização de cinquenta e duas reuniões, nesse período, nos pontos de embarques de bóias-frias, fazendas, povoados, delegacias sindicais, sede do Sindicato, atingindo os Sindicatos de: Ceará-Mirim, Ielmo Marinho, Taipú, São José de Mipibu, Nizia Floresta, Arês, Goianinha, Canguaretama, Vila Flor, Timbau do Sul, Pedro Velho e Montanhas;*
- *Elaboração e distribuição de panfletos sobre os direitos conquistados na Convenção Coletiva de 88 e elaboração da pauta de reivindicações para a Campanha Salarial de 89.”*

Como se pode observar o trabalho do movimento sindical junto aos canavieiros tomou um novo rumo, após a presença do Projeto EDUCANA, não no sentido da formação político-sindical, mas na própria assistência jurídica dada aos assalariados da cana, dos municípios produtores, bem como dos fornecedores de mão-de-obra dessa atividade agrícola. Mediante a organização de quatro pólos de assistência jurídica, aumentaram os trabalhos dos responsáveis pelo desempenho dessas atividades, em razão, não só do volume de trabalho, mas também da realização das ações ajuizadas diariamente. Havia, ainda, o acompanhamento das audiências

nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Goianinha e Natal, além de se fazer a liquidação das ações concluídas. Dos municípios fornecedores de mão-de-obra foi dada assistência jurídica para os municípios de: Nova Cruz, Várzea, Brejinho, Parnamirim, Extremoz, Serrinha, Monte Alegre, Vera Cruz e São Gonçalo do Amarante. Essa assistência jurídica foi tão importante que, num período de três meses (junho/julho/agosto) foram realizadas 385 audiências, 178 ações ajuizadas e 84 ações concluídas, somando um total de 649 casos (FETARN, 1989b). Veja esses dados no quadro demonstrativo nº IV.

Quadro IV – QUADRO DEMONSTRATIVO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, DAS AUDIÊNCIAS, AÇÕES AJUIZADAS E AÇÕES CONCLUÍDAS NO TRIMESTRE JUNHO/JULHO/AGOSTO DE 1989

MUNICÍPIOS	TRIMESTRE JUNHO/JULHO/AGOSTO DE 1989			
	AUDIÊNCIAS	AÇÕES AJUIZADAS	AÇÕES CONCLUÍDAS	TOTAL
Canguaretama	67	37	16	120
Nova Cruz	38	30	11	79
Goianinha	34	24	06	64
Várzea	62	20	24	106
Espírito Santo	46	20	14	80
Santo Antônio	32	15	06	53
São José de Mipibu	10	05	01	16
Brejinho	08	05	02	16
Arês	18	01	03	22
Nízia Floresta	33	05	01	39
Parnamirim	01	03	-	04
Extremoz	-	02	-	02
Pedro Velho	12	05	-	17
Serrinha	-	05	-	05
Taipú	01	01	-	02
Monte alegre	02	01	-	03
Montanhas	03	-	-	03
Vera Cruz	01	-	-	01
São Gonçalo do Amarante	03	-	-	03
Ceará-Mirim	05	-	-	05
São J. de Campestre	06	-	-	06
Macaíba	03	-	-	03
Total	385	178	84	649

Fonte: FETARN, 1989b.

De 1988 até julho de 1989, quase 2000 ações foram ajuizadas. Desse desfecho da assistência jurídica dada aos trabalhadores, poderíamos afirmar que, embora essa categoria de

trabalhadores estivesse já, na sua oitava campanha salarial e, em todas as campanhas salariais anteriores tivesse conquistado vários direitos trabalhistas, esses direitos estavam, em sua grande maioria, apenas sendo reconhecidos na lei e não na prática cotidiana desses trabalhadores.

O trabalho da FETARN, em conjunto com os sindicatos e entidades de apoio, caminhava com as melhores projeções, a ponto de se ter elaborado uma programação para o trimestre setembro/outubro/novembro de 89 que compreendeu as seguintes atividades: mobilização através do rádio, reuniões nas sedes dos sindicatos, pontas de ruas, delegacias sindicais, etc. tendo em vista a Campanha Salarial de 89; elaboração e distribuição de panfletos sobre o contrato coletivo de trabalho em vigor; mobilização e convocação dos trabalhadores para as assembléias de aprovação da pauta de reivindicação e outras tarefas relativas à deflagração e condução da Campanha Salarial de 89; realização de cursos para dirigentes, delegados e funcionários sindicais e continuação das atividades de assistência jurídica e de assessoramento aos sindicatos.

O processo de formação educativa com as lideranças, assessorias e trabalhadores canavieiros norte-riograndenses, embora fosse intenso, conforme descrição anterior, segundo as lideranças da FETARN ainda apresentava dificuldades como: 1) pequena estrutura física, humana e financeira dos sindicatos para realizarem um trabalho organizado e consistente; 2) os quatro advogados e o assessor educacional eram insuficientes para atender as reais necessidades desses trabalhadores; 3) a política de arrocho salarial que cada dia reduzia o poder aquisitivo dos salários com reflexos para o processo de organização dos trabalhadores; 4) situação de marginalização social dificultando a sua conscientização e a pressão patronal proibindo a participação desses trabalhadores nas organizações sindicais. Entretanto, não se pode negar que, apesar das dificuldades, ocorreram alguns avanços, tais como: os trabalhadores passaram a dar maior credibilidade ao Sindicato e melhorou o nível de organização com a realização de greves nos locais de trabalho (paradeiros) para pressionar o cumprimento de direitos que estavam sendo desrespeitados pela classe patronal (Lima, *idem*, p.93).

Todo investimento aplicado no processo de formação político-sindical dos assalariados canavieiros, até o presente momento (julho de 89), também passou por uma avaliação da CESE, entidade mediadora entre a FETARN, os sindicatos da zona canavieira do Rio Grande do Norte e a ICCO. Esse elo de ligação entre a CESE e essas entidades, objetivava a concretização dessa parceria esperada pela FETARN e os sindicatos. Nessa

avaliação, a CESE verificou que o projeto estava tendo desempenho de acordo com o que se esperava e também apresentava expectativas de continuidade. Também foram identificadas as seguintes questões e avanços: saída do assessor educacional para reforçar atividades numa instituição de origem, sendo esse assessor substituído por outro que tivesse bastante experiência com os assalariados da zona canavieira. O novo assessor, juntamente com os advogados, vinha tentando com um certo sucesso, melhorar o nível de consciência e de organização dos trabalhadores na área canavieira. Além dessas práticas foi visto, como algo positivo, o aumento da cobrança dos direitos obtidos e consagrados na Convenção Coletiva, por parte dos trabalhadores. As cobranças eram tantas que não se conseguia atender a todas as demandas na área jurídica. Os advogados, face à demanda, estavam dando plantão, nos sindicatos, duas vezes por semana, nos dias em que não havia audiência. Antes do atendimento jurídico, eles também estavam fazendo reuniões com os trabalhadores, com o objetivo de instruí-los a respeito dos seus direitos, bem como, esclarecer algumas noções de justiça e cidadania (CESE, 1989b).

Como resultados desse trabalho, a representante da CESE, destacou três direitos que os canavieiros vinham cobrando da classe patronal e estavam conseguindo ser atendidos, e podiam ser vistos como sinais de avanço:

- 1) **carteira assinada** – os canavieiros de 5 a 7 municípios vinham conseguindo que suas carteiras de trabalho fossem assinadas;
- 2) **transporte** – com as ações de denúncias, piquetes e paradesios estavam conseguindo que os caminhões fossem cobertos, bem como, estava havendo uma maior organização entre os trabalhadores em recusarem subir em caminhões abertos;
- 3) **clareza dos direitos conquistados** – além da carteira assinada e de um transporte mais adequado para conduzir os trabalhadores, estava acontecendo entre esses trabalhadores uma maior conscientização dos direitos por eles conquistados.

Esses fatos que vinham ocorrendo abriam expectativas de se realizar com maior facilidade a mobilização da categoria para a campanha de 89. Entretanto, esperava-se, num futuro não muito distante, que mais resultados do trabalho até então realizado pudesse redundar na auto-sustentação dos próprios sindicatos, além do aumento de trabalhadores sindicalizados; esperava-se um processo de renovação sindical, de mudança de diretorias.

Em 1989, portanto, houve mais uma campanha salarial unificada dos canavieiros nordestinos. A sua mobilização aconteceu num clima de eleições para a Presidência da

Republica. Eleições que abriram as portas para sucessivos governos, de orientação neoliberal, mostrando, inclusive, que a conquista de patamares efetivamente democráticos de condução da sociedade brasileira exigiria árduas lutas subseqüentes. Além dessa situação, também deveria ser considerada a queda do “socialismo real” por causa dos reflexos subjetivos que essa queda deixou nos setores organizados e progressistas da sociedade brasileira. Embora estivessem acontecendo fatos dessa ordem, a classe trabalhadora não recuou, pelo contrário, continuou ampliando, no cenário político, as suas lutas de resistência contra os pacotes econômicos, o arrocho salarial, o desemprego e suas seqüelas sociais (Lima, *idem*, p. 95).

Além das eleições para presidência da República, 89, foi também um ano de eleições para a FETARN e os sindicatos. As divergências, no interior do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, de certa forma, eram exíguas e, acentuaram-se durante e após as disputas eleitorais. Foi uma eleição com duas chapas, sendo eleita a chapa da “situação” com 239 votos e a chapa da oposição formada por cutistas e lideranças vinculadas a setores organizados da Igreja Católica obteve, apenas, 68 votos. Os resultados dessa eleição trouxeram reflexos negativos ao Projeto EDUCANA, em razão dessa diretoria eleita propor “a mudança de retirar a assistência jurídica da nova proposta do projeto, fazendo-o retornar ao seu eixo original”, o que não foi aceito pela maior parte dos STR’s vinculados à CUT. Outros pontos divergentes entre essa diretoria da FETARN e os sindicatos cutistas foram vistos, através da avaliação desse Projeto, em 1992 (Ver SAR, 1989 e Relatório EDUCANA, CESE 92).

Embora tenha ocorrido transtorno no interior das entidades sindicais, a Campanha Salarial de 89, no entanto, ocorreu na mesma ritualidade das campanhas anteriores, no que se referia à sua condução, bem como no tocante aos resultados obtidos na Convenção Coletiva de Trabalho. Após algumas campanhas sem greve, nesse ano, em face da postura dos patrões, mostrando uma certa resistência para negociar a pauta de reivindicação, abriu-se, então, uma perspectiva de greve da classe trabalhadora. Diante da ofensiva patronal, a cada ano ficava mais difícil a luta desses assalariados. Era grande a truculência do patronato. Eles não queriam cumprir os direitos conquistados pelos trabalhadores. Utilizavam inúmeras justificativas que pudessem respaldar esse descaso. Dentre essas justificativas apresentavam a crise que o país vinha enfrentando. Enquanto isso, ocorria o aumento da cana produzida pelas usinas e a implementação de modernização tecnológica. A facilidade oferecida pelo governo para a livre negociação, entre outros aspectos da conjuntura política-econômica e social do país, abria espaços para o empresariado do setor sucroalcooleiro diversificar as formas de

recrutamento, contratação e alocação de mão-de-obra entre empresas, municípios e micro-regiões e até entre estados. Além dessa diversificação da forma de recrutamento de mão-de-obra, por causa do grande número de trabalhadores volantes e temporários, estava presente, nesse quadro, o problema crônico do trabalho sem carteira assinada, a discriminação do contrato de trabalhadores acima de 45 anos, a exclusão do trabalho feminino e do menor de 16 anos. Fizeram parte dessa Campanha Salarial Unificada os estados de: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte. A pauta de reivindicações foi composta por 62 cláusulas (Diário de Natal, 14/09/89: 07 e 30/09/89: 05).

A história das lutas dos canavieiros do Rio Grande do Norte estava chegando a quase uma década de movimento. Muitas águas já haviam rolado no processo de preparação e mobilização dessa categoria de trabalhadores na realização de suas campanhas salariais. Esses atores sociais já tinham adquirido alguma experiência, a ponto da classe patronal utilizar novos esquemas para enfraquecer o movimento. Um desses esquemas era concordar com as reivindicações da classe trabalhadora no momento das negociações, dando a entender que a luta dessa classe era justa, mas no cotidiano, descumprir sistematicamente os direitos acordados.

O ano de 1990 trouxe novas perspectivas para a classe trabalhadora. A posse do primeiro Presidente da República, eleito diretamente após um longo período de governos militares, trazia a ilusão de que este seria um governo que iria cuidar dos descamisados. Entretanto nos primeiros dias desse governo foi lançado um novo plano de estabilização econômica – o Plano Collor. Também propôs um reordenamento da economia brasileira nos moldes do sistema político neoliberal que, ao invés de melhorar a situação da sociedade brasileira, levou a mesma a uma situação ainda mais difícil, em razão do recrudescimento do arrocho salarial, da privatização de empresas estatais, da liberalização da economia e da política monetária restritiva, dos cortes nas despesas públicas, entre outras medidas, com forte caráter recessivo e a custos sociais altíssimos. Ainda deve ser somada a essa conjuntura econômica a questão da política agrícola: o Governo se pautou pela escassez de recursos para o financiamento da produção agropecuária, redundando numa queda de 13,5% da safra de 89/90, e abrindo as portas para o empresariado do setor sucroalcooleiro passar a divulgar que esse setor, mais uma vez, se via impossibilitado de sair da crise que vinha enfrentado por causa das medidas apresentadas pelo poder público. Para completar o cenário, tinha-se pela frente a previsão de mais uma seca, a qual iria até 1994. Esse cenário serviu para a classe patronal pressionar o novo governo com instrumentos de barganha para obter crédito,

subsídios e negociar a dívida (Cf. SAR 1990a). Também foi em 1990 que o Governo Collor extinguiu o Instituto Nacional do Alcool (IAA) e nesse mesmo ensejo anunciou o fim dos subsídios. Entretanto, essa não era uma medida para todo setor sucroalcooleiro, pois a região Nordeste e o Rio de Janeiro continuariam recebendo o subsídio respectivamente de 25% e 15% sobre o preço da cana, sendo que o mesmo recebeu um novo nome: taxa de equalização. Além desse fato, ressalta-se que o Tesouro Nacional havia liberado NCr\$ 871 bilhões como pagamento de subsídios atrasados, momento em que as demais empresas estavam com problemas devido à medida decretada pela equipe econômica do Governo de confiscar os investimentos e depósitos bancários. Também não poderia ser desprezada aqui, a questão do retorno do subsídio da cana usada na produção do álcool na região Nordeste e no Rio de Janeiro, em razão do mesmo ter sido incorporado ao preço de venda do combustível ao consumidor, beneficiando mais uma vez o patronato, que passou a receber o subsídio no ato do faturamento, sem atraso, e penalizou o consumidor (DIEESE, 1993:13).

Na Campanha Salarial de 1990, a classe patronal portou-se ainda mais severa no tocante às negociações. A duração dessas negociações compreendeu um período de 14 dias, ou seja, de 29 de setembro a 12 de outubro. A pauta de reivindicações foi composta de 61 cláusulas entre econômicas e sociais. Como sempre, os impasses ficaram por conta das questões salariais. O salário conquistado em 1990 foi de um piso salarial para o mês de outubro de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e dois reajustes: um para novembro quando o piso passaria para Cr\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos cruzeiros) e um outro para dezembro, quando o canavieiro iria perceber Cr\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros). Também ficou garantido que seria acrescido 10% nos meses subsequentes, caso o salário mínimo ultrapassasse o piso acordado; a data-base dessa categoria passou para o dia 1º de outubro (Tribuna do Norte, 13.10.90).

Antes da realização da Campanha Salarial de 90, aconteceu a organização do Pólo Sindical da Área Canavieira, formado com 13 sindicatos. E sua sede foi organizada numa sala da sede do STR de Goianinha. Foi eleita, no ensejo, uma coordenação com participação de todos os dirigentes sindicais da zona canavieira. Na composição dessa coordenação foram eleitos três dirigentes sindicais (dos municípios de Espírito Santo, Montanhas e Nova Cruz) e um diretor da FETAR (José Ferreira de Lima, que no momento era secretário da Federação). Além do grupo eleito foram designados: um assessor sindical e um advogado para prestar acessória jurídica e político-sindical e colocado à disposição do Pólo um veículo para facilitar

a realização do trabalho. Após a organização do Pólo Sindical, a FETARN passou a repassar os recursos do Projeto EDUCANA para implementar as suas atividades.

No tocante ao Projeto EDUCANA, a ICCO informou à FETARN que continuava mantendo o convênio do projeto, no entanto, estava passando para a CESE a responsabilidade de repasse dos recursos, do acompanhamento e da avaliação do mesmo. Tomando conhecimento da decisão, a FETARN, em 31 de outubro, enviou a proposta do Projeto para mais um ano de assessoramento à classe trabalhadora visando o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho de 1990. Foi uma proposta mais ampla, pois, além das atividades de assistência jurídica, também foi planejada a possibilidade de capacitação de 1.080 trabalhadores rurais, dirigentes sindicais e funcionários dos sindicatos; a realização de dois seminários sobre a realidade social, econômica e política do país, destinados a dirigentes, delegados e funcionários sindicais; quatro encontros regionais para a mesma clientela; nove cursos em nível municipal sobre organização sindical, legislação e convenção coletiva de trabalho para delegados sindicais; e ainda nove cursos em nível municipal para reciclar e acompanhar os delegados de base treinados (todas as atividades elencadas, compreenderiam a duração de dois dias e com 30 participantes por programação) (FETARN, 1990a).

O EDUCANA passou, em 90, pela sua segunda avaliação. Na avaliação, foi destacado que: houve um aumento significativo das cobranças feitas pelos trabalhadores de seus direitos na justiça, isto graças a um esquema de trabalho dos assessores jurídicos em comum acordo com os dirigentes sindicais da região; que não houve, praticamente, nenhum avanço significativo quanto à dimensão educativa do projeto, especificamente com relação ao esclarecimento dos direitos contidos na convenção coletiva e de seus significados para a categoria; que não teria havido nenhum avanço em termos organizativos com relação ao nível que tinham os trabalhadores no início do Projeto, em razão de não terem sido criadas delegacias sindicais; as reuniões nas comunidades e locais de concentração de canavieiros careciam de sistematização e não raro podiam-se encontrar povoados onde os canavieiros resistiam em comparecer às reuniões que eram convocadas pelos sindicatos, com exceção dos sindicatos de São José de Mipibu e Canguaretama, onde vários trabalhadores assalariados da cana haviam entrado para as diretorias. Mais ainda, que o assessor educacional estava sendo pouco aproveitado num trabalho mais efetivo nas bases; não tinha havido renovação nas direções sindicais, que era uma das questões fundamentais para viabilizar um bom trabalho de educação e mobilização com os canavieiros (Relatório de Pré-avaliação do Projeto EDUCANA, 1990a).

Com relação ao Pólo Sindical, haviam sido identificados estorvos ao seu funcionamento em função das divergências entre a sua coordenação e a direção da FETARN. Por causa das divergências, foram identificados os seguintes problemas: desconfianças mútuas quanto ao uso dos recursos do Projeto EDUCANA por falta de repasse de informações aos sindicatos sobre o seu andamento financeiro; ausência de uma prática de prestação de contas nas reuniões do Pólo Sindical e também que, por falta de experiência e clareza dos dirigentes sindicais na identificação dos recursos do EDUCANA e os recursos enviados, anualmente, pela CESE, para apoiar as Campanhas Salariais, faltava uma boa organização administrativa dos recursos financeiros tanto do projeto como dos designados às campanhas salariais (idem, ibidem).

Embora as lideranças sindicais estivessem ocupando as funções que lhes haviam sido atribuídas, pelos trabalhadores da cana, em suas eleições, não poderia ser negado que havia diretorias fracas, que não entendiam o que era a CESE e a ICCO e muito menos o que era um projeto de apoio como o EDUCANA. E, somada a essa situação, estava também a falta de esclarecimento do papel que devia desempenhar o Pólo Sindical, a sua Coordenação, a FETARN e os assessores. Um exemplo claro dessa situação era o papel que vinha desempenhando o assessor educacional do projeto que estava sendo mais motorista do Pólo do que propriamente um assessor político-sindical. Entretanto, todos os dirigentes sindicais avaliaram que, com a criação do Pólo Sindical, estava ocorrendo uma ligeira melhoria do trabalho. Embora, fossem notórias as falhas, como a falta de empenho para a criação de delegacias sindicais, entre outras questões, foi visto que não se poderia desprezar que a concentração de esforços na construção do Pólo havia prejudicado a dimensão educativa do Projeto EDUCANA mas, esta questão poderia ser superada, já que estava assegurada a infraestrutura funcional, bem como havia uma certa consciência das deficiências dos sindicatos, apesar de um índice bastante considerável de analfabetismo e da própria situação de miséria que influenciavam o processo de organização e conscientização dos trabalhadores da área da cana.

Tudo o que vinha acontecendo na área canavieira contribuía para que a Igreja, através do SAR, despertasse para a realização de um trabalho sistemático com esses trabalhadores assalariados da cana. A ação do SAR junto a essa categoria de trabalhadores já não devia ser apenas um apoio pontual no período de sua campanha salarial, apesar da principal bandeira de luta dessa entidade ser a luta pela posse e permanência da terra. Como se pode observar no quadro demonstrativo do Planejamento Geral de Atividades do SAR para o ano de 90, estão

elencadas as atividades que essa entidade planejou para a área da cana, confirmando a sua prioridade de trabalhar com essa categoria de pessoas. Essas atividades foram: contato com sindicatos e visita às delegacias sindicais; conhecimento da realidade desses assalariados; acompanhamento a grupo de trabalhadores; levantamento da situação dos sindicatos da área canavieira e articulação de trabalhadores, através de um encontro. A priorização, no momento, era praticamente com os municípios de Goianinha e Canguaretama. (Veja essas informações no quadro demonstrativo nº V)

As preocupações do SAR, com essa categoria de trabalhadores, eram oriundas dos conflitos de terra nos municípios de Goianinha e Canguaretama. No primeiro município o conflito era entre 120 famílias de trabalhadores assalariados e expropriados que ocuparam 244 hectares de uma área da Mata do Pau Ferro, pertencente à prefeitura local, na comunidade de Lagoa do Porco. A ação da prefeitura para com esses assalariados foi de expulsão, ameaçando-os até mesmo de morte, razões que levaram esses trabalhadores, através do sindicato, a recorrerem à assessoria e apoio do SAR na organização da resistência e nas negociações com a prefeitura. Diante dessa solicitação, o SAR passou a ter uma presença mais constante nesse município, com o propósito de acompanhar o sindicato nas negociações com a prefeitura. Já, no caso de Canguaretama, outro município da área da cana, o conflito de terra dava-se por 70 famílias de trabalhadores que se organizavam para ocupar 106 hectares de um total de 1.200 hectares de terra pertencente à Rede Ferrovia Federal (portanto uma área estatal) na localidade denominada de Gruta do Bode, que se encontrava abandonada, mas que estava sob os cuidados da EMPARN (Órgão de Pesquisa Agropecuária do Governo do Estado) e do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). Do total das terras, cerca de 80% estavam arrendadas à Usina Estivas. Apesar do conflito ser quase idêntico ao de Goianinha, em razão de se tratar de um terreno de propriedade estatal, esses trabalhadores enfrentavam uma situação, ainda mais agravante, pois, além das ameaças do Estado, eles também passaram a enfrentar um imenso aparato repressivo, por parte da usina, em toda área, logo que esta soube que os trabalhadores haviam recorrido á ajuda do SAR para assessorá-los nas negociações com o Estado. A realização do trabalho do SAR nos municípios de Goianinha e Canguaretama foi da seguinte maneira: em Goianinha deu-se através do Sindicato e em Canguaretama através da paróquia e de um grupo de trabalhadores que tentaram iniciar uma oposição sindical no município (Relatório Trienal do SAR, 1991: 30-31).

Quadro Demonstrativo Nº V
ÁREA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL
PLANEJAMENTO GERAL DE ATIVIDADES DO SAR – 1990

BLOCO	ATIVIDADE	OPERACIONALIZAÇÃO	PARTICIPANTES	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	PERÍODO
Área da cana	50. contato com STR e visita às delegacias sindicais	- Conhecimento da realidade, reuniões.	- Diretoria	- Goianinha	Goianinha/comunidades	Março a julho
	51. Conhecimento da realidade	- Visita as comunidades.	- Padre e trabalhadores	- Canguaretama	Comunidades	Março a julho
	52. Acompanhamento a grupo de trabalhadores	- Dias de Estudo e cursos	- Trabalhadores	- Canguaretama	- Sede	Março a dezembro
	53. Levantamento científico da área.	- Pesquisa e Estudos	- Equipe Técnica	- Estado	-	Março a dezembro
	54. Articulação de trabalhadores assalariados.	- Encontro	- Trabalhadores	- Goianinha - Canguaretama	-	30/06 a 01/01

Fonte: Relatório do SAR, 1990.

A presença do SAR no período de 88 a 90 poderia ser vista como uma preparação que serviu para despertar essa entidade a compreender que a luta que ela defendia da posse e permanência na terra também envolvia parte dos assalariados da cana, que antes de serem assalariados, já haviam sido pequenos proprietários de terra, mas que haviam sido expropriados mediante as políticas governamentais que beneficiavam apenas o grande capital. Frente a essa percepção, o SAR passou, de imediato, a realizar um trabalho mais constante, com o propósito de levar esses trabalhadores a uma organização em suas bases sindicais, através da formação de grupos nas várias localidades de maior concentração desta categoria, bem como proporcionar um fortalecimento ao sindicalismo rural, para que o mesmo pudesse ser capaz de dar direção às lutas dos trabalhadores da cana e também pudesse defender esta categoria na constante exploração a que era submetida pelos usineiros e fornecedores de cana (idem, ibidem).

O ano de 1990 foi, para os assalariados da zona canavieira norte-riograndense, o ano de maiores embates, no tocante ao relacionamento com as entidades que, de forma direta ou indireta, lutavam ou davam apoio às suas lutas, como fora o caso do desentendimento entre as lideranças sindicais da FETARN e do Pólo Sindical no que se referia à administração dos recursos financeiros do Projeto EDUCANA. Além dessa situação entre a FETARN e o Pólo, ainda havia a questão dos conflitos de terra nos municípios de Goianinha e Canguaretama, os

quais, concentravam a maior quantidade de assalariados da zona canavieira. Foi visto também que o Pólo Sindical não estava exercendo o seu verdadeiro papel, que era coordenar, planejar e acompanhar as ações com vistas ao cumprimento da convenção coletiva em vigor. Atividades essas que deviam acontecer em conjunto com o processo de organização e mobilização da Campanha Salarial de 1991.

Diante do contexto descrito até agora, ver-se-ia que a Campanha Salarial de 91 iria acontecer num clima de plena ebulição política e generalização da crise econômica no contexto nacional, em face da opção governamental de desaquecimento da economia pela recessão e arrocho salarial, estratégias utilizadas para combater a inflação, mas que, na verdade, trouxe repercussões, nada favoráveis. O que aconteceu foi a maior queda do produto interno bruto dos últimos 43 anos, com uma taxa negativa de 46%; a safra agrícola apresentou uma queda de -10,1% e retração de atividade em torno de 8,62% (Lima, 2000:105, vol. IV). No caso dos trabalhadores assalariados, 1991 foi o ano em que o salário mínimo atingiu o nível mais baixo desde que fora criado.

A crise econômica do país apresentou sensíveis repercussões no processo de crise e reestruturação do setor sucroalcooleiro, atingindo, principalmente, fornecedores de cana e empresas que trabalhavam com índices de produtividade insuficientes para sobreviverem frente aos imperativos de mercado. O patronato canavieiro norte-riograndense, para atravessar essa conjuntura, utilizou-se do artifício de articular um bloco político-parlamentar para sensibilizar o Governo Federal, no sentido deste adotar medidas de apoio ao setor. Tal tática foi promissora para o patronato, a ponto do Governo do Rio Grande do Norte comprometer-se em apoiar os produtores de cana, açúcar e álcool, mediante a apresentação ao Governo Federal, de um plano⁹ de recuperação da cultura canavieira. A reclamação do patronato não foi só no Rio Grande do Norte, mas generalizou-se em toda a região Nordeste (Tribuna do Norte, 30/04/91). Os usineiros reclamavam que o Governo só havia liberado recursos que cobriam apenas 30% das necessidades do setor e que nos últimos cinco anos, a produção vinha caindo, isto em termo geral, porque não era o caso do Rio Grande do Norte, como pode ser observado na Tabela II, do capítulo III, deste trabalho, em que a produção da safra 90/91 havia sido a segunda maior safra desse estado após a expansão dessa cultura agrícola, a partir de 1975, quando ocorreu a implantação do Programa Nacional do Alcool. No entanto, a gritaria do patronato sucroalcooleiro norte-riograndense tinha como objetivo a obtenção de

⁹ O Plano previa a recuperação da lavoura canavieira em três anos e envolvia 3 bilhões de cruzeiros, por ano, implicando na renovação de sete mil hectares de canaviais por ano e o acréscimo de áreas plantadas em 3.200 hectares de canaviais nos três anos subsequentes (Lima, 2000:105, vol.IV).

uma parcela dos recursos para custeio e investimentos que a presidência do Banco do Brasil havia anunciado para as operações de custeio da safra agrícola 91/92, no valor de Cr\$ 123 bilhões, dos quais, cerca de Cr\$ 50 bilhões caberiam aos médios e grandes produtores (Tribuna do Norte, 12/12/91).

Frente à conjuntura política-econômica e social que vinha atravessando o país, em 1991, razões pelas quais não se tinha quase esperança de mudanças, o movimento social dos assalariados da zona canavieira do Rio Grande do Norte recebeu uma novidade poderosa que iria proporcionar não somente mudanças nesse movimento, mas também ganhos. A novidade foi a decisão da Igreja, através do Serviço de Assistência Rural (SAR), de aliar-se à luta trabalhista dessa categoria. Como já foi citado anteriormente, a bandeira de luta da Igreja era outra, a questão da posse e permanência na terra e a formação de educação política. Foi exatamente a questão da terra que levou o SAR a tomar a decisão de trabalhar, de forma sistematizada e constante, em prol da luta sindical dos assalariados da cana.

Essa decisão do SAR redundou, para os assalariados da área canavieira, numa assessoria dentro dos moldes de organização pela base que iria prepará-los para melhor defender os direitos por eles conquistados nas convenções e dissídios coletivos. O trabalho dessa entidade foi intenso, compreendendo reuniões com grupos de trabalhadores para discutir o assalariamento na área canavieira; reunião no Sindicato de Trabalhadores Rurais, momento que a diretoria eleita de Goianinha iria elaborar o planejamento de seu trabalho; supervisão nos municípios de Goianinha (1), Canguaretama (2), Dia de estudo em Santo Antônio, para discussão do planejamento/91 da Nova Diretoria; viagem ao município de Goianinha para acompanhar o trabalho da diretoria do STR; reunião com canavieiros em Canguaretama (2) para discutir tanto a situação do trabalhador canavieiro como também as conquistas obtidas pela categoria na última convenção coletiva; realização de um encontro sobre Sindicalismo no período de 16 a 18 de agosto, na cidade de Natal; formação de quatro equipes, sendo duas de 5 municípios e duas de 3 municípios para preparação da Campanha Salarial de 1991 (essas equipes contaram com o apoio de 10 assessores e com três carros dos STR's de Canguaretama, Nova Cruz e Espírito Santo); realização de mais uma reunião em Canguaretama para enfatizar aspectos gerais acerca da campanha salarial e do trabalho do SAR; reunião em São José de Mipibu com os STR's da área canavieira e entidades de apoio para avaliar a 1ª fase dos trabalhos realizados até o momento na Campanha Salarial dos canavieiros/1991; visita a várias comunidades do município de Goianinha no período de 20 a 22 e 25 a 29/09/91 para apoiar a Campanha Salarial; reunião do Pólo Sindical da área

canavieira no município de Arês, em 23/10/91, para discutir assuntos referentes à Campanha Salarial e à reorganização do Pólo Sindical; reunião com dirigentes sindicais do STR de Santo Antônio em 14/11/91; reunião com mulheres trabalhadoras rurais no município de Canguaretama, em 01/12/91, para reafirmar o desejo de desenvolver um trabalho de acompanhamento na área e explicar o motivo de sua ausência, entre outros aspectos; reunião em algumas comunidades do município de Santo Antônio, em 13/12/91. Todas essas atividades realizadas por este organismo da Igreja, em 1991, foram de assessoria e de apoio à luta dos assalariados da cana, em articulações com o Pólo Sindical da área canavieira. Também deu apoio aos assalariados da fruticultura irrigada do Vale do Açu. Com relação aos canavieiros, o SAR, de forma pontual, vinha dando apoio durante a fase de mobilização e negociações, desde a sua primeira campanha salarial, realizada em 82. A decisão do Serviço de Assistência Rural em realizar um trabalho mais sistemático e contínuo deu-se a partir do levantamento e diagnóstico da situação sócio-econômica e político-sindical da zona canavieira (SAR, 1991:01-08).

Além da assistência dada pelo SAR aos canavieiros norte-riograndense, também elencamos no quadro demonstrativo nº VI o cronograma das atividades realizadas pela FETARN, junto a essa categoria de trabalhadores, em 1991. Atividades essas de cunho formativo como: cursos, seminários tanto para dirigentes, advogados, como para lideranças de base, entre outras atividades, envolvendo todos os municípios da zona canavieira e atingindo mais de 170 pessoas. Foram atividades com duração de 2 dias, iniciando em 05 de fevereiro e tendo conclusão em 18 de junho. Outras informações interessantes podem ser observadas no quadro demonstrativo nº IV, como: conteúdo, locais de realização dos eventos, etc.

O SAR, em seu programa de trabalho para 1991, apresentou o seguinte diagnóstico da situação do Sindicalismo na área canavieira:

- O Pólo Sindical reconhece que necessita de assessoria para uma melhor intervenção, razão pela qual solicita ao SAR, tendo em vista ser o SAR uma entidade de assessoria ligada ao campo e a única que se dispõe a fazer esse trabalho ligada a assalariados rurais;
- Os sindicatos da área canavieira, apesar de serem, dentro do sindicalismo rural, os que vivem em situação financeira melhor e os que possuem uma categoria mais específica, não conseguem ter uma intervenção política, administrativa, capaz de dar

respostas às necessidades da base, devido às diretorias terem uma grande fragilidade no tocante à capacitação para o trabalho político-sindical;

- Há necessidade de fortalecer um sindicalismo mais combativo hoje, representado pela CUT, tendo em vista que este ainda é minoria no universo dos sindicatos da área canavieira que se revela como setor importante na construção da CUT no Estado, sobretudo do Departamento de Trabalhadores Rurais;
- Os canavieiros são uma categoria numericamente importante em nosso Estado e encontra-se desmobilizada. Esta desmobilização das bases ocorre, entre outras razões, pela falta de ação dos sindicatos, inclusive os que estão no campo da CUT, junto às mesmas. Isto contribui para a existência de uma massa sempre mais fácil de ser controlada pelos usineiros e seus aliados. O único momento em que as direções dos sindicatos vão à base de modo mais direto é durante a Campanha Salarial. Associada a esta desmobilização ocorre uma desarticulação dos assalariados da cana, em nível de Rio Grande do Norte e Nordeste;
- Há um potencial de organização existente na área, sobretudo no campo sindical, que para ser expressado necessita de uma assessoria que ajude as direções mais combativas a pensarem sua prática, a terem uma intervenção mais conseqüente e também, consiga ampliar e fortalecer o campo cutista através da organização de oposições sindicais.

Tais colocações, segundo o SAR, demonstravam que essa categoria de trabalhadores necessitava de: uma assessoria continua para apoiar os dirigentes sindicais do Pólo Sindical; que as direções dos sindicatos de Goianinha e Santo Antônio precisavam, tanto de uma assessoria como de acompanhamento de suas atividades; que as lideranças e trabalhadores de base em Canguaretama, Goianinha e Santo Antônio necessitavam de assessoria e acompanhamento; e junto a essas prioridades somava-se o acompanhamento e assessoria à organização de mulheres e aos trabalhos de alfabetização de lideranças. No seu posicionamento, considera as péssimas condições de vida de um imenso contingente de trabalhadores canavieiros e a ausência de um trabalho educativo nessa região (Projeto do SAR, 1991:4), como justificativa para sua ação com esses assalariados rurais.

A primazia dada aos sindicatos de Goianinha, Canguaretama e Santo Antônio foram por razões diferentes. Os dois primeiros por serem significativos do ponto de vista econômico e político e o terceiro por ser um grande fornecedor de mão de obra para o corte da cana e

onde o sindicato já tinha um certo grau de organização. Na compreensão do SAR, o trabalho na área da cana seria por demais urgente, uma vez que este serviço da Igreja poderia dar grande contribuição para a organização de milhares de trabalhadores que estavam vivendo em condições subumana de vida.

Apesar da movimentação realizada pelas entidades que trabalhavam com os assalariados de cana, em 1991, a Campanha Salarial seguiu, praticamente, o mesmo ritual das campanhas anteriores; no entanto, com uma diferença, neste ano não foi possível conseguir um bom comparecimento de trabalhadores nas assembléias realizadas no dia 22.09.91. Tal fato levou à intensificação da mobilização. Durante o período de negociação, os STR/FETARN continuaram com seu trabalho de mobilização, distribuindo panfletos, visitando os locais de trabalho, horários de pagamentos, pontos de concentração de embarque e desembarque e colocando os mesmos trabalhadores no local de negociações, detalhe este que na compreensão das lideranças sindicais da FETARN, influenciaram os ânimos da classe patronal para o atendimento das reivindicações da classe trabalhadora. Além desses resultados, vale salientar que o trabalho de mobilização chegou até mesmo a acarretar parades na Destilaria Baía Formosa, na fase das negociações, demonstrando que havia possibilidades de efetivação de greve, caso o patronato não tivesse chegado ao acordo. Apesar de consegui-lo, a fase de negociações foi penosa, devido a várias interrupções havidas por acontecimentos, segundo dirigente da FETARN, estranhos à vontade do grupo da classe trabalhadora que estava negociando, isto sem contar que os patrões esperavam os resultados das negociações nos Estados da Paraíba e Pernambuco e os julgamentos dos Dissídios daqueles Estados. Ao término das negociações, as lideranças sindicais da FETARN, consideraram que os resultados das negociações da Campanha Salarial, do ano de 1991, no Rio Grande do Norte, foram semelhantes aos demais estados da região canavieira do Nordeste. Também salientaram que, apesar de não terem atingido o ideal das conquistas que esperavam para a categoria, o Contrato Coletivo de Trabalho desse ano (1991), havia representado avanços significativos na luta dos assalariados do Estado, em razão de se ter conseguido manter as cláusulas anteriores, e também recuperar a perda salarial da Convenção de 1990 (FETARN, 1991a).

4.5. A AÇÃO EDUCATIVA DO SAR COM OS ASSALARIADOS RURAIS DO RN E SUA ATUAÇÃO EFETIVA NA ÁREA CANAVIEIRA

4.5.1. INTRODUÇÃO

A partir de 1991, como já foi salientado, a luta trabalhista dos assalariados da cana passou a contar com o apoio efetivo do SAR. Embora essa entidade já os apoiasse, isso ocorria mais nas campanhas salariais. É bem verdade que esse organismo da Igreja Católica sempre esteve prestando assessoria e apoio ao trabalhador rural. Sua atuação foi sempre em prol de uma política de ação que pudesse atender às condições de vida dos trabalhadores e suas famílias, numa perspectiva menos assistencialista e mais libertadora. Entretanto, essa entidade sempre deu prioridade ao programa de Educação Política, no qual apresentava duas bandeiras de lutas: a questão do uso e posse da terra e a organização dos trabalhadores em suas entidades de classe. Vale ressaltar que, apesar de trabalhar com o homem do campo, desenvolvia um serviço de assessoria em que sua meta principal era em prol daqueles que lutavam pela posse e permanência da terra, como já citamos. Na verdade, as lutas trabalhistas dos assalariados rurais, no Rio Grande do Norte, era uma novidade para as próprias organizações sindicais. A atuação do SAR, nas lutas trabalhistas dos assalariados rurais passava a ser uma novidade em si mesma, já que a prioridade de trabalhar com camponeses, por parte da Igreja, era atribuída à sua visão passadista e ruralista, senão conservadora.

O fato é que depois de muita discussão no interior de sua equipe de educadores, o SAR resolve dar assessoria à luta dos assalariados canavieiros no Rio Grande do Norte, a partir de 1992. Com essa decisão o movimento sindical dessa categoria de trabalhadores ganha novos ânimos, em razão dessa entidade propor-se a dar assessoria num momento de crise interna no movimento sindical, haja vista que não estava havendo uma boa integração entre a FETARN e o Pólo Sindical. Tal fato era só oriundo da questão da administração dos recursos do projeto EDUCANA. Havia divergências de ordem político-ideológicas, expressa em concepções e práticas sindicais diferentes.

Além da nova posição de Igreja, frisa-se que na década de 90, que o movimento sindical dos assalariados canavieiros no Nordeste e no Rio Grande do Norte, continuava sofrendo influência de vários aspectos da conjuntura política, econômica e social que enfrentava o país, os quais tiveram uma influência marcante para delinear as projeções de luta dessa categoria: a mobilização da sociedade brasileira, ocorrida em 92, através do Movimento Ética na Política, que levou ao Impeachment do Presidente Collor; os impactos dessa mobilização que redundaram, no ano seguinte (1993), na criação da “CPI do Orçamento” (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar os escândalos de corrupção envolvendo parlamentares e funcionários do alto escalão do Governo; ainda arguindo sobre o Movimento da Ética na Política, enfatiza-se que este foi seguido de outro movimento de âmbito nacional: a Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida; em 1994, ocorreram as eleições para pleitear os cargos executivos e parlamentares, em que os resultados da votação para a Presidência da República, apresentaram repercussões em nível internacional; nesse triênio (1992-1994) também foram organizados fóruns de debates como: o Fórum Nordeste (1993) e o Fórum de Debates no Rio Grande do Norte (1994), este último com o apoio dos sindicatos do Pólo Sindical¹⁰, assessores, entidades de apoio e trabalhadores. Também foram notórios os impactos da crise econômica que assolava o país desde 1973; o lançamento da CONTAG, em nível nacional, em fevereiro de 1992, de sua programação Integrada entre a CONTAG/Federações/Sindicatos para o triênio, 1992-1994, enfatizando as ações de caráter permanente do MSTR, conforme resoluções do 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da CONTAG, realizado em Brasília – DF, em setembro de 1991. Dessas resoluções, em prol dos assalariados rurais, destacam-se: promover campanhas pelo cumprimento dos contratos coletivos de trabalho e pela valorização do salário mínimo; promover o debate sobre o contrato coletivo de trabalho unificado e sobre o processo de trabalho; promover atividades de formação sobre campanha salarial e negociação coletiva de trabalho na zona rural; lutar por melhoria nas condições de trabalho no campo através do estímulo à criação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trabalho Rural (CIPAS-TR) e formar na CONTAG um núcleo de estudo permanente sobre a questão dos assalariados (CONTAG, 1992: 07-08).

Além dos aspectos já vistos, pode-se citar também alguns impactos que afetaram o setor agrícola, tais como: os impactos do processo de modernização do complexo sucroalcooleiro sobre a luta dos trabalhadores da cana: desemprego, migração, sazonalidade

¹⁰ O Pólo Sindical era formado dos seguintes sindicatos: Canguaretama, Goianinha, Arês, Espírito Santo, Montanhas, Nova Cruz, São José de Mipibu, Santo Antônio, Nizia Floresta, Vila Flor, Várzea e Pedro Velho.

da mão-de-obra, exclusão social, entre outros fatores desencorajadores da mobilização e organização dos canavieiros. A crise que as campanhas salariais vinham enfrentando, em decorrência desse processo modernizante do setor sucroalcooleiro e do descumprimento dos direitos conquistados pelos trabalhadores canavieiros nas convenções e dissídios coletivos, pelo patronato, rebatia a eficácia dessas campanhas conduzindo-as, praticamente, a uma ritualização a cada ano.

Embora se possa perceber que uma década seria curta para abordar avanços, recuos e perdas de uma categoria de trabalhadores, pode-se ainda citar outros fatos que influenciaram a luta dos canavieiros norte-riograndenses, tais como: o lançamento do Plano Real, em julho de 1994, que apresentou uma política de congelamento dos salários sob a justificativa da estabilidade da moeda; a grande mobilização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), em 1995; a política de arrocho salarial adotada, em 1996, pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, dentre vários fatos que interferiram no processo de mobilização dos movimentos sociais no campo.

Além desse breve levantamento sobre os aspectos que interferiram na demarcação da trajetória do movimento dos assalariados canavieiros do Rio Grande do Norte, na década de 90, discorre-se sobre a ação da Igreja, através do SAR no período 1992-1997, por ter sido nele que essa entidade priorizou apoiar de forma sistemática a luta dos assalariados da cana nesse estado, realizando um trabalho constante de capacitação e organização, favorável ao processo de conscientização dessa categoria e da concretização dos direitos conquistados.

Inicialmente são abordados os antecedentes que levaram o SAR a tomar a decisão de trabalhar com os assalariados rurais, a partir de 1992, sendo dividido em: a atuação do SAR no triênio: 1992 a 1994; a atuação do SAR no triênio 1995-1997 e, por último, apresentar-se-á uma avaliação do movimento sindical dos canavieiros norte-riograndenses do ponto de vista dos assessores, dirigentes sindicais e dos trabalhadores, a respeito do que tem sido o movimento sindical dessa categoria de trabalhadores, nos últimos vinte anos. Para fechar o ponto, bem como o texto da dissertação, apresentar-se-á as considerações finais da pesquisa, ora realizada.

4.5.2. ANTECEDENTES QUE INFLUENCIARAM A DECISÃO DO SAR EM TRABALHAR COM OS ASSALARIADOS RURAIS

O movimento sindical dos canavieiros no Rio Grande do Norte, a partir de 1992, entrou numa nova etapa do processo articulador e mobilizador dessa categoria de trabalhadores. Nessa nova etapa, esses trabalhadores passaram a contar não só com a presença das entidades que já vinham trabalhando com eles (CONTAG, FETARN, CESE, Pólo Sindical, Sindicato), mas também com a presença do Serviço de Assistência Rural (SAR), agora, não mais como uma entidade de apoio que dava assistência, a pedido da FETARN, nos períodos das campanhas salariais, e sim, que se prontificava em realizar um trabalho constante e sistematizado de capacitação e organização desses trabalhadores para que eles pudessem se articular, entre si, de tal forma, que fossem capazes de conquistar os direitos referendados na Constituição vigente, os quais são direitos que reconhecem todos os indivíduos como cidadãos.

Embora o grande eixo da luta dos canavieiros estivesse centrado na luta pelos direitos trabalhistas e cidadãos, faltava, de certa forma, uma melhor articulação entre as lideranças sindicais e as lideranças de base e também entre elas e os assessores das entidades que estavam à frente do processo de formação de uma consciência coletiva, em prol de uma categoria que enfrentava repressões não só da classe patronal, mas também da conjuntura econômica e política que atravessava o país. Com esse comportamento, esses atores sociais, ao invés de fazerem crescer o movimento, contribuíam negativamente no processo de mobilização e integração entre todos os que estavam dando uma parcela de cooperação para mudar o quadro vivido pelos canavieiros, além de contribuir, também negativamente, para uma desmotivação dos próprios canavieiros, e, por essa razão, levar a categoria a ter perdas em suas reivindicações nos momentos de negociações, por causa da fragilidade encontrada no interior do movimento, dificultando as negociações entre as classes patronal e trabalhadora.

A priorização do SAR em trabalhar com os canavieiros se deu por várias razões: a falta de uma educação política da categoria; a situação encontrada entre as lideranças desse movimento sindical; a cana de açúcar ser uma atividade agrícola geradora de considerável índice de renda para o Estado, onde havia uma predominância da força de trabalho assalariada (\pm 50.000 canavieiros) e esta força estar está enfrentando um grau muito grande de exploração

por parte das fazendas e usinas; e, por ser uma categoria que necessitava de uma maior organização sindical para aumentar a sua capacidade de luta. Embora esse movimento sindical já contasse com alguns marcos na sua história, enfatizou a equipe do SAR, que ele ainda não havia conseguido dar respostas aos problemas enfrentados pelos canavieiros por falta de formação dos dirigentes sindicais e de um plano de organização da categoria nas bases, onde deveria ser desenvolvido um trabalho educativo.

4.5.3. ATUAÇÃO DO SAR NO TRIÊNIO: 1992 A 1994

Como foi visto, anteriormente, vários motivos levaram, em 1992, o Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal – RN, a tomar a decisão de trabalhar com os assalariados da zona canavieira norte-riograndense. Essa decisão teve o papel de apoiar esses assalariados, para avançar na sua luta. O trabalho desenvolvido pelo SAR compreendeu, no primeiro momento, os municípios de Goianinha, Canguaretama e Santo Antônio. Esses municípios não foram escolhidos por acaso, mas por causa do relacionamento já existente entre eles e o SAR, o qual era advindo dos conflitos de terra ou pelo bom relacionamento entre o SAR e a Paróquia da comunidade, isto para os municípios de Goianinha e Canguaretama. No entanto, no município de Santo Antônio, não foi esse tipo de relacionamento que levou o SAR a inseri-lo na escolha, mas foi a maturidade política e sindical encontrada na diretoria do STR desse município. A maturidade desse sindicato foi considerada pela equipe do SAR, como o que se tinha de melhor entre os sindicatos da área canavieira na época (Relatório Anual do SAR, 1992:25). Santo Antônio era e, ainda é, um município fornecedor de mão-de-obra, mas entre esses assalariados havia trabalhadores que tinham militância sindical e candidataram-se para concorrer ao pleito de vereador nas eleições de 92. Apesar de nenhum deles haver sido eleito, conseguiram aumentar bastante sua votação com relação à eleição anterior, demonstrando um crescimento político dos setores populares do município. Nessa empreitada esses trabalhadores não estiveram sozinhos, mas contaram com o apoio do SAR, através de produção e distribuição de subsídios com análise da conjuntura, e na orientação para elaboração de material de campanha e propostas dos candidatos a vereador (idem, ibidem).

O empenho do Serviço de Assistência Rural em Canguaretama era com o propósito de mudar a situação do STR desse município, tendo em vista que esse sindicato apresentava uma ação sindical pelega, ou seja, ao invés do presidente tratar dos interesses da classe trabalhadora, ele estava tratando dos interesses da classe patronal. Frente a essa situação no dia de estudo realizado em Canguaretama, os trabalhadores presentes ao evento, dentre as suas definições argüiram que “o sindicato devia ser uma entidade independente dos patrões, do Governo, da prefeitura e da Igreja”, para que pudesse fazer jus à representatividade que seus associados lhes haviam confiado.

Todo interesse do SAR nesse STR era que ele, enquanto entidade de apoio, pudesse contribuir para que esse sindicato viesse a realizar uma prática mais combativa e de classe. Entendiam os assessores do SAR que o sindicato deveria representar bem os trabalhadores para que pudesse crescer: filiando trabalhadores, educando esses trabalhadores, unindo-os e organizando-os.

Apesar de toda tônica na realização das atividades planejadas pelo SAR para prestar a assessoria na área canavieira, no final do primeiro semestre de 92, essa entidade fez uma avaliação do trabalho até então desenvolvido na região canavieira, para poder definir o que poderia ser feito no semestre seguinte, em razão desse órgão vir passando por uma crise financeira. Na avaliação, a equipe do SAR e de Dom. Costa, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Natal, chegaram à conclusão de que, naquele momento, o sindicalismo, naquele Estado, estava passando por uma crise. Tal fato era percebido porque os trabalhadores estavam procurando estabelecer novas formas de organização. Além da questão da crise do sindicalismo, esses assessores do SAR, perceberam, que precisavam definir as problemáticas da área canavieira, porque não sabiam se era violência, organização sindical, analfabetismo, menores na cana, mulheres ou campanha salarial que estavam causando o desânimo na mobilização dos canavieiros. Seria o conjunto de todos esses pontos citados? Seriam alguns deles? O que realmente estava acontecendo entre os canavieiros? O que podia ser percebido era o não cumprimento dos direitos conquistados pela categoria, por parte dos patrões (Relatório de Avaliação semestral do SAR, 1992:21).

No momento da avaliação, o SAR vinha atravessando, como já foi citado, um período de crise financeira, o que requeria uma maior precisão em tudo o que pretendia realizar no campo. A questão financeira foi tão séria que levou o SAR a se ausentar da área canavieira, perdendo assim, a dinâmica de acompanhamento ao Pólo e às liderança de base, conforme o

planejamento para aquele ano (ver o cronograma de atividades do SAR para o ano de 93, no anexo 03).

Por causa da crise financeira da FETARN e do SAR, o processo de mobilização da Campanha Salarial de 92 começou atrasado. Entretanto, apesar da situação que se vinha enfrentando, o SAR esteve presente nas atividades de mobilização da categoria, esteve nas reuniões, nas panfletagens, em locais de embarque e desembarque, de moradia e de trabalho dos canavieiros. Em função desse atraso e da falta de um trabalho permanente de fiscalização e cobrança do cumprimento da Convenção Coletiva, a disposição da luta dos canavieiros foi reduzida e a credibilidade do movimento sindical da região estava bastante desgastada.

Nesse ano (92) as negociações entre as classes patronal e trabalhadora acabaram em acordo. Os resultados da campanha redundaram na permanência dos direitos conquistados nas convenções coletivas passadas. No entanto, no tocante a novas conquistas, essas não aconteceram. Além desses resultados, observou-se que as Campanhas Salariais foram se tornando verdadeiros rituais recorrentes a cada ano, enquanto decresciam os níveis de mobilização dos canavieiros. Somado à situação já exposta, tinha-se ainda a questão do êxodo rural, provocado pela expansão do cultivo da cana. Essa expansão levou a maioria dos trabalhadores assalariados da zona da cana a morar em pontas-de-rua e a trabalhar em várias empresas e em vários municípios, senão em outros estados. O quadro dos assalariados era inconstante, devido à nova dinâmica do mercado, a qual conduzia ao desemprego e a formas de exclusão da força de trabalho, dentre outras conseqüências que amedrontavam os trabalhadores no engajamento da luta pela conquista e cumprimento dos direitos trabalhistas e cidadãos.

Como já visto, 92 foi um ano em que várias mudanças ocorreram, graças às decisões do 5º Congresso da CONTAG. Dentre as decisões definidas podemos destacar a questão da saúde e segurança no trabalho, que foi o tema das Campanhas Salariais Unificadas dos Canavieiros da Região Nordeste, em 92. A busca dessa conquista não era algo exclusivo da CONTAG, pois era uma prática já realizada no Rio Grande do Norte.

Também em 1992, foi realizada uma avaliação do Projeto EDUCANA. Essa avaliação foi feita por representantes da FETARN, do Pólo Sindical, dos sindicatos, bem como, contaram com o apoio do SAR, da CUT-RN, da CONTAG e do PECC/OCERN, todas na qualidade de ouvintes.

Além da atuação do SAR junto aos sindicatos por ele selecionados, vale ressaltar que o Programa Trienal, 1992-1994, desse organismo da Igreja, apresentou uma programação que ia um pouco além da assessoria aos municípios de Goianinha, Canguaretama e Santo Antônio e constou-se: 42 dias de estudo; 129 supervisões; 6 cursos; 12 encontros; 3 treinamentos; revelação de três filmes e um levantamento de dados dos municípios do Pólo. Todas as atividades planejadas tinham como meta preparar as lideranças sindicais de base, as diretorias de sindicatos, os assalariados rurais, incluindo, também, nessa preparação, as mulheres trabalhadoras rurais (ver o anexo 02).

Da programação trienal, no ano de 92 foram realizadas as seguintes atividades: planejamento de atividades do SAR x Pólo Sindical; avaliação da gestão da diretoria do sindicato de Santo Antônio; supervisão nos municípios de Canguaretama e Goianinha; avaliação semestral do SAR, em Natal; reunião do Pólo Sindical em São José de Mipibu, para discutir encaminhamentos relativos à preparação para a campanha salarial; Dia de Estudo nos municípios de: Canguaretama para capacitar lideranças em torno da eleição sindical e para discutir o processo de formação da oposição sindical (02); e Santo Antônio, para discutir com a diretoria do sindicato e trabalhadores de base sobre o trabalho com assalariados e a participação do STR no Pólo Sindical Canavieiro (01); reunião com a diretoria do sindicato de Espírito Santo, para discutir sobre a preparação da Campanha Salarial de 92; e por último, reunião com os canavieiros, em Goianinha, para discutir a eleição de uma nova diretoria para a Delegacia Sindical (Ver anexo 03).

Além da programação do SAR, no ano de 92, os assalariados da zona canavieira contaram com outras atividades, tanto da FETARN, como do Pólo Sindical, que levaram esses trabalhadores a um novo despertar por suas lutas, de um lado, porque não só contavam com a preparação dada pelo Projeto EDUCANA, mas com outras atividades do próprio movimento sindical para a Campanha Salarial de 92. Ainda foram somadas ao processo mobilizador, outras atividades realizadas pela CONTAG.

Apesar das dificuldades poder-se-ia afirmar que nem tudo que tinha sido realizado na luta dos canavieiros havia sido em vão. Uma demonstração dessa compreensão foram os resultados obtidos na área de assistência jurídica, no período próximo à Campanha Salarial de 91 até janeiro de 92, em que houve um atendimento diário; além de outros resultados como: 283 ações trabalhistas que foram ajuizadas; 1.235 ações trabalhistas que foram acompanhadas e de cumprimento ajuizadas e a liquidação de 193 processos ganhos na justiça; além de 191 viagens que foram realizadas para audiências e atendimento a trabalhadores; e poder-se-ia

somar a essas estatísticas 275 audiências que foram realizadas nas juntas de conciliação e julgamento de Natal e Goianinha (FETARN, 1992 a). Toda essa descrição estatística apresenta frutos colhidos graças ao Projeto EDUCANA e também da assessoria intensiva que os canavieiros vinham recebendo desde 98. Diante desses resultados a FETARN e os sindicatos consideraram que a luta dos canavieiros não devia ser apenas para conquistar direitos trabalhistas, mas que poderia ampliar o espectro da ação sindical para problemas da educação, da moradia e da saúde do trabalhador e sua família, tendo como horizonte a temática da cidadania e das políticas públicas (idem, ibidem).

Foi dentro dessa percepção que a Campanha Salarial Unificada dos Canavieiros do Nordeste, em 92, foi realizada sob o tema saúde, segurança e dignidade. Com essa campanha salarial a classe trabalhadora da zona da cana obteve uma Convenção Coletiva que assegurou as conquistas anteriores e um reajuste dos salários e dos valores da tabela de tarefas, tanto no Rio Grande do Norte como nos demais estados da região nordestina. No caso do Rio Grande do Norte, foi dada continuidade ao trabalho que vinha sendo feito na área da assistência jurídica e das ações de cumprimento dos direitos conquistados por esses trabalhadores, antes da campanha salarial desse ano.

Além dessa continuidade do trabalho na área da assistência jurídica, ressalta-se que houve também, no processo de preparação e mobilização dos canavieiros na Campanha Salarial de 92, um trabalho que procurou conscientizar o trabalhador a respeito não só dos salários e da tabela de tarefas, mas também das mudanças tecnológicas e das conseqüências dos agrotóxicos. Este fato apresentou um cunho inovador, elevando ao debate público o problema da saúde, da segurança e da dignidade desse trabalhador. Além dessa inovação durante o período preparatório da campanha, o que se obteve de novo foi a adesão de mais um órgão estatal nessa luta: a Coordenadoria de Vigilância Sanitária, a qual realizou três fiscalizações em conjunto com as entidades sindicais em galpões, reconhecidos como alojamentos, para abrigar os trabalhadores que não eram do município onde estavam trabalhando, entre 1º de novembro a 31 de dezembro de 1992.

AS CAMPANHAS SALARIAIS DOS CANAVIEIROS NO RN E A CAMPANHA SALARIAL / 92



Figura 02

Nos anos de 1993 e 1994, a conjuntura política, econômica e social brasileira delineou um cenário que mobilizou a sociedade civil a buscar novos rumos que pudessem gerar mudanças em prol das classes subalternas deste país, em razão de não suportarem mais os efeitos da crise econômica que repercutia, cada vez mais, sobre elas.

Como se sabe, em 1993 o cenário da política brasileira encontrava-se em ebulição. Essa situação era fruto da mobilização que a sociedade civil havia realizado para retirar do poder o Presidente da República, Fernando Collor de Mello, em 92, fato que aconteceu através do impeachment. Após esse, novos acontecimentos estavam mobilizando o povo

brasileiro para construir uma sociedade em que seus representantes se portassem com mais dignidade e menos corrupção. Essa compreensão era movida pelo Movimento Ética na Política, que levou à organização da “CPI do Orçamento”, com o objetivo de apurar os escândalos de corrupção envolvendo parlamentares e funcionários do alto escalão do Governo (SAR, Relatório Anual de Atividades, 1993: 7).

Além dessa situação política nacional, havia se agravado a crise econômica, a qual elevava cada vez mais os seus impactos sociais sobre as classes oprimidas da sociedade brasileira. Frente a esse cenário, segue-se ao Movimento Ética na Política, outro movimento de âmbito nacional, o da Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida, o qual deu dimensão pública aos impactos sociais advindos da crise econômica que assolava o país desde 1973, e despertou a sociedade brasileira para a solidariedade. A dimensão desse movimento foi tão ampla que reuniu mais de três mil comitês, espalhados por todo o país, provocando mudanças de comportamentos, além de chamar a atenção tanto para novas medidas como para novos espaços de ação política. A Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida procurou desencadear ações emergenciais voltadas para 32 milhões de pessoas que passavam fome no Brasil. Foi a partir desse movimento que começou a ser enfatizada a luta por políticas públicas de geração de emprego e renda e por mudanças estruturais, entre as quais se enfatizava a luta pela Reforma Agrária. Toda mobilização desse movimento levou o Governo Federal a criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, tendo como presidente o Bispo de Caxias – RJ, Dom. Mauro Morelli, conhecido publicamente como pastor católico dedicado à luta contra a miséria e as injustiças sociais (Idem, *ibidem*).

Após a promulgação da Constituição de 88, a qual recebeu o nome de “cidadã” por trazer em seu conteúdo novos direitos, como os direitos civis, havia uma esperança na massa brasileira de que viessem acontecer algumas mudanças através da legitimação desses direitos. Entretanto, essa esperança andava fugindo das expectativas do povo, haja vista que o quadro da repressão ainda estava presente nos movimentos sociais, como era o caso dos Sem Terra e, porque não dizer, de todos os movimentos da zona rural. Embora fosse essa a situação, foi nesse ano, mais precisamente, em junho de 93, que foi promulgado o dispositivo do “Rito Sumário” tornando possível algumas desapropriações de terras por interesse social, na maioria onde existiam fortes conflitos agrários.

Além do contexto já citado, somar-se-ia a essa conjuntura a situação do Brasil ser um país que apresentava mais de 35 milhões de pessoas, dos 62 milhões de brasileiros ocupados, que trabalhavam ou sem carteira assinada ou por conta própria ou sem remuneração, sendo

que 12 milhões ganhavam menos de um salário mínimo (Idem, ibidem, p. 9). O cenário da conjuntura brasileira, em 1994, era praticamente o mesmo, pois não houve grandes mudanças de um ano pra outro.

No caso do Rio Grande do Norte, em 1993, a seca que assolava a região levou o governo do estado a decretar "Estado de Emergência" em 173 municípios, em março desse ano. O grande reflexo desse fenômeno da natureza repercutia na situação de pobreza cotidiana e demonstrava a falta de vontade política da elite dirigente de criar condições de convivência com este fenômeno. Além dessa situação, também estava acontecendo, nesse estado, o uso de verbas públicas para atender, de certa forma, interesses particulares. Tal fato foi verificado, através de uma pesquisa realizada pelo Comitê Universitário sendo constatado, que 56,94% dos recursos para assistência e previdência no RN, haviam sido destinados, por um Senador, a uma entidade privada chamada "Sociedade Amigos de Parelhas", que era dirigida pelo sobrinho desse Senador no município de Parelhas, enquanto para os demais municípios norte-riograndenses restou apenas 43,06% do montante dos recursos designados para a assistência e previdência dos menos favorecidos. Poder-se-ia dizer do ponto de vista ético, que esta situação era contraditória diante do quadro da fome e miséria que atingia 46% da população do Rio Grande do Norte.

No ano de 93, a ação planejada pelo SAR para a área da cana compreendeu: participação em reuniões do Pólo Sindical (10); encontros (02); seminários (02); Supervisões (49) distribuídas em: assessoria em reuniões e estudos, somando-se um total de 63 atividades (ver anexo 04). Toda essa programação estava voltada para a capacitação da organização dos trabalhadores, bem como a formação sindical e a participação na Campanha Salarial de 93. Embora tenha sido essa a programação planejada, conforme o Quadro nº 05, Quadro de Atividades Desenvolvidas na Área da Cana nesse ano, verifica-se que essa entidade realizou um trabalho mais intenso que o planejado. Somente em reuniões de acompanhamento ao Pólo Sindical foram vinte e duas (22); dias de estudo, cinco (05); Encontros de assalariados da cana, seis (06); reuniões de acompanhamento a STR's e nas localidades, trinta e seis (36) e reuniões da assessoria, doze (12). Além dessas atividades, o SAR ainda deu apoio e assessoramento a grupalização de canavieiros em Goianinha e Canguaretama, bem como promoveu ações de alfabetização de lideranças e dirigentes sindicais (SAR, 1993:28). No trabalho com o Pólo Sindical, esta entidade descobriu que a melhor forma de atingir o assalariado da cana era no local de trabalho. Portanto, o SAR procurou investir neste trabalho

através dos dirigentes sindicais e com a presença de outras entidades, pelo menos em alguns momentos.

Quadro Nº V
QUADRO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁREA
DA CANA - 1993

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Nº DE DIAS
<i>REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO AO PÓLO SINDICAL</i>	22	22
DIAS DE ESTUDO	05	05
<i>ENCONTROS DE ASSALARIADOS DA CANA</i>	06	12
REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO A STR's E NAS LOCALIDADES	36	36
REUNIÕES DA ASSESSORIA	12	12
TOTAL	81	87

Fonte: Relatório Anual de Atividades do SAR - 1993. p.30

O trabalho de apoio e assessoria do SAR, em 1993, teve como um dos principais objetivos o fortalecimento do Pólo Sindical. Em sua avaliação anual verificou os seguintes resultados: elaboração do Projeto EDUCANA; maior respeito à sua contribuição dada na área da cana; dias de estudo, como forma de se capacitar para dar respostas aos desafios que se apresentavam; melhoria na participação de trabalhadores nas assembléias de discussão e aprovação das pautas de reivindicações, graças ao trabalho desenvolvido pelo Pólo Sindical; maior respeito, por parte do patronato, às cláusulas acordadas nas convenções, graças ao trabalho de fiscalização desenvolvido pelo movimento sindical, no campo e nos locais de pagamentos; maior organização do Pólo Sindical, com reuniões mensais e estudos. O Pólo também despertou para a necessidade de ser o articulador político das lutas; aumento do número de trabalhadores com carteira assinada e o crescente número de ações trabalhistas na justiça; e ainda soma-se a esses resultados a maior credibilidade que os canavieiros estavam

dando ao movimento sindical, a qual redundava numa posição de respeito das empresas às entidades de apoio e aos sindicatos (idem *ibidem*, pp. 31-32).

Além do trabalho realizado na área da cana, essa entidade também dava apoio e assessoria aos trabalhadores assalariados do Vale do Açu; assessoria a grupos de trabalhadores rurais assentados em São Rafael; às mulheres trabalhadoras rurais do Rio Grande do Norte; ao trabalho desenvolvido com a alfabetização de adultos, o qual foi redimensionado nesse ano; e ainda realizou outras atividades de articulação e assessoria a diversos movimentos sociais, pastorais e populares.

Já para a FETARN, através da execução do Projeto EDUCANA, aconteceram os seguintes avanços: aumento significativo na participação dos trabalhadores nas assembléias gerais de seus Sindicatos, por ocasião da discussão e aprovação da pauta de reivindicações, autorização para as negociações coletivas e deflagração de greve se necessário; participação na campanha salarial, de entidades que ajudaram na mobilização dos trabalhadores, entre estas, o SAR, CEAP, OCERN e CUT; realização dos encontros que precediam as Assembléias Gerais dos Sindicatos, nas comunidades de trabalhadores espalhadas nas zonas rurais de cada município, sendo importante salientar que a mobilização para a realização dos referidos encontros, deu-se em grande parte pela iniciativa dos próprios trabalhadores; aplicação de nova metodologia de trabalho com utilização de filmagem dos Encontros e reuniões, com projeção e exibição das fitas gravadas, entre outros meios utilizados; e por fim, a divulgação em grande escala, mediante panfletagem de boletins informativos, contendo o salário e outros direitos dos trabalhadores (FETARN, Relatório de Atividades, 1993).

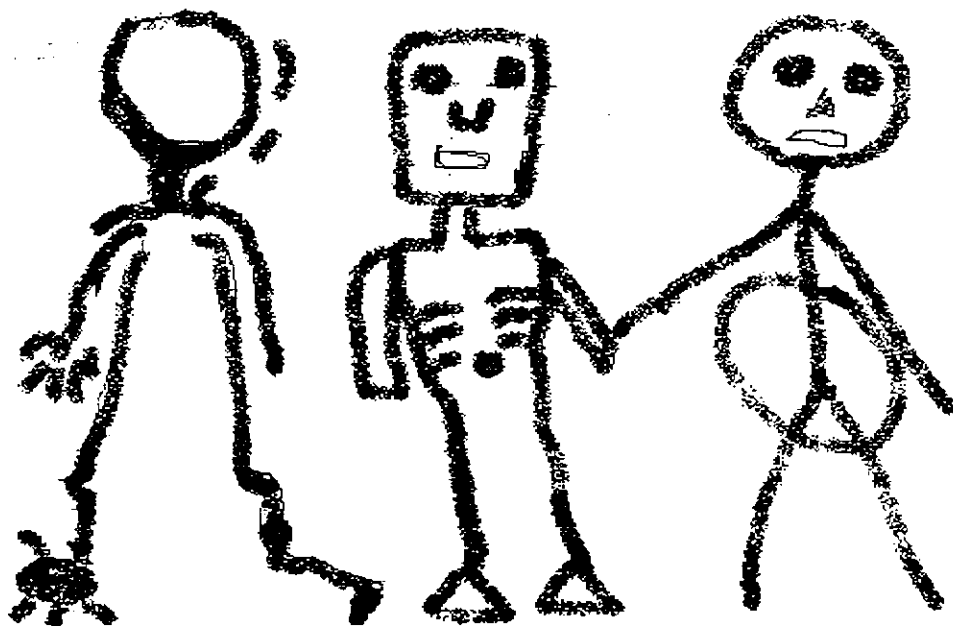
Apesar dos resultados apresentados, a FETARN teve algumas dificuldades nessa fase do projeto EDUCANA: a “seca prolongada”; migração desordenada da mão-de-obra que afluía para a área canavieira a procura de emprego; diminuição de 50% da produção canavieira, em 1993, em relação ao ano anterior, acarretando um grande decréscimo na contratação de mão-de-obra pelas empresas, por causa da estiagem; redução do número de trabalhadores que deixavam de ser contratados, em virtude de inovações tecnológicas; o comparecimento dos trabalhadores aos encontros e reuniões acarretavam suspensões na empresa e, até mesmo, demissões pela não justificação das faltas ao serviço, e ainda, havia contratação de mão-de-obra oriunda de outros Estados e isto era empecilho ao trabalho de educação, mobilização e conscientização dos trabalhadores que permaneciam pouco tempo no emprego para logo retornarem a seus lugares de origem prejudicando com isso a contratação dos trabalhadores residentes no local da empresa, mão-de-obra esta em sua quase totalidade

esclarecida de seus direitos, pelo trabalho de seus sindicatos (FETARN, Relatório de atividades, 1993:04-05).

Embora em nível estadual, os assalariados da cana atravessassem mais um ano de grandes dificuldades para conquistarem os direitos reivindicados na Campanha Salarial, frisa-se que, nesse mesmo ano (93), essa categoria de trabalhadores, em nível nacional, conquistaram uma vitória importantíssima junto ao Tribunal Superior do Trabalho, que foi a derrubada da chamada "Súmula 57", a qual enquadrava os trabalhadores da cana, nas usinas, como trabalhadores industriais; o patronato usava tal súmula como pretexto para recusar negociar com os sindicatos de trabalhadores rurais, prejudicando as contratações coletivas. Essa vitória também redundou numa vitória política da categoria, porque a direção do TST contava com um ministro classista (Mundo Açucareiro: informativo sobre trabalhadores açucareiros, publicado pela Comissão de Coordenação para a Solidariedade entre Trabalhadores Açucareiros no Mundo – CCSTAM, ano II – Nº 1 – maio-1993).

No final desse ano, mais precisamente, 3 e 4 de dezembro, ocorreu um encontro no município de Arês, das entidades sindicais e de apoio (FETARN, STR's do Pólo Sindical Canavieiro e o SAR) que estiveram trabalhando, durante todo o ano, na área da cana, para avaliar os resultados das atividades desenvolvidas com os canavieiros e também para elaborar uma programação para os meses de dezembro de 93 e janeiro de 94. Desse encontro destaca-se a atividade desenvolvida em grupo, com os participantes, número de 28 pessoas presentes, que representaram graficamente a situação cotidiana dos canavieiros norte-riograndenses. Dos gráficos elaborados chama a atenção a figura que é apresentada a seguir, pela forma dada ao desenho e também pelos dizeres escritos abaixo da mesma, que explicitam o seguinte: fome, desemprego, violência, doenças, analfabetismos, exclusão da mulher nas usinas e exploração do trabalho infantil. Nessa figura, dependendo do observador, poderão ser feitas várias leituras, como por exemplo, que os trabalhadores assalariados da cana são pessoas que têm um corpo debilitado, que perderam algum membro do mesmo, que não têm uma visão do potencial do seu trabalho no sistema capitalista, que apesar de executarem uma mesma tarefa, ainda não são uma unidade classista, etc. mostrando que, aqueles que estão à frente do movimento sindical da categoria canavieira precisavam criar estratégias que pudessem, passo a passo, ir rompendo essas dificuldades por eles (os trabalhadores) enfrentadas, através de um processo de conscientização e reflexão crítica constante da ação sindical.

OS TRABALHADORES



**A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ÁREA DA CANA
(FOME – DESEMPREGO – VIOLÊNCIA – DOENÇAS –
ANALFABETISMO – EXCLUSÃO DA MULHER NAS USI
NAS – EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL)**

Figura 03

Em 1994, o contexto da conjuntura brasileira não era fácil. O modelo de desenvolvimento do país levava o mesmo a aprofundar a exclusão de parcelas significativas da sociedade. Estavam à margem do desenvolvimento, os trabalhadores da zona rural, os quais foram obrigados a enfrentar a falta de mercado e de crédito, o êxodo rural, as favelas, salários de fome, conflitos de terra e a violência. No quadro da exclusão brasileira encontravam-se 32 milhões de famintos. Dentre eles, mais da metade estava no campo (SAR, Boletim Informativo, ano 15 – N° 31 – jun/jul, 1994: 07).

A situação enfrentada pelas populações subalternas: trabalhadores rurais, pescadores, povos indígenas e seringueiros de todos os Estados do Brasil, levantaram suas vozes, a toda a

sociedade, nas ruas e avenidas, através do Grito da Terra Brasil. Eles gritavam contra a fome, a miséria e pelo emprego (Idem, ibidem).

Embora tenha-se a impressão de que tudo era negativo, face ao cenário descrito, 1994 foi um ano de eleições para os cargos executivos e parlamentares, e, por essa razão, os oprimidos depositavam uma certa esperança em mudanças, graças às propostas apresentadas pelos candidatos naquele pleito político.

Foi nesse clima que se realizou a Campanha Salarial de 94. Ela começou em vários municípios da área canavieira na segunda quinzena de setembro e, sua coordenação, mais uma vez, foi feita pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETARN), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e contava com o apoio e assessoria do Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal (SAR, Informativo nº 16, ano 05, 21.09.94). Foi mais uma campanha salarial unificada, conforme mostra a figura 04, e sua finalidade era conquistar um aumento de salário de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), tarefas mais baixas – 5 carreiras, terra para plantar, trabalhar de segunda a sexta-feira, transporte seguro, ganho certo na doença, ferramentas de graça e outros direitos.

Figura 04

**CAMPANHA SALARIAL
DOS CANAVIEIROS DO NORDESTE
1994**

VAMOS EXTEIR DOS PATRÕES!

COMPANHEIROS!!!
TRABALHADORES CANAVIEIROS, TODOS NA ASSEMBLEIA GERAL
NO DIA 25 DE SETEMBRO, NA SEDE DO SINDICATO.

- * AUMENTO DE SALÁRIO R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS);
- * TAREFAS MAIS BAIXAS – 5 CARREIRAS;
- * TERRA PARA PLANTAR – SÍTIO;
- * TRABALHAR DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA;
- * TRANSPORTE SEGURO;
- * GANHO CERTO NA DOENÇA;
- * FERRAMENTAS DE GRACA E OUTROS DIREITOS.

Terra, Produção e Salário

SINDICATOS / FETARN / CONTAG

SINDICATOS / FETARN / CONTAG
APOIO: CESA.

Nesse ano, os usineiros não tinham do que reclamar, pois, além de ter sido um bom ano de inverno, havia também as perspectivas de uma supersafra de cana, o que implicaria numa grande produção de açúcar e álcool. Entretanto, o patronato continuava explorando, de forma absurda, os assalariados rurais dessa categoria, não cumprindo várias cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho 93/94, como: o Salário Família, a tabela de tarefas, o não pagamento do salário com o acréscimo de 10% garantido por lei, entre outras cláusulas. Além do descumprimento do acordo, havia aumentado o número de trabalhadores adolescentes, entre 13 e 16 anos e a exploração de crianças no corte da cana (idem, ibidem). O SAR, em 27.09.94, declarava que, na realidade, quase nenhuma das cláusulas aprovadas na última Convenção Coletiva estava sendo cumprida pela classe patronal das Usinas, e de forma mais acentuada pelo grupo da Usina Estivas. Tal fato levou os trabalhadores dessa Usina a se revoltarem, não só por causa do descumprimento do acordo, mas também por causa dos atos de violência que eles vinham sofrendo no local de trabalho ao reclamarem por seus direitos, conforme definia a lei. Além dessa ação contra os trabalhadores, a Usina também ameaçava as lideranças sindicais da FETARN, sindicatos e assessores do SAR, quando os mesmos tentavam visitar os trabalhadores no corte da cana. Um dos atos de proibição se deu quando um assessor do SAR e um diretor da FETARN foram visitar os trabalhadores no local de trabalho. Isso ocorreu no dia 23.09, quando dois gerentes da Usina ameaçaram expulsar os que tentassem entrar sem permissão. Entretanto, o ato não foi consumado porque se encontravam presentes, naquele momento, vários dirigentes sindicais. Nesse mesmo dia, à noite, foi fechada, de cadeado, a porteira que dava acesso ao galpão da Torre, onde se encontravam trabalhadores da Paraíba e do Ceará. Além do cadeado, na frente dessa porteira ficava um carro da Usina com um funcionário, o qual impedia a entrada dos dirigentes sindicais e assessores que queriam conversar com os trabalhadores sobre a Campanha Salarial e as Assembléias nos sindicatos que iriam acontecer no dia 25.09. Querendo mudar a situação, mais de 300 trabalhadores, no dia 26.09, pararam suas atividades como um ato de protesto às arbitrariedades da Usina Estivas, demonstrando que estavam prontos para a realização de uma greve. Por causa da paralisação, os trabalhadores foram punidos pela usina, que os colocou em atividades de limpa (SAR, Informativo, nº 17, ano 05, 27.09.94).

Nesse mesmo período de preparação para a negociação entre patrões e trabalhadores, aconteceu outra paralisação na Usina Estivas. Desta feita paralisaram mais de 800 canavieiros desta Usina e exigiram que o número de carreiras de cana cortada fosse 5, ao invés de 7. O

clima era de tensão e os trabalhadores só esperavam o momento em que fosse decretada a greve, a qual eles viam como a única saída (SAR, Informativo nº 18, ano 05, 05.10.01).

As negociações entre sindicatos, FETARN e usineiros, em 94, não foram muito proveitosas porque os patrões se negavam a negociar o salário e a tabela de tarefa, transporte, garantia de emprego, que eram as cláusulas principais dos trabalhadores (idem, ibidem).

Apesar da difícil situação enfrentada pelo movimento sindical da área canavieira, o ano de 1994 foi muito importante para o trabalho, pois foi um período de redefinições do caráter e das prioridades de atuação do SAR. As prioridades dessa entidade foram definidas em três áreas temáticas: assalariamento rural, questão agrária e mulheres trabalhadoras rurais (SAR, Relatório de Anual de atividades, 1994:7).

As atividades dos STR's da cana em 1994 foram em parceria com a FETARN/CESE/Pólo Sindical, com o MMTR, a CUT, a CONTAG, OCERN, SAR e ainda outras entidades de apoio. Foram elas: fiscalizações, reunião do Pólo, pesquisa/diagnóstico, seminários, encontros e cursos, conforme mostra o anexo 05 – Plano de Atividades dos STR's da Cana em 94. Além dessas atividades, o Projeto EDUCANA tinha como objetivo realizar o processo educativo dos assalariados da cana, o qual pretendeu formar, capacitar, informar e possibilitar trocas de experiências entre diversos atores: dirigentes e delegados sindicais, lideranças canavieiras, jovens canavieiros e mulheres ex-assalariadas. Nesse processo educativo foram realizadas 155 atividades, em vários lugares da área da cana e contou com vários participantes, conforme mostra o anexo 06.

Além das entidades já citadas, em 94 o movimento sindical dos canavieiros contou com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC) na infra-estrutura, e com pessoal para as atividades de mobilização da Campanha Salarial.

É sabido que o movimento dos canavieiros apresentava vários impasses que o impediam de maiores avanços. Entretanto, apesar das dificuldades, poder-se-ia afirmar que houve avanços e resultados satisfatórios em todo o processo educativo e na luta; bastaria considerar a conjuntura econômica, política e social, em nível nacional, regional e local que eram bastante adversas. Explicitando, poder-se-ia elencar como dificuldades: a necessidade de maior e melhor infraestrutura e recursos humanos; a fragilidade encontrada na maioria dos dirigentes sindicais; reação das empresas utilizando milícias armadas; dificuldades na ampliação do trabalho de base e falta de delegacias sindicais para apoiá-lo; grande

mobilização da mão-de-obra; desemprego; miséria e pressão dos empresários e de seus prepostos sobre os trabalhadores para não participarem das atividades sindicais. Apesar de tudo isso, vejam-se alguns avanços: fortalecimento dos sindicatos e aumento de sua representatividade; os trabalhadores sobrepuseram-se à organização da campanha salarial, reunindo-se e organizando paradesiros; paradesiros durante a fiscalização do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho; maior ânimo para continuar a lutar pelo cumprimento dos direitos; salário maior com relação ao ano anterior; manutenção do corte de cana de cinco carreiras e outros direitos conquistados em campanhas salariais anteriores; abono de um dia de trabalho por ano, em prol da realização do exame preventivo contra o câncer para as mulheres trabalhadoras, etc. (Lima, 2000:133, vol. IV).

Diante de todo o trabalho realizado pelos assessores do SAR, no Rio Grande do Norte, pode-se perceber que a hipótese deste trabalho, passo a passo, vem sendo confirmada, ou melhor, que a visão que se tem da Igreja, enquanto Instituição, universal, conservadora, ruralista, entre outras definições da mesma, não pode impedir que seus agentes avancem no interior dos organismos dessa Instituição, nos quais estão inseridos. Este fato foi confirmado tanto no laicado como nos atores sociais que formavam o corpo de assessores do SAR.

4.5.4. ATUAÇÃO DO SAR NO TRIÊNIO 1995-1997

Levando em consideração a importância de um trabalho sistematizado que possa formar líderes capazes de articular os diversos problemas da categoria na qual eles se encontram inseridos e das estruturas que definem essa categoria, foi que o SAR ao se aproximar do término de triênio 1992-1994, elaborou uma nova proposta de trabalho para o triênio 1995-1997. Na elaboração deste programa trienal considerou vários fatores que marcaram a conjuntura econômica e política brasileira.

Em 1995, as dificuldades de ordem econômica foram as que mais causaram interferência nas atividades desenvolvidas pelo SAR, uma vez que, o Plano Real, introduzido pelo Governo do Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, interferiu de forma direta e indiretamente nas ações realizadas. A conjuntura destacou também a consolidação de

uma política neoliberal, que teve como consequência o agravamento da exclusão social e da violência. Para amenizar e, até mesmo, mudar esse contexto aconteceu o Movimento Contra a Fome, a Miséria e pela Vida (Ação da Cidadania). A ação desse movimento tinha, nesse período, como objetivo, influir nas políticas sociais do Governo, frente aos números absurdos de indigentes em todo o Brasil (Informações do Mapa da Fome do IDEC). Apesar de não ter alcançado os resultados desejados, contribuiu para despertar uma maior consciência cidadã em milhões de brasileiros.

Embora a situação enfrentada pelo país fosse essa, no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, ele espalhou para o mundo que “o Brasil era um porto seguro”. Além dessa propagação, o governo de FHC estava fortemente comprometido em adotar as determinações que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial haviam prescrito para ajustar as economias retardatárias às normas da globalização; sem contar com as decisões do Congresso Nacional, que havia aprovado as reformas constitucionais que suprimiram diferenças de tratamentos entre empresas nacionais e estrangeiras, além de quebrar os monopólios estatais como do petróleo, das comunicações, entre outros. Ainda se somava a esse contexto, a intensificação do número de ocupantes de terra e a mobilização de entidades do campo e da cidade pela Reforma Agrária (SAR, Relatório Anual de atividades, 1995:7).

No caso do Estado do Rio Grande do Norte, a situação não era diferente do restante do país. O número de conflitos de terra era notório e exigia a assessoria de um órgão competente, para realizar as mediações nas ações dos que estavam envolvidos nessa luta. Nesse Estado, o SAR, através da temática Assessoria aos Movimentos Sociais na Questão Agrária, prestou assessoria a centenas de famílias em cerca de 9 assentamentos de terra. Assessorou também famílias de trabalhadores rurais em cerca de 5 conflitos de terra. Essa foi uma questão que veio apresentar novos contornos frente às pressões dos movimentos sociais no campo e na cidade. Em nível político, o Movimento dos Sem Terra (MST) no RN, tem assumido um importante papel na luta pela terra, inclusive, sendo um dos mais novos atores no cenário rural nesse estado (Idem, *ibidem*).

Além da questão da terra, no Rio Grande do Norte, também vinham ocorrendo mudanças impactantes nas relações de trabalho, em duas regiões de assalariados desse estado: na área da cana e na subzona do Açú. Fatos verificados com a tecnificação do trabalho agrícola. Por exemplo, a área da cana que, há quatorze anos atrás contava com um contingente de cerca de 50.000 trabalhadores, em 1995, contava com cerca de 10.000 assalariados, isto no

período de safra. O número de trabalhadores que havia sido reduzido correspondia a 80% do total que essa atividade agrícola absorvia há mais de uma década. Além dessa realidade, as áreas de assalariamento rurais ainda enfrentavam dois novos dilemas: 1) as cooperativas de mão-de-obra que recrutavam desempregados para os períodos de safras dos diversos produtos agrícolas, tendo-se, portanto, a presença da “tercerização da mão-de-obra”, a qual tem sido vista como uma alternativa para as agroindústrias da região sudeste do Brasil, negando e sufocando os direitos conquistados, há anos, por trabalhadores brasileiros, e, 2) a relação capital versus trabalho, que passou a apresentar-se num novo patamar, após a determinação, por parte do Governo, da “livre negociação” entre patrões e empregados acerca dos acordos coletivos de trabalho em época de Data Base. Essa nova forma de negociação entre patrões e empregados veio quebrar parte da força de mobilização do movimento sindical da classe trabalhadora, dispersar a categoria e diminuir o poder de barganha das reivindicações para alcançar as conquistas, isto sem contar que o Ministério do Trabalho perdeu parte do seu poder sobre as empresas. (Idem, *ibidem*, p.8)

Especificamente, na área canavieira, o SAR realizou um trabalho em parceria com a FETARN, através da programação do Projeto EDUCANA. Nesse projeto de capacitação dos assalariados da cana foi realizado, dentre outras atividades, um curso de educadores sindicais, o qual na sua 1ª etapa, desenvolveu, em sua metodologia, um trabalho em grupo onde os participantes tiveram a oportunidade de demonstrar o quanto haviam ou não se evoluído no processo de formação político-sindical e de organização.

O Curso de Educadores Sindicais foi realizado no Centro de Treinamento de Ponta Negra, no período de 04 a 06 de setembro de 1995. Os participantes foram educadores sindicais de Canguaretama, Montanhas, Pedro Velho, Várzea, Brejinho, Santo Antônio, São José de Mipibu, Arês, Ceará Mirim, Mossoró, Ipanguaçu e Carnaubais. Os objetivos do mesmo foram: contribuir na capacitação de novos educadores para áreas de assalariamento rural no RN; propiciar uma compreensão do Movimento Sindical, inserido numa realidade sócio-econômica-político-cultural das áreas onde atuavam os participantes; e proporcionar um exercício de capacitação metodológica aos participantes. A metodologia aplicada compreendeu a realização de atividades que mostraram as expectativas, individuais e coletivas, dos participantes, bem como a formação de grupos e oficinas onde descreveram a realidade por eles enfrentada no cotidiano. As conotações dos participantes do curso foram voltadas para os problemas: salário, desemprego, moradia, saúde, rotatividade de mão-de-obra nas usinas (demissões), imigrações, êxodo rural, suspensões e avisos prévios nas usinas e

destilarias, transporte, agrotóxicos no meio ambiente e descumprimento das cláusulas acordadas nas Convenções e Dissídios Coletivos. Além dos problemas também apresentaram a população e a área de cada um dos municípios que formam os Pólos Sindicais, as forças econômicas/políticas e as principais empresas e organizações presentes¹¹ na área. Também abordaram, em grupo, quatro questões: 1) Quais os fatos e acontecimentos que marcaram a trajetória do movimento sindical na região da cana e da fruticultura? 2) Quem esteve envolvido? 3) Que mudanças trouxeram esses fatos? e 4) Quais os principais problemas e desafios para a ação sindical naquele momento? Argumentam-se aqui apenas os resultados dos participantes da área da cana.

Os resultados das três primeiras perguntas estão agrupadas no Quadro nº VI, onde destacaram catorze fatos, os quais compreenderam: a criação do Pólo Sindical, em 1990; a Frente de Emergência; as greves canavieiras; os Sem Terra; as campanhas salariais, entre outros. Enfatizaram, os cursistas, quem foram os envolvidos nos fatos e mostraram as mudanças decorrentes deles. E, no tocante à questão quatro, a resposta foi dada de forma global por todos os participantes da área da cana e da fruticultura. Eles frisaram que os principais problemas e desafios para a ação sindical nos dias atuais eram: desemprego; terra; recursos/estrutura administrativa e financeira do sindicato; capacitação/formação de lideranças e educadores sindicais; condição de vida desumana; alternativas de emprego e renda; falta de credibilidade/participação; e descomprometimento/salário/migração/tecnologia. Toda preocupação enfatizada pelos organizadores do curso estava voltada para a melhor formação de uma consciência crítica da situação que as lideranças sindicais e trabalhadores vinham enfrentando e o que eles poderiam fazer para mudar. Na prática pedagógica aplicada pelos coordenadores do curso foi possível mostrar que à medida em que se trabalha a coletividade ter-se-á resultados que vão beneficiar a todos, ao invés de um ou alguns indivíduos uma categoria de atores sócias que formam uma classe (FETARN/SAR, Curso de Educadores Sindicais – 1ª etapa, 1995).

Mesmo com toda articulação das entidades que trabalhavam com os assalariados canavieiros norte-riograndeses, queremos dizer que o ano de 1995 foi um ano de muitas dificuldades, mas também foi um ano em que a equipe do SAR demonstrou muita criatividade para manter a sua indispensável presença no campo (idem, *ibidem*, p.9).

¹¹ CEAP (Centro de Educação e Assessoria Popular); Associações Comunitárias; Grupos de Alfabetização; Grupos de Jovens; Comitê da Cidadania; Clubes de Mães; SAR; STR's; FETARN e MST.

QUADRO VI
RESULTADOS DOS GRUPOS DO CURSO DE EDUCADORES SINDICAIS – 1ª ETAPA
ÁREA CANAVIEIRA

FATOS	ENVOLVIDOS	O QUE MUDOU
- Criação do Pólo Sindical dos canavieiros em 1990	- STR's (Sindicatos), FETARN.	- Fortalecimento dos STR's
- Frente de Emergência	- MST (Movimento dos Sem Terra).	- Organização do STR
- Greve dos canavieiros	- Trabalhadores	- Posse da Terra
- Os Sem Terra	- PT e CUT	- Obras comunitárias
- Morte de 07 trabalhadores	- Prefeituras	- Arrendamentos de terra
- Visita de Lula à região	- Usineiros	- Trabalhadores conseguiram terra para trabalhar e morar
- Campanha Salarial	- Mulheres trabalhadoras	- Uma boa parte dos trabalhadores passaram a viajar de ônibus.
- Eleições		- 10% a mais do salário mínimo.
- Greve parcial na Campanha Salarial de 89.		- Carteira assinada
- Luta pela terra		- Horário determinado
- Ocupação de terras		- Redução de 7 (sete) carreiras de cana para 5 (cinco)
- Acidentes de trabalho		
- 1ª mulher na Presidência do STR da área canavieira (Montanhas).	- Francisca de Montanhas	- Aumento da participação das mulheres no Movimento sindical.
- Morte de 03 trabalhadores em acidente		

Fonte: FETARN/SAR. Curso de Educadores Sindicais – 1ª Etapa, 1995.

Como pode ser observado nos parágrafos anteriores, o SAR não realizou um trabalho aleatório na área da cana nem nas áreas da fruticultura e de conflitos de terra. Na decisão tomada pelo SAR de trabalhar com os assalariados da zona canavieira, essa entidade levou em consideração uma leitura da realidade, enfatizando as problemáticas sociais vivenciadas pelos assalariados rurais, bem como as demandas dessas categorias frente ao movimento sindical. A programação contemplou ações voltadas para o campo da formação, intercâmbio de experiência e apoio às campanhas salariais nas áreas da cana e da fruticultura, conforme mostra o Quadro nº VII. O trabalho do SAR, realizado em 1995, junto aos Pólos sindicais da cana e da fruticultura compreendeu¹²: reuniões com o Pólo Sindical Canavieiro e da Fruticultura, com trabalhadores, com jovens assalariados da área da cana, com educadores sindicais e com lideranças sindicais. De acordo com o quadro VII, os conteúdos das atividades realizadas foram voltados para os problemas enfrentados pelos assalariados, pelas coordenações dos pólos; para os problemas regionais; para a atuação da assessoria jurídica; para o processo de como vinham sendo organizadas as campanhas salariais; para as eleições da FETARN, entre outros problemas (idem, *ibidem*, pp. 55-64). O seu objetivo era reforçar o campo da formação político-sindical, ao considerar as debilidades no processo organizativo e de lutas.

A luta trabalhista dessa categoria de assalariados buscava conquistar uma vida mais digna. Eles já lutavam há mais de 12 anos para conquistar um pouco da dignidade que estava escrita como direitos tanto na letra da lei como nos dissídios e convenções coletivas. Na verdade, queriam conquistar os direitos para mudar a situação de violência e a exploração. A cidadania, na região da cana, simplesmente não existia (SAR, Plano Trienal 95-97, 1995:48).

O quadro acima apresentado serviu de base para o SAR aprovar e assessorar a Campanha Salarial de 1995. Foi uma campanha que seguiu os mesmos rituais dos anos anteriores. Também foi mais uma campanha salarial unificada, a qual contou com a participação dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. As reivindicações principais, entre outras, foram: piso salarial de R\$200,00 (duzentos reais), transporte seguro e de qualidade, emprego na entressafra, terra para plantar e direitos da criança. As assembléias que definiram a pauta das reivindicações desse ano (95), aconteceram no dia 24.09. As negociações entre patrões e trabalhadores aconteceram na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e começaram no dia 02.10.95. Os patrões continuavam agindo

¹² No quadro VII só citamos as atividades que foram comuns ao Pólo Sindical Canavieiro e as atividades que aconteceram com os dois Pólos ao mesmo tempo.

QUADRO VII

QUADRO DAS AÇÕES REALIZADAS PELO SAR NA ZONA CANAVIEIRA E NA DA FRUTA EM 1995

GRUPO ALVO	ATIVIDADES	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Nº DE PARTICIPANTES
Pólos Sindicais da Cana e da Fruta	Reuniões do Pólo Sindical Canavieiro	Contribuir no processo eleitoral da nova coordenação do pólo canavieiro.	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades enfrentadas pela coordenação do Pólo; - Dificuldades e avanços da Campanha Salarial de 1994; - Eleição da nova coordenação; - Discussão dos critérios para eleição da coordenação. 	<p>17</p> <p>9 STR's</p>
	Reunião do Pólo Canavieiro	Discutir a programação da campanha de fiscalização para o cumprimento da convenção.	<ul style="list-style-type: none"> - Campanha de fiscalização; - Discussão dos problemas Jurídicos e Administrativos; - Viagem a Brasília para mobilização contra as reformas constitucionais. 	<p>14</p> <p>9 STR's</p>
	Reunião com o Pólo Sindical Canavieiro	Preparar a Campanha Salarial de 1995, definindo estratégias de ação.	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão sobre a unificação da pauta de reivindicação em nível de Nordeste; - Definição das estruturas fiscais, financeiras e humanas; - Formação de equipes de trabalho; - Definição de estratégias de ação; - Cronograma de ação. 	<p>20</p> <p>8 STR's</p>
	Reunião do Pólo Sindical Canavieiro	Discutir os problemas da região.	<ul style="list-style-type: none"> - Encontro sobre os projetos do PAPP na região; - Problemas enfrentados pelos trabalhadores e pelo movimento sindical; - Avaliação do Projeto na área de formação política dos assalariados rurais do RN; - Discussão sobre os encontros dos pólos e a participação do Pólo Sindical Canavieiro. 	<p>20</p> <p>9 STR's</p>
	Reunião do Pólo Canavieiro	Fazer uma discussão sobre a assessoria jurídica e propor nomes para a composição da chapa de eleição da FETARN.	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir as questões jurídicas do Pólo; - Eleição da FETARN; - Conjuntura Política sindical do Estado; - Filiação à CUT. 	<p>10</p>

GRUPO ALVO	ATIVIDADES	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Nº DE PARTICIPANTES
Pólo Sindical da Cana e os STR's da região da fruticultura	Encontro com o Pólo Sindical da Cana	Realizar planejamento anual do pólo canavieiro.	- Discussão sobre os problemas enfrentados com as empresas; - Discussão da realidade da área canavieira; - Elaboração do planejamento anual de 95.	16 6 STR's
	Encontro com o Pólo Sindical da Cana	Avaliar o processo de campanha salarial dos canavieiros.	- Avaliação das visitas nos cortes de cana, pontos de embarques, locais de pagamentos; - Avaliação do resultado das assembléias e do processo de negociação; - Programação de ações para o cumprimento do contrato coletivo de trabalho.	17 7 STR's
	Encontro com o Pólo Sindical da Cana	Discutir e sensibilizar os diretores para uma maior responsabilidade no processo organizativo dos STR's e do Pólo Sindical.	- Papel da diretoria e de cada membro do STR; - Organização do trabalho dos STR's e Pólo Sindical; - Programação do Projeto de Formação Política.	20 8 STR's
	Encontro com o Pólo Sindical da Cana	Discutir a pauta de reivindicação da campanha salarial e elaborar proposta.	- Desafios e estratégias para a campanha salarial; - Discussão dos problemas enfrentados pelos trabalhadores nas empresas; - Propostas para envolver órgãos do governo na campanha salarial.	28 10 STR's
Pólos Sindicais da Cana e da Fruticultura e trabalhadores	Campanhas Salariais: Reuniões; Encontros; Visitas aos galpões, locais de trabalho e pagamento; Audiências com as empresas; Assembléias; Negociação com os empresários; Registro fotográfico; Compensação de imagens; Reuniões nas comunidades.	Assessorar o processo de campanha salarial, com vista a propiciar ao Movimento Sindical uma maior capacidade de mobilização dos assalariados em torno dos direitos sociais e trabalhistas.	- Esclarecimento dos direitos sociais e trabalhistas; - Preparação das visitas aos locais de trabalho; - Definição de estratégias de ação para a campanha e as negociações; - Discussão dos problemas enfrentados pelos trabalhadores nas empresas; - Assessoria às lideranças sindicais no processo de negociação da pauta de reivindicações com os empresários.	10.000 (direta e indiretamente)

GRUPO ALVO	ATIVIDADES	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Nº DE PARTICIPANTES
Jovens assalariados na área da cana	Encontro	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir a realidade dos jovens assalariados na qual estão inseridos; - Despertar nos jovens assalariados o interesse de se organizarem no sindicato; - Sensibilizar os dirigentes sindicais para a importância da participação do jovem no sindicato. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil do jovem canavieiro; - Identidade cultural, sócio-afetivo e política; - Formas de organização; - Elaboração de propostas para o trabalho com jovens. 	20
	Curso com jovens de Espírito Santo	Assessorar o processo de capacitação de jovens assalariados da cana, para que estes se organizem no sindicato e nas comunidades.	<ul style="list-style-type: none"> - Realidade do jovem na área canavieira; - Formação de lideranças; - Trabalho sindical. 	13
Educadores sindicais	I Encontro	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir e aprofundar o papel do educador sindical para as áreas da cana e da fruticultura; - Apresentar a proposta de formação de educadores sindicais contida no projeto de formação política dos assalariados das áreas da cana e da fruticultura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil dos Educadores Sindicais; - Análise da realidade sócio-econômica e política; - Perfil do movimento sindical; - Papel do Educador sindical. 	21
	Encontro	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir e preparar conteúdos da primeira etapa do curso de formação de educadores sindicais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil do movimento sindical nas áreas - Como é vista a realidade na ótica dos Educadores, 	23 cana 9 fruta
	1ª Etapa do curso de formação de educadores	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para capacitar novos educadores para áreas de assalariamento rural no RN; - Propiciar uma compreensão do movimento Sindical, inserido numa realidade sócio-econômica-político-cultural das áreas onde atuam os participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil do educador "Quem sou? Quem somos?" - Diagnóstico da realidade sócio-econômica-político-cultural das áreas da cana e fruticultura; - Perfil do Movimento Sindical das áreas da cana e fruticultura; - Compromissos assumidos. 	25

GRUPO ALVO	ATIVIDADES	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	Nº DE PARTICIPANTES
Dirigentes e lideranças sindicais da área de cana	Seminário	<ul style="list-style-type: none"> - Ter um maior conhecimento sobre o contexto sócio-econômico-político e cultural da área canavieira; - Possibilitar aos dirigentes sindicais e lideranças de trabalhadores, compreender as mudanças sócio-econômicas e confrontamento com o modelo de atuação do movimento sindical; - Refletir junto ao movimento sindical as propostas já existentes visando redimensioná-las diante das necessidades apresentadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção do perfil da realidade sócio-econômica e política da área canavieira; - Apresentação de vídeo; - Desafios que a realidade apresenta; - Dados sobre o setor sucroalcooleiro; - Confronto do modelo de atuação do movimento sindical frente a essa realidade; - Plano de ação de acordo com as prioridades da área. 	28
	2ª Etapa do curso de Formação de Educadores	<ul style="list-style-type: none"> - Dar continuidade ao processo de capacitação de educadores sindicais das áreas da fruticultura e da cana; - Continuar aprofundando aspectos relativos à realidade sindical desses dois pólos de assalariados; - Favorecer a integração da ação formativa do coletivo com a ação sindical dos STR's, pólos sindicais e FETARN; - Permitir a apropriação de orientações metodológicas que favoreçam a prática educativa dos membros do coletivo enquanto educadores sindicais. 	<p>Resgate dos compromissos assumidos na 1ª etapa do curso de Formação de Educadores;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreensão da ação sindical da FETARN; - Articulação da ação dos pólos sindicais com a ação formativa desenvolvida pelos educadores; - Construção de elementos metodológicos de orientação para ação formativa.. 	22
	Reuniões entre FETARN e EQUIP SAR,	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir e aprofundar o processo de formação de educadores sindicais das áreas da cana e da fruticultura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preparação de atividades; - Pensar e discutir os conteúdos e a metodologia do processo de formação; - Avaliação das ações desenvolvidas. 	Entre 7 a 10 pessoas nas diversas reuniões

Fonte: Relatório Anual de Atividades do SAR, 1995.

da mesma forma, concordavam com as reivindicações solicitadas pela classe trabalhadora nos momentos das negociações, mas, não demoravam muito tempo para descumprir os direitos acordados nas convenções coletivas. Nesse ano as negociações levaram um período de 10 dias, indo de 02 a 12 de outubro. O Acordo Coletivo foi fechado com a conquista do salário, sendo definido que a partir do final do mês de outubro até dezembro seria no valor de R\$124,00 (cento e vinte quatro reais) e a partir de janeiro de 96 passaria para R\$128,50 (cento e vinte e oito reais e cinquenta centavos). Embora as negociações tivessem sido encerradas, os trabalhadores ameaçavam paralisar suas atividades, no dia 16.10.95, tendo em vista o não cumprimento dos direitos conquistados, por parte dos patrões (Diário de Natal, 14.10.95, p. 13).

Encerram-se as atividades da Campanha Salarial de 95, e, logo em seguida, as entidades que trabalhavam no processo de formação político-sindical, de capacitação organizativa e de cumprimento da Convenção Coletiva dos assalariados da zona da cana, retomam suas atividades em prol da concretização tanto do que foi acordado como de construção de uma consciência crítica, por parte dos trabalhadores e das lideranças sindicais.

Apesar de todo trabalho realizado com essa categoria de trabalhadores, o movimento sindical não contava com um grupo totalmente experiente, em razão da rotatividade provocada pelo patronato que, a cada ano não empregava os mesmos trabalhadores e, quando empregava, não colocava esses trabalhadores no mesmo local de trabalho do ano anterior, para que eles não viessem fortalecer o movimento sindical da categoria.

A realidade da área canavieira no Rio Grande do Norte, em 1995, era a seguinte: a área plantada era de 55.688 hectares; o número de fornecedores de cana para as usinas e destilarias era 200; a mão-de-obra no período da safra era cerca de 12 mil trabalhadores; o número de municípios produtores de cana 17 e de fornecedores de mão-de-obra 5; contava com as usinas: São Francisco (Ceará-Mirim) e Estivas (Arês). Esta última produzia álcool e açúcar; e quatro destilarias: Agromar (Ielmo Marinho), Baía Formosa (Baía Formosa), Época Agro-indústria (Ceará-Mirim) e Outeiro (Canguaretama). A introdução de tecnologias, a mudança nas formas de construção e recrutamento da mão-de-obra, entre outras, têm sido considerados como fatores que têm causado a exclusão de milhares de famílias do processo produtivo da agroindústria. Havia ou ainda há, uma grande tensão na relação entre a classe trabalhadora e a classe patronal porque nem as usinas, nem os fornecedores, com raras exceções, cumpriam a Legislação Trabalhista e os Acordos e/ou Dissídios Coletivos. Os salários, férias, horas extras e salário família nunca eram pagos regularmente. A exploração se

agravava com o roubo no processo de pesagem e medição. Também não era paga a indenização dos trabalhadores que eram demitidos. A Justiça era ineficiente por sua morosidade. A exclusão da mão-de-obra feminina era decorrente dos direitos sociais conquistados. O maior percentual da mão-de-obra no corte da cana era de jovens. A maior concentração de terra era encontrada na região da cana, bem como, a concentração da fome, do analfabetismo e a mortalidade infantil era superior à média nacional. Os centros urbanos dos municípios canavieiros eram pouco expressivos e praticamente não dispunham de infraestrutura. A saúde, a habitação e a educação eram inferiores aos níveis médios do Nordeste (FETARN, Projeto de Formação Política dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado do Rio Grande do Norte, 1995:04-05).

Frente a essa situação e considerando a importância da permanência de um grupo assessorando os trabalhadores de forma sistematizada e constante foi que a FETARN elaborou para os trabalhadores canavieiros o “Projeto de Formação Política dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado do Rio Grande do Norte – 1996”.

A elaboração desse novo Projeto aconteceu com o encerramento do Projeto EDUCANA, em 1995. A sua execução deu-se através de uma parceria entre a FETARN/SAR/CUT. Seu objetivo compreendia: desenvolver um trabalho educativo junto aos trabalhadores e trabalhadoras assalariados, a fim de fortalecer o processo organizativo e de lutas, potencializando o surgimento de sujeitos políticos para o exercício da democracia e construção da cidadania. A sua duração compreendeu o período de fevereiro a dezembro de 96. Os recursos financeiros foram oriundos da CESE (R\$24.555,74 – representando 65% do total do orçamento), dos Sindicatos (R\$6.410,00 – representando 17%) e da FETARN (R\$7.000,00 – representando 18%) (idem, *ibidem* pp.1, 8 e 17).

A parceria do Serviço de Assistência Rural dar-se-ia através de assessorias pontuais, sobretudo as que se referiam à formação de educadores sindicais e os seminários de formação: mulheres, políticas públicas e sobre as realidades sócio-econômica e política.

Além dessa parceria com a FETARN e a CUT, o SAR tinha um planejamento para o ano de 96 que compreendeu o período de março a novembro. A projeção dessa entidade era de realizar encontros, maratona, reuniões, campanhas salariais, cursos, intercâmbios, seminários, vídeo, pesquisa e visitas. Seu grupo alvo era dirigentes sindicais, lideranças, monitores da FAP da área da cana, STR's, mulheres trabalhadoras dos pólos da cana e da fruticultura, entre outros. O conteúdo ventilado foi formação política sindical, preparação de

educadores sindicais, discussão da realidade da área canavieira, troca de experiência, etc. (ver quadro demonstrativo nº VIII).

QUADRO VIII

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL – SAR
PLANEJAMNETO ANUAL – 1996
PROJETO DE ACESSORIA A ORGANIZAÇÃO DOS ASSALARIADOS DA ÁREA
DA CANA E DA SUB-ZONA DO ASSU**

MUNICÍPIO	GRUPO ALVO	ATIVIDADE	CONTEÚDO	PERÍODO
Canguaretama	Dirigentes Sindicais, lideranças e Monitores da FAP da área da cana	Encontro	Elaboração do Planejamento para o Pólo Sindical da Cana	04 e 05 de março
Canguaretama	Mulheres Trabalhadoras Rurais da Cana	Encontro	Formação Política Sindical	23 e 24 de março
Natal	Equipe de Assessoria do SAR, Escola Quilombo dos Palmares e FETARN	Reunião	Preparação a 3ª Etapa do Curso de Educadores Sindicais	11 de abril
Área da Cana e Vale do Assu	Sindicatos de Trabalhadores Rurais das áreas da cana e da fruta	Campanhas Salariais	Discussão dos problemas e dos direitos trabalhistas	Abril e setembro
Natal	Educadores Sindicais da Cana e da Fruta	Curso	3ª Etapa a ser definido	02 a 04 de maio
Zona Mata – PE e Petrolina – PE	Dirigentes e Trabalhadores da Cana e da Fruta	Intercâmbio	Troca de experiência	Mai e setembro
A definir	Mulheres Trabalhadoras Rurais da Cana	Encontro	A ser definido	1 e 2 de junho
Natal	Equipe de Assessoria do SAR, Escola Quilombo dos Palmares e FETARN	Reunião	Avaliar a 3ª Etapa do Curso de Educadores Sindicais	06 de junho
Natal	Dirigentes e lideranças sindicais da cana e entidades de apoio	Curso	Aspectos Políticos, Gerenciais e Administrativos	4 a 6 de julho
Canguaretama	Dirigentes, Lideranças, Trabalhadores da cana e da fruta	Seminário	Discutir a realidade sócio-político-econômica	15 e 16 de junho
Natal	Equipe de Assessoria do SAR, Escolas Quilombo dos Palmares e FETARN	Reunião	Preparar a 4ª etapa do Curso de Educadores Sindicais	22 e 23 de agosto
Natal	Dirigentes, Lideranças, Monitores, Educadores e Paróquias da Cana e da Fruta	Seminário	Discutir os problemas de saúde dos trabalhadores nas áreas de assalariados	24 a 26 de outubro

MUNICÍPIO	GRUPO ALVO	ATIVIDADE	CONTEÚDO	PERÍODO
Natal	Educadores Sindicais da Cana e da Fruta	Curso	4ª Etapa a ser definida	7 a 9 de novembro
Natal	Dirigentes, lideranças, Monitores, Educadores e Paróquias da Cana e da Fruta	Curso	Aspectos Políticos e Gerenciais e Administrativos	27 a 29 de novembro
Natal	Equipe de assessoria do SAR	Seminário	Discutir as Questões do Assalariamento Rural	A definir
Natal	Equipe de Assessoria ao Projeto de Assalariados	Intercâmbio	Troca de Experiências com a FASE sobre o trabalho da Área da Cana	2º Semestre
A ser definido	Equipe de Assessoria ao Projeto de Assalariados	Seminário e Cursos	Diversos	A definir (conforme calendário da Equipe Quilombo dos Palmares e CENAP)
Assu e Goianinha	Pólos Sindicais da área da Fruta e da Cana	Reuniões	A definir	A definir
Ceará-Mirim, Canguaretama e Carnaubais	Sindicatos de Trabalhadores Rurais	Reuniões	Discutir os problemas e as ações a serem implementadas	A definir
Área da Cana	Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Trabalhadores e Empresários	Pesquisa	Realidade Social, Econômica, Política e de trabalho.	1º Semestre: discussão sobre o roteiro com o Dep. de Ciências Sociais da UFRN; 2º Semestre: desenvolvimento da pesquisa.
Montanhas, Canguaretama, Santo Antônio e Goianinha	Monitores e Turmas de Alfabetização da FAP	Visitas	Discutir os problemas e ação pedagógica	Durante o ano

Fonte: SAR, Relatório Anual de Atividades, 1996.

Como vimos no quadro VIII, o SAR tinha atividades para realizar entre os assalariados da cana, dirigentes e lideranças sindicais durante todo o ano. Apesar desse planejamento, as

atividades não foram totalmente cumpridas, devido essa entidade ter enfrentado muitos desafios e dificuldades, em 96. Essas dificuldades foram decorrentes das mudanças ocorridas na Arquidiocese de Natal, da crise financeira estabelecida no projeto e das mudanças conjunturais, as quais contribuíram para redimensionar a dinâmica do trabalho. Além das dificuldades internas, o SAR também argumentou sobre a conjuntura econômica, social e política brasileira, por ter consolidado o projeto neoliberal, em conseqüência, um agravamento dos problemas sociais existentes. Também aumentou a violência nas ruas das capitais; cresceu a fome e a exclusão social; duplicação do número de pessoas desempregadas, fato favorecido pelo Plano de Demissão Voluntária implantado nas empresas estatais, pelo Governo Federal, entre outros (SAR, Relatório Anual de atividades, 1996:3).

Além desse quadro, o ano de 96, foi mais um ano de eleições para prefeitos e vereadores em todo território brasileiro. Não havia muita esperança de mudanças, porque o processo das eleições foi semelhante ao do passado, ou seja, o cenário foi marcado pelo clientelismo, corrupção, compra de votos e todas as formas tradicionais de fazer política descomprometida com os valores éticos, morais e da cidadania (Idem, *ibidem*).

Também foi em 1996 que aconteceram grandes desafios conjunturais nas áreas de assalariamento rural no Brasil, principalmente na região Nordeste. Consolidou-se o processo de modernização tecnológica na área canavieira, excluindo muitos trabalhadores e trabalhadoras da produção, do acesso a terra e de uma vida melhor. Esse processo não foi apenas na área da cana, mas também na fruticultura. Além da exclusão social, houve outras conseqüências nesse processo de modernização: aumentou, nessas áreas, o número de acidentes, doenças e mortes causadas por envenenamento, através dos agrotóxicos utilizados nas plantações. As empresas continuaram não cumprindo as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, negando os direitos sociais e trabalhistas conquistados (Idem, *ibidem*, p. 18).

Frente aos problemas que a classe trabalhadora enfrentava, o SAR priorizou a formação sistemática a dirigentes, lideranças, educadores e educadoras sindicais e pólos sindicais no sentido de fortalecer a ação da classe com o propósito de prepará-la para enfrentar com capacidade os desafios que a realidade apresentava. Para tanto, seria preciso que os trabalhadores passassem por um processo formativo de caráter democrático e participativo, em que fossem respeitadas as experiências, especificidades e limitações dos sujeitos e, assim pudessem contribuir para a construção coletiva do conhecimento a partir da realidade, e para a descoberta de potencialidades individuais, que redundassem no surgimento de novos homens e mulheres. Para atingir metas dessa ordem o SAR realizou atividades que

abordaram os seguintes temas: formação político-sindical; realidade sócio-político-econômica; Identidades Sociais; participação da mulher assalariada no sindicato, no mercado de trabalho, na política, entre outros. Entretanto, das 26 atividades planejadas, só foram realizadas 17, correspondendo a 65,38%. Como já vimos, o programa contemplou ações no campo da formação, intercâmbio de experiências, assessoria aos pólos sindicais, aos processos de Campanhas Salariais e em parceria com a FETARN, EQUIP e FASE. O não cumprimento de 34,61% do que foi planejado deu-se, em primeiro lugar, por dificuldades enfrentadas no interior do SAR. A principal dificuldade dessa entidade foi a redução do quadro de pessoal. Somado a essa dificuldade vieram: os problemas financeiros que estava atravessando. A sua participação em grandes eventos ajudaram a redimensionar as atividades desse organismo da Igreja: Grito da Terra Brasil; Congresso da FETARN e Salão Nordestino de Agricultura Familiar. (Idem, *ibidem*, pp. 18 e 19).

Em 1996, o SAR percebeu que alguns frutos do trabalho de assessoria e apoio aos trabalhadores já estavam sendo colhidos. Esse fato era verificado nos grupos que já eram capazes de definirem seus propósitos e as formas de ação, ou seja, assumir coletivamente as ações que direcionam seus rumos. Nesse estágio encontravam-se: o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Touros, a Associação de Assentados da Fazenda Lagoa do Sal – Touros e da Fazenda Marajó em João Câmara. Na compreensão do SAR, esses grupos haviam crescido tanto na organização como politicamente “caminhavam com suas próprias pernas”. Entretanto, essa entidade reconhecia que essa maturidade não aconteceu de uma hora pra outra, mas era fruto de um trabalho que vinha sendo realizado desde o final da década de 70, especialmente, nas lutas pela posse da terra e na formação sindical.

Além desse avanço, segundo as colocações do Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal, destaca-se o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e o crescimento de alguns membros do Coletivo de Educadores Sindicais junto aos pólos e STR's. A concretude desse avanço tem sido vista no espaço que as mulheres têm conquistado e na consolidação que os pólos sindicais vêm galgando através da postura que eles (os pólos) vêm assumindo e enfrentando, junto às empresas, nos momentos de resolverem os problemas enfrentados pelos trabalhadores.

Também mostrou o SAR, em seu discurso, que o crescimento em todo esse processo de formação e organização, não foi só dos grupos que estavam sendo assessorados e apoiados, mas que ele, enquanto entidade prestadora de serviço, havia avançado também, graças a uma conjunção de ações e atores sociais. Dessa percepção destacou as assessorias recebidas pelas

entidades avaliadoras externas e pelo CERIS, bem como, pelos comentários sugestivos dos colaboradores MISEREOR e a BILANCE e das reflexões emanadas dos seus pastores. Esse reconhecimento do SAR veio, exatamente, mais uma vez, confirmar esta hipótese de trabalho, a qual afirma que, agentes e leigos, os quais estão no interior dos organismos da Igreja avançam; pode ser que não seja um avanço na mesma proporção que têm conseguido outros atores sociais de outros organismos da sociedade civil, mas têm avançado, a ponto de conquistarem suas próprias autonomias para caminharem sem depender de outros. Essa realidade reconhecida pela equipe que fazia o SAR, no início da segunda metade da década de 90, demonstrava a evolução do processo de organização dos atores sociais que fazem com que essa entidade exista e resista frente às mudanças que ocorrem na sociedade, e principalmente na Igreja. Pode-se ratificar essa reflexão com uma colocação feita pela equipe do SAR, no tocante à missão social desse organismo da Igreja:

“a missão social do SAR encontra sua viabilidade nas práticas cotidianas, assumidas pelos múltiplos sujeitos que procuram criar, amadurecer e assumir idéias capazes de promover verdadeiras mudanças nos agrupamentos humanos para que sejam os transformadores de seus meios físicos, sociais e políticos, e por que não sonhar, vivenciadores da liberdade, da fraternidade, dos direitos humanos, construtores do Reino de Deus, cujo centro é Jesus Cristo, fiador da inestimável dignidade da pessoa humana e de sua transcendente condição de filho de Deus”.

Como pode ser observado na narrativa desse texto, o movimento sindical dos canavieiros no Rio Grande do Norte tem realizado um trabalho em parceria, razão pela qual não se pode falar de uma entidade sem fazer menção de outras, como é citado aqui, em que o trabalho com a atuação da Igreja, através do SAR, não pode ser desconectado da ação da CONTAG, da FETARN, da CESE, do Pólo Sindical, dos STR's, entre outras, que têm unido as suas forças e lutam junto ao assalariado da zona canavieira e da fruticultura.

Em 1996, o movimento sindical norte-riograndense começou os preparativos da Campanha Salarial de 96 com a realização de reuniões nos treze sindicatos da área canavieira, tendo como objetivo preparar a pauta de reivindicações, que iria ser o instrumento de negociação com a classe patronal. Foi mais uma campanha salarial unificada e desta feita a pauta de reivindicação também iria ser unificada para todos os estados da região Nordeste. Esta decisão foi tomada em João Pessoa, nos dias 18 a 21 de agosto, em reunião com os

representantes dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (FETARN, Informativo, edição nº 01, set. /out. – 96, p. 03).

A situação dos canavieiros era de extrema gravidade tanto no Rio Grande do Norte como nos demais estados nordestinos. O desemprego era crescente não somente entre as mulheres, mas também entre os homens. Os que estavam empregados tinham mais preocupação em manter o emprego, do que mesmo lutar por melhores salários. Aumentou o índice de indignação da população, principalmente da zona canavieira. Esta realidade não era um caso solto, mas o reflexo das grandes transformações do setor agroindustrial e das relações de trabalho advindo da modernização das empresas que começavam a exigir um novo tipo de trabalhador. Essas não são colocações citadas por acaso, mas conclusões tiradas durante o seminário sobre a realidade sócio-econômica, política e cultural da área canavieira que envolveu os sindicatos sob a coordenação da FETARN, em parceria com o Serviço de Assistência Rural. Foi um seminário em que se discutiu estratégias de ações para os sindicatos das áreas de assalariados do Estado (Idem, *ibidem*).

Nessa Campanha Salarial de 96, o movimento sindical reivindicava, entre outras questões, o salário de R\$200,00; aumento do piso de garantia para 30%; garantia de emprego no período da entressafra; e Reforma Agrária. A realização das assembléias dos 13 sindicatos para aprovação da pauta de reivindicações aconteceu no dia 22.09 (Idem, *ibidem*). Mais de 3.000 trabalhadores participaram das assembléias da área canavieira e aprovaram a pauta que estava composta de 86 cláusulas sociais e econômicas. A categoria enfrentou uma negociação difícil diante da realidade caracterizada pela política econômica recessiva, geradora de desemprego e pela postura dos usineiros da região Nordeste. Embora tenha sido esse o quadro enfrentado, a liderança sindical da FETARN considerou satisfatório os resultados das negociações para o conjunto dos canavieiros. Dentre os resultados, vejam-se algumas cláusulas que foram acordadas: piso salarial de R\$135,00; garantia de que o piso não seria inferior ao salário mínimo vigente, mas acrescido de 10% (FETARN, Informativo, edição nº 02, nov./dez. – 96, p. 02).

Após quatorze anos de luta do movimento sindical dos canavieiros, ainda se averiguava no campo, famílias inteiras saírem para o local de trabalho, amontoadas nas carrocerias dos caminhões, fato que movia os representantes das entidades a lutarem para que houvesse uma conscientização da categoria em reivindicar os direitos já conquistados nas convenções e dissídios coletivos. Nas palavras de Manoel Cândido, presidente da FETARN, seria com esta conscientização dos trabalhadores que o número de ações trabalhistas contra os

patrões iria diminuir. Apesar da citação com relação ao transporte, o presidente da FETARN, na mesma entrevista dada ao jornal Diário de Natal, notificou que: a maioria dos trabalhadores ligados ao setor canavieiro, nesse Estado, tinha suas carteiras de trabalho assinadas. No entanto, nesse momento, também frisou que uma grande parte da mão-de-obra utilizada na época da safra era de trabalhadores que vinham de outros estados, como: Ceará, Pernambuco e Paraíba (Diário de Natal, 10.09.96).

Após a Campanha Salarial de 96, a luta dos assalariados da cana no Rio Grande do Norte continuou, pois, como disse Ferreira, ela não poderia parar, haja visto que muito ainda precisava ser feito para que essa categoria de trabalhadores pudesse atingir um grau de conscientização ao ponto de caminhar sozinha, sem depender totalmente das entidades que a apoiava e assessorava.

Como se pode observar, a trajetória da luta dos trabalhadores assalariados da cana, em particular, os do Rio Grande do Norte, em quase duas décadas de luta, de forma geral, não gerou muitas mudanças, em se tratando do cumprimento dos direitos conquistados por esses trabalhadores, por parte da classe patronal. Entretanto, dentro do próprio movimento, a classe trabalhadora, tem apresentado certos avanços. Em 96, por exemplo, foi criada a Secretaria de Formação da FETARN e, também houve a criação de assessoria específica de assalariados. Tais mudanças foram notificadas por lideranças sindicais ao realizarem as visitas às áreas de corte da zona canavieira, no período da preparação da Campanha Salarial de 97 (FETARN, Informativo, edição nº 04, set./out. – 97, p. 03).

Nesse ano (97), os trabalhadores assalariados da área da cana conseguiram fechar o Acordo Coletivo de Trabalho com a classe patronal, no dia 15 de outubro, garantindo: um piso salarial de R\$142,70 (cento e quarenta e dois reais e setenta centavos); a data-base da categoria permanecendo no dia 06 de outubro e todas as cláusulas da convenção coletiva de 96/97 (*idem*, *ibidem*).

No tocante ao processo educativo, dava-se continuidade ao Curso de Formação Político-Sindical. No entanto, a assessoria desse trabalho junto aos trabalhadores, a partir de 1997, ficou diretamente com a EQUIP (Escola de Formação Quilombo dos Palmares) graças à parceria que havia sido feita, entre a FETARN, o SAR e a EQUIP desde 1995. A EQUIP passou a coordenar o Projeto quando este estava na sua 3ª fase, momento em que aconteceu o afastamento do SAR da parceria com essa entidade, motivada por mudanças conjunturais na Arquidiocese de Natal. (EQUIP, Algumas Reflexões Avaliativas sobre o Acompanhamento das Experiências de Rurais realizado pela EQUIP, Recife, 1998:20).

Além do trabalho da EQUIP, nesse ano, foi criada a Secretaria de Formação da FETARN e foi feita contratação de assessoria específica (esta mudança deve ser compreendida no contexto da nova estrutura sindical da Federação e de seu processo de filiação à CUT).

4.5.5. ATUAÇÃO DO SAR APÓS 1997

Encerra-se aqui a narrativa da atuação do SAR, nas décadas de 80 e 90. Sabe-se que a partir de 1997, essa entidade da Igreja, não mais trabalhou diretamente com a bandeira de luta dos assalariados rurais da zona canavieira. O distanciamento dessa luta deu-se por causas das mudanças ocorridas na Arquidiocese de Natal. A sua equipe de educadores foi demitida de suas funções e o SAR passou a ser um organismo voltado para apoiar pastorais de cunho mais social e menos político.

A contextualização de toda a narrativa, que se passa a abordar, após 1997, está embasada nos planos trienais: 1998-2000 e 1999-2001. Na compreensão da equipe atual do SAR, os tempos de mudanças, são períodos de crise, de insatisfação e de inseguranças. Esses tempos de mudanças se consolidaram através da industrialização e urbanização, e se têm configurado como tempos de migração, de favelas, de violência, de desemprego, de marginalização social. Tem-se um Brasil de apartados socialmente: de um lado os que tudo podem porque tudo têm, de um outro os que nada podem porque nada têm. Embora se tenha uma Constituição chamada de “cidadã”, por causa do texto que a compõe, tem-se uma sociedade marcada pelo analfabetismo e pelo clientelismo, a qual caminha, a duras penas, para a concretização da verdadeira democracia.

Nos planos trienais, acima citados, o trabalho do SAR tem levado em conta os seguintes aspectos:

1. a emergência da crescente urbanização. Os novos problemas sociais advindos deste fenômeno, os quais implicam em novos e profundos desafios à ação social da Igreja;

2. a necessidade de articular (integrar) melhor a ação da Igreja. É bem verdade que não se pode mais continuar com ações isoladas e pontualizadas. As diversas pastorais e organismos precisam se encontrar mais no trabalho cotidiano;
3. a necessidade de convergir toda ação para o fortalecimento do poder local. É na comunidade, no município, no Estado, que vamos encontrar alternativas para os graves problemas sociais que nos afligem. Os Conselhos Municipais e a elaboração participativa do Orçamento Municipal são importantes fatores de intervenção popular;
4. a integração das paróquias, base da Igreja arquidiocesana, é fundamental em qualquer trabalho que se queira desenvolver na área social.

Todos estes elementos têm constituído o novo perfil da ação social da Igreja em Natal. O SAR não se tem preocupado com os nomes das instituições; ele (o SAR) não tem certeza porque o tempo é de dúvidas, tem apenas a convicção de que é preciso mudar para melhor. Nesta mudança, o SAR tem ocupado um lugar essencial pela sua força, sua magnitude, sua história, sua missão. A Igreja de Natal tem objetivado, através do Plano Trienal: 1999-2001, aperfeiçoar melhor sua missão junto às populações empobrecidas, levando em conta todas as mudanças impostas pela contemporaneidade. Como Jesus, afirma o SAR, que não teme o novo, o que está por vir, confia no Cristo e com Ele há de edificar o trabalho que se propôs. Afirma que este é o mistério que ele recebeu do Senhor. Com esta compreensão, o SAR argumentou que a sua ação está dentro da missão social da Igreja. Mas, o que compreende por missão social da Igreja?

A missão social da Igreja, resumidamente, é desenvolvida a partir dos seis grandes princípios de sua Doutrina Social:

1. A dignidade da pessoa humana; é defendida com base na origem do homem, segundo o relato bíblico descrito no primeiro livro da Bíblia.
2. A primazia do bem comum; esse princípio é alcançado nos estados construídos democraticamente, com a participação de todos os cidadãos;
3. A destinação universal dos bens; defendida pelo Papa João Paulo II, ao abrir a conferência de Puebla, 1979.
4. A primazia do trabalho sobre o capital; defendido na encíclica "Laborem Exercens";

5. O princípio da subsidiariedade, defendido pelo Papa Pio XI, na encíclica social *Quadragesimo Anno*, nº 80: “O fim natural da sociedade e da sua ação é coadjuvar os seus membros, não destruí-los, nem absorvê-los”.
6. O princípio da solidariedade, defendido na Doutrina Social da Igreja, desde Pio XI, mas, sobretudo com Paulo VI, na sua encíclica social “*Populorum Progressio*”.

A ação social da Igreja de Natal tem acontecido de forma diversa e abrangente através dos diversos organismos e pastorais da Arquidiocese, como também, através das Paróquias. Entre os primeiros podemos citar: Pastoral Operária (PO), Pastoral dos Pescadores, Animação dos Cristãos do Meio Rural (ACR), Pastoral da Criança, Caritas, Serviço de Assistência Rural (SAR), Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), Serviço de Assistência Urbana (SAUR), Frente de Alfabetização Popular (FAP), Pastoral do Menor, Pastoral Carcerária e Pastoral da Saúde.

Através do SAR, do SEAPAC, da FAP e da Pastoral da Criança, em 1995, deu-se o início do processo de aperfeiçoamento da ação social da Arquidiocese de Natal-RN. Apesar do SEAPAC, do SAR, e da Pastoral da Criança serem as principais instituições da ação social da Arquidiocese de Natal, elas nunca se reuniram para definir um plano de ação conjunta.

Após esta colocação, de forma geral, do que foi a ação do SAR nos últimos anos da década de 90, aborda-se a seguir, um pouco, sobre as atividades dessa entidade nos anos de 97 a 99.

A partir de 1997, como já citado anteriormente, o SAR não só realizou as atividades planejadas para o triênio 95-97, como também se afastou da área por quase dois anos, retornando suas atividades, em junho de 1999 (SAR, Relatório de Anual de Atividades, 1999).

Apesar das dificuldades do setor sucroalcooleiro, em 1998, o Rio Grande do Norte era o 4º produtor de álcool e açúcar do Nordeste. No período da safra da cana esse setor gerava cerca de 30 mil empregos, sendo 1/3 deles sazonais (Diário de Natal, (08.08.98: 01).

Os assalariados da área da cana não pararam as suas atividades, de um lado, por contar com a ação do Pólo Sindical e, por outro lado, por contar com o apoio e assistência das outras entidades que trabalhavam com eles há vários anos. O SAR, no entanto, em 1998, não esteve apoiando e assessorando, diretamente, os canavieiros, mas esteve presente, junto às inúmeras famílias rurais e urbanas atingidas pela seca. Também continuou acompanhando as ações junto às áreas de conflitos de terra. Procurou fazer orientação, mediação política, e, também,

ajudou a viabilizar a conquista da terra. Além dessas ações, o SAR ainda realizou outras atividades significativas como: o processo de capacitação em formação profissional, no qual foram intensamente tratadas as questões da consciência e organização social; as ações de apoio à Pastoral de Juventude do Meio Popular, ao Movimento de Mulheres, ao Movimento de Animação dos Cristãos no Meio Rural e a outros.

O trabalho realizado pelo SAR visava a melhoria nas condições de vida dos pobres do Rio Grande do Norte, particularmente, na área da Arquidiocese de Natal. As bandeiras de lutas abraçadas pelo SAR foram: luta pela terra, Ações de Formação e Ações de Apoio. Dentre essas ações do SAR, enfatiza-se que, no tocante à questão da luta pela terra, nos vários municípios contemplados por essa entidade, estava o município de São José de Mipibu, o qual faz parte da zona canavieira norte-riograndense. Através desse apoio e assessoria estava assistindo a trabalhadores assalariados da cana. Além dessas ações e também, em 1998, o SAR conseguiu firmar o 3º Convênio com o MTB/SEFOR/CODEFAT/FAT/SETAS/SINE – RN no Programa de Formação e Qualificação Profissional para áreas de Assentamento e Comunidades Rurais.

Pode-se destacar, também, a ação do SAR junto aos movimentos sociais no campo. Como por exemplo, o trabalho realizado junto ao MMTR-RN que correspondeu às atividades realizadas junto às mulheres da região do Agreste, e que foram: um Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais no período de 18 a 20.09.1998, em Lagoa Salgada – RN; o acompanhamento por meio de supervisão a oito (08) turmas de alfabetização, com média de 25 alunos. Essas supervisões aconteceram em: Espírito Santo, Macaíba, Goianinha e Montanhas. Estes municípios fazem parte da área canavieira do Estado do Rio Grande do Norte.

O fato é que a nova equipe e a nova orientação do trabalho deveriam ter um cunho mais eclesial e assistencial como referência conforme foi visto anteriormente, Doutrina Social da Igreja. Salva pela hierarquia da Igreja, a entidade torna-se uma espécie de apoio às pastorais do tipo “da Criança”, Carcerária, etc. Entretanto, as entidades internacionais não se propunham a financiar ou apoiar a ação religiosa, pastorais sociais e movimentos evangelizadores. Portanto, manter o apoio ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e às comunidades e assentamentos rurais era um imperativo não só para saldar o compromisso com ações do Trienal 1995-97, como para manter a própria entidade, a qual já sofria crises financeiras por falta de instituições que financiassem as suas ações. Não é por acaso, que se recorre a convênios com o Estado, para mobilizar recursos, inclusive, para mobilizar e

remunerar a nova equipe de agentes da entidade. A crise que se abateu na entidade, inclusive, segundo depoimentos de ex-educadores, levou a pensar na sua extinção, se não fosse a reação no interior da própria hierarquia católica contrária a tal decisão.

Em 1999, como já citado, o SAR retomou suas atividades em junho, após um longo período (quase dois anos) de desarticulação e indefinições. Nesse momento, o novo projeto do SAR foi em parceria com MISEREOR/SANTA INFÂNCIA, com o qual teve como pretensão atingir os seguintes objetivos:

- a) Estimular a participação dos jovens nos movimentos sociais, promovendo tanto a sua organização como a sua integração e solidariedade em processos conjuntos de mudanças para melhoria de suas perspectivas de vida e produção de valores éticos e cristãos.
- b) Promover a capacitação de lideranças, grupos populares e agentes pastorais para que atuem nas diversas instâncias públicas e sociais na defesa e promoção dos direitos de toda a população.

Nesta nova linha de trabalho, o SAR priorizou como público beneficiário o mesmo público do triênio 1998-2000: jovens, representantes da sociedade civil nos conselhos municipais de gestão participativa e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Embora tenha sido essa a proposta do SAR nesse ano (1999), a entidade sofreu mudanças que a levaram a apreciar melhor as definições que estavam registradas na sua documentação. É tanto que, os seus objetivos precisaram ser revistos, seus estatutos reformulados e adaptados à nova realidade. O Serviço de Assistência Rural esteve sobrecarregado de tarefas. O volume de trabalho foi tanto, que em alguns momentos, ameaçou a dinâmica organizativa da Equipe (reuniões semanais, produção de relatórios, dias de estudo, etc).

Como foi visto nesse texto, praticamente, os assalariados da zona canavieira noroeste-riograndense não foram assistidos pelo SAR, nesse período (1997-2000), a não ser através dos programas que contemplaram as comunidades rurais ou nas atividades que envolviam o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Norte. No ponto seguinte apresenta-se uma avaliação do Movimento Sindical dos Assalariados canavieiros na visão dos atores sociais que os compõem e assim chega-se ao término desta empreitada.

4.5.6. AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL DOS CANAVIEIROS NORTE RIOGRANDENSES, DO PONTO DE VISTA DOS ASSESSORES, DIRIGENTES SINDICAIS E TRABALHADORES

Após a narrativa de cerca de vinte anos de luta dos trabalhadores assalariados da zona da cana do Estado do Rio do Grande do Norte, faz-se aqui uma avaliação do processo, do contexto e dos resultados dessa luta, segundo o ponto de vista dos sujeitos sociais envolvidos na ação educativa, a partir dos assessores, por serem eles os que exerceram o papel de influenciar os demais protagonistas do cenário das lutas.

O estudo da trajetória e a novidade das lutas dos assalariados rurais do Rio Grande do Norte, nas duas últimas décadas, não teve apenas o propósito de resgatar a memória dos processos e resultados dessas lutas, mas de constituir subsídios que contribuam para a construção de novos patamares que embasem novas estratégias de lutas daqueles assalariados rurais e de suas organizações sindicais.

Entretanto, para a concretização desse propósito fez-se necessário considerar o papel exercido por cada um dos sujeitos sociais que fizeram parte desse cenário. As leituras dos avanços e recuos das lutas desses assalariados da cana foram realizadas a partir da narrativa dos fatos descritos por esses sujeitos sociais. Não se deve deixar de considerar que, as ações desses atores, no processo educativo de organização e formação político-sindical, tinham como objetivo a melhoria de vida e trabalho dos canavieiros. Na verdade, para a realização das lutas trabalhistas dessa categoria, estiveram presentes: trabalhadores (homens, mulheres e menores), dirigentes sindicais, lideranças de base, assessores, entre outros, executando o trabalho de acordo com a entidade na qual estivessem inseridos. As entidades foram: entidades sindicais (CONTAG, Federação e sindicatos), entidades da Igreja Católica (SAR, SEAPAC) e entidades da sociedade civil (ONG's).

A avaliação das lutas dos trabalhadores canavieiros na perspectiva de seus próprios protagonistas (assessores, dirigentes sindicais, lideranças de base e trabalhadores), pode mostrar que, essa ou aquela orientação político-ideológica, senão político-religiosa não pode deter ou não tem o poder de impedir que os seus próprios agentes possam crescer politicamente e participar das diversas correntes de opinião e de diferentes visões que orientam a vida social numa perspectiva emancipatória. O SAR mudou a sua orientação

política. Sua equipe de educadores passou-se a atuar fora do espaço eclesial. Alguns fundaram uma nova entidade que continuou como parceira do movimento dos canavieiros. Nova equipe foi contratada para realizar tarefas que refletissem as orientações católicas consubstantivadas pela Doutrina Social da Igreja. A luta social dos canavieiros continuou, apesar de tudo, enfrentando os desafios postos por uma classe social truculenta, que nega a lei e impõe seus próprios códigos de ética e de direito privado sobre os trabalhadores.

Esse rompimento deu-se, por exemplo, no SAR, quando assessores, na segunda metade da década de 90, deixaram essa entidade, não necessariamente deixando de ter vínculos religiosos com a Igreja Católica, indo em busca de novos horizontes, como ensinar na universidade; ampliar seus conhecimentos com especializações acadêmicas, bem como se filiando a partidos políticos, que ajudassem a aprofundar seus horizontes em prol da luta dos menos favorecidos, para que os mesmos venham ter condições de vida e trabalho dignos.

Nesta análise, portanto, a ênfase é dada, sobretudo, ao processo de socialização político-ideológica dos agentes sociais que atuam em organismos vinculados à Igreja Católica. Esta instituição é vista, como se mostrou na literatura acadêmica, como “passadista”, “conservadora”, senão “ruralista”. Entretanto, como foi visto, ela não está isenta de ser penetrada pelas diversas correntes político-ideológicas que perpassam a sociedade. A depender do momento histórico, diversos agentes católicos, sejam leigos ou consagrados à vida religiosa, ao interagir com a sociedade da qual fazem parte, e especialmente, com determinados grupos sociais, podem experimentar um processo de socialização política, rompendo com os limites institucionais e ideológicos da Igreja-instituição. Nesta perspectiva, na década de 80, a Equipe de Educadores do SAR engaja-se na luta pela terra e participa dos processos formativos e discursivos sobre a questão agrária brasileira como problema que remetia a reformas estruturais capazes de remover as causas da pobreza e miséria que atingia a maioria da população do país. A própria decisão dessa equipe de educadores de optar por um trabalho de apoio à luta dos canavieiros na década de 90, sinalizava um rompimento com “a justiça social distributiva” da Igreja e de sua noção de reforma agrária passadista, isto é, instrumento capaz de reconstituir as “imunidades rurais” ameaçadas pelo capitalismo.

4.5.6.1. AVALIAÇÃO DA AÇÃO DO SAR E DA LUTA CANAVIEIRA DO PONTO DE VISTA DOS ASSESSORES

A avaliação do movimento sindical canavieiro, na visão dos assessores do Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal, compreendeu: a trajetória das lutas dos assalariados rurais pelos seus direitos; o processo de preparação e mobilização das campanhas salariais; a participação dos/as trabalhadores/as; a negociação entre as classes patronal e trabalhadora; os resultados; o cumprimento dos direitos conquistados e os problemas enfrentados com o patronato, por causa do descumprimento desses direitos; o processo de formação político-sindical da classe trabalhadora para a formação de uma consciência crítica em defesa do cumprimento dos direitos conquistados; os avanços do movimento sindical, via campanha salarial; a visibilidade que a assessoria tinha da estrutura sindical para fazer face ao patronato; a maneira como o movimento sindical tem tratado o legalismo e o corporativismo, já que eles têm marcado a cultura sindical no campo, bem como tem aprisionado as lutas aos marcos legais e aos problemas de melhores salários, deixando de investir em outras bandeiras que pudessem colocar em xeque a estrutura produtiva e fundiária das áreas de assalariamento; a questão do desemprego no setor sucroalcooleiro e quais as alternativas apresentadas pelo movimento sindical para solucionar esse problema; o modo como o movimento sindical tem tratado a questão da mulher, do adolescente e da criança nas frentes de trabalho; a importância e/ou contribuição dos projetos de formação para as campanhas salariais, enfocando a visão dos trabalhadores pela luta de seus direitos; as mudanças nas relações de trabalho; o relacionamento ou não do sindicato como representante legal e legítimo dos interesses da classe trabalhadora; a avaliação do enfoque que as campanhas salariais têm dado às condições de trabalho no que se refere à assistência médica, acidente de trabalho, condições de trabalho da mulher, transporte, equipamentos de proteção, água potável, remuneração do trabalho, reajuste de salário, discussão da tabela e das tarefas de produtividade e participação do trabalhador nesse movimento que busca a conquista dos direitos democráticos e cidadãos. E, para concluir essa avaliação, os assessores entrevistados fizeram um comentário sobre os resultados do processo de formação e organização proporcionados aos educadores, dirigentes sindicais e trabalhadores, através dos projetos de formação político-sindical e organizativo, enfatizando se surgiram novos líderes, se houve renovação das diretorias sindicais, se os dirigentes sindicais atrasados avançaram ou não, se

houve o surgimento de novas delegacias sindicais e outras instâncias de descentralização como: coordenação, comissões, secretarias, pólos etc.; se houve reintegração aos sindicatos dos setores antes excluídos ou sub-representados como os desempregados, os empregados temporários, as mulheres, os jovens, as crianças, os aposentados, entre outros; como tem sido formada a agenda dos sindicatos no que se refere às temáticas de debate para o crescimento intelectual da classe trabalhadora; como tem sido articulada a questão da parceria entre as entidades que formam o movimento sindical e outras de ordem religiosa e da sociedade civil; como tem sido o processo de aprendizagem e quais as dificuldades enfrentadas.

Para esse leque de informações e outras que pudessem surgir, à medida que os informantes fossem respondendo, trabalhou-se com a metodologia da entrevista semi-estruturada, apresentando vários tópicos afins e deixando a pessoa à vontade para discursar sobre os pontos citados, bem como apresentar outros itens que não tivessem sido elencados, mas que tinham sido importantes para o avanço do movimento sindical.

Essa empreitada de avaliação por parte dos assessores do Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) do Estado do Rio Grande do Norte, em específico dos trabalhadores assalariados da área da cana, que representam o lócus deste objeto de estudo, produziu um relato sobre o processo de mobilização do movimento sindical, seus avanços e recuos nas décadas de 80 e 90. Vejamos:

A presença do SAR no apoio ao movimento sindical rural, na área da cana, na década de 80 e início da década de 90, foi apenas pontual, atendendo o convite da FETARN para apoiar essa entidade e os STR's na preparação das campanhas salariais para que o movimento pudesse contar tanto com a infra-estrutura da Arquidiocese (a rádio, os salões das paróquias, transporte etc.) que estavam à disposição do SAR, como com a equipe de assessores que os apoiavam nas diversas atividades: distribuição de panfletos nos pontos de embarques e nas visitas nos locais de trabalho e nas comunidades, apoio nos atos públicos nas localidades e portas de usinas, na preparação e apoio às assembléias das campanhas salariais etc., realizadas pelos dirigentes sindicais para uma melhor mobilização da categoria. Assim, segundo os assessores:

“A participação, no início, era mais nas mobilizações dos trabalhadores assalariados, geralmente nos pontos de embarques e nos cortes de cana das Usinas e Destilarias. No início, não participávamos das discussões para a organização das campanhas. Nossa participação era mais no apoio, na infra-estrutura” (Cícero, assessor do SAR nº 1)

“... de 1988 a 1990, o apoio ao trabalho do movimento sindical rural (FETARN e STR's) na área da cana durante a campanha salarial anual dos canavieiros era nas atividades: distribuição de panfletos nos pontos de paradas de transportes das usinas, nas áreas do corte de cana e nas comunidades; na realização de reuniões com as diretorias dos sindicatos e nas localidades onde residiam os canavieiros; apoio nos atos públicos nas localidades e portas de usinas (locução, animação com palavras de ordem, etc.); na preparação e apoio nas assembleias (logística) das campanhas salariais; na definição das estratégias da campanha, pelo menos até o início das negociações (depois era a FETARN quem conduzia com os STR's) “ (Roberto, assessor do SAR n° 2)

“A participação do SAR, inicialmente, era acompanhando as mobilizações durante as assembleias para aprovação ou não da campanha salarial e greve, durante as campanhas com reuniões nos sindicatos, nas bases, nos pontos de embarque, nas panfletagens no período da campanha, em visitas aos locais de pagamento, usinas, nos locais de corte e galpões, nas reuniões da FETARN para discutir os encaminhamentos, nas avaliações e negociações na DRT” (Antônia, assessora do SAR n° 3).

Embora o SAR não estivesse presente em todo processo de organização e mobilização da categoria, durante todo o ano, como vimos nas falas dos assessores citados, e só desse o apoio nos momentos das campanhas salariais, podemos observar que essa entidade, mesmo que indiretamente, tinha um peso forte nesse processo da preparação e mobilização, em razão de oferecer o apoio e a infra-estrutura necessária: (assessor 1), deixar à disposição seus assessores que comandavam as atividades até o início das negociações, quando passavam a coordenação das atividades para a FETARN e os STR's (fala do assessor 2) e ainda participar das avaliações feitas pelas lideranças sindicais, após as negociações na DRT (assessor 3), contribuindo, desta forma, para o crescimento do movimento sindical entre os canavieiros que, ano a ano, buscava novas formas de integrar a categoria para enfrentar a classe patronal e o Estado. Nessa contribuição, mostrou o assessor 2, que, a partir de 1990, o SAR passou a ter um trabalho mais sistemático na área canavieira, desenvolvendo um trabalho de capacitação, apoio e assessoria junto aos dirigentes e demais lideranças do movimento sindical, bem como, tentou realizar um trabalho de grupalização com mulheres (tentativa esta que fracassou) e apoiou as atividades do sindicato em algumas localidades onde residiam os canavieiros (Piquiri, Baía Formosa, etc.). Também mostrou, esse assessor, que o SAR passou a dar assistência aos trabalhadores assalariados da fruticultura no Vale do Açu.

Essa participação do SAR na luta dos assalariados rurais no que se refere ao processo de formação, de aprendizagem e de conscientização de seus agentes, resultou numa visão

mais ampla, dos mesmos, no que seria o processo de exploração do capital sobre o trabalho, haja vista que esses agentes do SAR, até então, só tinham experiência no campo dos sem terra e pequenos produtores. Lidar com assalariados era uma experiência nova para eles. Na fala dos assessores entrevistados podemos contemplar essas declarações:

“A luta dos assalariados no campo ajudou muito para que eu pudesse apreender melhor o processo de reestruturação produtiva que estava se dando nesse setor, assim como compreender melhor as mudanças na relação entre capital e trabalho no meio rural. Aprendi também, nesse processo, a necessidade de encontrar, de construir novas formas de luta frente às mudanças em curso, das empresas e nas relações de trabalho” (assessor 1)

O processo de aprendizagem e conhecimento argumentado pelo assessor 2 não esteve voltado para a sua formação, exclusivamente, mas foi uma argumentação mais ampla, por correlacionar a metodologia aplicada pelo SAR para alcançar esses trabalhadores, por considerar que as condições de trabalho desses assalariados eram desumanas. Na sua fala, esse assessor enfocou não só uma visão voltada para o conceito de exploração do trabalho humano pelo capital, mas também a ação do trabalhador na jornada de trabalho, o medo, que a grande maioria tinha de receber informação e sobre o comportamento dessa mão-de-obra frente as atividades que eram utilizadas para mobilizá-los em prol da conquista de direitos que pudessem proporcionar-lhes uma vida como ser humano, uma vez que a Constituição vigente no País, os reconhecia como cidadãos.

“Do ponto de vista do conhecimento da realidade canavieira foi impressionante ver de perto o processo de exploração dos assalariados. Acordar às 4 horas, pegar um caminhão sem proteção, trabalhar no eito sem parar fiscalizado todo o tempo, almoçar aquela comida fria, chegar na localidade de moradia às 20 horas, comer, dormir para acordar cedo de novo... no fim da semana receber R\$30,00. Acho que entendi o verdadeiro conceito de exploração do trabalho humano pelo capital. Quanto ao trabalho de educação e mobilização popular (...) havia uma distância entre o nosso discurso panfletário e o que se passava na cabeça do canavieiro (...) muitos deles tinham medo de receber o panfleto (...) outros eram atenciosos, escutavam, diziam que iam para a assembleia e no dia contava-se nos dedos os participantes. (...) Todo trabalho tinha algo de muito errado, era muito superficial, necessário para referendar uma ação do movimento sindical uma vez por ano. Os trabalhadores questionavam que a vida continuava ruim (...) nós dizíamos que sem a força do sindicato na campanha salarial seria pior... alguns entendiam e aderiam. A maioria não! Tentava-se de tudo: carro de som, televisão com vídeo, forró, entre outras “atrações” e nada. (...) Apesar de tudo isso comecei a ter a impressão de que o silêncio, a omissão, a

não participação poderiam ter diversos significados: uma estratégia de sobrevivência para não “ser visto andando com esse povo do sindicato” e perder o emprego; um apoio “calado” a todo aquele movimento; ou uma grande desconfiança ou descrédito nos dirigentes (aqueles homens de pasta preta que sempre iam ao escritório das usinas apanhar o dinheiro da contribuição). O sindicato era importante sim: nos momentos de bater a rescisão ou fazer a reclamação trabalhista. No mais, era coisa para os dirigentes. O SAR junto com setores do movimento sindical tentava contribuir para melhorar esse quadro fazendo um trabalho de capacitação dos dirigentes sindicais para os sindicatos (principalmente jovens). Acho que surgiram algumas lideranças nesse processo, mas o difícil era mudar as lideranças antigas dos sindicatos. (...) não sei ao certo em que resultou todo esse trabalho de capacitação. (...) Apesar das mudanças o movimento sindical não conseguiu implementar uma ação mais ampla, junto às políticas públicas nos municípios” (assessor 2).

Como se pode ver no discurso desse assessor, o significado da luta dos assalariados rurais no seu processo de formação, de aprendizagem e de conscientização foi sendo adquirido, à medida que ele observava os fatos que iam acontecendo no processo preparatório da mobilização desses trabalhadores. Foi um crescimento que se deu dentro da própria luta, frente às ações e reações dos assalariados às práticas (panfletagem, reuniões, forró etc.) aplicadas por eles (os assessores do SAR) tanto para mobilizar como para conscientizar a categoria da importância do sindicato e de sua luta em prol de melhores condições de trabalho e de vida.

O assessor 3 também apresentou uma compreensão do processo de formação, de aprendizagem e de conscientização dentro da mesma visão do assessor 2. Mostrou que as práticas utilizadas por eles para mobilizar os assalariados rurais não eram suficientes por conta dos desafios que a realidade apresentava. O discurso mobilizava boa parte da categoria, enchendo os trabalhadores de esperança, mas não conseguia garantir o cumprimento dos resultados alcançados após cada uma das campanhas realizadas. O envolvimento do SAR nas campanhas salariais era tão grande que, para esse assessor, muitas vezes, chegava a ocupar o lugar do sindicato, por exemplo: panfletando, fazendo piquete entre outras coisas.

“Foi um processo muito rico. Me possibilitou entender o universo do assalariamento, já que minha experiência estava centrada no campo dos sem terra e pequenos agricultores. (...) houve um crescimento pessoal acompanhado de muitas angústias, porque tinha clareza de que nossa prática não dava conta dos desafios dessa realidade. Tínhamos um discurso que mobilizava, enchia os assalariados de esperança, mas não conseguíamos garantir o cumprimento dos resultados. Sei que o SAR não tinha o papel de dirigente, mas já que estávamos incluídos no processo, existia uma cobrança dos grupos e nossa, de garantir

contribuir com o crescimento das pessoas envolvidas de forma que tivessem uma intervenção que desse resposta às demandas. Aprendi muito com os erros, já que muitas vezes o SAR ocupava o lugar do sindicato, por exemplo: panfletando, fazendo piquete entre outras coisas. Tivemos a capacidade de repensar a prática e passando a nos colocar como facilitadores e formadores de dirigentes, estes sim com o papel de mobilizar, panfletar, liderar” (assessor 3).

Após a colocação das falas desses assessores do SAR, pode-se perceber claramente que as atuações desses sujeitos sociais não permaneceram constantes, antes passaram por um processo de transformação, à medida que eles foram se envolvendo no processo de mobilização dos assalariados da cana, de um lado, porque, o próprio movimento, os conduziam a esta mudança e, por outro, porque eles queriam que o discurso, por eles ventilados, tivesse sua comprovação na prática, através dos resultados obtidos pela categoria e o seu cumprimento.

As reflexões desses assessores a respeito da presença deles nesse movimento sindical, vem confirmar esta hipótese de trabalho a qual mostra que, o envolvimento dos agentes dos organismos da Igreja não estão imunes a novos valores e a novas idéias, mas que mudam com o próprio movimento, à medida que buscam adaptações e respostas que sejam coerentes para atender os objetivos e metas previstas no seu trabalho educativo. No caso em questão, trata-se apenas do envolvimento e crescimento desses agentes da Igreja no tocante ao apoio e assessoria que eles prestaram no campo; mas é sabido da existência de organismos e de agentes da Igreja que trabalham com a população de bairros periféricos da zona urbana, como é o caso do estudo realizado por Doimo (1994) na cidade de Nova Iguaçu – RJ. Este estudo mostra que o processo não foi diferente, eles evoluíram não só para atender às necessidades dos grupos com os quais estavam inseridos, apoiando e assessorando, mas porque são sujeitos que agem e reagem tanto frente às mudanças conjunturais como frente às ações e omissões que os próprios atores sociais apresentam nos grupos em que estão inseridos. Esses resultados demonstram que se faz necessário uma reflexão relativista a respeito daqueles posicionamentos encontrados na academia que afirmam que a Igreja é uma Instituição “conservadora”, “ruralista”, senão “passadista” independente do tempo e da conjuntura que ela enfrenta. Ainda, mais, porque absolutizam a Igreja-instituição, como algo imune às mudanças em curso na sociedade, senão como existe que emperra essas mudanças. Evidentemente a religião ainda continua sendo, em grande medida, o baluarte do observantismo e do conservantismo denunciados por Marx e Engels no século XIX. Na contemporaneidade, basta atentar para certos círculos dirigentes do Vaticano, para a ação das

“igrejas evangélicas eletrônicas”, os fundamentalismos religiosos integrantes das várias confissões, sejam elas cristãs, judias ou muçulmanas. Entretanto, a emergência do cristianismo revolucionário e da Teologia da Libertação na América Latina, representados por setores do clero e por grupos de fieis católicos fazem pensar que nem toda ideologia religiosa é necessariamente retrógrada (Löwy, 1991:7-9). Os educadores do SAR, pelo menos de início, tiveram como referência esse movimento inspirador da luta por uma nova sociedade e resistiram o quanto puderam, dentro deste organismo católico, ocupando um espaço institucional para que os trabalhadores pudessem especializar no cenário político as suas lutas reivindicatórias.

Dando continuidade à avaliação dos assessores do SAR da luta sindical dos canavieiros norte-riograndenses argüe-se, agora, a respeito da trajetória das lutas dos assalariados rurais pelos seus direitos nas décadas de 80 e 90. Nessa trajetória mostram os assessores entrevistados que o processo deu-se da seguinte maneira:

- *Para a preparação das campanhas salariais sempre houve mobilizações e discussões da pauta de reivindicações. De certa forma, sempre houve eventos formativos e discussão da pauta de reivindicações (elaboração), embora de forma precária e horizontal;*
- *Nas campanhas salariais havia uma participação relativa dos trabalhadores e trabalhadoras, através das reuniões nos STR's. Nas primeiras campanhas a participação era bem maior. Com o passar do tempo e das mudanças na conjuntura a participação foi diminuindo. Conseqüentemente, os resultados, em relação às pautas de reivindicações, foi muito maior no início;*
- *Após as campanhas, os STR's da cana/fruticultura não conseguiram sistematizar fiscalizações nos locais de trabalho dos assalariados. Sempre houve fiscalização, quando os STR's recebiam denúncias mais graves. Mas, esta sempre foi uma política difícil de ser implementada pelos STR's (a maioria);*
- *Nos momentos de confronto, de discussão para a montagem das pautas de reivindicações os dirigentes apreendiam mais a situação dos assalariados e do momento conjuntural. Já com os trabalhadores esse processo não se dava;*
- *As campanhas foram dando sinais de cansaço a partir de 1985, se estendendo até 1993. Em 1985 se deu uma perda de eficácia devido o envolvimento da FETARN com o candidato a governador do Estado, Geraldo Melo, no qual foi candidato o Sr. José Mendes, então presidente da FETARN, a deputado estadual. A CONTAG, que antes participava de todo processo de preparação e mobilização das campanhas se retirou de cena, ficando esta tarefa com a FETARN. As condições financeiras da Federação andavam péssimas. Os dirigentes dos STR's, além de não serem assalariados, tinham dificuldades,*

devido a diversos fatores, para conduzirem as campanhas nas suas várias etapas;

- *Um dos problemas da Unificação das campanhas foi com relação aos níveis de organização e de luta dos vários estados. Um outro problema, que persiste até hoje, foi com relação às datas base. Há Estados com datas base antes da campanha do RN e/ou posterior as campanhas do Estado. A unificação das campanhas ajudou no processo de preparação das pautas unificadas e, de certa forma, aumentou a pressão sobre os usineiros da região. Podemos dizer, que em certa medida, a unificação contribuiu para fortalecer o Movimento Sindical no enfrentamento à ofensiva patronal. O que não significa dizer que os problemas anteriormente referidos tenham sido resolvidos;*
- *A estrutura sindical tem apresentado limites organizativos para os trabalhadores. No que se refere as formas de organização das finanças, da gestão administrativa, da verticalidade organizativa, a ausência de secretarias específicas, uma vez que o STR congrega e representa várias categorias de trabalhadores, torna frágil as ações específicas dos sindicatos na região. O sindicato por município fragmenta os mais diferentes interesses dos trabalhadores na região além de estimular os dirigentes a só cuidarem dos trabalhadores na área municipal. A atual estrutura insiste em reforçar o corporativismo;*
- *No meu entender, o legalismo e o corporativismo são e foram fatores limitantes que continuam marcando a cultura sindical no campo. No entanto, houve momentos antes de 85 e depois de 93 que, apesar do legalismo dos dirigentes, centenas de trabalhadores fizeram greves ou paradesiros nas usinas, sendo estes momentos, portanto, os que se conseguiram mais avanços para os assalariados no estado. No entanto, essas lutas não foram além das reivindicações por melhores salários, melhores condições de vida no trabalho e melhoria dos alojamentos e transportes;*
- *Nas campanhas a questão do desemprego era ressaltada, porém, devido ao conjunto dos STR's e das discussões sobre o assunto nunca se avançou muito em propostas concretas. Talvez, por falta de uma visão mais estratégica em todo movimento sindical, ou devido ao contexto e o grande número de desempregados que intimidava os "poucos" empregados nas usinas e/ou na região. As alternativas em relação ao desemprego nas regiões estão sendo mais discutidas recentemente com o debate sobre as políticas públicas e o desenvolvimento local sustentável;*
- *A questão da mulher sempre foi tratada com reservas no Movimento sindical. Embora, nas cláusulas sempre tenha sido contemplado os direitos das mulheres, a prática dos STR's deixava muito a desejar. Não havia uma política traçada para discutir sobre a questão da mulher. Só recentemente é que os STR's estão organizando as Comissões Municipais de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Naquela ocasião não havia uma Frente de Luta das Mulheres. Quanto a questão da criança e do adolescente, a Federação e STR's começou a discutir essa questão a partir dos anos 90. Com relação a crianças, grupos de todo Estado participou de Encontros Nacionais. No entanto, não houve uma seqüência organizativa dos mesmos. Quanto aos jovens houve vários encontros para discutir a situação dos jovens nas áreas*

de assalariados no sentido de tirar propostas para a organização dos mesmos nos STR's. muitos desses jovens participaram do Curso de Formação de Educadores Sindicais e hoje compõem as diretorias dos sindicatos" (Assessor 1).

Como se vê, na fala desse assessor, ele descreveu, claramente, toda a trajetória da luta dos assalariados rurais da área da cana, nesses últimos vinte anos, apresentando seus momentos de avanços, como por exemplo, o período do ciclo de greves que foi de 82 a 84, em que os trabalhadores, apesar dos atos de violência da classe patronal, avançavam em prol de seus alvos que eram usufruir os direitos conquistados nos acordos e dissídios coletivos; seus momentos de recuos ou cansaços, que foram de 1985 a 1993; e os meios e métodos utilizados pelos dirigentes sindicais para que o movimento sindical pudesse continuar firme na luta que oferecia esperanças de mudanças nas decisões de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Também mostrou que no início desse momento de cansaço do movimento, as lideranças sindicais buscaram novas alternativas para solucionar os problemas enfrentados, em face do não cumprimento dos direitos trabalhistas conquistados nas convenções e dissídios coletivos. Uma das alternativas encontradas pelo Movimento Sindical foi a Campanha Salarial Unificada para todos os estados da região Nordeste, com o objetivo de fortalecer o movimento no enfrentamento à ofensiva patronal, fato que passou a acontecer a partir de 1986 e veio dar, realmente, novos ânimos ao movimento sindical em nível regional e local.

Além da questão do desânimo que o movimento vinha enfrentando, também enfocou esse assessor, a questão dos limites organizativos apresentados pela estrutura sindical, em razão do sindicato ser uma entidade que atende as diversas categorias de trabalhadores da zona rural a ela filiados, tornando-o uma entidade frágil nas ações específicas da região. Considerou ainda, a questão do legalismo e do corporativismo que a estrutura insiste em reforçar a sua visão (o assessor nº 1) são e foram fatores limitantes que continuam marcando a cultura sindical no campo.

Também enfatizou a questão da inovação tecnológica ocorrida no setor sucroalcooleiro que veio reduzir a mão-de-obra do processo produtivo provocando o desemprego, atingido a redução da força de trabalho em mais de 70%. Tal fato limitava as negociações dos trabalhadores com o patronato, pelo risco de perda de emprego. Esta questão pouco foi discutida no movimento, vindo a ser tratada mais recentemente com o debate sobre as políticas públicas e o desenvolvimento local sustentável.

A fala desse assessor sobre a trajetória das lutas dos assalariados rurais é concluída com a questão da mulher, da criança e do adolescente, mostrando que a questão da mulher sempre foi citada e até mesma incluída nas cláusulas das reivindicações do movimento sindical, mas que na prática, ficou a desejar por um bom tempo. Só agora recentemente é que os STR's estão organizando as Comissões Municipais de Mulheres Trabalhadoras Rurais em face do próprio Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais ter avançado. E no que se refere à questão da criança e do adolescente, esta só entrou para o leque das discussões da Federação e STR's a partir dos anos 90, após o reconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Endossando a avaliação feita pelo assessor 1, apresenta-se a avaliação do **assessor 2** que empreendeu (ou que fez) o seguinte relato: até 1988, o movimento sindical resumia-se, praticamente no período da campanha salarial. As atividades desenvolvidas nas primeiras campanhas contavam com a coordenação da CONTAG. A partir de 1985, essa coordenação passou para a FETARN. No final de 1987, frente às crises enfrentadas pelo Movimento Sindical, a FETARN elaborou o "Projeto EDUCANA", que foi aprovado em 1989, pela entidade Internacional ICCO e contou com a parceria da CESE. Mas, em 1988, o movimento já pode contar com recursos desse projeto para financiar a Campanha Salarial desse ano. Em 1990, foi criado o Pólo Sindical da área da cana e, com a sua criação foi redefinida a coordenação do Projeto EDUCANA. Em todo esse trajeto a participação do SAR era apenas pontual, no período da campanha salarial de cada ano, isto durante toda a década de 80. No início da década de 90, o SAR sensibilizado pela situação de exploração sofrida por essa categoria de trabalhadores, deu prioridade a "ensaiar" um trabalho mais sistemático de formação e acompanhamento do movimento sindical. Entretanto, afirmou o assessor 2, que na época da campanha, esse trabalho resumia-se a reuniões dos dirigentes, programação das atividades, elaboração e discussão da pauta. Embora fosse um trabalho realizado há quase dez anos, a participação dos trabalhadores era restrita, apesar deles serem convocados para as assembleias e informados do processo de negociação em alguns momentos. Ano a ano as campanhas salariais iam tendo menos repercussões, e essas repercussões dependiam do tipo de ação realizada pelos sindicatos (greve, atos públicos, etc.) e a conseqüente tensão gerada nas áreas e no âmbito do Estado. Havia repressão da classe patronal e de seus prepostos ao movimento, em razão das queixas dos trabalhadores na Justiça do Trabalho para que os patrões cumprissem a lei que regulavam as relações trabalhistas, conforme o acordo realizado na Convenção Coletiva de Trabalho. O não cumprimento do que havia sido negociado no

acordo entre as classes era alegado pela classe patronal que era por causa da crise que o setor sucroalcooleiro vinha enfrentando e que, segundo eles, justificavam a não concessão trabalhista solicitada pelos trabalhadores.

Prossegue esse assessor, avaliando a trajetória e no que se refere aos resultados das campanhas; elas “variavam em cada período”. Não havia muitas mudanças na pauta de reivindicações, antes eram renovadas a maioria das cláusulas das campanhas anteriores. O que se tinha de novo era a explicitação de direitos trabalhistas que dificilmente eram cumpridos. A prioridade da luta era o percentual de aumento que seria dado ao salário que eles vinham recebendo o qual deveria ser um valor de modo que o salário da categoria fosse superior ao salário mínimo oficial.

No que se referia ao poder de barganha do movimento sindical dos canavieiros, com o passar dos anos, ele foi perdendo cada vez mais a capacidade de pressão e foi ficando cada vez mais na defensiva, ou melhor, no momento das negociações garantia apenas os direitos já conquistados. Essa crise do movimento sindical era advinda da reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro e do aumento do desemprego que tinha atingido a área. Tal fato refletia nas negociações entre o patronato e a classe trabalhadora. Negociações que até o momento continuavam da mesma forma, eram realizadas através dos representantes das categorias envolvidas e se dava na Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Os trabalhadores, para garantir os direitos já conquistados, ameaçavam entrar em greve. Embora houvesse as ameaças de greve, os patrões faziam uso do discurso sobre a crise do setor, os representantes dos trabalhadores cediam e cada vez mais os patrões iam ganhando força em cima da fraqueza do movimento. Os acordos realizados entre os representantes da classe patronal e da classe trabalhadora já repercutiam negativamente junto a alguns dirigentes e trabalhadores que estavam realizando essas negociações.

Além do lado negativo que vinha acontecendo com as negociações, ainda havia a questão da fiscalização ao cumprimento dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, frente à intransigência e à desobediência patronal em cumprir a lei, que só funcionava quando se tinha a disponibilidade e o apoio da Delegacia Regional do Trabalho. Sem a presença da DRT, os sindicatos não conseguiam verificar as denúncias. O trabalho realizado pela DRT e os sindicatos contemplavam poucas denúncias. Os sindicatos sozinhos não faziam um serviço mais efetivo de fiscalização, a não ser nos momentos próximos às campanhas salariais. Somando a esses problemas já citados, ainda havia outro fator que dificultava a ação do movimento sindical em prol da causa trabalhista. Era a omissão, por parte do DNER e das

Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, no tocante à fiscalização dos transportes utilizados pelos usineiros e fornecedores de cana, para levar os trabalhadores aos locais de trabalho e que não estavam dentro dos padrões determinados na lei, provocando constantes acidentes.

Apesar das campanhas salariais serem realizadas todos os anos e produzir uma certa consciência na classe trabalhadora, por serem momentos esclarecedores de diversos aspectos que afligiam a categoria, essa maneira que o Movimento Sindical dos canavieiros vinha utilizando no processo de formação político-sindical era, por si só, insuficiente para gerar uma consciência sobre a estrutura de funcionamento da sociedade. A visão que os canavieiros tinham do sindicato com relação à campanha salarial, era uma visão oposta à que esse mesmo canavieiro tinha quando ia fazer uma reclamação trabalhista, porque era ao sindicato que ele recorria para defender as causas que o afligiam. Entretanto, apesar de ser uma visão oposta no que se referia ao sindicato poderia ser reconhecida como o primeiro passo no seu processo de formação, mas não a sua efetivação. Era preciso que se trabalhasse fora do período da campanha salarial para que ele pudesse agir no sindicato, vendo-o como uma entidade que se dispõe a defender a causa não somente de um trabalhador, mas de todos os que formam a categoria.

Conforme o assessor 2, no início dos anos noventa as campanhas salariais tornaram-se rotineiras, na sua forma e conteúdo. Essa rotina era fruto das mudanças ocorridas no setor canavieiro como: crise de produção, redução de incentivos governamentais, necessidades de reestruturação produtiva diante do acirramento da competição no mercado, etc. Esse cansaço das campanhas salariais já ocorria há quase meia década e para restaurar essa situação as campanhas salariais passaram a ser unificadas em toda a região Nordeste. O benefício dessa unificação foi melhorar a construção das pautas coletivas, inclusive, inserindo aspectos inovadores como o das políticas públicas, apresentando a questão do canavieiro como uma questão pública em nível regional. As ações, realizadas a esse respeito, nos estados de Pernambuco e da Paraíba, estavam mais na mídia do Rio Grande do Norte. Entretanto, beneficiavam o movimento sindical em todos os estados nordestinos. Outra contribuição da unificação das campanhas salariais foi no sentido de perceber as diferenças entre as diversas FETAG's na condução do processo utilizado pelas mesmas para mobilizarem a categoria em cada estado, possibilitando também o envolvimento das oposições sindicais às diretorias destas federações. Ressalta, esse assessor, que as dificuldades enfrentadas pelo movimento canavieiro, em nível regional, residiam no fato dos valores das pautas de reivindicações serem diferenciados e os processos de negociação serem estadualizados. Essa dificuldade

configurava-se na questão de se tentar manter um cronograma unificado para todos os estados nordestinos, quando os mesmos não tinham atingido o mesmo grau de desenvolvimento no processo de formação político-sindical. Havia estados mais adiantados do que outros, gerando, então, diferenças nos acordos negociados por eles e por esta razão inviabilizavam a realização das greves unificadas.

Todo esse processo do movimento sindical vinha também demonstrar que a estrutura sindical era vista como um dos problemas enfrentado pelo movimento para fazer face ao patronato, em razão dos STR's trazerem, uma herança muito forte do trabalho com pequenos produtores (diversas categorias) e aprenderem "na marra" a tratar a questão do assalariamento rural e, esta, tendo como base o legalismo das campanhas salariais, na qual recorriam as greves como solução, por ser um instrumento permitido pela legislação e não um instrumento de um movimento social que extrapolava a visão imediata da campanha salarial, fato que fazia a grande diferença entre o movimento sindical no Nordeste com o que ocorria no ABC paulista, no início dos anos 80. A perspectiva da luta no ABC paulista era mais ampla do que na região Nordeste. Além dessa restritividade que existia na luta sindical no Nordeste, havia ainda a questão da violência no meio rural que era muito forte, a qual terminava descaracterizando o verdadeiro papel que tinha o sindicato, e, tornando alguns deles pelegos. Somando a essa situação, acrescenta-se a questão da diferença da atuação da base sindical na localidade de moradia e dentro da usina ou fazenda, em razão de, por muito tempo, o foco da base sindical (delegacia sindical) encontrar-se na localidade e a opção ser reforçada nas áreas de trabalho. Nessa época (década de 80) as reivindicações eram direcionadas à condição de assalariamento da categoria e não a uma tentativa de mudança da estrutura produtiva e fundiária da área canavieira.

A influência do legalismo e do corporativismo no Nordeste era tão forte que nem mesmo a questão do desemprego, que atingia com força a área canavieira (meados da década de 90), foi capaz de superá-los com estratégias como a de relacionar a questão do canavieiro com a questão da indigência (fruto da campanha pela ética na política e da ação da cidadania, mapa da fome, etc.); estratégias estas que não foram incorporadas ou entendidas por muitos dirigentes que haviam sido formados na perspectiva legalista e corporativista (assessor 2).

Outra tentativa para mudar a situação encontrada entre os assalariados da zona canavieira foi tratar a questão das condições de vida desses trabalhadores, como já foi dito atrás, ampliando a discussão sobre o assunto e desta feita dentro de uma visão que a enquadraria nas políticas públicas, tendo como objetivo o Estado assumir como uma de suas

responsabilidades por se tratar de uma questão social que atingia a força produtiva do setor sucroalcooleiro da região nordestina. Enfatizou esse assessor (o nº 2) que a tentativa do Estado assumir a questão do canavieiro no Nordeste foi também utilizada pelos sindicatos patronais que buscavam conseguir subsídios governamentais para o setor, e por isso justificavam que necessitavam desses recursos solicitados, em razão da causa social que afligia a classe trabalhadora desse mesmo setor.

Nessa luta do movimento sindical canavieiro nordestino encontrava-se uma nova situação nos estados de Pernambuco e da Paraíba. Esta nova situação correspondia a luta pela terra das usinas devedoras ou em processo de falência como alternativa para o desemprego na região, fato que não ocorreu no Rio Grande do Norte, apesar de uma das usinas do estado, em Ielmo Marinho, ter entrado em processo de falência na mesma época da movimentação nos estados citados.

É bem verdade que “nenhuma categoria profissional tenha conseguido uma intervenção eficiente, que venha servir como solução para a questão do desemprego nesses tempos de hegemonia neoliberal. Mesmo as categorias com tradição de luta na década de 80, como podemos ver o caso do operariado do ABC paulista, os petroleiros, os bancários, etc. Eles não têm conseguido alternativas eficientes que evitem que a categoria não enfrente a questão do desemprego” (assessor 2).

Na questão do desemprego, a mão-de-obra mais atingida foi a feminina. Um exemplo deste fato é o caso das mulheres canavieiras, que na década de 80 representavam o maior número de trabalhadores no processo produtivo nas fazendas fornecedoras de cana, usinas e destilarias e, na década de 90, essa mão-de-obra foi excluída, de um lado, por causa da inovação tecnológica do setor sucroalcooleiro, em que a máquina eliminou um grande percentual de trabalhadores e, por outro, essa redução da mão-de-obra recaindo sobre a mulher era em razão dos direitos que elas haviam conquistados como: salário igual ao dos homens, quando antes recebiam a metade, realizando a mesma atividade e na mesma igualdade que eles, salário maternidade, etc. Nesse processo de exclusão também foram inseridos crianças e adolescentes, não porque o patronato entendeu que o trabalho infantil, por exemplo, era um trabalho que explorava essa faixa etária, mas por causa do reconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em junho de 1990. Se fossem encontradas crianças trabalhando no setor, fora das normas que tem determinado a lei, as empresas seriam multadas por exploração do trabalho infantil. Enfatiza esse assessor que, mesmo o trabalho infantil

tendo sido freqüente na área da cana, em toda década de 80 e início dos anos 90, nunca foi feita uma campanha específica combatendo essa questão.

A questão da mulher, frisa esse assessor, foi uma das preocupações do SAR para a área canavieira. Essa entidade elaborou um projeto exclusivo, para alcançá-las, entretanto, não foi possível concretizar-se por não conseguir encontrá-las, nem muito menos agrupá-las como era o alvo do projeto. Para não perder de vez esse projeto, o movimento sindical pensou em trabalhar com comissões de mulheres nos sindicatos, com pouca ou nenhuma presença de assalariadas, tanto da cana como da fruticultura irrigada do Vale do Açu (assessor 2).

Além das duas avaliações já apresentadas sobre a trajetória das lutas, dá-se enfoque à avaliação do terceiro assessor do SAR, por considerar que sua avaliação vai enriquecer ainda mais as informações que configuram esta hipótese de trabalho.

Nas palavras do assessor 3 (uma assessora), a trajetória das lutas dos assalariados rurais pelos seus direitos é descrita da mesma forma que descreveram os assessores anteriores, sendo acrescida das seguintes informações: nas primeiras campanhas salariais dos trabalhadores da área da cana não havia uma preparação com participação ampla de todos os envolvidas na campanha. A pauta discutida no período da mobilização dos canavieiros era preparada pela assessoria da CONTAG e orientada por Pernambuco, Estado com maior capacidade de mobilização e de intervenção política; os panfletos da campanha também eram elaborados pela assessoria; em se tratando da situação dos trabalhadores que vinham de fora, esses eram controlados, 24 horas, pela usina e não faziam parte do sindicato local. Esse controle era com os trabalhadores que vinham do Sertão da Paraíba, como também daqueles que eram levados do Rio Grande do Norte para outros Estados; em se tratando da participação dos trabalhadores nas reuniões, eles não eram apenas ouvintes, mas colocavam a par, o que vinha acontecendo nos locais de trabalho; a mobilização realizada pelo movimento sindical tinha repercussão no âmbito local, pois toda a cidade sabia e comentava como era o caso de Goianinha, Canguaretama e Ceará-Mirim; existia uma presença ostensiva da política e da milícia privada da usina; os patrões endureciam sempre, existiam prisões, ameaças e algumas pessoas perdiam o emprego; os municípios citados eram os que apresentavam maior agitação nas mobilizações, pois nos outros municípios da área canavieira não existia tanta movimentação; o movimento não conseguia manter os trabalhadores mobilizados; os trabalhadores não avançavam na consciência e organização; a exclusão da mulher no mercado de trabalho enfraqueceu o movimento sindical canavieiro no Rio Grande do Norte; este fato levou o movimento sindical a perder o seu poder de barganha nas negociações com o

patronato, passando a depender das decisões tomadas em Pernambuco para poder fechar as suas negociações no Estado do Rio Grande do Norte. Além desse quadro analisado e da ênfase dada aos vários aspectos que influenciaram no desenvolvimento de uma consciência crítica, por parte dos trabalhadores e dos dirigentes e lideranças sindicais foi argumentado pelo assessor 3, que o maior problema enfrentado pelo movimento sindical canavieiro não era a estrutura e, sim, o atraso da categoria, da direção que não avançou e também não se renovou; que a mudança da estrutura sindical é passível aos acordos existentes nas correlações de forças no interior do próprio movimento; que o movimento com uma visão corporativista só olha para o umbigo, levando a ter um discurso fechado, não vendo, por exemplo, a situação do excluído nem o que fazer com ele, ou mesmo como fazer para dar um salto de qualidade, contribuindo para que a categoria vislumbresse no movimento sindical organizado, espaço para mudar as relações e a qualidade de vida. Faltou mostrar alternativas para a vida das pessoas desempregadas; além dessa situação, ainda tinha a questão dos excluídos do processo produtivo que ficavam fora dos espaços de reivindicações e os que ainda estavam empregados perdiam o poder de negociar sua força de trabalho; não existia uma visão sobre as relações e a dominação de gênero, apesar do movimento estar assimilando o discurso de gênero; as lutas ainda estavam longe das necessidades do sexo feminino, como por exemplo, a negação da folga no trabalho, por três dias, no período menstrual, o que demonstrava o quanto é patriarcal a estrutura sindical. Essa assessora conclui a sua avaliação da trajetória das lutas dos assalariados canavieiros argüindo sobre o direito das crianças que era incluído nas cláusulas da pauta de negociações; mas enfatiza que faltou uma fiscalização mais eficiente e um trabalho voltado para garantir os direitos da infância, tipo escola para todas as crianças (assessora 3).

Como foi citado, inicialmente, pode-se observar que essa assessora aprofundou algumas questões, como por exemplo, a visão a respeito da estrutura sindical, da participação dos trabalhadores, da exclusão da mulher, entre outras, mostrando a necessidade de os dirigentes de base e as lideranças sindicais crescerem para que o movimento pudesse avançar e galgar novos horizontes no tocante às condições de trabalho e qualidade de vida da classe trabalhadora.

Prosseguindo a avaliação das campanhas salariais, um outro ponto tratado por esses assessores foi com relação à formação político-sindical. Nesse ponto esses assessores mostraram em que contribuíram os projetos de formação elaborados, inicialmente, para a área da cana e depois para a da fruticultura. Na visão do assessor 1, ex-educador do SAR, a

contribuição foi a seguinte: a) A fiscalização e a necessidade da carteira assinada resolveu em parte o cumprimento das conquistas coletivas, mas as usinas continuaram desrespeitando o contrato coletivo de trabalho, em decorrência dos contratos temporários; b) apesar de quase todos os direitos serem desrespeitados, houve alguns ganhos políticos em relação à jornada de trabalho, transporte, etc.; c) as direções dos sindicatos que participavam mais sistematicamente dos projetos de formação político-sindical, principalmente os da região canavieira, conseguiram ampliar mais a ação sindical com a participação das bases do sindicato (Canguaretama, Várzea, Espírito santo, Montanhas e Goianinha); d) estes sindicatos foram os que mais cumpriram a função integradora dos sindicalizados na perspectiva de mudanças da realidade e da ação sindical, apesar de, noutra nível e perspectiva, outros terem cumprido uma ação agregadora e esclarecedora dos seus representantes; e) em geral, há um reconhecimento dos sindicatos como representantes legais e legítimos dos interesses dos trabalhadores, apesar dos patrões e seus prepostos acionarem formas com pretensões de ridicularizar essas entidades e esvaziar essa legitimação social; f) a construção de uma identidade social e cidadã, para além das noções ligadas ao produto e localização no processo produtivo, canavieiro e fruticultor; g) em se tratando da socialização política, os processos formativos envolvendo os trabalhadores da área canavieira e da fruticultura os levaram a apreenderem elementos que contribuíram para a percepção de que a luta não era só pela sobrevivência em condições extremamente adversas, mas também pelo combate do que causava todas as mazelas que eles estavam vivendo e, h) esse processo foi acontecendo de forma diferenciada nos vários períodos em que a FETARN executou o projeto formativo: a partir de 1985 as lutas eram centradas mais no atendimento às necessidades imediatas (dimensão economicista), o que de certa forma limitava o esclarecimento com relação à dimensão do cidadão trabalhador. Entretanto, a partir de 1993, ocorreu uma ampliação no processo educativo e esse passou a dar mais ênfase à visão cidadão, isto a partir de um trabalho mais sistemático e qualificado incorporando questões pedagógicas, metodológicas e relacionadas a visões de mundo. Desse trabalho realizado na área da cana e da fruticultura, os resultados maiores ficaram por conta dos sindicatos da área canavieira (Idem, *ibidem*).

Frente a uma avaliação como a feita por esse entrevistado, a respeito da ação do movimento sindical num período de quase vinte anos de lutas, percebe-se que em seu trajeto essa ação sindical foi imprimindo, num contexto social e político adverso, um processo árduo, longo e ambíguo, mas de aprendizagem, com duas faces reciprocamente implicantes: racionalização social (configuração institucional de direitos, mesmo que eles fossem

cerceados) e subjetivação (construção de uma nova identidade política e cidadã que deu novo significado às próprias noções identitárias desses atores sociais: canavieiros e fruticultores¹³).

Embora ainda esteja distante a vivência de determinados valores no cotidiano das classes menos favorecidas, principalmente no que se refere ao cumprimento dos direitos, podem--se enfatizar, ainda, outros avanços ocorridos no processo de mobilização dos canavieiros: a) o processo de formação político-sindical contribuiu para que parcelas dos trabalhadores ganhassem auto-estima, mesmo diante de momentos conjunturais difíceis; b) contribuiu para destruir alguns aspectos do fatalismo e esteriótipos em relação às relações de trabalho. A este respeito, um dos entrevistados, deu exemplos que relativizam o tom negativo das avaliações anteriores e que colocam em xeque a própria ação do SAR. Para esse assessor, a luta dos assalariados contribuiu, nos anos de 1995 a 1998, para os (as) trabalhadores (as) assalariados (as) da cana e da fruticultura realizarem parades e ocupações, pressionando o patronato através de várias outras ações pelo cumprimento das cláusulas acordadas nas Convenções Coletivas de Trabalho; c) a ação sindical contribuiu para gerar a solidariedade e unificação das campanhas salariais entre os fruticultores do Vale do Açu e Mossoró num momento conjuntural desfavorável, em razão de algumas empresas estarem fechando as suas portas e outras que estarem ameaçando, desempregar parte de sua mão-de-obra; d) contribuiu para uma ação mais solidária entre os STR's, bem como gerou tanto uma hegemonia como uma tendência para o fortalecimento da legitimidade dessas organizações pelos trabalhadores; e) a formação ajudou a estruturação dos Pólos Sindicais das áreas de assalariamento rural, ampliando a solidariedade entre as organizações sindicais; f) contribuiu para a consolidação dos sindicatos como espaço de aprendizagem e exercício dos direitos, apesar da tutela e das decisões arbitrárias da classe patronal que incidiam de forma coersitiva contrária a esse avanço; g) contribuiu para a continuidade da luta pelo cumprimento da lei, inclusive para a constituição de equipes de trabalhadores que fiscalizassem e denunciassem, junto com o sindicato, desmandos e desrespeito e ao mesmo tempo pressionassem os poderes públicos para fazerem as empresas cumprirem a lei; h) contribuiu para o aumento da legitimidade e representatividade nos processos político-formativos, bem como para uma maior abertura dos STR's à participação, envolvendo trabalhadores nas organizações de planos de atividades (alguns) espelhados no Plano dos Pólos Sindicais e, um aumento do poder de pressão sobre os

¹³ A citação dos fruticultores em alguns momentos deste trabalho deu-se em razão dessa categoria ter sido contemplada com o apoio e a assessoria do SAR através dos mesmos projetos que foram elaborados para dar assistência aos trabalhadores da zona canavieira e, boa parte do trabalho, como cursos, treinamentos, etc., terem sido realizados em conjunto.

poderes públicos maior que há 10 anos atrás; i) contribuiu para aumentar a participação dos trabalhadores nas campanhas salariais; j) contribuiu para um maior investimento na formação-educativa para dirigentes e lideranças sindicais; K) contribuiu para o surgimento de novas diretorias, bem como, para a renovação de direções sindicais e l) para o acréscimo do número de filiados aos sindicatos, principalmente das mulheres. Neste sentido, a formação político-sindical abriu uma maior perspectiva para a concretização da democracia no interior dos sindicatos, em face dos debates e das tomadas de decisões (assessor 1, entrevistado).

Apesar da realidade adversa, viu-se que o movimento sindical e os trabalhadores assalariados avançaram nas suas lutas, embora a classe patronal procurasse tornar os seus resultados inócuos. Também, na mesma medida, os assessores alcançaram conquistas. O processo formativo levou-os a buscar outros conhecimentos e a realizarem outras atividades, como a de professor universitário, bem como, a se filiarem a partidos políticos mais combativos, como o Partido dos Trabalhadores com o objetivo de contribuir, de forma mais direta com a causa das classes empobrecidas, particularmente, dos assalariados da cana.

4.5.6.2. AVALIAÇÃO DO PONTO DE VISTA DOS DIRIGENTES SINDICAIS

A avaliação do movimento sindical dos assalariados rurais da zona canavieira norte-riograndense na visão dos dirigentes sindicais está embasada no processo de formação político-sindical desses trabalhadores. Se o movimento conta com pessoas politizadas pode avançar, com mais rapidez, em razão dessas pessoas chegarem com mais brevidade a um consenso comum dos objetivos que pretendem alcançar. Além do mais, ter-se-á maior unidade da categoria, maior representatividade da classe, haveria uma maior compreensão entre o que seria debatido em plenário e o que se concretizaria no cotidiano desses trabalhadores, entre outros aspectos. Entretanto, sabe-se que a formação político-sindical não é algo que se consegue em qualquer lugar e de qualquer forma, mas é algo que se adquire através de um processo, no decorrer das lutas, independente de qual seja a categoria de trabalhadores.

No caso dos trabalhadores assalariados da área canavieira do Rio Grande do Norte, a necessidade da formação fez-se presente em razão da perda dos níveis de mobilização dos canavieiros na segunda metade da década de 80. Este fato era notório ao relacionar o processo da luta até 1985, embora até esta data, a categoria e suas lideranças tivessem acumulado uma rica experiência de lutas. A descoberta da necessidade de maior formação político-sindical não deixa de ser resultado desse aprendizado na luta.

Frente ao desânimo enfrentado pela categoria para elevar os níveis de mobilização e participação dos trabalhadores da zona canavieira, o antigo dirigente sindical (desde 1973) e participante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN), Jose Ferreira da Silva, em entrevista, ressaltou a importância do processo de formação político-sindical para esses trabalhadores. Viu-se que esta demanda foi concretizada através do Projeto EDUCANA. Então, note-se a sua importância na fala daquele sindicalista. Para ele houve:

“... um impulso muito grande na organização, a ponto de ser substituído várias diretorias dos sindicatos; foi criada novas delegacias sindicais. Foi fundado outros sindicatos que não existiam, a exemplo do próprio Espírito Santo, que não era um sindicato, era uma delegacia sindical; e os trabalhadores se organizaram e fundaram o sindicato, porque o município não tinha muita cana, mas era um dos municípios que tinha mais fornecedor de mão-de-obra. Então, com isso aí, os trabalhadores começaram. A Federação, o SAR e vários outros segmentos, a CESE, a CONTAG, começou a nos apoiar e a gente fizemos um trabalho de informação, de capacitação com jovens e adultos, com homens e mulheres e com esse Projeto ajudou e muito, inclusive, nas reivindicações muito mais qualificadas e de negociação, pois, as nossas conquistas foram sempre ampliadas”

O Projeto citado por esse sindicalista deixou uma marca na história desse movimento por ter sido o período de sua vigência, 1989-1994, o de retomada da mobilização e de ganhos também, depois do ciclo de greves de 82 a 84. Além do mais, ainda na fala de Ferreira, das campanhas salariais saíram resultados positivos tanto no tocante a conquistas como à mobilização dos trabalhadores. De todas as campanhas até então realizadas por esse movimento sindical, ele destacou o ciclo de greves e os anos de 89 e 94, por terem sido anos de maiores dificuldades. Veja-se a colocação de Ferreira:

“82, 83, 84 foi o período mais violento, mais efervescente. Ai quando foi em 89, também foi de pique. Assim, os trabalhadores, organizados, mobilizados, os patrões reagiram... É, a gente estava mais organizado; nós estava com a mobilização e com o Projeto de Formação Política em pleno desenvolvimento também. Em 94 também. Os trabalhadores e o sindicato, fizemos uma grande pressão; foi tanto que nas pautas e nas nossas convenções nestes anos de mais efervescência que os patrões reagiram muito, mas que os trabalhadores também não recuaram. É o período em que a gente tivemos um ganho maior de salário”.

Com o Projeto EDUCANA, o processo organizativo tomou novo impulso, e levou à necessidade da criação do Pólo Sindical da área canavieira para uma melhor coordenação tanto das atividades do Projeto como das Campanhas Salariais. Segundo as palavras de Ferreira:

“...nós tínhamos uma campanha salarial no setor canavieiro, que não era um pólo, mas já se sentia um trabalho organizado por conta da ação e de um projeto, mas quando foi em 80, no finalzinho de 80, 88, pra 89, foi criado o Pólo Sindical do setor canavieiro (...) quando foi em 89 o Pólo Sindical canavieiro já estava formado (...) o resultado foi que a gente pôde fazer uma grande campanha, uma grande mobilização, os trabalhadores muito mais mobilizados, muito mais organizados e paramos a usina inteira por quatro dias e a usina teve que chamar pra negociar, recuou, voltou pra cortar 5 carreiras e começou a dá o preço da cana, de manhã, na hora de pegar no serviço e regularizou também, o horário do transporte, porque a gente chegava à noite as 6:00 horas. Então, esses foram os primeiros frutos da organização do Pólo Canavieiro” (Ferreira, dirigente sindical).

Entretanto, cada avanço e conquista alcançados pela classe trabalhadora eram contrariados pela classe patronal, inclusive os direitos alcançados pelas mulheres na Constituição de 1988:

“...então, em 89 foi quando os usineiros começaram a botar as mulheres pra fora, a controlar mais os jovens, a exigir mais dos trabalhadores locais, dos adultos e a buscar gente de fora (...) do Ceará e da Paraíba. Então foi em 89 onde se acentuou mais a contratação da mão-de-obra de outras regiões como uma forma de escamotear, uma forma de enfraquecer a luta dos trabalhadores (...) deixar de contratar a mão-de-obra local e trazer trabalhadores de outras regiões para com isso enfraquecer a luta dos trabalhadores” (Ferreira, dirigente sindical).

De forma mais sistemática, na entrevista com Ferreira, ele apresenta os seguintes resultados que o processo ajudou: 1) na renovação de direções sindicais, na criação de delegacias sindicais, na fundação de novos sindicatos e no surgimento de novas lideranças; 2) o período de vigência do Projeto Educação Sindical dos Trabalhadores Rurais Assalariados da Lavoura Canavieira do Estado do Rio Grande do Norte – Projeto EDUCANA – (1988/89-94), foi o período de maior desafio para o movimento sindical (inovações tecnológicas e mudanças no recrutamento e gestão da mão-de-obra, recrudescimento do desemprego, demissões em massa, aumento da violência patronal, entre outros fatos), mas também de maior efervescência da luta dos assalariados rurais, depois do ciclo de greve: 1982-1984; o papel exercido pelo projeto EDUCANA para dar resposta aos desafios enfrentados pelo movimento sindical no momento em que começa a declinar o processo de mobilização da categoria; 3) o processo formativo proporcionado pelo Projeto EDUCANA ajudou a fortalecer o Pólo Sindical, e o próprio Pólo foi significativo para o avanço da luta dos canavieiros; 4) o processo de crise e reestruturação do setor sucroalcooleiro levou à redução e enfraquecimento dos fornecedores de cana, os quais dominavam o poder político local, abrindo mais possibilidade de intervenção sindical na disputa de políticas e recursos públicos, além de uma representação política favorável aos trabalhadores canavieiros; 5) a ocorrência de uma maior democratização da vida sindical, expressa pela incorporação de novos temas, pelo trabalho de parceria e pela participação das mulheres na luta e na direção de sindicatos; 6) a formação político-sindical se tornou um braço fundamental da luta e ajudou na capacitação de negociações sindicais capazes de agirem com eficácia arrancando dos patrões conquistas coletivas para os trabalhadores; 7) ajudou na conscientização dos trabalhadores, sobretudo na compreensão do sindicato como ferramenta de luta, inclusive pressionando os dirigentes no encaminhamento e defesa de seus interesses; 8) ajudou a aumentar a participação dos trabalhadores nos sindicatos, embora os índices de sindicalização fossem reduzidos a partir do final da década de 80 em razão de adversidades estruturais e conjunturais.

A mobilização do Movimento Sindical dos Assalariados Canavieiros do Rio Grande do Norte, tendo como eixo as Campanhas Salariais e a luta pelo cumprimento dos acordos das convenções e dissídios coletivos puderam manter as conquistas cumulativas ao longo de quase duas décadas (80 e 90) garantindo, apesar das adversidades, um certo nível de participação e de mobilização dos trabalhadores necessário à pressão sobre os patrões e o Estado, no atendimento às reivindicações desses trabalhadores.

Outra avaliação é a de **Maria Avanael Simão**, Coordenadora da Comissão Municipal de mulheres Trabalhadoras Rurais de Canguaretama. Maria, na época da entrevista (1999) tinha 31 anos, 2º grau completo, começou a trabalhar na agricultura aos dez anos de idade, iniciou sua vida sindical realizando os trabalhos de secretária no STR dessa cidade. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, atualmente está exercendo o 2º mandato como presidente desse mesmo STR. É uma mulher de luta, como se verá no seu discurso, cresceu na luta, pois a sua é uma família de líderes sindicais.

“Participei de campanhas salariais, grito da terra Brasil, às grandes mobilizações que é feita a nível de estado, de reivindicação dos direitos dos trabalhadores e os cursos de formação; atividades mais importantes e significativos processo capacitação dos educadores sindicais multiplicadores, onde teve várias etapas” (Maria Avanael, Presidente do STR de Canguaretama).

Esta líder sindical, em sua fala, argumentou que as campanhas salariais foram muito importantes no seu processo de formação sindical porque as lideranças que estão à frente do movimento trabalham, em conjunto, com os menos experientes ou sem experiência, desde a mobilização dos trabalhadores, lá na base, até o momento da negociação. Afirmou que o processo de negociação é uma experiência muito boa e que, a cada ano se aprende mais e vai-se tendo uma melhor intervenção nas negociações. Esta sindicalista destaca várias conquistas obtidas a partir de 1990: transporte de ônibus, caminhões adaptados com bancos e cobertura, ferramentas, água potável no local de trabalho, aumento de salário, piso diferenciado do salário mínimo, com direito a 10% de acréscimo quando o salário igualasse ao mínimo, galpão com boas condições para os trabalhadores oriundos de outras regiões; assistência em acidentes de trabalho etc. Entretanto, para Maria Avanael uma das maiores dificuldades encontradas por aqueles que buscavam a concretização das reivindicações negociadas e passavam a ser direitos, era a afirmação e cumprimento dos mesmos:

“A maior dificuldade, no meu ponto de vista, é o problema financeiro que o STR não tem condição para fazer, principalmente, o trabalho de mobilização que é difícil. O STR é muito pobre em recursos humanos, em pessoas capacitadas pra fazer este trabalho, pessoa mais permanente no Sindicato pra estar acompanhando, fazendo o trabalho de base junto aos trabalhadores. As diretorias do sindicato também não estão qualificadas para fazer o trabalho educativo. Uma diretoria tem 12 pessoas, se o STR tivesse recursos para remunerar esses 12 diretores já superava esta carência de recursos humanos, porque teria diretores capacitados para o trabalho de base” (Idem, ibidem).

Contar com uma equipe capacitada, seria, na compreensão dessa sindicalista, um avanço muito grande do sindicato, por ser essa a entidade que lida, diretamente, com os assalariados rurais. Para Maria esses trabalhadores da cana têm pouco conhecimento dos seus direitos, por isso muitas vezes subjugam-se às leis do patrão, ao invés de defender a sua libertação do jugo de um trabalho muito pesado. Essa é uma conquista que precisa ser amadurecida entre os trabalhadores através do processo de conscientização dos mesmos. Para tanto, segundo essa sindicalista é que se evidencia a necessidade de uma liderança de base capacitada para enfrentar um trabalho junto aos canavieiros, partindo do que se tem de concreto, ou seja, pouca formação do trabalhador e um trabalho pesado que o mesmo enfrenta. Nas palavras da sindicalista:

“Esse trabalho da cana é muito pesado. As empresas começam a pegar os trabalhadores nos pontos de embarque, na época do corte da cana, a partir de 04:00 da manhã. Os trabalhadores chegam em casa a partir de 07:00 horas da noite. Então, há uma dificuldade dos sindicatos conversarem com os trabalhadores, principalmente, no período da safra, por que eles saem muito cedo e chega só a noite. A oportunidade que o sindicato tem de falar com os trabalhadores nesta época é no sábado a noite, ou então, durante o dia no local de trabalho. Mas, às empresas dificulta a entrada nos cortes de cana para conversar com os trabalhadores. No processo das campanhas salariais, foi crescendo a consciência dos trabalhadores sobre seus direitos. Houve momentos em que surgiu muitas barreiras, sobretudo no pique das campanhas, aqueles momentos fortes em que houve greve, 90.93/94” (Idem, ibidem).

Além da necessidade do processo de formação político-sindical e de organização dos trabalhadores, Maria Avanael elencou outros problemas encontrados na classe trabalhadora que dificultam o avanço dessa categoria como: o não cumprimento, por parte dos patrões, dos direitos conquistados nas campanhas salariais. Não cumprimento que se configura na prática através de opressões e demissões de trabalhadores que se destacam nas lutas, utilizam o próprio aparato legal do Estado para fugir do cumprimento da lei que regula as relações de trabalho. Esse fato era decorrente da política neoliberal que o governo brasileiro havia adotado, a partir dos anos 90, que abriu as portas para vários mecanismos que fizeram com que os trabalhadores viessem enfrentar uma desregulamentação e precarização das relações de trabalho; pode-se destacar, por exemplo, a medida que permite o contrato temporário de trabalho. Medidas dessa natureza vinham contribuindo negativamente no processo de mobilização e conquistas dos trabalhadores, fazendo com que esses trabalhadores se subjugassem às estratégias da classe patronal para garantir a permanência do seu emprego.

Além dessa situação, havia a questão das inovações tecnológicas implantadas nas empresas, que não só ampliou a concentração da terra e do capital, mas reduziu ainda mais as possibilidades de emprego para essa categoria de trabalhadores. Esta sindicalista aborda estes pontos da seguinte forma:

“Teve um ano que eu não lembro... mais ou menos em 1994, fizemos um paradeiro na Baía Formosa, porque a empresa estava descumprindo o pagamento de salário família, as férias, etc. os patrões descobriram que nós estávamos vindo junto com os trabalhadores para fazer um ato em frente à empresa, e eles botaram policiais, tratores e máquinas pesadas nas estradas, não deixando que os ônibus cheios de trabalhadores chegassem em frente à empresa para fazer reivindicação, impedindo que a greve chegasse lá. Depois disso aí, foi muito ruim, os trabalhadores não tem muito essa consciência que só através de grandes mobilizações é que a gente consegue as nossas reivindicações. Então, os patrões apresentaram, inclusive, o pessoal que está no período de safra, que é um contrato de 6 meses e demitiram 10 dos trabalhadores que pararam, aproximadamente 200 trabalhadores. Esses trabalhadores passavam o resto do ano sem trabalhar, e foi uma grande dificuldade, porque esses trabalhadores vinham procurar o sindicato que tinha feito o paradeiro, mas mesmo assim, o sindicato fez com que os trabalhadores entendessem que só através de reivindicação, de mobilização, de paradeiro, é que realmente se consegue os nossos direitos. Teve uma estratégia muito forte, lá no município de Baía Formosa que foi a demissão dos trabalhadores por causa do paradeiro, em 1992. Os patrões utilizaram o seguinte método: 1) pegaram os trabalhadores que eram do município da empresa, os mais próximos, aqueles que o sindicato tinha um trabalho com eles (...) aqueles trabalhadores que já tinha uma consciência e que fazemos um trabalho freqüentemente. 2) Outra coisa, foi à contratação de trabalhadores de outros Estados: Sertão da Paraíba, Pernambuco e de outras regiões do sertão do nosso Estado (...). 3) as novas tecnologias usadas nas empresas. (...) Quando começamos as campanhas, tínhamos uma média de mais ou menos 50.000 assalariados. Hoje, temos aproximadamente 10.000. Isto significa 40.000 trabalhadores fora dos cortes de cana, resultado da substituição da mão-de-obra por máquina: a tecnologia desempregando. A maioria desses trabalhadores tiveram que sair do meio rural e ir morar nas periferias urbanas, procurando emprego. Talvez estejam vivendo pior do que no campo, vivendo como favelado e marginalizados nas cidades” (Idem, ibidem).

Ainda acrescentou essa sindicalista que, embora seja esse um dos momentos de crise do setor sucroalcooleiro, não era um momento de crise de toda a classe patronal, pois eles eram quem estavam enriquecendo com tal situação. Quem estava enfrentando, realmente a crise eram os trabalhadores, a ponto de deixarem sua parentela para irem buscar seu sustento e o da família longe da terra onde nasceram:

“Nós sabemos que quem estão enricando são os usineiros. Na crise quem faliu foi alguns pequenos fornecedores de cana, mas, as usinas, inclusive arrendou muito mais terras, que os fazendeiros. Elas estão muito mais ricas e alguns que quebraram no Estado do RN é porque estão com outras usinas muito maior que estas aqui – noutros estados, como em Goiás. Outros empresários deixaram de plantar cana, mas, estão com outras empresas de outros produtos que ta tendo produção e mais ainda que a cana de açúcar. Muitos trabalhadores, principalmente no município de canguaretama, tenho conhecimento que muitos trabalhadores estão saindo para o Mato Grosso do Sul, até para trabalhar no cultivo da cana de açúcar, por não ter outra opção de trabalho aqui” (Idem. Ibidem).

Além de toda reflexão já feita a respeito do processo, do contexto e dos resultados alcançados pelo Movimento Sindical, ela ainda enfocou o trabalho infantil, dizendo que esse tipo de exploração do Estado do Rio Grande do Norte foi, praticamente extinto, graças a uma fiscalização do Ministério do Trabalho, que constatou o fato e multou a empresa. Se existe esse tipo de trabalho hoje, deve ser uma coisa muito escondida.

Quanto ao processo de formação político-sindical, Maria Avanael, apresentou resultados positivos: 1) A presença do Projeto EDUCANA no processo de capacitação de lideranças sindicais de base, que conseguiu formar várias pessoas que hoje estão nas diretorias dos sindicatos; 2) O trabalho de conscientização que essas lideranças vem realizando junto aos trabalhadores assalariados norte-riograndenses, fruto do curso de educadores que capacitou dirigentes para fazerem um trabalho qualificado; 3) o nível das negociações realizadas hoje entre os representantes da classe patronal e da classe trabalhadora; 4) melhorou o nível da organização nas bases sindicais; 5) o aumento, em alguns STR's, do número dos filiados à entidade sindical; 6) aumento da participação dos filiados às reuniões nos STR's onde há um trabalho organizado; 7) o surgimento de alguns dirigentes sindicais que hoje pleiteam ocupar um lugar no poder político local, seja como vereador ou prefeito; 8) o despertar das mulheres trabalhadoras não só para participarem, de forma passiva, contribuindo com a mensalidade por ser sócia, mas interagindo nas mobilizações, apresentando e defendendo as questões da mulher, e também podendo ocupar cargos nas diretorias dos sindicatos.

Embora Maria Avanael apresente esses avanços, ressalta que, no tocante às campanhas salariais, o movimento sindical não avançou muito em relação às políticas de saúde/educação, de moradia e que precisava mudar o processo de formação dos dirigentes sindicais em relação ao trabalho realizado por esses líderes junto aos trabalhadores, razão que vem justificar a

inovação da formação político-sindical para a formação de grupos de trabalhadores multiplicadores, da mesma forma que se projetou a ampliação da ação educativa do Projeto EDUCANA.

4.5.6.3. AVALIAÇÃO DO PONTO DE VISTA DOS TRABALHADORES

A avaliação da trajetória do movimento sindical dos assalariados rurais da zona da cana não estaria completa se não fosse apresentada, também, a avaliação do projeto do ponto de vista dos trabalhadores da base. As falas dos trabalhadores foram coletadas em entrevistas semi-diretivas e selecionadas ao acaso. No entanto, não deixam de ser indicativos de sua compreensão do processo de luta que evidenciaram. Dentre os vários trabalhadores entrevistados, homens e mulheres, apresenta-se em primeiro lugar, um breve perfil desses trabalhadores, o qual compreende: local de origem, a faixa etária, a escolaridade, o tempo que começou a trabalhar na cultura da cana, se é filiado ao sindicato etc. para que se possa entender até que ponto esse trabalhador avançou ou não com a presença da ação sindical na região.

Trabalhador 1 – José Augusto da Silva, nascido no sítio Miranda, município de Goianinha; 40 anos; analfabeto; é casado; tem 5 filhos; começou a trabalhar aos 15 anos e sempre foi cortador de cana. Associou-se ao sindicato há quase trinta anos e, ainda hoje, não aprendeu nada como sócio. Não tem uma consciência política. Se participou das campanhas salariais, não lembra, apenas sabe que as campanhas têm trazido benefícios como:

“...aumentou o salário ... o décimo, ficou tudo mais fácil pa gente. Mas é quase a merma coisa. A gente passa o dia todim cotano cana barato, seis centavo, quando é pra fazer um salarim já é quase o fim do dia ... ganha seis real, cinco...” (José Augusto, trabalhador de Goianinha).

Além do aumento do salário, que segundo o próprio trabalhador, praticamente, não aumentou devido às exigências do capataz e de cabo de turma, ele disse que mudou o transporte, que antes era um carro de cabina e hoje o carro é um ônibus. Também melhorou a

ferramenta, porque é o patrão que dá o facão. Para esse trabalhador toda mudança foi por causa do sindicato, se não fosse o sindicato tudo estaria pior. Veja as palavras de seu José: *“O sindicato começou a exigir da usina, aí ela arrumou facão, os carro é ônibu...”*

Esse trabalhador diz que as coisas mudaram no trabalho por causa do sindicato, no entanto, podemos ver que seu processo de aprendizagem é lento, a ponto dele mesmo dizer que não aprendeu nada *“até aqui não aprendi nada”* em quase 30 anos de filiado ao sindicato. Esse trabalhador também reconheceu que se não fosse o sindicato a situação estaria muito ruim porque não tinha quem desse a mão a eles.

“se num fosse o sindicato aí tava pior. Aí tava rim demais, porque não tinha quem desse uma mão a gente. Aí tava rim nera? Pro modo o sindicato, então ta mior” (Idem, ibidem).

Trabalhador 2 – Aldo Araújo de Lima, natural do município de Espírito Santo, 26 anos, tem o 2º grau completo, solteiro, mas com dependentes, trabalha na cana desde os 14 anos; é filiado ao sindicato desde 91, quando precisou cobrar seus direitos trabalhistas à usina, em razão da mesma dispensar os serviços desse trabalhador sem lhe pagar seus direitos. Após a sua filiação começou a participar das reuniões e continuou na área da cana. Em 95, recebeu o convite para fazer parte da diretoria do sindicato, como 1º Secretário e o seu mandato foi de março de 95 a março de 98.

O seu processo de formação sindical foi através do curso de Educadores Sindicais, do Projeto de Formação que sucedeu o Projeto EDUCANA. Era um curso de capacitação de educadores sindicais. A partir desse curso participou de vários outros da EQUIP, seminários de intercâmbio em Recife, Paraíba e Ceará oferecidos pelo SAR, que era parceiro da FETARN, junto com a EQUIP. Todo esse processo levou esse trabalhador a ser um educador, a ponto do mesmo chegar a ser representante do Estado. Podemos ver esse processo no discurso do próprio trabalhador:

“Quando eu entrei para a diretoria do sindicato em 95, foi quando começou a surgir o curso de educador sindical, que era aquele projeto EDUCANA, que era o projeto específico da área canavieira. Agora é de assalariamento rural. E aí comecei a participar desse curso, era chamados educadores sindicais, capacitação de educadores sindicais. Esses cursos eram muito bons, capacitaram as pessoas, e eu, fui um deles. Esses educadores foram capacitados por esses cursos. E participei de vários cursos da EQUIP, seminários de

intercâmbio em Recife, na Paraíba, no Ceará, aí vim participando. (...) como educador ia participar, representando o Estado e até os educadores mesmo”.

As participações dos trabalhadores nos cursos de formação de educadores, segundo Aldo, contribuíram em mudanças significativas de diretorias sindicais, como a de Várzea e a de Canguaretama, entre outras.

“Esses cursos fizeram, mudaram significativamente algumas diretorias de sindicatos, aqui da região canavieira. Diretorias como a Várzea e a de Canguaretama e outras diretorias mudaram também, significativamente de organização, de quadro de pessoal” (Aldo Araújo, liderança sindical de base).

Além da importância dada ao processo formativo, esse trabalhador e líder sindical de base enfatizou a importância das campanhas salariais, ressaltando que tem sido através delas que a categoria tem conseguido conquistar direitos como: transporte, carteira assinada, encargos sociais garantidos, etc. proporcionando a eles melhores condições de trabalho, apesar do descumprimento, por parte do patronato, de vários desses direitos conquistados. Este trabalhador considerou os seguintes problemas e necessidades de mudança:

“O Pólo não consegue se reunir. (...) Também não consegue se organizar a altura, como deve porque ainda precisa acontecer algumas mudanças em diretorias de sindicatos. (...) Que o pessoal do sindicato abra mais a cabeça pra questão do companheirismo. (...) Um certo grupo, tem união sim, consegue até se unir, consegue até é trabalhar combinado por uma certa prática. Mais um outro grupo não. Principalmente nessas diretorias que conseguiram dar um certo salto de qualidade, eles conseguem se reunir, conseguem encaminhar as coisas direitinho, né, em conjunto, mais os outros não” (Idem, ibidem).

Trabalhador 3 – Zé Luis da Silva, natural do sítio Miranda/Goianinha, tem 52 anos, o primeiro grau incompleto, começou a trabalhar na cultura da cana aos 10 anos de idade, é filiado ao sindicato e participou das campanhas salariais.

Para esse trabalhador a situação das condições de trabalho dos assalariados da cana no Estado do Rio Grande do Norte começou a mudar a partir da mobilização do Movimento Sindical, em 1982, quando aconteceu a primeira Campanha Salarial nesse estado. Enfatizou as conquistas como: transporte, redução do número de carreira do corte da cana, o transporte das

ferramentas em carro separado, entre outras conquistas. Entretanto, apesar de fazer ênfase dessas conquistas, ressaltou a questão da redução da mão-de-obra causada pelo processo tecnológico:

“... a máquina substituiu o homem. A máquina que veio e tirou a mão-de-obra do trabalhador foi a carregadeira (...) foi a primeira (...). Então, quando veio a carregadeira tirou o pessoal. Existia o cambiteiro também que carregava a cana lá pra o desuto, tirou também. (...) E agora, de 90, eles trouxeram as primeiras cortadeiras, trouxeram uma máquina. E, cada máquina, ela substitui cem homens” (trabalhador da Usina Estivas).

Assim, para esse trabalhador:

“A mão-de-obra diminuiu do município via máquina e concentração de gente de fora. Inclusive a gente chegamos esse ano na Baía Formosa. Aqui é a segunda usina. Quando chegamos lá, encontramos 400 trabalhadores do estado de Pernambuco, no sertão de Pernambuco, que nunca viram nem cana. A usina trouxe através de empreiteiro. O empreiteiro trouxe, chegou, soltou os trabalhadores dentro de um galpão e prendeu a identidade dos trabalhadores. O gato prendeu a identidade e a empresa prendeu a profissional. (...) Ficou preso e nós, o sindicato e a FETAG, e fizemos um ribólio lá muito grande, fizemos um ribólio de três dias, e essa empresa teve que mandar os trabalhadores de volta. (...) estavam passando fome, os documentos presos”.

Outra situação que o Sr. Zé Luis argumentou foi a questão da falta de conscientização dos trabalhadores que dificulta a integração da categoria e também falou do Pólo Sindical dos canavieiros: “deixa muito a desejar, que não trabalha”. Também: “que não funciona”, o que contribuem para a desarticulação entre os sindicatos e porque não dizer, entre os trabalhadores. Para esse trabalhador, quando as entidades sindicais trabalham, motivam os trabalhadores e esses procuram o sindicato. O fracasso do Pólo, na compreensão do Sr. Zé Luis é do próprio Pólo. Conforme mostram os relatos, até aqui, podemos ver que a situação dos assalariados rurais não é fácil. Eles ficam à mercê daquelas pessoas (usineiro, fornecedor de cana, empreiteiro) que podem oferecer um trabalho para aqueles que não têm nenhuma outra oportunidade de emprego..

Trabalhador 4 – Severino Augusto de França, natural do município de Espírito Santo, casado, primeiro grau incompleto, tem 49 anos, começou a trabalhar na cultura da cana em 86

e nessa mesma época filiou-se ao sindicato. Também participou da campanha salarial a partir de 1986. Além de cortar cana, trabalhou na construção civil no Rio Grande do Norte e também foi migrante, indo para São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Na fala desse trabalhador temos uma colocação que enfatiza a importância do Movimento Sindical para a categoria, através das campanhas salariais, mostrando os avanços desse movimento por meio das conquistas adquiridas através das convenções e dos dissídios coletivos. Disse esse trabalhador que as campanhas salariais foram importantes para: “o aumento do salário. O transporte, antes a gente andava em caminhão, hoje é de ônibus. Eu acho que melhorou” (Entrevistado). A respeito do sindicato disse que sempre participa das reuniões porque: “eles sempre ajuda a gente” e, que, quando se participa aprende-se alguma coisa, a ponto de poder ensinar aos trabalhadores que não participam. Veja as palavras do entrevistado:

“As vez alguns trabalhador num vem, aí a gente conversa com eles. Como é que o dirigente do sindicato diz pra nós, aí a gente passa pra eles” (trabalhador de Espírito Santo).

O discurso desse trabalhador mostra que o sindicato apresenta uma importância no processo de formação político-sindical da categoria. Vê-se que bem, para este cortador de cana, a situação do assalariado da cana não está pior graças às campanhas salariais e aos sindicatos que têm sempre batalhado em prol deles. Se não fosse a ação do sindicato para defendê-los os patrões faziam com eles o que bem queriam. Podemos ver que esta afirmação do Sr. Severino mostra que as relações entre patrões e empregados têm mudado, graças à presença dessa entidade sindical, que veio não só quebrar o absolutismo da dominação dos proprietários de terra e das usinas e destilarias sobre os trabalhadores, mas também põe um limite à opressão governada pelo código de ética e de direito privado da classe patronal e de seus prepostos.

Trabalhador 5 – Genival Francisco da Silva, natural de Macaíba, 42 anos, casado, 1º grau incompleto, trabalhador da cana a partir da década de 90. Em 1996, entrou na diretoria do sindicato de Macaíba, ocupando o cargo de 3º Conselheiro Fiscal até 98 e em 99 foi eleito para o cargo de 1º secretário. A sua história sindical é curta, tem menos de 10 anos. Entretanto, tem um peso marcante por ter nascido através da luta pelo cumprimento dos

direitos que estavam sendo burlados pelo patronato. A sua principal defesa foi em prol do cumprimento do corte da cana com cinco, ao invés de sete carreiras.

No tocante as campanhas salariais, esse trabalhador notificou que conseguiram várias vitórias como: salário unificado para a categoria; transporte seguro; galpões limpos, zelados e que fossem capazes de suportar o alto contingente de pessoas que chegam a mais de 600 trabalhadores. Que foi através delas que conseguiram mudar a situação das condições de trabalho dessa categoria de trabalhadores. Também falou da falta de organização tanto do Pólo Sindical como do sindicato:

“Com as campanhas salariais conseguimos o corte de cana com cinco carreira (...) isso desde 1994. O salário unificado; transporte seguro; galpões limpos e zelados para os trabalhadores de fora. Apesar das conquistas falta organização no Pólo Sindical Canavieiro para fortalecer a luta (...) e que falta ao sindicato tanto organizar mais como ter mais gente de poder junto ao próprio sindicato. É, gente que tenha poder de decisão “nas campanhas” (trabalhador assalariado – Macaíba)

Trabalhador 6 – Manoel Jorge da Silva, natural do sítio Miranda/Goianinha, tem 57 anos, é analfabeto, casado, associado ao sindicato desde 1973; começou a trabalhar na cana aos 20 anos. Trabalhou na Estivas 10 anos. Informou as suas habilidades e a percepção de sua condição existencial:

“Comecei em setenta e trei cortano, trabalhano em todo serviço de cana. Eu fazia, enchia caminhão à manual, que nesse tempo num tinha carregadeira que tem hoje. Botava o carro no meio da paia, e era 8 home encheno; 4, 3 duma banda, e de outr e 2 em cima pegano o mói.e jogano p’rariba do caminhão a manual. Aí, a depoi que os home chegaro, entende entende? Que sabedoria hoje ta grand, né? Aí, foram inventando facilidade pro peão: cortadera, enchedera, tudo é facilidade; e o peão ficando lá em baixo” (Sr. Manuel Jorge - cortador de cana).

É um trabalhador zeloso com a contribuição sindical, mas não é da mesma forma com relação à frequência às campanhas salariais, apesar de achá-las ótimas por ter sido uma coisa boa para todo trabalhador. Com relação ao sindicato informou que em Miranda existe uma delegacia sindical e, que ali já tinha havido reuniões em que estiveram presentes cerca de 400

peessoas, porque elas eram chegadas ao sindicato. Hoje não tem havido reuniões, mas quando tem, a frequência é pouca, cerca de 40,50,60 pessoas:

“De 80, de 90 p’ra cá, o povo era chegado no sindicato, num era afastado como hoje. Hoje tão afastado do sindicato; que tem muita gente que não acredita. Porque não acredita? O povo inventa uma greve, faz uma greve da usina. O povo diz, uma greve!!! O sindicato não tem força! Mais, o senhor sabe que a força do sindicato é o povo unido! Porque uma andorinha só num faz verão. Onde tem um cento de andorinha o verão é grande. O sindicato como eu acabei de dizer ainda agora (...) tem a sede, tem de ter reunião de 400 pessoa. Pais táí, ele que faz? Aí o povo se afasturo, às veí, às veí tem reunião de 3 ou 4 sócio. Vai só fazer crica p’ro sindicato. É, vai só fazer crica. O sindicato não tem força, minha gente a força do sindicato somos nós” (Idem, ibidem).

Esse cortador de cana não é um cortador qualquer, mas aquele que tem uma consciência da força coletiva do sindicato pela revitalização da participação ativa dos trabalhadores canavieiros. Entretanto, no momento em que foi argüido sobre o assunto não sabia o que poderia ser feito para melhorar a participação do trabalhador:

“Rapaz eu não sei nem responder que a gente tem que fazer pra melhorar. É o povo chegar ao sindicato, continuar a pagar em dia, pá vê se a coisa melhora. Que o negócio p’ra noi ta arrojado. Aí pego esse negócio de salaro, aumento de salaro; o home dá um aumento de salaro; passa a vida dum burro, o salaro amarrado naquilo como ta agora. Agora, foi a briga p’ra ele dá esse salarozin (...) parece que é de 151 reais. Tá veno? (...) Aí, eu quero saber como é que a gente vai viver. Aí, eu tô achando que o povo se chegasse no sindicato, vamo botá o sindicato em dia, o negócio, subia, né? Mai com o povo que tem não dá! (Idem, ibidem).

Como se pode ver nos discursos desses trabalhadores, para que haja uma conscientização na categoria é preciso um processo constante de organização e de formação político-sindical para que eles tenham, entre si, uma visão de unidade, e assim, possam se tornar uma força coletiva organizada e capaz de fazer valer os seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao final deste trabalho sobre a trajetória da ação sindical na área canavieira norte-riograndense, nas décadas de 80 e 90. O seu recorte temático foi bem específico: a ação educativa da Igreja Católica, através do Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal, tomando-se como eixo as campanhas salariais. Apresentam-se algumas conclusões que demonstrarão os avanços do Movimento Sindical Canavieiro no Rio Grande do Norte e que também servirão de norte para outras pesquisas dentro da temática aqui estudada, bem como para a continuação deste trabalho num doutorado.

Para realizar a análise da ação da Igreja Católica, através do SAR, junto aos assalariados da cana no Rio Grande do Norte, fez-se necessário uma breve reconstituição histórica do Movimento Sindical nesse Estado, a partir da segunda metade da década de 40 até o início da década de 80, momento em que começa este trabalho de análise propriamente dito. Isto fez sentido, por ser no final dos anos 40 que foi organizado o SAR e, em razão da pretensão de oferecer uma contribuição, mesmo que modesta, ao conjunto dos demais estudos já existentes sobre o tema. Ao mesmo tempo procurou-se preencher uma lacuna sentida pela própria Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FETARN) e entidades que apoiaram esta Federação e os sindicatos canavieiros a ela filiados: a sistematização de quase 20 anos da luta dos trabalhadores da cana nesse estado. Assim, neste trabalho, não se tratou somente de uma pesquisa que registrou e sistematizou a memória das lutas dos canavieiros, mas também procurou-se avaliar os seus resultados.

A abrangência do trabalho compreendeu uma análise do contexto, do processo e dos resultados da luta dos assalariados canavieiros do Rio Grande do Norte, buscando-se dar continuidade aos trabalhos de Calazans (1969) e Cruz (1982), por serem os que consideramos que relataram a organização do sindicalismo rural e da ação da Igreja Católica na criação dos sindicatos rurais nesse estado. Pode-se ver que, foram trabalhos que procuraram mostrar o processo de formação e mobilização da zona rural norte-riograndense, através da ação da Igreja. Além deles, outros, de porte menor, trataram sobre: o assalariamento rural; a reestruturação produtiva da economia sucroalcooleira; a modernização da agroindústria sucroalcooleira e seus impactos nas condições de vida e trabalho da população trabalhadora etc. Entretanto, não foram trabalhos que pudessem reduzir o hiato existente sobre a história

das lutas da classe trabalhadora nesse estado e o período aqui estudado. Este trabalho, como pode ser visto em seu desenvolvimento, procurou abranger os fatos que antecederam o ciclo das greves, 82 a 84; a narrativa desse ciclo de greves; as Campanhas Salariais Unificadas da região Nordeste, enfocando, basicamente os fatos ocorridos no Estado do Rio Grande do Norte; as campanhas salariais a partir da proposta do Projeto EDUCANA (Educação Sindical dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte) e, por fim, a ação educativa da Igreja, através do Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal, junto aos assalariados da cana e da fruticultura irrigada (tratados aqui só os assalariados da cana) daquele estado.

A mobilização dos canavieiros norte-riograndense, nos seus primeiros anos de luta dependeu tanto da CONTAG como do apoio de várias federações (da Paraíba, Pernambuco, etc.) como de várias lideranças sindicais pernambucanas, em face de não ter experiência com esse tipo de mobilização. Entretanto, apesar da não experiência desses canavieiros, eles realizaram as suas primeiras campanhas com grande mobilização e realização de greve, para conquistarem as reivindicações apresentadas para a negociação com a classe patronal, e esperavam que as mesmas se constituíssem em direitos da categoria.

Em todo o processo de lutas nos anos, aqui estudados, pode-se avaliar que:

a) Ao analisar a trajetória dos canavieiros do Rio Grande do Norte, constata-se que o respaldo dado pelos trabalhadores rurais às suas entidades representativas (Federação e sindicatos) encontrava seu ápice nas campanhas salariais postas em prática anualmente, em que pese as críticas que possam ser feitas às formas como elas se deram e às conquistas que, de fato, conseguiram que fossem efetivadas. Como foi visto, a deflagração de uma campanha era e ainda hoje é, um grande momento para o canavieiro. A sua esperança, bem como, o seu desabafo com relação à exploração que sofria, ocorriam, com maior intrepidez, nos momentos da Campanha Salarial de cada ano;

b) As organizações sindicais passaram a ter um maior crédito e foram reconhecidas, pelos trabalhadores, como importantes para institucionalizar os contratos de trabalho, bem como, para fiscalizá-los, fazendo com que os canavieiros, no dia-a-dia, não ficassem à mercê das decisões arbitrárias dos usineiros e fornecedores de cana. Os sindicatos, ainda, garantiram o encaminhamento de demandas trabalhistas à Justiça do Trabalho, colocaram advogados à sua disposição para a defesa de suas reclamações trabalhistas. Além disso, ofereceram a proteção necessária para que os direitos adquiridos pela categoria não fossem desrespeitados

pelo patronato nem pelas instituições estatais que tinham o dever de cobrar ou averiguar se as leis foram cumpridas ou não;

c) As posições que foram sendo tomadas pelas entidades sindicais contribuíram para que o trabalhador da cana fosse definindo o respeito que o patrão lhe deveria ter, não apenas como força-de-trabalho, mas, como ser humano; que a violência característica das relações patrão/empregado, na área, ainda que não eliminada, passasse pelo menos a ser denunciada e os órgãos responsáveis para coibi-la e puni-la pressionados; que o Estado, apesar de articulado com os interesses da classe patronal, fosse obrigado a ir atuando, levando em consideração, a partir das lutas que passaram a se travar com mais intensidade na área da cana, a existência não só da ordem dos patrões, mas também, a dos trabalhadores, e que esta última se contrapõe à dos patrões, significando que os trabalhadores exigem que, de um lado, o Estado não seja omissor, mas reconheça os direitos por eles conquistados, e por outro lado, que penalize o patronato quando este não cumpre esses direitos conquistados;

d) Os resultados das campanhas salariais, ano a ano, de certa forma, foram dando ao trabalhador uma visão de que eles não eram apenas mais um elemento do processo produtivo, mesmo em face ao descumprimento, por parte dos patrões, de boa parte dos direitos por eles conquistados. Entretanto, entre a questão do descumprimento dos direitos e a de ficar desempregado, quem pesa mais forte é ficar desempregado. Este fato levava o trabalhador a se submeter a certos acordos propostos pelo patronato, já, principalmente, a partir da segunda metade da década de 90, quando o setor sucroalcooleiro foi bastante afetado pelo desemprego, quase em massa, dada a substituição da mão-de-obra pela máquina;

e) Embora pareça um retrocesso a posição tomada pelos poucos trabalhadores que se encontraram empregados, vemos a postura deles trabalhadores como uma forma de chamar a atenção das entidades sindicais e entidades da sociedade civil a fim de buscarem novos caminhos para fazer avançar a luta dessa categoria para além das conquistas de direitos trabalhistas;

f) Além das considerações já feitas, também é importante considerar a ótica do trabalhador sobre a questão e a amplitude com que ele vê suas conquistas. Nesse ponto pode-se verificar que a percepção que o trabalhador tem dos direitos que adquiriu, trouxe-lhe uma nova visão de seu papel, de sua força e da sua importância no processo produtivo de trabalho; que o patrão deixou, pouco a pouco, de ser aquela pessoa que, num gesto de “proteção e bondade”, lhe oferecia, através de um emprego, as condições para que ele pudesse sobreviver

junto com a família e, por isto mesmo, ele deveria ser eternamente grato por esse favor prestado;

g) Nesse processo de luta, a ação sindical foi definindo para a força-de-trabalho da cana, “quem é quem” no processo produtivo e lhe fez ver que a relação patrão/empregados é regida pelo interesse do primeiro, e que esse interesse é sempre o de aumentar a sua riqueza, através da máxima exploração dos recursos disponíveis, dos quais ele é um dos elementos. Isto definiu para o trabalhador, o patrão, como seu inimigo, o que é um primeiro passo para a definição de sua posição como classe, na sociedade. Esta percepção não aconteceu do dia para noite, nem atingiu, diretamente, a todos; de um lado, por causa do alto índice de analfabetismo encontrado nessa categoria de trabalhadores, e, por outro, por causa da rotatividade de boa parte da mão-de-obra empregada em cada safra;

h) No Rio Grande do Norte como em outros estados da região nordestina, a ação conjunta dos trabalhadores da cana, como classe, apresentou, num certo período (80 a 95), um forte impacto sobre o patronato. Este, embora muitas vezes indignado com as interpelações da classe trabalhadora, feitas através das entidades sindicais (CONTAG Federações, sindicatos e Delegacias Sindicais), não podia desprezá-las já que não se tinha mais uma massa de trabalhadores dispersa no campo e facilmente manipulável, resultando na configuração de um novo cenário na área rural.

i) Fatos como os que foram citados acima, demonstram que as relações entre as classes trabalhadora e patronal geraram mudanças em ambas e provocaram uma reação, por parte da classe patronal, de buscar adaptações às novas circunstâncias apresentadas no campo, e, com isto, deu-se um novo acirramento aos conflitos latentes entre as relações patrões/empregados, as quais se configuraram e ainda se configuram com a desobediência às cláusulas acordadas nas Convenções e Dissídios Coletivos decorrentes das campanhas salariais, realizadas anualmente; contando com a anuência e a omissão do Estado.

j) Entretanto, não se pode deixar de vislumbrar que as práticas adotadas pelas entidades sindicais limitaram-se às ações no plano mais imediato de suas carências, deixando de discutir questões de âmbito mais geral, como a sua própria estruturação interna e, principalmente, a questão da posse e uso da terra, por ser vista como uma solução para a força de trabalho desempregada.

No tocante à estrutura sindical poder-se-ia afirmar que, o sindicalismo rural tanto no Rio Grande do Norte como em todo Nordeste, nos anos 70 e 80, apresentou uma estrutura

sindical com uma base contaguiana, que evitava uma ação conjunta com outras tendências de direcionamento do movimento trabalhador rural, de modo a não enfraquecer a sua força agregadora e responsável por este movimento (Andrade, 1994:413).

O modelo do sindicalismo implantado pela CONTAG, em todo Brasil, não conseguiu grandes avanços no que se refere à organização e autonomia da classe trabalhadora, em razão de congregar diferentes segmentos ou categorias de trabalhadores num mesmo sindicato (Idem, *ibidem*, p. 414).

Além desses problemas, também foi verificado ser fato inconteste que os sindicatos não estão conseguindo contornar o problema do desemprego, mesmo na época da safra onde se dá o pique das contratações na área. As inovações tecnológicas introduzidas no processo produtivo, mesmo que de forma mais lenta que em outros setores, aliado ao crescimento da prática de contratações de trabalhadores de outras regiões do estado e de outros estados do Nordeste, vem diminuindo o número de sindicalizados e prejudicando o trabalho de conscientização destes trabalhadores para lutarem pelos seus direitos.

A situação do assalariado da cana é de um trabalhador que enfrenta sérios problemas. Se está empregado enfrenta uma relação de trabalho de semi-escravidão e, se perde o emprego fica, praticamente, impossível conseguir outro. Primeiro, porque os setores de produção têm se modernizado e, no lugar do homem tem ficado a máquina. Segundo, porque as políticas públicas não têm sido planejadas contando com essas pessoas que estão sendo eliminadas do processo produtivo, pensando numa re-localização dos trabalhadores que estão sendo desempregados nas diversas categorias. Estas não só perdem o emprego, mas também o poder de lutar por melhores condições de trabalho e de vida, através das entidades sindicais. A redução do quadro de mão-de-obra nas usinas e empresas fornecedoras de cana tem limitado o poder de barganha da ação sindical na zona da cana, em razão dos trabalhadores que estão empregados se sujeitarem à submissão do patronato, em prol da defesa de sua sobrevivência. A CONTAG e suas Federações não têm apresentado uma política que possa atacar as causas que tem provocado a exploração do trabalhador do campo nem que possa introduzir, novamente, esse trabalhador no setor produtivo, proporcionando-lhe o direito de batalhar por uma vida.

Uma das alternativas ao desemprego, pensada pelo movimento sindical é a luta pela terra. Para tanto, faz-se necessário que as lideranças sindicais revejam as práticas e, venham então, realizar uma política mais agressiva, através da qual possam defender os princípios cidadãos para todos, independente deles estarem inseridos ou não na população

economicamente ativa do nosso país. Além dessa reflexão de suas práticas sindicais, que revejam a necessidade de batalhar pela posse da terra para aqueles que estão sendo esmagados pelo sistema político e a crise econômica que tem enfrentado a classe trabalhadora da sociedade brasileira.

Na análise que se fez da trajetória da luta dos canavieiros no Rio Grande do Norte, foram apresentados avanços e recuos, limites e possibilidades de operar mudanças nas condições de vida e de trabalho de milhares de pessoas. Numa situação cada vez mais adversa e beligerante, a maior contribuição das lutas no campo dos direitos trabalhistas, foi mostrar pela prática, que seus limites estavam na propriedade privada dos meios de produção. Conseqüentemente, nas decisões de seus proprietários de reduzir custos de produção e acionar os meios indispensáveis para tornar os seus empreendimentos competitivos. A luta dos canavieiros ao ameaçar parcela dos lucros patronais, de certa forma, leva-os a tomar decisões imperativas para livrarem-se, tanto das obrigações trabalhistas, quanto para responderem às exigências de qualidade e competitividade do mercado. Restou aos trabalhadores o desemprego em massa e a falta de oportunidades de trabalho numa região dominada pelo monocultivo da cana de açúcar. Neste cenário, lutar pela terra a partir das propriedades de usinas falidas, colocava-se como a alternativa para as organizações sindicais e para os trabalhadores na área canavieira. A combinação das lutas salariais com a luta pela terra, demarcou um novo capítulo histórico do movimento sindical das áreas canavieiras do Nordeste. O que vem acontecendo nesta fase é tema para outro trabalho de cunho acadêmico.

Importa aqui salientar que nessa fase, o SAR, principal entidade de apoio a essas lutas, ao mesmo tempo que enfrentou uma grave crise financeira em face à redução dos apoios de entidades internacionais à sua ação político-educativa, sofreu a intervenção das novas orientações emanadas de setores do Vaticano voltadas, entre outras coisas, para barrar a ação dos grupos católicos afinados com a Teologia da Libertação. A sua equipe de educadores foi substituída, iniciando-se outra fase na história dessa entidade. Este fato parece confirmar a hipótese de que a Igreja-instituição procura adaptar-se às diferentes conjunturas, para, em última instância, reproduzir-se enquanto tal, continuando como instituição de matriz corporativista medieval e aversa a princípios diferentes/contrários à sua moral conservantista. Essa sua matriz corporativista e conservadora manifesta-se, conforme a produção acadêmica, sobre a sua ação no campo, através de uma visão agrarista passadista, visão essa que a leva à se colocar contra o avanço das forças capitalistas no campo e as seqüelas que produz sobre a sua massa de fiéis.

Entretanto, se esse é o marco lógico que a fez ser uma aprovadora de mulheres de camponeses envolvidos em conflitos de terra e, pleitear a Reforma Agrária com base na sua defesa de uma justiça social distributiva é exatamente a partir dele que as contradições passam a aflorar no seu interior, tendo que comportar, até certo ponto, diferentes valores e práticas. Valores e práticas estas que se confrontam e se enfrentam buscando alargar os espaços institucionais, favoráveis ou contrários às lutas e aos trabalhadores, particularmente do campo, que assumem uma perspectiva emancipatória. Por isso, contraditoriamente, a Igreja através de organismos e serviços pastorais terminou contribuindo para a formação de lideranças sindicais e políticas, afinadas com as perspectivas revolucionárias de mudança social. Coloca-se aqui o caso do SAR.

Contraditoriamente, a Igreja, no caso do Rio Grande do Norte, particularmente através do SAR, embora qualificada de instituição “monolítica”, “ruralista”, “passadista”, “corporativista” etc. teve um papel fundamental no processo de reorganização das lutas sociais do campo no Rio Grande do Norte, ainda em pleno regime político autoritário. Os seus controles institucionais e os seus limites ideológicos não impediram que esses agentes, impulsionados, a princípio, por valores cristãos de fraternidade e justiça social ou animados por valores de um comunitarismo cristão, ampliassem as suas reflexões teóricas, buscando novos conhecimentos, fazendo-os romper com os dogmas e princípios da confissão católica.

Bibliográfica

ACHADO MACABRO. *TRÊS ESQUELETOS NO CANAVIAL DA FAZENDA DAS ALMAS*. In: Jornal "Diário de Natal". 24.09.85.

ACIDENTES COM BÓLIAS FRIAS CAUSAM PROTESTOS. In: Jornal "Tribuna do Norte". 14.08.85. p. 05.

ACORDO À VISTA: CANAVIEIROS E PATRÕES. In: Jornal "Tribuna do Norte". 26.09.85. p. 05.

ACORDO COM CANAVIEIROS DÁ SALÁRIOS DE 645 MIL. In: Jornal "Diário de Natal". 01.10.85. p. 06.

ACORDO COM CANAVIEIROS ESTÁ DIFÍCIL. In: Diário de Natal. 07.10.95. p. 05.

AIRES, Cícera Raquel de Araújo Paulo & TRINDADE, Maria Luiza Bezerra. *A agroindústria canavieira – o caso do Rio Grande do Norte*. UFRN/CCSA/DE, Natal/RN, julho, 1985.

AMARGAS PERSPECTIVAS PARA A DOCE CANA DE AÇÚCAR. In: Jornal "O Poti" Suplemento. 06.10.85. p. 08.

ANDRADE, Flávio Lyra de. & CORCIONE, Domingos. *Mudam os tempos... mudam os movimentos no campo*. In: Gaveta Aberta, nº 4, out. – Recife: EQUIP, 1996. P. 5-9

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. (Org.) et. al. *Igreja e Política no RN*. Natal/RN: Co-edição: Z Comunicação e Sebo Vermelho, 2000.

ANDRADE, Joaquim C. X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira no Nordeste: modernização e proletarização*. – Recife-PE, 1990 (Tese de doutorado).

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6ª.Ed. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ANDRANDE, Sandra Maria Correia de. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. São Paulo, 1994. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

ARAÚJO, Expedito Rufino. *O trator e o burro sem rabo. Conseqüência da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco, Brasil*. – Genebra: Institut Universitasse D'Etudes du Developpement, 1990. (Dissertação de Mestrado)

ARCHETTI, Eduardo P. *Economia camponesa: Chayanov ou Marx?* (Trad.) Josefa Salete B. Cavalcanti. In: *Cadernos Brasil em Debates*. – Campina Grande: Publicação do Mestrado em Sociologia Rural/UFPB, agos., 1987.

BARBOSA, Ivone Vital Torres. *Mudanças Sociais na Agricultura e suas Implicações para o Sindicalismo Rural (Um Estudo das transformações em Sapé 1950/1980)*. Campina Grande: UFPB: Centro de Humanidades (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1985.

BARREIRA, Cesar. *Prática política e movimentos sociais: os novos mediadores*. In: *Trilhas e atalhos do poder no sertão*. – Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992. PP.79-139

BARRETO, Reinaldo Muniz. *Modernização do setor canavieiro*. In: CESE/ CEDI /KOINOMIA & OXFAM (Orgs.) *Setor Canavieiro Hoje: dinâmica e perspectiva*. – Salvador, s/editora, 1994.

_____. *Subsídios a Campanha Salarial dos Trabalhadores Rurais da Cana-de-Açúcar*. – Recife: FETAPE, 1992.

BARROS, Ilena Felipe. *Bagaço. Modernização tecnológica e exclusão social: duas faces da Agroindústria Sucroalcooleira do Rio Grande do Norte*. UFRN/CCSA/DSS, Natal, 1997. (Monografia)

BECKER, Howard S. *Problemas de inferência e prova na observação participante*. In: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Tradutores: Marcos Estevão e Renato Aguiar; revisão de Márcia Arieira. – 3ª ed. – São Paulo: Editora Hucitec, 1997. Págs. 47-64.

BÓIAS-FRIAS: INSEGURANÇA E MEDO. In: *Jornal "Diário de Natal"*. 13.08.85.

BRASIL, *Constituição: República Federativa do Brasil*. – Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BENEDETTI, Luis Roberto. “*Introdução à edição brasileira*”. In: Portellu, Hugues, Gramsci e a questão religiosa. 2ª edição. – São Paulo: Paulinas, 1984.

BERTOLAZZI, Annalisa & TOSI, Giuseppe. *A greve dos canavieiros da Paraíba (1984)*, Texto para o curso de “Movimentos Sociais no Campo”, UFPB, Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, 1985(a). mimeo

_____. *Poder local e sindicalismo rural na Paraíba*. Texto para o curso “Poder Local e Estado Nacional”, UFPB, Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, 1985(b). mimeo

_____. *Relações de produção na “Plantation” canavieira do Brejo Paraibano. Das relações tradicionais às modernas*, Texto para o curso “Estratificação Social e Estrutura de Classe”, UFPB, Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, 1987. mimeo

BRUMER, Anita, DUQUÉ, Ghislaine, (et.alli.). *A exploração familiar no Brasil*. In: A agricultura familiar: Comparação internacional; (coord.) Hughes Lamarche; Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. 2ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1985.

CALAZANS, Julieta. *Lê Syndicat Payson Comme Unstrument de participation – Lê cãs du Nort-est do Brèsil* – Memoir EPHE, Paris, 1969. (mimeo)

CAMINHÃO VIRA. UM MORTO E 60 FICAM FERIDOS. In: Jornal “Diário de Natal”. 13.08.85. p. 08.

CANA-DE-AÇÚCAR CHUPOU A MANDIOCA E O FEIJÃO. In: Jornal “Tribuna do Norte”. 29.07.90.

CANAVIEIROS EM CAMPANHA SALARIAL. In: Jornal “Diário de Natal”. 10.09.96.

CANAVIEIROS DENUNCIAM MANOBRA E AMEAÇAM ENTRAR EM GREVE. In: Jornal Diário de Natal. 14.10.95. p.13.

CANAVIEIROS NEGOCIAM SOB TENSÃO. In: Jornal "Tribuna de Natal". 23.09.1994.

CANAVIEIROS CHEGAM A UM ACORDO. In: Jornal "Tribuna de Natal". 09.10.94.

CANAVIEIROS AGUARDAM CONVOCAÇÃO. In: Jornal "Diário de Natal". 26.09.90.

CANAVIEIROS TÊM NEGOCIAÇÃO EM ANDAMENTO NA DRT. In: Jornal "Tribuna do Norte". 10.10.90.

CANAVIEIROS DE TODO ESTADO ACEITAM O PISO SALARIAL DE Cr\$ 10 MIL. In: Jornal "Tribuna do Norte". 13.10.90.

CANAVIEIROS REÚNEM-SE PARA DISCUTIR VIOLÊNCIA E SALÁRIO. In: Jornal "O Norte". 17.03.85. Manchete principal.

CANAVIEIROS E PATRÕES EM NEGOCIAÇÕES NA DRT. In: Jornal "Diário de Natal". 26.09.85. p. 06.

CANAVIEIROS ACEITAM DIÁLOGO MAS MANTÊM A DISPOSIÇÃO DE GREVE. In: Jornal "Tribuna do Norte". 26.09.85.

CANAVIEIROS E USINEIROS: O DIA D – CANAVIEIROS PODEM ENTRAR EM GREVE 2ª FEIRA. In: Jornal "Tribuna do Norte". 28.09.85. p. 05.

CARNEIRO. *Boletim Informativo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN.* Natal (RN): FETARN: Nº 01, 14 de setembro de 1995.

_____. *Boletim Informativo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN.* Natal (RN): FETARN: Nº 02, 18 de setembro de 1995.

_____. *Informativo FETARN*, Edição nº 01, Natal (RN): FETARN, set/out, 1996a.

_____. *Informativo FETARN*, Edição nº 02, Natal (RN): FETARN, nov/dez, 1996b.

_____. *Informativo FETARN*, Edição nº 04, Natal (RN): FETARN, set/out., 1997. p.02.

CARVALHO, Abdias Vilar de. *A Igreja Católica e a questão agrária*. In: Igreja e a questão agrária. Seminários especiais. Centro João XXIII. – São Paulo: Edições Loyola, 1985. PP. 68-103

CASTRO, Francisco de P. Falcão e. *Porque a luta pela terra perdeu intensidade em Pernambuco*. In: Gaveta Aberta, nº 1, nov. – Recife: EQUIP, 1994 P.32-36.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *“Canavieiros em Greve. Campanhas Salariais e sindicalismo”* In: Cadernos CEDI, 14, dezembro. São Paulo: CEDI, 1985.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Seminário Cadeia de Produção e Produtos Estratégicos Nordeste – cana-de-açúcar*. Olinda (PE), 16-18 de março, 1995. (Relatório mimeo.).

CESE – COORDENAÇÃO ECUMÊNICA DE SERVIÇO. *A Viagem ao Rio Grande do Norte*. CESE/HEKS, 12 a 22 de maio. Salvador (BA): CESE, 1998. 17 pp.

_____. *Relatório EDUCANA – 1992*. 18 p.

_____. *Relatório de Atividades*. Período: 01 de novembro a 31 de dezembro de 1992. 02 p.

_____. *Encontro de Entidades Parceiras da CESE no Rio Grande do Norte. Relatório Técnico. Construindo Parcerias*. Salvador (BA): CESE, 17 a 18 de agosto, 1995. 43 pp. Mais anexos.

_____. *Carta da Coordenadoria de Programas e Projetos da CESE à FETARN, informando que no ano de 93, a CESE assumirá diretamente o Projeto EDUCANA e que a ICCO, não repassará mais recursos*. Salvador (BA): CESE, 26 de maio, 1993a.

_____. *Relatório de Viagem ao Rio Grande do Norte, 02 a 05 de junho de 1993, por Eliana Rolember e Teresa Vilaça*, 1993.

_____. *Relatório EDUCANA – Salvador (BA): CESE, 1992a*. 16 pp. (mimeo.)

_____. *Relatório EDUCANA – 23.02.92*. Salvador (BA): CESE, 1992b. 12 pp.

_____. *Relatório EDUCANA. Reunião com STR's da zona canavieira vinculados à CUT* – 26.02.92 – STR Goianinha, 1992c. Anexo

_____. *STR's do Pólo da Área Canavieira – 27.12.91. Idéias para Encaminhamento de uma Proposta de Trabalho para 1992.* Anexo às Anotações da reunião realizada na Sede do STR de Goianinha em 26.02.92, 1992d.

_____. *Relatório de Viagem. Reunião sobre o Projeto “EDUCANA” – Educação Sindical dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte. – na FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte.* Natal/RN, 27 de novembro, 1990. 04 pp.

_____. *Comunicação da CESE à FETARN,* de 15 de outubro de 1990, informando da colocação de Olavo na Prè-Avaliação do projeto Educana, 1990. 01 p.

_____/OCERN/PECC. *A/C José Olavo Ataíde Filho.* 15 de outubro, 1990.

_____/FETARN. *Circular. Ref.: Projeto EDUCANA.* 15 outubro, 1990.

_____. *Relatório de Viagem: Reunião sobre o Projeto “EDUCANA” – Educação Sindical dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte – na FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte.* Natal (RN), 27.11.90. 05 p.

_____. *Acompanhamento ao “Projeto EDUCANA”. FETARN, Anotações Iniciais. Relato.* Salvador (BA): CESE, julho, 1989b. 04 p.

_____. *Relatório Projeto Educana /RN,* 1989.

_____. *Projeto “Educação Sindical dos Trabalhadores Assalariados da lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte” – EDUCANA – RN,* 1988.

_____. *Carta da CESE à ICCO (Holanda) enviando relatório de viagem ao Rio Grande do Norte.* Salvador (BA): CESE, 04 de julho, 1988 a.

_____. *Relatório de Viagem ao Rio Grande do Norte, 27 a 30 de junho de 88.* Salvador (BA), CESE, 04 de julho, 1988b. 09 pp.

_____. *Relatório de Viagem a João Pessoa/PB – 16 a 18/03/85*. Salvador (BA): CESE, 19 de março de 1985. 05 pp.

CHAYANOV, Alexander V. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: A questão agrária, I. Graziano da Silva e Verena Stoleke (organizadores). – São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHIAVENATO, Júlio José. *O grito da terra*. In: Violência em debate/ Márcia Kupstas (Org.). 2ª edição, São Paulo: Moderna, 1997. – (Coleção Polêmica. Série debate na escola) pp. 77-95

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Síntese interna para a CPT do Encontro DNTR?CUT?NE – 20/07/90*. Setor de Assalariados Rurais da CPT/NE, julho de 1990.

COMPANHIA AÇUCAREIRA TEM FINANCIAMENTO DE 2 BILHÕES PARA A FROTA DE TRATORES. In: Jornal “Diário de natal”. 05.10.85. p. 05.

CONTAG – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Anais do III Congresso dos Trabalhadores Rurais, Brasília. CONTAG. São Paulo: CUT/DNTR, 1979.

_____. “III Congresso dos Trabalhadores Rurais. Sindicalismo e Educação”. Brasília. (DF): CONTAG, 1979.

_____. *O Trabalhador Rural – Boletim da CONTAG, 1982 – Matéria sobre a Campanha Salarial 82 no Rio Grande do Norte*. Brasília (DF): CONTAG, set/out/1982, pp. 16-19.

_____. *Nota à Imprensa e ao público em geral*. Brasília (DF): CONTAG/FETAG's, 26 de novembro de 1982.

_____. *Ofício nº ACO/1.125/82, ao Ministro da Justiça. Denúncia de arbitrariedades patronais*. Brasília (DF): CONTAG, 07 de outubro, 1982b.

_____. “Balanço do movimento dos trabalhadores rurais associados” In: Reforma Agrária. Campinas (SP): ABRA, Vol. 12, nº 03, maio/junho, 1992.

_____. *Relatório do Encontro sobre Processo de Trabalho na Lavoura Canavieira*. Carpina (PE), 22 a 24 de julho de 1992. 27 p.

- _____. *Programação Integrada CONTAG/FEDERAÇÕES/STRs*, 1992-1994.
- _____. *Pauta Unificada dos canavieiros do Nordeste CONTAG/FEDERAÇÕES/STRs*, 1992.
- _____. *CONTAG: Secretária de Assalariados. Documento. Brasília: CONTAG, s/d.*
- _____. *Documento ao Ministério do Trabalho externando problemas sofridos pelos canavieiros do Nordeste e apresentando reivindicações. Brasília (DF). CONTAG; 23 de setembro de 1993. 07 pp.*
- _____. *Situação da cana-de-açúcar no Brasil e suas conseqüências para os trabalhadores. Brasília (DF), s/d 10 pp.*
- _____. *Cartilha: Campanha Salarial dos Canavieiros do Nordeste*, 1992.
- _____. *Programação Integrada CONTAG/FEDERAÇÕES/STRs*, 1992-1994.
- _____. *Situação da cana-de-açúcar no Brasil e suas conseqüências para os trabalhadores*, 1994.
- _____. *Informativo. Começa a Campanha Salarial dos Canavieiros no Estado. Ed. Nº 01, nov/dez.. - 96. P. 02.*
- _____. *Informativo. Canavieiros: cartilha orienta o cumprimento do acordo. Ed. Nº 02, set./out.- 96. P. 03.*
- _____. *Secretaria de assalariados. Documento sobre a conjuntura: Neoliberalismo, Globalização e Modernização; assalariados rurais; Campanhas Salariais: negociações coletivas e contratação coletiva de trabalho; Campanhas Salariais do MSTR; Direitos individuais e Os assalariados rurais do MSTR, [s.l.],1997.*
- CONTRATO de Co.execução do Acordo de Co.financiamento. Celebrado entre a I.C.C.O (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e a FETARN (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte), para o ano de 1990. Natal (RN), março de 1990. 03 pp.*

COSTA, Beatriz. *A discussão continua: notas sobre educação popular*. In: Gaveta Aberta, nº 5, jun. – Recife: EQUIP, 1998 P.11-20.

COSTA OLIVEIRA, et. al. *Mulher canavieira: opressão e miséria na luta pela sobrevivência – Teotônio Vilela/Al – 1993*. URAL/CCSA/DSS, Maceió, 1993. (Trabalho de conclusão de curso de Serviço Social)

CRIADO PROGRAMA PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL. In: Gazeta de Alagoas. 04.11.1994.

CRISE DA CANA PODE DESEMPREGAR DEZ MIL. In: Jornal “O Poti”. 22.09.85. p. 06.

CRUZ, Dalcy da Silva. *A redenção necessária: Igreja Católica e sindicalismo rural (1960-64)* UFPB/CH/DAS: Campina Grande, 1988. (Dissertação de Mestrado)

CRUZ, Dalcy da Silva & ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. *As greves no canavial. Projeto de Intercâmbio Social em Agricultura – PIPSA*. Texto para discussão no Encontro do Grupo de Estudo sobre Movimentos Sociais no Campo. Botucatu – São Paulo, 1985. (mimeo)

DELLA CAVA, Ralph. *A Igreja e a abertura, 1974-1985*. In: A Igreja nas bases de transição/ Ralph Della Cava... /et al. /; organizado por Paulo J. Krishb. e Scott Mainwaring. – Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986. P. 13-45.

DEPUTADOS APOIAM TRABALHADORES. In: Jornal “Tribuna do Norte”. 14.09.85.

DNER DISSE: A FETARN ESTÁ CERTA. TRANSPORTE. In: Jornal “Tribuna do Norte”. 16.08.85. p. 05.

DNER GARANTE COIBIR ABUSOS NO TRANSPORTE DO TRABALHADOR RURAL. In: Jornal “Tribuna do Norte”. 16.08.85.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. Divulgação 002/87 (Análise de Conjuntura e Impactos da Política Econômica sobre os Salários). São Paulo: DIEESE, 1987.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. – Rio de Janeiro: Reelume-Dumará: ANPOCS, 1995.

_____. *Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religião* In: A Igreja nas bases de transição/ Ralph Della Cava... /et al. /; organizado por Paulo J. Krishb: e Scott Mainwaring. – Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986. P. 101-129.

EQUIP. *Algumas reflexões avaliativas sobre o acompanhamento das experiências de rurais realizado pela EQUIP*, Recife, março de 1998.

ESTERCI, Neide. (org.) *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil*. José de Souza Martins (prefácio), Neide Esterci et. al. – Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.

FALÊNCIA AMEAÇA A PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR DO ESTADO. In: Jornal "Tribuna do Norte". 05.06.85.

FAO/INCRA. *Projeto UFT/BRA/036/BRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília, ago. /1996, 23p.

FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. *A quem interessam as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros de alagoas?* – Maceió (AL), FASE, 1996.

_____. *Campanhas Salariais de Canavieiros em Alagoas: uma trajetória de ausência (de 1986 a 1995)*. Texto para debate 03. Maceió (AL): FASE, 1995. 31 pp.

_____. *Processo de trabalho e violência no complexo sucroalcooleiro em Alagoas*. Texto para debate 02. Maceió: (AL). FASE, 1995A. 29 PP.

_____. *Crise e reestruturação no complexo sucroalcooleiro alagoano: sugestões de alternativas de desenvolvimento para o setor em Alagoas*. Texto para debate 01. Maceió (AL): FASE, 1995. 23 pp.

_____. CENAP e EQUIPE. *Complexos Agroindustriais no NE. Proposta para atividades conjuntas*. Recife, agosto de 1993.

_____. *Complexos Agro-industriais*. Revista Proposta, nº 55. ano XVI. Rio: FASE, setembro, 1992.

_____. EQUIPE de Jaboticabal - SP. *A crise do PROÁLCOOL*. FASE Maceió:, Documentação de junho de 1990.

_____. *Assalariados Rurais: para onde vai a organização?* Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, Nº 2, Ano XV – outubro, 1989.

FERNANDES, B. M. *“Formação, especialização e territorialização do MST”*. João Pedro Stédile (Org.). Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

FETARN – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE/ SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL. *Relatório da 8 Etapa do Curso de Formação de Educadores Rurais*. De 26 a 28 de julho de 2000. Natal (RN): FETARN, julho, 2000 a.

_____. *Diagnóstico sócio-econômico do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais do Rio Grande*. Natal, 1997.

_____. *I Encontro do Núcleo de educadores(as) das Experiências de Rurais acompanhada pela EQUIP*, Recife, maio, 1997.

_____. /SAR. *Texto sobre a experiência de formação nos Pólos da Fruticultura e Cana do RN*, 1996. 07 p.

_____. *Planejamento do Pólo Sindical Canavieiro*, 02 de julho, 1996.

_____. *“Começa Campanha Salarial dos Canavieiros no Estado”* In: Boletim Informativo FETARN nº 01 – Natal, setembro/outubro, 1996. p. 03.

_____. *“Canavieiros: Cartilha orienta o cumprimento do acordo”* In: Canavieiro Boletim Informativo FETARN nº 02 – Natal, novembro/dezembro, 1996. p. 02.

_____. *Seminário sobre a Realidade Sócio-Econômica e Política da Área Canavieira. Canguaretama (RN)*: FETARN/SAR, 1995.

_____. *Relatório de Atividades do ano de 1995*. Natal (RN): FETARN, 1995. 05 pp.

_____. *Texto sobre a Experiência de Formação nos Pólos da Fruticultura e Cana do RN*. Natal (RN): FETARN/SAR, 1995a.

_____. *Relatório de Atividades do Projeto de Formação Política dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Rio Grande do Norte*. Natal (RN):FETARN, abril, 1995b. 14 pp.

_____. STR's, SAR. *Planejamento do Pólo Sindical Canavieiro*. Natal (RN): 02 de julho, 1995.

_____. *II Encontro de Jovens Assalariados Rurais da Área Canavieira. Intitulado: Jovens assalariados lutando por cidadania*. Período: 25 e 26 de março, 1995.

_____/SAR. *Circular Aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Entidades MEB – CPT (Oestana) – FURN – ESAM – UFRN*. 31 de maio, 1995.

_____. *I Seminário sobre a realidade sócio-econômica da área canavieira*. Canguaretama (RN): FETARN/SAR. Período: 14 e 14 de julho, 1995. 02 pp.

_____. *Curso de Educadores Sindicais – 1ª etapa*, realizado de 04 a 06 de setembro, no Centro de Treinamento de Ponta Negra. – Natal/RN, 1995. 27 pp.

_____. “FETARN inicia campanha” In: *Canavieiro Boletim Informativo nº 01* – Natal, 14 de setembro, 1995. p. 01.

_____. “*Entro define salário*” In: *Canavieiro Boletim Informativo nº 01* – Natal, 14 de setembro, 1995. p. 01.

_____. “*Assembléia será dia 24 de setembro*” In: *Canavieiro Boletim Informativo nº 01* – Natal, 14 de setembro, 1995. p. 01.

_____. “*CONTAG discute agricultura e extensão rural*” In: *Canavieiro Boletim Informativo nº 01* – Natal, 14 de setembro, 1995. p. 01.

_____. “*FETARN denuncia empresa*”. In: *Canavieiro Boletim Informativo nº 02* – Natal, 18 de setembro, 1995. p. 01.

_____. “*Usina Estivas tem trabalho escravo*”. In: *Canavieiro Boletim Informativo nº 02* – Natal, 18 de setembro, 1995. p. 01.

_____. *"Trabalhadores pararam suas atividades"*. In: Canavieiro Boletim Informativo nº 02 – Natal, 18 de setembro, 1995. p. 01.

_____. *"Horário de transporte é reclamado"*. In: Canavieiro Boletim Informativo nº 02 – Natal, 18 de setembro, 1995. p. 01.

_____. *"Campanha mobiliza Pau Brasil"*. In: Canavieiro Boletim Informativo nº 02 – Natal, 18 de setembro, 1995. p. 01.

_____. *"Trabalhadores aprovam pauta"* In: Canavieiro Boletim Informativo nº 03 – Natal, 27 de setembro, 1995. p. 01.

_____. *"CONTAG participa da assembleia"* In: Canavieiro Boletim Informativo nº 03 – Natal, 27 de setembro, 1995. p. 01.

_____. *"FETARN notifica patrões"* In: Canavieiro Boletim Informativo nº 03 – Natal, 27 de setembro, 1995. p. 01.

_____. *"Acidente na Baía Formosa"* In: Canavieiro Boletim Informativo nº 03 – Natal, 27 de setembro, 1995. p. 01.

_____. *"Usina paga salário com vale"* In: Canavieiro Boletim Informativo nº 03 – Natal, 27 de setembro, 1995. p. 01.

_____. *Projeto de Formação Política dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado do Rio Grande do Norte*, Natal/RN, dezembro/1995. 17 pp.

_____. *Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Convocatória*. Canguaretama (RN), 12-12 de novembro, 1994.

_____. *Relatório de Atividades*. Natal (RN): FETARN, 30 de novembro, 1994. 09 pp.

_____. STR's, SAR. 1994. *I Encontro de Jovens da Região Canavieira*. Programação, novembro, 1994.

_____. *Relatório de Atividades – maio a agosto de 1993*.

_____. STRs do Pólo Sindical Canavieiro e o SAR. *Encontro de avaliação da área da cana, no município de Arês*, em 03 e 04 de dezembro de 1993.

_____. *Projeto Educana, Educação Sindical dos Trabalhadores Assalariados da Cultura da Cana de Açúcar do Estado do Rio Grande do Norte – 1994*. Natal/RN, dezembro de 1993. 37 pp.

_____. *Of. DR/003/93/FETARN apresentado, em anexo o documento “Problemas Relacionados com o Projeto EDUCAN – Órgão Executor: FETAR”* Natal (RN): FETARN: 12 de janeiro, 1993a. 03 pp.

_____. *Plano de aplicação da Segunda Parcela do Projeto EDUCANA/93. Período: maio/junho e julho/93*. Natal (RN): FETARN, 1993b. 02 pp.

_____. *Seminário de avaliação da Campanha Salarial 93*. São José de Mipibu (RN): FETARN/STR's, 1993c.

_____. *Of. DR/093/93/FETARN, à CESE, informando reunião para elaboração do Projeto EDUCANA 94 e que estava ciente do prazo para pedido de renovação do referido Projeto*. Natal (RN): FETARN, 29 de novembro, 1993c. 04 pp.

_____. *Relatório de Atividades – Projeto EDUCANA – período 1º de fevereiro a 30 de abril*. Natal (RN): FETARN, 30 de abril, 1993d. 02 pp.

_____. *Relatório de Atividades. Projeto EDUCANA – maio a agosto de 1993*. Natal (RN): FETARN, 07 de outubro, 1993e.

_____. *Of. DR/043/92 FETARN. A Coordenadora de Programa de Projetos da CESE*, Salvador (BA), 03 de junho, 1992. 08 p.

_____. *Relatório das Atividades. Fevereiro a outubro de 1992. Projeto “EDUCANA”*. Natal (RN). FETARN, 30 de novembro, 1992a. 02 pp.

_____. *Of. DR/053/92/FETARN, solicitando esclarecimento à CESE*. Natal (RN), 07 de julho, 02 pp. Apresenta, também, Orçamento para 4ª parcela do Projeto EDUCANA, 1992b. 03 pp.

_____. *Projeto de Educação Sindical dos Trabalhadores Rurais assalariados da lavoura Canavieira do Estado do RN*. Nata (RN): FETARN, 10 de abril, 1992c. 07 pp.

_____. *Campanha Salarial dos Canavieiros – 1991. Relação de equipes de Mobilização*, 1991.

_____. *Of. DR/023/91/FETARN. A Coordenadora de Programa e Projetos da CESE*, Salvador(BA), 08 de fevereiro, 1991a. 05 p.

_____. *Avaliação do Relatório de Pré-avaliação: Projeto EDUCANA /RN*, 1991 (a).

_____. *Breve histórico sobre o trabalho na Área Canavieira, Natal (RN)*: FETARN, 1991b. 05 p.

_____. *Programação Integrada FETARN/Sindicatos, - 1991. Natal(RN)*: FETARN, 29 de janeiro, 1991c.

_____. *Relatório de Pré-avaliação: Projeto Educana/RN*, 1990.

_____. *Projeto: Educação Sindical dos trabalhadores da lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte. Órgão Executor: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte. FETARN*, 1990a. 06 p.

_____. *Relatório de Pré-Avaliação: Projeto EDUCANA - RN. Natal (RN)*, 01.12.1990. 06 p.

_____. *Of. DR/022/1990/FETARN. Ao Coordenador da CESE. Salvador (BA)*, 21 de março, 1990a. 02 p.

_____. *Contrato de Co-execução de Acordo de Co-financiamento, celebrado entre a I.C.C.O (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e a FETARN (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte) para o ano de 1990*. Março, 1990. 03 p.

_____. *Of. DR/093/90/FETARN. A Coordenadora de Programas e Projetos da CESE*. Salvador (BA), 27 de outubro, 1990.

_____. *Of. DR/094/90/FETARN. Ao Presidente da Comissão Intereclesiástica de Coordenação para Projetos de Desenvolvimento.* Holanda, 27 de outubro, 1990.

_____. *Projeto: Educação Sindical dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte,* 1990a. 31 de outubro, 06 pp.

_____. *A Descentralização.* Natal (RN): FETARN, março, 1990 (b). 04 pp.

_____. *Relatório de atividades do Projeto: Educação Sindical dos Trabalhadores da Área Canavieira do Rio Grande do Norte, nov/dez/jan/fev.* Natal (RN), 1989a.

_____. *Relatório de Atividades da Área Canavieira do Rio Grande do Norte, período junho/julho/agosto, Natal (RN): FETARN,* 1989 (b). 05 pp.

_____. *Projeto Educação Sindical dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte. Natal (RN): FETARN,* 1989c. 24 de julho, 05 pp.

_____. *Complementação ao Projeto "Educação Sindical dos Trabalhadores Assalariados da Lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte. Primeira Parte: "Campanha Salarial/88".* Natal (RN): FETARN, 1988a. 30 de junho, 04 pp.

_____. *Projeto Educação Sindical dos Trabalhadores Rurais Assalariados da Região Canavieira do Rio Grande do Norte (EDUCANA).* Natal (RN): FETARN, 1987.

_____. *Of. DR/108/87/FETARN. Solicita o apoio do SAR à Campanha Salarial 87.* Natal (RN), 05 de novembro, 1987(a). 02 pp.

_____. *Of. DR/60/87. Encaminha Projeto EDUCANA à EZE (Alemanha).* Natal, 05 de novembro, 1987b.

_____. *Of. DR/61/87. Encaminha Projeto EDUCANA à ICCO(Holanda).* Natal, 05 de novembro, 1987b.

_____. *Of. DR/62/87. Encaminha Projeto EDUCANA à CESE, Natal(RN): FETARN,* 05 de novembro, 1987.

FETARN: 13 MORTES EM TRÊS ANOS. In: Jornal "Diário de Natal". 13.08.85.

FETARN ARTICULA LUTA SALARIAL. In: Jornal "Tribuna do Norte". 14.09.85.

FETARN APELARÁ À JUSTIÇA PELA SEGURANÇA DOS TRABALHADORES. In: Jornal "Tribuna do Norte". 14.09.85.

_____. Of. DR/02/85/FETARN. Ao Coordenador da CESE. Salvador (BA), 24 de janeiro, 1985a.

_____. *Oficio DR/023/85/FETARN. Ao Ministro do Trabalho. Natal (RN):* 30 de abril, 1985b. 05 pp.

_____. *Nota ao Público. Natal (RN):* FETARN, 02 de agosto, 1985c. 02 PP.

_____. *Of. DR/010/85/STR de São José de Mipibú. STR, Ao presidente da FETARN, Natal (RN),* 05 de agosto, 1985d. 02 pp.

_____. *Nota ao Público. Natal (RN),* setembro, 1985e. 03 pp.

_____. *Of. DR/059/85/FETARN, Ao Presidente da CONTAG. Brasília(DF),* 06 de agosto, 1985f. 02 pp.

_____. *Of. DR/064/85/FETARN, Ao Chefe do 14º Distrito Rodoviário Federal. Natal(RN),* 14 de agosto, 1985(f). 03 pp.

_____. *Of. DR/072/85/FETARN. Aos sindicatos filiados solicitando ajuda financeira à Campanha Salarial. Natal (RN),* 04 de setembro, 1985h. 02 pp.

_____. *Of. DR/073/85/FETARN, Ao Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Brasília (DF),* 04 de setembro, 1985i. 02 pp.

_____. *Of. DR/074/85/FETARN, Ao Comitê de Apoio à Campanha Salarial dos Trabalhadores da Área Canavieira de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro (RJ),* 04 de setembro, 1985j. 03 pp.

_____. *Of. DR/076/85/FETARN. Ao Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. Brasília (DF), Natal,* 05 de setembro, 1985l. 03 pp.

_____. *Of. DR/077/85/FETARN. A Coordenadora do Movimento de Educação de Base MEB, Natal(RN),* 05 de setembro, 1985m. 02 pp.

_____. *Projeto: Assistência e Assessoramento Educacional à Federação e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da área canavieira*, 1985n. 11 pp.

_____. *Of. DR/112/85/FETARN. Ao Delegado Regional do Trabalho, solicitando fiscalização de irregularidades patronais*. Natal(RN): FETARN, 12 de setembro, 1985o. 04 pp.

_____. *Nota ao Público*. Natal (RN): FETARN, 12 de setembro, 1985 p. 02 pp.

_____. *Notificação. Na forma e para fins da Lei nº 4.330/64. Artigos 10, 17, em combinação com os demais*. FETARN/Natal (RN), 22 de setembro, 1985q.

_____. *Encontro realizado em Canguaretama no dia 20.01.85. Objetivo: Cumprimento da Convenção Coletiva em 1985r. Relato*. 04 pp.

_____. *Of. DR/116/85/FETARN. Ao Delegado Regional do Trabalho. Natal (RN)*, 30 de setembro, 1985s. 03 pp.

_____. *Of. DR/125/85/FETARN. Ao Delegado Regional do Trabalho. Natal (RN)*, 11 de outubro, 1985t. 02 pp.

_____. *Of. DR/134/85/FETARN. Ao Delegado Regional do Trabalho. Natal (RN)*, 22 de outubro, 1985u. 02 pp.

_____. *Of. DR/135/85/FETARN. Ao Diretor do DNER. Natal (RN)*, 29 de outubro, 1985v. 02 pp.

_____. *Reivindicações dos trabalhadores rurais assalariados dos municípios de Ceará-Mirim, Taipu, Maxaranguape, Extremoz, Ielmo Marinho, São José de Mipibu, Nizia Floresta, Goianinha, Espírito Santo, Canguaretama, Baía Formosa, Pedro Velho e Montanhas*, 1985 (l).

_____. *Informe da 3ª Campanha Salarial dos trabalhadores rurais da área canavieira do Estado do Rio Grande do Norte*, 1984.

_____. *Defesa dos assalariados da lavoura canavieira do estado do Rio Grande do Norte. Natal (RN)*, FETARN, 1984x. 24 de julho.

_____. *Relatório do encontro de dirigentes sindicais da área canavieira*, realizado em 26.04.82. – Natal/RN, 1982a.

_____. *Encontro de dirigentes, delegados e trabalhadores da área canavieira*, realizado em 23.05.82. – Natal/RN, 1982b.

_____. *Reunião com os sindicatos da área da cana para avaliar o trabalho que vem sendo feito em relação à Campanha Salarial*, realizada em 27.06.82. – Natal/RN, 1982c.

_____. *Grupo de apoio à Campanha Salarial*, – Natal/RN, 1982d.

_____. *Relatório Anual*. – Natal/RN, 1982e.

_____. / STR Canguaretama. *Reunião com os trabalhadores rurais assalariados do município de Canguaretama, na localidade Outeiro*, realizada em 08.05.82, – Natal/RN, 1982f.

_____. / STR Canguaretama. *Reunião com os trabalhadores rurais assalariados do município de Ares, na sede do Sindicato*, realizada em 09.05.82, – Natal/RN, 1982g.

_____. *Informativo*, – Natal/RN, 1982h.

_____. *Reunião realizada em 04.07.82 na Destilaria do Outeiro, município de Canguaretama/RN*. – Natal/RN, 1982i.

_____. *Reunião realizada em 04.07.82 na Fazenda Casqueira, município de Canguaretama/RN*. – Natal/RN, 1982j.

_____. *Reunião realizada em 04.07.82 na localidade de Piquiri, município de Canguaretama/RN*. – Natal/RN, 1982l.

_____. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária, em segunda convocação, da Federação da Agricultura do estado do Rio Grande do Norte*, realizada em 04.10.82, – Natal/RN, 1982m.

_____. *Nota publicada em 06.09.82*, – Natal/RN, 1982n.

_____. *Nota publicada em 08.09.82*, – Natal/RN, 1982o.

_____. *Ofício nº 031/82*, 1982p.

_____. *Informe da Campanha salarial da Zona Canavieira do Rio Grande do Norte*, publicado em 15.09.82, – Natal/RN, 1982q.

_____. *Campanha salarial dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte*, publicada em 21.09.82, – Natal/RN, 1982r.

_____. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte*, realizada em 04.10.82, – Natal/RN, 1982s.

_____. *Paralisação em 06.10.82*, – Natal/RN, 1982t.

_____. *Informe da Campanha Salarial da Zona Canavieira do Rio Grande do Norte*, publicado em 06.10.82, – Natal/RN, 1982u.

_____. *Relatório do Encontro com os sindicatos da zona canavieira*, realizado em 09 e 10.12.82. – Natal /RN, 1982v.

FILHO, José Olavo Ataíde. *Relatório de Pré-avaliação Projeto EDUCANA-RN*. Natal(RN): CESE, 01 de dezembro, 06 pp.

FREITAS, Geovani Jacó de. *Violência e marginalidade no complexo sucroalcooleiro: Alagoas e o Nordeste*. Revista Proposta, nº 55, nov., 1992.

GERALDO DIZ NÃO TEMER CORTES. In: Jornal “Tribuna do Norte”. 24.09.85.

GIULIANI, Paola Cappellin. *Reflexões sobre o projeto de reprodução entre assalariados*. In: “Raízes” Revista de Ciências Sociais e Economia da UFPB, Campus II, Campina Grande, nº 4/5, 1985.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. – São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Teorias dos Movimentos Sociais. “Paradigmas Clássicos e Contemporâneos”*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. *Nova fase do sindicalismo: os trabalhadores do Pólo Agroindustrial do Açu – RN*. In: “Raízes”, Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Mestrado em Economia e Sociologia. Ano XVI, Nº 15, dez., UFPB/Campus II, 1997. P. 24-35

_____. *Irrigação X Forças de Trabalho: escassez ou resistência?* In: Ximenes Tereza (Org.) *Novos paradigmas e realidade brasileira*. ANPOCS/UFGA/NAFA, 1993 (b). P. 338-355

_____. *A automação informatizada do trabalho e a agricultura irrigada*. In: ANAIS do XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília, SOBER, 1993(a).

_____. *A parceria na agricultura irrigada do Baixo-Açu*. Natal, UFRN/CCHLA, 1992.

_____. *A dinâmica da irrigação na região do Baixo-Açu*. Revista Terra e Sal. Mossoró. 6(11): 34-44, 1989.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. 3ª edição. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GRZYBWOSKI, Cândido. *Caminhos dos trabalhadores do campo: movimentos sociais e institucionalidade política*. In *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. – Petrópolis: VOZES & FASE, 1987. P.61-75

_____. *A comissão pastoral da terra e os colonos do sul do Brasil*. In: Igreja e a questão agrária. Seminários especiais. Centro João XXIII. – São Paulo: Edições Loyola, 1985. PP. 248-273

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria da Acción Comunicativa*. Vol. 2: Crítica de la r funcionalista. – Madrid: Taurus, 1988b.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Observação Participante*. In: *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 5ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1997. Págs. 66-78

HTTP: //www.ibge.gov.br/ibge/estatística/populac.../rncont96.snt, 11/04/2001

HTTP: //www.idema.rn.gov.br/ae/textos/text01.HTM, 09/04/2001.

HTTP: //www.idema.rn.gov.br/ae/textos/text02.HTM, 09/04/2001.

HTTP: //www.idema.rn.gov.br/ae/PESQUISA/CAP3/agricult.asp, 09/04/2001.

HTTP: //www.idema.rn.gov.br/ae/GRÁFICOS/GRAFO1.HIM, 09/04/2001.

HTTP: //www.idema.rn.gov.br/ae/GRÁFICOS/GRAFO5.HIM, 09/04/2001.

IAA AUTORIZA A MOAGEM DE TODA A SAFRA DE CANA. In: Jornal "Tribuna do Norte". 26.09.85.

IAA DO R. G. NORTE ALERTA PARA DESEMPREGO. In: Jornal "Tribuna do Norte". 27.09.85.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2000: resultados preliminares/ IBGE.* – Rio de Janeiro: IBGE, 2000. PP. 39-42

_____. *Anuário Estatístico do Brasil/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – vol. 1 Censo demográfico 2000: resultados preliminares/ IBGE.* – Rio de Janeiro: IBGE, 2000. PP. 39-42.

I.C.C.O (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento). Este 907/90/WvD/GB. Ao Presidente da FETARN. Natal (R), 15 de outubro, 1990. 02 p.

IMPASSE NA NEGOCIAÇÃO DE CANAVIEIROS. In: Jornal "Tribuna de Natal". 30.09.1994

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Documento de Política nº 14. O mapa da fome: subsídio à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar.* Brasília: SEPLAN/Serviço Editorial. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica.* Tradução de Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: indicações sobre a estrutura e o processo do "Coronelismo"*. – São Paulo, SP: Alfa-ômega, 1975.

LEI ALTERA RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO. In: Jornal "Diário de Natal". 31.08.96. p. 02.

LIMA, Adriana Teixeira & ELEUTÉRIO, Adriana P. DA Silva. *Relatório de visita à Usina Estivas*. UFRN, Natal/RN, 1997.

LIMA, Cátia Suzana. *Assalariamento rural na área canavieira do Rio Grande do Norte*. UFRN, Natal/RN, 1994 (mimeografado).

LIMA, Severino José de. *A FETARN e a formação político-sindical dos trabalhadores rurais canavieiros e da fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte. Relatório Final de Pesquisa do CEAHS*. V. I, Nov. 2000.

LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. Traduzido por Myrian Veras Baptista. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 39).

LUIZ: PRODUTORES DE CANA ESTÃO SENDO PENALIZADOS. In: Jornal "Tribuna do Norte". 16.06.85.

MARTINS, José de Souza. *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: *A reforma agrária e a luta do MST*. STÉDELL, João Pedro (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. PP.11-76.

_____, *Apresentação da 3ª edição, Introdução e A questão política no campo*. In: *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª edição revista e ampliada. – São Paulo: Hucitec, 1991. PP. 11-35

_____, *Caminhada no chão da noite: emancipação política e liberdade nos movimentos sociais no campo*. – São Paulo: Hucitec, 1989.

_____, *Apresentação e Os camponeses e a política no Brasil*. In: *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3ª edição. – Petrópolis: Vozes, 1986. (a) PP. 9-102

_____, *A Igreja face à política agrária do Estado*. In: A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”. – São Paulo, Hucitec, 1986. (b) PP. 55-77

_____, *A Igreja face à política agrária do Estado*. In: Igreja e a questão agrária. Seminários especiais. Centro João XXIII. – São Paulo: Edições Loyola, 1985. PP.110-126

_____, *Prefácio*. In: Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil. Organizado por Neide Esterci. Cadernos do ISER (Instituto de Estudos da Religião) nº 16. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984. PP.7-12.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELLO, Maria Lúcia G. Figueira. *Violência no campo: um estudo sobre os movimentos sociais na Amazônia rural*. Campina Grande (PB): UFPB/CH/DAS (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1990.

MIELE, Neide. *“A mulher na palha: estudo sobre as condições de vida, trabalho e participação sindical da mulher canavieira de Santa Rita”*. Tese de Mestrado em Sociologia, – UFPB: Campina Grande, Paraíba, 1985.

MOC, Movimento de Organização Comunitária. *Crédito para o pequeno produtor: acesso e disponibilidades*. Colaboradores: Olga Lúcia Matos Oliveira – MOC e Willys Nunes – CEIA. Ed: MOC. Recife PE, 1995.

MOREIRA, Orlandil de Lima. *O sindicalismo e a usina: redefinindo relações: um estudo sobre as repercussões das lutas sociais dos canavieiros no município de Sapé (1984-1994)*. (Dissertação de Mestrado) UFPB, Campina Grande, out. / 1996.

NAVARRO, Zander. *Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande Do Sul, Brasil, 1978-1990*. In: Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. / Organizado por Zander Navarro. – Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 1996. PP. 62-105.

NOBRE, Gismário Ferreira. *A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba*. Centro de Humanidades (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1990.

NOVAES, José Roberto Pereira. *Modernização, relações de trabalho e poder: um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira no Nordeste*. UNICAMP, Campinas-SP, 1993. (Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP).

_____. "Campanhas Salariais dos canavieiros do Nordeste: velhos e novos desafios" In: Revista Proposta, nº 42. Ano XIV, outubro,; Rio de Janeiro:FASE, 1989.

NOVAES, Regina Célia R. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflito no campo*, DSC DA Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP /SP, 1987.

_____. & Programa Igreja/ Movimento camponês do CEDI. Neide Esterci e José Roberto Pereira Novaes (Coordenação). *Canavieiros em greve: Campanhas Salariais e Sindicalismo*. Cadernos do CEDI Nº 14. – São Paulo: Editora Gráfica Ltda. (Impressão e acabamento, dez. 1985.

_____. *A questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba*. In: Igreja e a questão agrária. Seminários especiais. Centro João XXIII. – São Paulo: Edições Loyola, 1985. pp. 209-247.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Estruturas de Igreja e conflitos religiosos*. In: Catolicismo: modernidade e tradição. Grupo de Estudo do Catolicismo do ISER. PIERRE SANCHIS (Org.). São Paulo: Edições Loyola, 1992. PP.41-61.

OPÇÃO PELA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR AMEAÇA ABASTECIMENTO DE ÁLCOOL. In: o Jornal O Poti. 07.08.94.

ORTEGA Y GASSET, J. "A Rebelião das Massas". São Paulo: Loyola, 1987.

PADRÃO, Luciano Nunes. *Mudanças na organização do processo de trabalho no campo: um estudo da agroindústria canavieira*. Texto p/ debate no GT. Movimentos Sociais no Campo do XVIII Encontro Nacional da APIPSA. Campina Grande – PB, 1996. (Versão inicial da Dissertação de Mestrado na UFRJ)

PAIVA, Vanilda. (Organização, Prefácio e Introdução) / et. al./ *A Igreja Moderna no Brasil*. In: Igreja e a questão agrária. Seminários especiais. Centro João XXIII. – São Paulo: Edições Loyola, 1985. 9-40; 53-67

PALMEIRA, Moacir. *A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato*. In: Igreja e a questão agrária. Seminários especiais. Centro João XXIII. – São Paulo: Edições Loyola, 1985. PP. 43-51.

PANTOJA, Álvaro. *Processos avaliativos em educação popular*. In: Ver. Gaveta Aberta, nº 2, jun, Recife: EQUIP, 1995. P. 11-13.

PATRÕES E CANAVIEIROS DO RN CHEGAM A ACORDO. In: Jornal “Tribuna do Norte”. 29.09.85. P. 01

PAZZIANOTO DIZ QUE GOVERNO QUER DIÁLOGO. In: Jornal “Tribuna do Norte”. 29.09.85. P. 09.

PAZZIANOTO PODE SELAR ACERTO DOS CANAVIEIROS. In: Jornal “Tribuna do Norte”. 01.10.85.

PEREIRA, Anthny Wynne. *Regime Change Without Democratization: Sugar Workers Union in Pernambuco, Brasil. 1961-89*. Cambridge Nass. Harvard University, 1991 (Tese de Doutorado).

PONTAL, Pedro. *Movimentos sociais e construção de políticas públicas locais: novos desafios para a educação popular*, In: Gaveta Aberta, nº 5, jun. Recife: EQUIP, 1998. P. 21-31.

POTENGY, Gisélia França. *Mudanças na Estrutura de Poder pós-64: a zona canavieira do Estado da Paraíba e a comparação com o Sertão*. Relatório de Pesquisa para o CNPq, 1988.

_____. *Lês Plaus de modernization de la Producion de la canne a sucro et leurs reperenssons sociales et politique duas lê Nordeste do Brèsil: le cãs do Brejo Paraibano*. Tese de doutoramento de 3º Ciclo, Paris/Nonterre., 1984.

PROÁLCOOL. R\$ 55 bilhões para usineiros ... 1996. Jornal do DIAP, março-abril, p.07.

PRODUTORES QUEREM A REVITALIZAÇÃO DA CANA. In: Jornal “Tribuna do Norte”. 11.06.92.

REAPARECE PROCESSO CONTRA GERALDO MELO. In: Jornal de Natal. 29.08.1994.

RECEITA FEDERAL PASSA A COBRAR IMPOSTO RURAL. In: Jornal "Tribuna do Norte". 07.09.90.

REFORMA AGRÁRIA (Revista). Boletim da Reforma Agrária. V. 12, Nº 3, Maio/jun. – Campinas – SP, 1982. pp. 1-84.

RESENDE, Viviana. *O sindicato cutista é assistencialista?* In: Gaveta Aberta, nº 1, nov. Recife: EQUIP, 1994. pp.27-30.

RN IMPORTA ÁLCOOL PARA GARANTIR ABASTECIMENTO. In: Jornal "Tribuna do Norte". 09.03.90.

RUDIO, Franz Victor. *A observação* (Cap. III) In: Introdução ao projeto de pesquisa científica / Franz Victor Rudio. – Petrópolis: Vozes, 1986. Págs. 32-42.

RUIZ, João Álvaro, *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.* 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 1991. Págs.51-54.

SAFRA DE CANA SERÁ SUPERIOR A DE 95/96. In: Jornal "Diário de Natal". 08.09.96. p. 28.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia.* – São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Manoel. SILVA, M. do Socorro & LYRA, Flávio. *Sindicalismo e mudança no campo nordestino,* In: Gaveta Aberta, nº 3, mar. Recife: EQUIP, 1996. P.23-31.

SAR – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL DA ARQUIDIOCESE DE NATAL Vicariato da Pastoral Social. Histórico In: SAR: abrindo espaços de cidadania, 1949 – 1999.

_____. *Plano Trienal do Serviço de Assistência Rural (SAR) 1999-2001.* Natal (RN), 1999.

_____. *Plano Trienal do Serviço de Assistência Rural (SAR) 1998-2000.* Natal (RN), 1998.

_____. *Relatório Anual de Atividades.* Arquidiocese de Natal – Vicariato da Pastoral Social; Serviço de Assistência Rural – SAR. Natal (RN), 1999.

____. *Relatório das Atividades em 1998*. Arquidiocese de Natal – Vicariato da Pastoral Social; Serviço de Assistência Rural – SAR. Natal (RN), dezembro, 1998.

____. *Relatório Anual de Atividades 1996*. Natal (RN): SAR – Arquidiocese de Natal, 1996.

____. *Planejamento Anual*. – Natal/RN, 1996. 04 pp.

____. *Relatório de Reunião – 3ª Etapa do Curso de Educadores Sindicais*. Natal (RN): SAR/FETARN, 09 de abril, 1996. 03. PP.

____. *Projeto de assessoria à organização dos Assalariados da Área da cana e da Sul-zona do Assu*. Natal (RN): SAR, 1996. 04 PP.

____. *Registro de Atividades*. – Goianinha (RN), 20 de março, 1995. 03 pp.

____. *Relatório mensal da área temática*. – Natal/RN, março, 1995. 05 pp.

____. *Relatório do II Encontro de Jovens Assalariados Rurais da Área da Cana*. – Natal (RN), 25 e 26 de março, 1995. 08 pp.

____. *Relatório mensal da área temática*. – Natal/RN, abril, 1995. 05 pp.

____. *Registro de Atividades: Reunião com FETARN/SAR/EQUIP, assalariamento rural*. – Natal/RN, 04 de abril, 1995. 12 pp.

____. *Encontro com Dirigentes do Pólo Sindical Canavieiro*. Realizado em 30 de maio. Natal/RN, 12 de julho 1995. 05 pp.

____. *Registro de atividade: assalariamento rural*. – Natal (RN), em 17 de junho, 1995. 03 pp.

____. *Encontro de mulheres trabalhadoras rurais*. Taipu (RN), 08 e 09 de julho, 1995. 04 pp.

____. *“Campanha Salarial dos Canavieiros”* In: Informativo SAR, 18 de setembro, Natal (RN), 1995.

____. *“Campanha Salarial dos Canavieiros”*, In: Informativo SAR, 22 de setembro, Natal (RN), 1995.

_____. *Relatório Anual de Atividades. Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal.* Natal (RN), 1995.

_____. *Notas para o Relatório da avaliação anual do SAR.* Natal/RN – 1995. 09 p.

_____. *Relatório da Avaliação Anual do SAR.* Natal (RN), 1995. 03 p.

_____. *Plano Trienal do SAR 1995-1997.* Natal (RN) – Brasil, 1995. 34 pp.

_____. *Relatório Anual de Atividades de 1994. Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal – Natal(RN), 1994.*

_____. *Relatório do Encontro de Planejamento dos STR's da área da cana. – Arês (RN), 10 de março, 1994. 06 pp.*

_____. *Relatório de Atividades: Reunião do Pólo Sindical.* Goianinha – Natal/RN, 12 de março, 1994. 05 pp.

_____. *Relatório de Atividades: Reunião do Pólo Sindical.* Goianinha – Natal/RN, 05 de abril 1994. 03 pp.

_____. *Relatório da Reunião com a Diretoria do STR de Goianinha – Natal/RN, 16 de abril, 1994.*

_____. *Relatório do Curso sobre Administração e Contabilidade Sindical – Arês/RN – 26 e 27 de abril, 1994. 06 pp.*

_____. *Relatório do Encontro Municipal dos Trabalhadores Assalariados de Arês/RN, 15 de maio, 1994. 03 pp.*

_____. *Relatório de Reunião do Pólo Sindical. – Goianinha/RN, 03 de maio, 1994. 03 pp.*

_____. *Relatório de Supervisão, Goianinha /RN, 25 de maio, 1994. 03 pp.*

_____. *Relatório de Supervisão, Goianinha /RN, 20 de agosto, 1994. 03 pp.*

_____. *Relatório de Atividade, Natal /RN, 1994. 04 pp.*

- _____. *Relatório de Atividades: Reunião com Dirigentes e Trabalhadores Assalariados. Goianinha – Natal/RN, 27 de agosto, 1994. 02 pp.*
- _____. “*Campanha salarial dos Canavieiros*”. In: Informativo nº 16, ano 05, 21.09.94. Natal (RN), 1994. 02 pp.
- _____. “*Usineiros apelam para violência*”. In: Informativo nº 17, ano 05, 27.09.94. Natal (RN), 1994. 02 pp.
- _____. “*Canavieiros em Greve*”. In: Informativo nº 18, ano 05, 21.09.94. Natal (RN), 1994. 02 pp.
- _____. *Relatório de Atividades: panfletagem na destilaria Baia Formosa no dia do pagamento dos trabalhadores, Baia Formosa (RN), 29 de outubro, 1994.*
- _____. *I Encontro com Jovens Canavieiros. – Canguaretama (RN), 19 e 20 de novembro, 1994. 07 pp.*
- _____. *Encontro de Mulheres da Área Canavieira. – Canguaretama (RN), 12 e 13 de novembro, 1994. 04 pp.*
- _____. *Relatório de Supervisão nos municípios de Goianinha e Espírito Santo/RN, em 06 de março de 1993.*
- _____. *Relatório da Reunião do Pólo da Área da Cana no município de São José de Mipibu/RN, em 14 de março de 1993.*
- _____. *Relatório de Planejamento, Natal/RN, de 15 a 17 de março de 1993.*
- _____. *Relatório de Supervisão: reunião com assalariados da cana, realizada no município de Goianinha/RN, em 16 de maio de 1993.*
- _____. *Relatório de Viagem ao município de Goianinha/RN, em 20 de junho de 1993.*
- _____. *Relatório de Supervisão aos municípios de Canguaretama e Baia Formosa/RN, em 06 de setembro de 1993.*

____. *Relatório de Supervisão no município de Canguaretama/RN*, em 18 de setembro de 1993.

____. *Reunião de Supervisão nos municípios de: Vila Flor, Outeiro, Baía Formosa, Goianinha, Piquiri, Miranda, Cidade Nova, Montanhas e Canguaretama/RN*, de 15 a 17 de setembro de 1993.

____. *Relatório de Reunião do Pólo Sindical da Área da Cana no município de Goianinha/RN*, em 09 de Novembro de 1993.

____. *Relatório Anual de Atividades do SAR - 1993. Arquidiocese de Natal*. Natal(RN), 1993.

____. *Relatório de Supervisão nos Municípios de Goianinha e Canguaretama, Natal (RN)*, 23 de março, 1992. 03 p.

____. *Relatório de Dia de Estudo: planejamento de atividades SAR X Pólo Sindical, no município de Espírito Santo (RN)*, 04 de abril, 1992. 03 p.

____. *Relatório de Supervisão no Município de Canguaretama (RN)*, 05 de abril, 1992. 04 p.

____. *Relatório de Dia de Estudo: avaliação de gestão da diretoria, no município de Santo Antônio (RN)*, 05 de abril, 1992. 06 p.

____. *Registro das Reflexões da Equipe (de área e equipe técnica) sobre o trabalho na área canavieira – abril a julho, Natal (RN)*, 1992. 05 p.

____. *Relatório de Supervisão no Município de Canguaretama (RN)*, 30 de abril, 1992. 04 p.

____. *Relatório de Supervisão no Município de Goianinha (RN)*, 05 de julho, 1992. 02 p.

____. *Relatório de Avaliação Semestral do SAR, Natal (RN)*, 27 a 29 de julho, 1992. 05 p.

____. *Relatório de Supervisão: Reunião do Pólo Sindical da área canavieira no município de São José de Mipibu (RN)*, 16 de agosto, 1992. 04 p.

____. *Relatório de Dia de Estudo no município de Canguaretama (RN), com trabalhadores da cana*, 29 de agosto, 1992. 03 p.

_____. *Relatório de Dia de Estudo no município de Canguaretama (RN), Grupos de oposição Sindical*, 29 de agosto, 1992. 05 p.

_____. *Relatório de Supervisão, no Município de Espírito Santo (RN). Reunião com Direção do STR e trabalhadores.* 30 de Agosto, 1992. 03 p.

_____. *Relatório de Supervisão no Município de Canguaretama (RN). SAR e Oposição Sindical.* 06 de Setembro, 1992. 04 p.

_____. *Relatório de Dia de Estudo no Município de Santo Antônio (RN)*, 18 de Outubro, 1992. 03 p.

_____. *Relatório de Supervisão: reunião com canavieiros, no município de Goianinha (RN)*, 01 de Dezembro, 1992. 02 p.

_____. *Relatório do Encontro do Pólo Sindical da Área Canavieira, Natal (RN)*, 1992. 12 p.

_____. *Relatório Anual de Atividades. Serviço de Assistência Rural (SAR). Natal(RN)*, 1992.

_____. *Proposta para Trabalho do SAR com assalariados da Área da Cana. Natal (RN)*, 25 de março, 1991. 07 pp.

_____. *Projeto do SAR. Natal (RN) – Brasil*, 1991. 30 pp.

_____. *Relatório de Supervisão: reunião com grupo de trabalhadores. Natal/RN*, 24 de fevereiro, 1991.

_____. *Relatório de Supervisão: reunião no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Goianinha/RN*, 19 de março, 1991.

_____. *Relatório de Supervisão em Canguaretama (RN)*, em 18 de maio, 1991.

_____. *Relatório de Dia de Estudo: discussão e estudo para o Planejamento/91 da Nova Diretoria, no município de Santo Antônio (RN)*, 05 de maio, 1991.

_____. *Registro de Viagem ao município de Canguaretama (RN)*, 25 de maio de 1991.

_____. *Relatório de Supervisão em Canguaretama (RN)*, em 07 de junho, 1991.

- _____. *Relatório de Supervisão em Canguaretama (RN)*, em 30 de junho, 1991.
- _____. *Encontro sobre Sindicalismo, Natal (RN)*, 16 a 18 de agosto, 1991.
- _____. *Relatório de Supervisão em Piquiri/Canguaretama (RN)*, em 16 de setembro, 1991.
- _____. *Relatório de Supervisão: reunião de STRs da área canavieira e entidades de apoio, em São José de Mipibu (RN)*, em 23 de setembro, 1991.
- _____. *Relatório de Supervisão: Campanha Salarial, em Goianinha/RN*, de 20 a 22 e de 27 a 29 de setembro, 1991.
- _____. *Relatório de Supervisão: Campanha Salarial, em Goianinha (RN)*, de 25 e 26 de setembro, 1991.
- _____. *Relatório de Supervisão: reunião do Pólo Sindical da área canavieira, em Arês (RN)*, 23 de setembro, 1991.
- _____. *Relatório de Supervisão no STR de Santo Antônio (RN)*, em 14 de novembro de 1991.
- _____. *Relatório de Supervisão: reunião com mulheres trabalhadoras rurais, em Canguaretama (RN)*, em 01 de dezembro, 1991.
- _____. *Relatório de Supervisão: reunião nas comunidades do município de Santo Antônio (RN)*, em 13 de dezembro, 1991.
- _____. *Relatório de Atividades - 1991. Arquidiocese de Natal, Serviço de Assistência Rural – SAR. Natal(RN)*, 1991. 2ª via, 04 a 07 p.
- _____. *Relatório de Atividades - 1991. Arquidiocese de Natal, Serviço de Assistência Rural – SAR. Natal(RN)*, 1991. 14 p.
- _____. *Relatório de Atividades. SAR (Serviço de Assistência Rural). Natal(RN)*, 1990.
- _____. *Planejamento Geral de Atividades. – Natal (RN)*, 1990. 05 p.
- _____. *Relatório de Avaliação Anual. – Natal/ RN*, 04 a 07/ 1990.
- _____. *Área da cana: prioridade ou não. – Natal/ RN*, 1990. 05 p.

- _____. *Estudo sobre a área da cana, 1987-1990*. (Texto elaborado em 1990)
- _____. *Relatório de Atividades - 1989. Serviço de Assistência Rural – SAR*. Natal(RN), 1989.
- _____. *Plano de Ação 1989-1990*. Natal (RN), 1989. 19 p.
- _____. *Relatório de Atividade - 1988*. Serviço de Assistência Rural – SAR. Natal(RN), 1988.
- _____. *Relatório Trienal, 1988-1990*. Natal (RN), 1988.
- _____. *Complementação ao projeto “Educação Sindical dos Trabalhadores Assalariados da Lavoura Canavieira do Rio Grande do Norte = EDUCANA/RN”*, 1988.
- _____. *Plano de Ação do SAR*. Natal/RN – 1987.
- _____. *Projeto do SAR*. Natal/RN – Brasil, 1987.
- _____. *Relatório de Atividades*. – Natal/RN, 1986.
- _____. *Relatório da visita a área canavieira, no período de 25 a 29 de setembro*. – Natal/RN, 1986.
- _____. *Reunião com os trabalhadores canavieiros*. – Natal/RN, 1986.
- _____. *Plano de Ação - 1985*. Natal/RN – 1984. 14 p.
- _____. *Relatório de atividades - 1984*. Natal/RN, 1984. 10 p.
- _____. *Plano de Ação - 1984*. Natal/RN – 1983. 15 p.
- _____. *Relatório de Atividades - 1983*. Natal/RN, 1983. 11
- _____. *Plano de Ação - 1983*. Natal/RN – 1982. 15 p.
- _____. *Relatório de Atividades - 1982*. Natal/RN, 1982. 17 p.
- _____. *Plano de Ação - 1981*. Natal/RN – 1980. 10 p.
- _____. *Relatório de atividades - 1980*. Natal/RN, 1980. 17 p.

SCHERER-WARREN, Isle. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*, - São Paulo: Hucitec, 1999.

SEMINÁRIO REGIONAL. *Crise e Reestruturação no Complexo Sucro-Alcooleiro do Nordeste*. Recife-PE, 31/05 a 03/06/1993.

_____, *Redes de movimentos sociais*. - São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SGRECCIA, Alex. "Assalariados Rurais: Experiências de Formação Sindical". In: Revista Proposta nº 42. ano XIV. Outubro, Rio de Janeiro: FASE, 1989.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os Direitos: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. - São Paulo: Livraria editora Duas Cidade, 1979.

SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA PALHANO, Paulo Roberto. *Olhando os movimentos sociais no campo do Brasil*. In: Novo movimento na luta pela terra: quando o padrão sai de cena/ Paulo Roberto Palhano Silva. - Natal: s.n., 1995. (Dissertação de Mestrado - UFRN/CCHLA).

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL e outros. *Seminário Regional Crise e Reestruturação do Complexo Sucroalcooleiro do Nordeste*. Relatório, 31/05 a 03/06/93, 1993.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ESPÍRITO SANTO. *Projeto de Formação de Lideranças e Dirigentes Sindicais. Espírito Santo (RN)*, maio, 1996. 08 pp. (mimeografado)

SOUZA, Clemilda Maria de Oliveira de. *Movimento operário na zona canavieira de Pernambuco (Um estudo das relações entre canavial e usina - 1955/1964)* UFPB/CH/DSA. Campina Grande - PB, 1982.

TOSI, Giuseppe. *Terra e salário para quem trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano*. UFPB/DSA. Campina Grande - PB, 1988. (Dissertação de Mestrado apresentada em Sociologia Rural - UFPB/Campus II)

TRABALHADORES AMEAÇAM SUSPENDER CORTE DE CANA. In: Jornal o Diário de Natal. 16.01.94.

TRABALHADOR RURAL QUER SALÁRIO DE Cr\$ 764 MIL. In: Jornal "O Poti". 22.09.85. P. 09.

TRABALHADORES DO CAMPO ESTÃO DISPOSTOS À GREVE. In: Jornal "Diário de Natal". 24.09.85. P. 09.

USINAS ESTÃO COMETENDO FRAUDES DE ÁLCOOL. In: Jornal "Diário de Natal". 13.09.96.

USINAS DO ESTADO COMEÇAM HOJE MOAGEM DE 2,3 MILHÕES DE TON DE CANA. In: Jornal o Diário de Natal. 02.09.94. p. 17.

USINAS COMEÇAM MOAGEM DA CANA E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL. In: Jornal "Tribuna do Norte". 07.09.90.

USINEIROS SE REÚNEM PARA DEFINIR PLANO DE SAFRA. In: Jornal "Diário de Natal". 23.05.95. p.14.

VIANA, Aurélio. *Assalariamento, extrativismo e venda (ou troca) de lotes: alternativas para a consolidação de uma ocupação de terras no sudoeste do Paraná.* In: Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa. – Rio de Janeiro: CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1990. PP.13-36

VIANNA, Luiz Werneck. *Reforma agrária, debate: a reforma agrária hoje.* In: Estudos sociedade e agricultura. Revista semestral, julho de 1996, Nº 6, ISSN 1413-0580. – Rio de Janeiro: UFRRJ. PP. 33-35

VEIGA, José Eli da. *Delimitando a agricultura familiar. Anais do XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC).* – Salvador – Ba. Dez., 1995. Vol.2.

_____. *Assalariados rurais: a precariedade do trabalho educativo. Reforma Agrária. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA V. 12, nº 03, maio/jun. – Campinas – SP, 1982. P.18-20.*

VERGOLINO, Tercina Barbosa O., VERGOLINO, José Raimundo O. *Condições de irrigação no submédio São Francisco: Vida dos trabalhadores sem terra*. In: Trabalho Sociedade e Meio Ambiente. (orgs.): Jacob Carlos Lima, Mauro Guilherme P. Koury e Theophilos Rifiotis. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

ANEXOS

ANEXO 01

Lista de Entrevistados

- Francisca de Oliveira Santos – Secretária do Sindicato de Montanhas
- Eliziel Barbosa da Silva – Sócio do Sindicato de Montanhas (Diretor)
- José Ferreira de Lima – Diretor da FETARN
- Alberto Aureliano Bezerra – Sócio do Sindicato de Mossoró e assessor da FETARN
- Elizabete da Silva – Presidente do Sindicato de Carnaubais
- Antonia da Silva Dantas – Presidente do Sindicato de Carnaubais
- Severino Gomes Xavier – Dirigente Sindical
- Antonia Maria – CEAHS
- Manoel Candido da Costa – Presidente da FETARN
- Maria Avanael Simão – Sindicato de Canguaretama e Coordenadora da Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- Roberto Marinho Alves da Silva – Assessor da FETARN
- Arlindo Francisco da Silva – Dirigente Sindical de Espírito Santo
- Paulo Meira de Barros – Assalariado de Goianinha
- José Augusto da Silva – Assalariado de Goianinha
- Manoel Jorge da Silva – Trabalhador rural de Goianinha
- Zé Luis da Silva – Trabalhador rural de Goianinha (Sítio Miranda)
- Luís Rocha de Lima – Dirigente sindical, 1º Tesoureiro do Sindicato de Arês
- Genival Francisco da Silva – Assalariado do município de Espírito Santo
- Severino Augusto de França – Assalariado do município de Espírito Santo
- Aldo Araújo de Lima – Assalariado do município de Espírito Santo
- Wel – Dirigente sindical – Arês (Presidente)
- Abelírio Pedro de Oliveira, apelido: Arlindo – Dirigente sindical de Várzea (Presidente)
- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianinha
- Cícero Gomes Correia – Assessor do SAR

ANEXO 02
PROGRAMAÇÃO TRIENAL DO SAR – 1992 - 1994

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	GRUPO ACOMPANHADO	ATIVIDADE	QUANTIDADE		CONTEÚDO	PERÍODO
				ANO	TRIE.		
Goianinha	Sede	Presidentes Sindicais Lideranças de Base	Dia de Estudo	02	06	- Convenção Coletiva e seu cumprimento; - Campanha Salarial; - Legislação Trabalhista; - Previdência Social; - Análise da Conjuntura.	1992/1994
	Manoel Paz Cilviner	Trabalhadores Rurais Assalariados	Dia de Estudo	02	06	- Convenção Coletiva e seu cumprimento - Campanha Salarial	1992/1994
	Sede Grupos de Base	Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) Grupos de Base	Supervisão	06	18	- Assessoria a grupos de canavieiros - Diretoria do STR	1992/1994
Canguaretama	Piquiri Cidade Nova Gruta do Bode	Trabalhadores Rurais Assalariados	Dia de Estudo	03	09	- Convenção Coletiva e seu cumprimento; - Formação sindical; - Campanha Salarial.	1992/1994
	idem	Idem	Supervisão	12	30	- Assessoria aos grupos de trabalhadores canavieiros	1992/1994
Santo Antônio	Sede	Diretoria do STR Lideranças	Dia de Estudo	02	06	- Legislação Trabalhista; - Previdência Social; - Análise de Conjuntura; - Convenção Coletiva - Campanha Salarial.	1992/1994
	Comunidade	Trabalhadores de Base	Dia de Estudo	01	03	- Previdência Social; - Legislação Trabalhista; - Análise de Conjuntura.	1992/1994

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	GRUPO ACOMPANHADO	ATIVIDADE	QUANTIDADE		CONTEÚDO	PERÍODO
				ANO	TRIE.		
	Sede do STR Grupos de base	Diretoria do STR Grupo de Base	Supervisão	05	15	- Assessoria aos grupos de trabalhadores canavieiros	1992/1994
Goianinha	Sede	Pólo Sindical ⁽¹⁾ (Dirigentes sindicais)	Dia de Estudo	02	06	- Organização Sindical; - Análise de Conjuntura; - Legislação Trabalhista - Convenção Coletiva de Trabalho e seu cumprimento; - Campanha Salarial.	1992/1994
		Dirigentes Sindicais	Cursos 3 etapas	01	03	- História do Sindicalismo; - Estrutura sindical; - Legislação Trabalhista - Formação Política: - participação política, - exploração capitalista, - Estado e ideologia, - partidos políticos, ética; - Processo de trabalho na área canavieira (elementos componentes do processo de trabalho)	1992/1994
	Sedes dos Sindicatos do Pólo Comunidade	Dirigentes sindicais Grupos de Trabalhadores Assalariados	Supervisão	15	45	- Assessoria às reuniões ordinárias do Pólo Sindical; - Assessoria à organização e execução da Campanha salarial	1992/1994

¹ A sede do Pólo Sindical é localizada no município de Goianinha.
O Pólo Sindical da área canavieira é composto de 13 sindicatos.

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	GRUPO ACOMPANHADO	ATIVIDADE	QUANTIDADE		CONTEÚDO	PERÍODO
				ANO	TRIE.		
	Sede	Lideranças Sindicais Trabalhadores de Base	Curso	01	03	- Organização Sindical de Base: - delegacias sindicais; - organização no local de trabalho - convenção coletiva (cumprimento e fiscalização); - Campanha Salarial.	1992/1994
	Sedes dos municípios do Pólo	Mulheres Trabalhadoras Rurais	Dia de Estudo	02	06	- papel da mão de obra feminina na área canavieira; - organização e participação da mulher; - Questões específicas da condição feminina.	1992/1994
	Comunidades dos municípios do Pólo	Idem	Supervisão	05	15	- Assessoria às reuniões dos grupos de mulheres nas discussões de suas lutas e iniciativas de sobrevivência.	1992/1994
	Sedes dos municípios do Pólo	Mulheres Canavieiras	Encontro	01	03	- Troca de experiências e aprofundamento de temas ligados com os grupos.	1992/1994
	Sede (Goianinha)	Alfabetizadores	Treinamento	01	03	- Aprofundamento do método popular de alfabetização.	1992/1994
	Idem	Idem	Revelagem	01	03	- Revisão do método e aprofundamento da práxis de alfabetização.	1992/1994
	Comunidades	Alfabetizados Alfabetizadores	Supervisão	02	06	- Acompanhamento ao processo de alfabetização.	1992/1994

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	GRUPO ACOMPANHADO	ATIVIDADE	QUANTIDADE		CONTEÚDO	PERÍODO
				ANO	TRIE.		
	Sedes dos municípios do Pólo	Alfabetizadores e Alfabetizados	Encontro	01	03	- troca de experiência entre alfabetizadores e alfabetizados dos diversos grupos; - Avaliação conjunta do processo de aprendizado.	1992/1994
	Sedes dos municípios do Pólo	Representantes dos Pólos acompanhados pelo SAR	Encontro	01	03	- Avaliação anual das atividades; - Planejamento anual das atividades.	1992/1994
	Sede (Goianinha)	Dirigentes Sindicais e assalariados	Encontro (aprofundamento)	01	03	- Estrutura e Organização Sindical; - Análise de Conjuntura; - Política (partidos etc) - Legislação Trabalhista; - Previdência Social.	1992/1994
	Municípios do Pólo	Geral	Levantamento: - entrevistas - aplicação de questionário	01	01	- Deste levantamento já foi iniciada a parte da validade sindical (aplicação de questionário) e de documentos já existentes.	1º Semestre de 1992

Fonte: Projeto do SAR, Natal/RN – Brasil, 1991.

ANEXO 03
CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO SAR NA ÁREA CANAVIEIRA – 1992

Nº DE EVENTO	Nº DE PARTICIPANTES	DATA	ATIVIDADES	OBJETIVO	MUNICÍPIO	LOCAL
01	SAR (02) Dirigentes Sindicais Animadores de base	13 de mar	-	. Fazer contatos em Goianinha com dirigentes sindicais do Pólo Sindical da área da cana, com a Paróquia de Canguaretama e animadores de Base de Piquiri, Cidade Nova e Gruta do Bode. Articular algumas reuniões para discussão e programação mínima do trabalho do SAR na área da cana.	Goianinha e Canguaretama	STR de Goianinha, Piquiri, Cidade Nova, Gruta do Bode (Canguaretama)
01	17 Trabalhadores 02 Assessores STR's de: Montanhas, Espírito Santo, Várzea, Serrinha, Goianinha, Santo Antônio, Canguaretama	04 de abril	Planejamento de atividades SAR X Pólo Sindical.	- Discutir com os trabalhadores uma programação para a assessoria do SAR ao Pólo em 1992.	Espírito Santo	-
01	Canavieiros (02) Ocupantes da G. do Bode (10) Animadores de Base (01) STR Canguaretama (01) SAR (02)	05 de abril	-	Discutir com as pessoas que já mantêm um contato com o SAR a proposta de atuação na área canavieira – município de Canguaretama em 1992. "Mapear" as localidades do município que têm maior incidência de canavieiros residentes, vendo as pessoas de contatos e os locais de reuniões.	Canguaretama	Sede do pólo Sindical da área canavieira
01	17 Trabalhadores 02 Assessores	05 de abril	Avaliação da gestão da diretoria.	Fazer avaliação da gestão das diretoria do STR	Santo Antônio.	Sede do STR

Nº DE EVENTO	Nº DE PARTICIPANTES	DATA	ATIVIDADES	OBJETIVO	MUNICÍPIO	LOCAL
01	04 pessoas e 02 técnicos do SAR	30 de abril	- Supervisão	- Discutir com lideranças do pólo Sindical da área canavieira e do município de Canguaretama o processo de formação da oposição sindical, a sua proposta para o STR de Canguaretama e o caráter da oposição. Esta reunião, provocada pelo SAR, objetivou também levantar elementos que ajudem a equipe a definir o seu apoio ou não a esta oposição sindical.	Canguaretama	-
01	03 Trabalhadores 02 Técnicos do SAR	05 de julho	- Supervisão	- Reunir lideranças de base de localidades do município que concentram um número significativo de canavieiros, a fim de, independentemente do STR, discutir a proposta de trabalho do SAR.	Goianinha	-
01	Equipe Técnica do SAR e Dom. Costa	27 a 29 de julho	Avaliação semestral do SAR.	1. Avaliar o caráter institucional do SAR a partir da sua dimensão eclesial e dos seus objetivos de trabalho; 2. Avaliar a organização interna do SAR vendo a dinâmica de funcionamento da equipe técnica e da administração de recursos; 3. Avaliar as perspectivas de ação do SAR em cada área de atuação tendo em vista os objetivos propostos e as questões que a realidade de cada área apresenta 4. Elaborar um roteiro para avaliação com a MISEREOR em 1993.	Natal	Centro de Treinamento de Ponta Negra
01	06 Sindicatos	16 de agosto	- Reunião do Pólo Sindical Canavieiro.	- Participar da reunião do pólo Sindical da área canavieira a fim de retomar contatos com o mesmo e discutir encaminhamentos relativos à preparação para campanha salarial.	- São José de Mipibu	São Jose de Mipibu

Nº DE EVENTO	Nº DE PARTICIPANTES	DATA	ATIVIDADES	OBJETIVO	MUNICÍPIO	LOCAL
01	06 Trabalhadores	29 de agosto	- Dia de Estudo	- Capacitar as lideranças para as questões em torno da eleição sindical para o STR do município na qual o grupo está discutindo a formação de uma oposição sindical.	Canguaretama	Canguaretama
01	Grupo de Oposição Sindical (05)	29 de agosto	Dia de Estudo	- capacitar os trabalhadores que estão discutindo a oposição sindical no município, definindo com os mesmos, objetivos, estratégias e as propostas que apresentarão aos trabalhadores rurais para mudar o sindicato.	Canguaretama	Canguaretama
01	16 Trabalhadores	30 de agosto	- Reunião com direção do STR.	- Discutir sobre a preparação para a Campanha Salarial 92, definindo algumas atividades de mobilização.	Espírito Santo	Espírito Santo
01	SAR (02) Oposição sindical (05)	06 de setembro	-	- Discutir com a "Oposição Sindical" de Canguaretama a composição da chapa que concorrerá às eleições sindicais em 1992 e programar as principais atividades de campanha da chapa.	Canguaretama	Centro Pastoral
01	15 Trabalhadores	18 de outubro	- Dia de estudo	- Discutir com a diretoria do Sindicato e trabalhadores de base o trabalho com assalariados e a participação do STR no Pólo Sindical da área canavieira.	Santo Antonio	Santo Antônio
01	37 Homens 08 Mulheres	01 de dezembro	- Reunião com canavieiros	- Discutir com os trabalhadores a eleição de uma nova diretoria para a delegacia sindical.	Goianinha	Miranda

Fonte: Relatórios de atividades do SAR, 1992.

ANEXO 04
SAR – PROGRAMAÇÃO ANUAL: ÁREA DA CANA - 1993

MUNICÍPIO LOCALIDADE	GRUPO ACOMPANHADO	ATIVIDADE	QUANTIDADE	PERÍODO	CONTEÚDO
Área da cana (Pólo Sindical)	Diretoria do pólo Sindical, STR's, FETARN, CUT	Participação em reuniões do Pólo	10	Abril a Novembro	- Discussão dos problemas e encaminhamentos do Pólo.
	Trabalhadores e Dirigentes	Encontro	01	Junho	- Organização da Campanha Salarial
	Dirigentes e Lideranças	Seminário	01	Maio	- Noções de Sindicalismo
	Dirigentes, Lideranças e Trabalhadores de Base	Seminário	01	Outubro	- Avaliação da Campanha Salarial
Participação na Campanha Salarial		15 Supervisões	Agosto a Outubro	- Divulgação e participação na Campanha	
Montanhas, Capimçu e Cidade Nova	Grupos de Mulheres	Assessoria em Reuniões e Estudos	16 Supervisões	Abril a Novembro	- Discussão sobre a organização e problemas da mulher trabalhadora rural.
		Encontro	01	15 a 17 de julho	- Organização e articulação dos grupos
Goianinha (Miranda)	Trabalhadores e Delegados Sindicais	Assessoria em Reuniões	08 Supervisões	Abril a Novembro	- Noções de Sindicalismo; - Estudo da convenção coletiva; - Conjuntura; - Problemas da comunidade.
Canguaretama	Diretoria do STR	Assessoria às Reuniões da Diretoria	06 Supervisões	Abril a Novembro	- Formação sindical; - Convenção coletiva; - Organização do Pólo; - Outros
Santo Antônio	Diretoria do STR	Assessoria às Reuniões da Diretoria	04 Supervisões	Abril a Novembro	- (A definir c/a Diretoria)

Fonte: SAR, Relatório de planejamento, 1993.

ANEXO 05
PLANO DE ATIVIDADES DOS STR's DA CANA / 94

ATIVIDADE	PERÍODO	RESPONSÁVEL	LOCAL	CONTEÚDO
FISCALIZAÇÃO	Quinzenal (Quartas e Quintas-feiras). 1ª e 3ª semana do mês. Abril - 06 e 07	Diretores dos STR	-	
REUNIÃO DO POLO	Mensal - 1ªs terças-feiras	STR; FETARN (Ent. Assessoria e apoio)	Goianinha	- Avaliação, Programação e encaminhamentos.
PESQUISA/DIAGNÓSTICO	Abril a Novembro	FETARN; SAR; UFRN e STR		- Produção, situação dos canavieiros; - Sindicalismo; Saúde; Moradia; - Origem dos canavieiros; - Atividades entressafras; - Cursos, lucros de produção.
SEMINÁRIO SOBRE O SETOR CANAVIEIRO A DIRIGENTES E ASSOCIADOS.	11/05 a 13/05/94	SAR; FETARN; OCERN; CUT; STR's; UFRN e DIEESE	Natal	- Problemáticas de assalariados, transformação n. Estrutura produtiva; avanço tecnológico financeiro; - Política Sindical e Direito Sindical.
CURSO PARA DIRIGENTES SINDICAIS E CONSELHO FISCAL COM 05 PESSOAS POR STR's. PTE.; TESOUREIRO E CONSELHO FISCAL.	26 e 27/04/94	FETARN, SAR, CUT, OCERN, Assessoria contábil.	São José de Mipibu	- Administração contábil e sindical. Divisão d tarefas, Organização interna.
ENCONTRO MUNICIPAL BREJINHO	16/04/94	STR		- Trabalho Educativo; - Proposta unificada; - Campanha Salarial.
ENCONTRO MUNICIPAL DE ARÊS, CEARÁ-MIRIM, ESPÍRITO SANTO, GOIANINHA E CANGUARETAMA.	20/03/94 10/04/94 17/04/94 29/04/94	STR STR STR STR		
ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS	Junho	STR, FETARN, SAR, MMTR	Natal e São José de Mipibu	- A definir

ATIVIDADE	PERÍODO	RESPONSÁVEL	LOCAL	CONTEÚDO
CURSO PARA JOVENS EM 03 TAPAS C/ 05 JOVENS POR STR's . Critério: Filho de trabalhador comprometido com a luta.	Julho, agosto, setembro. Com 02 dias.	SAR, FETARN, STR's e MMTR	Macaíba	- Informes sobre o Mov. Sindical e Política. - Importância do Jovem no Sindicato - Objetivos do STR
ENCONTRO - PREPARAÇÃO P/ CAMPANHA SALARIAL	2ª Quinzena Julho	STR, FETARN, CUT, CONTAG, ENT. DE APOIO	Natal ou São José de Mipibu	- Prep. Campanha Salarial.
ENCONTRO PARA ELABORAÇÃO DA PAUTA REIVINDICATÓRIA.	25 E 26/08/94	FETARN, STR's, SAR	Natal	- Pauta Reivindicatória
SEMINÁRIO NO SETOR CANAVIEIRO	Nov./94	STR, FETARN, SAR, OCERN, CUT	Natal	- Estudar a realidade do setor Sindical e Alcoolcero.
ENCONTRO AVALIAÇÃO DA PAUTA REIVINDICATÓRIA	01 e 02/02	SAR, FETARN, STR's		- Encontro Avaliação e Planejamento /94.
ENCONTRO NACIONAL DE ASSALARIADOS - SÃO PAULO	05 a 07/07/94			
SEMINÁRIO, ELABORAÇÃO DE PROPOSTA REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA ZONA CANAVIEIRA.	12 a 14/04/94	CONTAG, FETARN	Olinda	

Fonte: Relatório do Encontro de Planejamento dos STR's da Arca da Cana, abril, 1994.

ANEXO 06

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO EDUCANA – MARÇO DE 1994 A MARÇO DE 1995

QUANTIDADE	ATIVIDADES	PERÍODO	LOCAL	PARTICIPANTES
12	Acompanhamento nas reuniões do Pólo	Março 94 a Março 95	Goianinha	Pólo, FETARN e Ent. de Apoio
55	Visita de fiscalização	Março 94 a Março 95	Locais de trabalho	Pólo, FETARN e Ent. de Apoio
01	Pesquisa/diagnóstico realidade sócio-econômica da área canavieira	Março a Novembro de 94	Área Canavieira	UFRN, SAR, CUT, OCERN, FETARN, STR's outros
02	Seminário sobre o setor canavieiro com assessores e dirigentes	Mai e Agosto de 94	Natal	FETARN, STR's, CUT, FORUM do Campo, DIEESE, DRT e outros
01	Encontro de planejamento	Fevereiro de 94	São José de Mipibu	Dirigentes e Lideranças
01	Encontro de preparação para Campanha Salarial	Julho de 94	Arês	STR's, FETARN, CUT, Entidades de Apoio
01	Encontro para elaboração da pauta de reivindicação	Setembro de 94	Emaús	STR's, FETARN, CUT, Entidades de Apoio
01	Encontro de avaliação e replanejamento	Novembro de 94	Canguaretama	STR's, FETARN, CUT, Entidades de Apoio
13	Encontro municipal	Março/Abril de 94	Sedes dos STR's	Dirigentes e Lideranças
65	Encontro de base	Mai/Novembro de 94	Comunidades	Lideranças e trabalhadores
01	Curso para Jovens (03 etapas)	Julho, agosto, Setembro de 94	Macaíba	Jovens assalariados
01	Curso para Dirigentes e Conselhos Fiscais	Abril de 94	Natal	Tesoureiro, Presidente e Conselho Fiscal
01	Encontro com Mulheres Trabalhadoras Rurais	Junho de 94	Canguaretama	Mulheres trabalhadoras e Dirigentes

Fonte: Projeto EDUCANA (Educação Sindical dos trabalhadores Assalariados da Cultura da Cana do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, dezembro de 1993. p.35

ANEXO 07

PROGRAMAÇÃO TRIENAL DE ATIVIDADES DE 1995 A 1997

AREA	MUNICIPIOS ATINGIDOS	GRUPOS ATINGIDOS	ATIVIDADE	QUANTIDADE		CONTEÚDO	PERÍODO
				ANO	TRIÊNIO		
CANA E FRUTICULTURA		Assalariados da Cana e da Fruticultura	Seminário Regional ou Nacional	01	03	Formação Política e Sindical.	95/97
CANA E FRUTICULTURA		Assalariados da Cana e da Fruticultura	Seminário Regional ou Nacional	01	03	Troca de Experiência	95/97
CANA E FRUTICULTURA		Turmas de Alfabetização	Visita	04	12	Acompanhamento do trabalho e orientação ao monitor.	95/97
		Equipe Temática	Viagem de Intercâmbio	01	03	Troca de Experiência e Aprofundamento da Prática.	95/97
		Equipe Temática	Seminário	02	06	Formação Política e específica sobre assalariamento rural.	95/97
		Equipe Temática	Curso	01	03	Capacitação da Equipe Temática	95/97
CANA E FRUTICULTURA		Trabalhadores em geral	Elaboração e Produção de Cartilha		01	De acordo com os cursos	1995
CANA E FRUTICULTURA		Trabalhadores em geral	Elaboração e Produção de subsídio		02	Organização e Acordos coletivos dos assalariados da cana e fruticultura	95/97
		Equipe Temática	Reunião	10	30	Discutir a problemática das áreas, preparar assessorias, estudar, encaminhar decisões.	95/97
CANA E FRUTICULTURA		Dirigentes sindicais e trabalhadores	Seminário	01	03	Formação Política e Sindical	95/97

AREA	MUNICIPIOS ATINGIDOS	GRUPOS ATINGIDOS	ATIVIDADE	QUANTIDADE		CONTEÚDO	PERÍODO
				ANO	TRIÊNIO		
CANA		Diretorias dos STR's Goianinha, Arês e Canguaretama	Reunião	12	36	Discutir a problemática do STR e das comunidades, encaminhar decisões.	95/97
CANA		Pólo Sindical	Reunião	10	30	Discutir os problemas dos STR's e com as empresas, encaminhar decisões, preparar atividades.	95/97
CANA		STR's do Pólo Sindical	Curso		01	Administração e contabilidade sindical	95/97
CANA		STR's, FETARN, Trabalhadores, Entidades de Apoio	Seminário	01	03	Realidade social política e econômica da área canavieira.	95/97
CANA		STR's, FETARN, Empresários, Estado, Trabalhadores	Seminário	01	03	Realidade do Setor Sucoalcooleiro	95/97
CANA	Arês, Goianinha e Canguaretama	Dirigentes, Lideranças Sindicais	Seminário Municipal	03	09	Formação Política e sindical.	95/97
CANA		STR's do Pólo Sindical	Encontro	01	03	Planejamento de atividades.	95/97
CANA		Lideranças e Dirigentes Sindicais	Seminário	01	03	Discutir e organizar um trabalho sobre saúde do trabalhador.	95/97
CANA		Lideranças e Dirigentes Sindicais	Curso em 03 etapas	01	03	Formação Política e sindical	95/97
CANA		Lideranças, STR's e FETARN	Encontro	01	03	Avaliação das Atividades	95/97
CANA		STR's, FETARN, UFRN	Pesquisa		01	Pesquisar a realidade canavieira	1995
CANA		SAR, FETARN	Reunião	10	30	Discutir a problemática da área, encaminhar decisões.	95/97
CANA		Trabalhadores e STR's	Evento de Massa	01	03	Ato Público, celebrações, outros.	95/97
CANA		STR's do Pólo Sindical	Encontro	03	09	Preparação da Campanha Salarial.	95/97

AREA	MUNICIPIOS ATINGIDOS	GRUPOS ATINGIDOS	ATIVIDADE	QUANTIDADE		CONTEÚDO	PERÍODO
				ANO	TRIÊNIO		
CANA		STR's, Entidades Populares, Órgãos do Governo	Seminário	01	03	Discutir as Políticas Públicas para área.	95/97
CANA		STR's do Pólo Sindical, FETARN e Trabalhadores	Encontro	01	03	Elaboração da pauta de reivindicações da Campanha Salarial.	95/97
CANA		STR's do Pólo Sindical, FETARN e Trabalhadores	Encontro	01	03	Avaliação da Campanha Salarial.	95/97

Fonte: Plano Trienal do SAR, 1995-1997.

ANEXO 08

TABELA – ÁREA TOTAL E ÁREA COLHIDA DA CULTURA DA CANA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS – 1997

Unidades da Federação e municípios	ÁREA	
	ÁREA TOTAL (Km ²)	ÁREA COLHIDA (ha)
Rio Grande do Norte	53 306,8	54 693
Água Nova	47	25
Alexandria	419	10
Almino Afonso	132	70
Antônio Martins	250	30
Arês	115	5.404
Baía Formosa	249	6.500
Brejinho	59	60
Canguaretama	279	7.000
Ceará-Mirim	729	13.500
Coronel João Pessoa	118	70
Doutor Severiano	118	30
Encanto	124	20
Espírito Santo	157	800
Extremoz	135	360
Frutuoso Gomes	70	25
Goiânia	180	6.000
Ilmo Marinho	313	400
Jardim de Piranhas	373	3
João Dias	78	15
José da Penha	96	25
Lucrecia	27	30
Luis Gomes	181	20
Macaíba	490	60
Major Sales	34	30
Marcelino Vieira	323	50
Martins	171	18
Montanhas	65	150
Monte Alegre	210	27
Nísia Floresta	312	1.000
Paraná	86	32
Parnamirim	126	25
Patu	302	10
Pau dos Ferros	277	30
Pedro Velho	181	2.500
Poço Branco	169	300
Portalegre	128	20
Pureza	507	140
Rafael Fernandes	95	7
Riacho da Cruz	119	5
Riacho de Santana	129	10
São G. do Amarante	261	220
São José de Mipibu	293	3.800
São Miguel	164	50
Sem. Georgino Avelino	23	300
Serra Negra do Norte	523	10
Serrinha dos Pintos	124	30
Severiano Melo	141	4
Taboleiro Grande	110	12
Taipu	353	3.600
Tibau do Sul	104	1.000
Timbaúba dos Batistas	143	3
Umarizal	224	10
Várzea	120	120
Venha Ver	86	20
Viçosa	42	3
Vila Flor	44	700

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 – Resultados preliminares

ANEXO 09

TABELA – POPULAÇÃO RESIDENTE, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E TAXA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS – 1996/2000

Unidades da Federação e Municípios	População residente				Taxa de Crescimento anual (3)
	Em 01.08.1996 (1)	Em 01.08.2000 (2)			
		Total	Urbana	Rural	
Rio Grande do Norte	2 558 660	2 770 730	2 030 585	740 145	2,01
Água Nova	2 509	2 678	1 630	1 048	1,64
Alexandria	13 585	13 724	8 843	4 881	0,25
Almino Afonso	5 347	5 164	3 364	1 800	(-) 0,87
Antônio Martins	7 090	6 746	3 155	3 591	(-) 1,24
Arês	11 375	11 323	6 762	4 561	(-) 0,11
Baía Formosa	7 336	7 809	6 364	1 445	1,57
Brejinho	9 541	10 312	7 340	2 972	1,96
Canguaretama	24 128	26 963	16 885	10 078	2,82
Ceará-Mirim	57 983	62 238	30 725	31 513	1,79
Coronel João Pessoa	4 484	4 707	1 796	2 905	1,19
Doutor Severiano	6 317	6 548	2 262	4 286	0,90
Encanto	4 659	4 798	2 117	2 681	0,74
Espírito Santo	9 186	10 711	5 699	5 012	3,91
Extremoz	17 814	19 541	13 392	6 149	2,34
Frutuoso Gomes	4 539	4 561	2 709	1 852	0,12
Goianinha	16 739	17 659	12 467	5 192	1,35
Ielmo Marinho	9 275	10 242	1 123	9 119	2,51
Jardim de Piranhas	10 510	11 991	8 998	2 993	3,35
João Dias	2 375	2 622	1 200	1 422	2,50
José da Penha	5 445	5 907	3 277	2 630	2,06
Lucrecia	3 065	3 217	1 933	1 284	1,22
Luis Gomes	8 871	9 156	5 907	3 249	0,79
Macaíba	46 655	54 812	36 006	18 806	4,11
Major Sales	2 840	2 946	2 255	691	0,92
Marcelino Vieira	8 067	8 385	4 148	4 237	0,97
Martins	7 556	7 719	4 194	3 525	0,53
Montanhas	10 134	12 060	8 719	3 341	4,98
Monte Alegre	16 303	17 956	7 549	10 407	2,44
Nísia Floresta	15 817	18 992	8 591	10 401	4,68
Paraná	3 352	3 626	660	2 966	1,98
Parnamirim	86 177	123 475	107 927	15 548	9,41
Patu	11 057	11 143	8 822	2 321	0,19
Pau dos Ferros	22 072	24 619	22 171	2 448	2,77
Pedro Velho	13 425	13 490	5 803	7 687	0,12
Poço Branco	11 303	12 253	6 870	5 383	2,04
Portalegre	6 412	6 744	2 981	3 763	1,27
Pureza	6 190	6 945	2 535	4 410	2,92
Rafael Fernandes	3 816	4 245	2 206	2 039	2,70
Riacho da Cruz	2 662	4 200	2 168	499	0,05
Riacho de Santana	4 023	5 773	1 586	2 614	1,08
São G. do Amarante	56 825	69 342	9 785	59 557	5,10
São José de Mipibu	31 917	35 311	15 602	19 709	2,56
São Miguel	18 589	20 120	11 659	8 461	2,00
Sem. Georgino Avelino	2 966	3 301	727	2 574	2,71
Serra Negra do Norte	7 423	7 543	2 908	4 635	0,40
Serrinha dos Pintos	4 117	4 295	1 854	2 441	1,06
Severiano Melo	10 347	10 571	2 271	8 300	0,54
Taboleiro Grande	2 140	2 029	1 608	421	(-) 1,32
Taipu	10 302	11 519	4 133	7 386	2,83
Tibau do Sul	5 946	7 757	1 297	6 460	6,87
Timbaúba dos Batistas	2 161	2 188	1 669	519	0,31
Umarizal	10 819	11 089	8 840	2 249	0,62
Várzea	8 369	8 234	5 487	2 747	(-) 0,41
Venha Ver	2 929	3 419	3 925	5 205	3,94
Viçosa	1 594	1 522	1 409	113	(-) 1,15
Vila Flor	2 517	2 519	2 426	93	-0,02

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 – Resultados preliminares

ANEXO 10

CESE / FETARN / CEAHS PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO E CAMPANHAS SALARIAIS DOS TRABALHADORES DA CANA E DA FRUTICULTURA IRRIGADA NO RIO GRANDE DO NORTE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ASSESSOR DO SERVIÇO DE ASSISTENCIA RURAL – SAR

1. Momentos pessoais significativos: quando iniciou seu trabalho nas áreas de assalariamento rural e por qual entidade? Como participou das Campanhas Salariais? Em que níveis, momentos, instâncias e/ou eventos? O que significou a luta dos assalariados rurais no seu processo de formação, de aprendizagem, de conscientização?
2. Trajetória das lutas dos assalariados rurais pelos seus direitos: como você avalia? Como foi o processo de preparação das campanhas Salariais? Houve mobilizações, eventos formativos, elaboração de subsídios, discussão da pauta de reivindicações? Após deflagrada as campanhas: como era a participação dos/as trabalhadores/as? Qual era a repercussão pública? Qual era a reação patronal? Quais foram os resultados? Como era a negociação? Após as campanhas: o cumprimento dos direitos e seus problemas frente à intransigência e à desobediência patronal em cumprir a lei. Quais as medidas tomadas? Na trajetória das Campanhas Salariais, quais os sinais de maior conscientização dos trabalhadores e dos dirigentes? Qual o papel da formação e a aprendizagem da própria luta? Em que momento, no RN, as campanhas foram dando sinais de cansaço, de perda de eficácia, de estagnação? No seu entender que fatores contribuíram para isso? Desde 1986 as Campanhas Salariais dos canavieiros se unificaram no Nordeste. Na sua opinião quais os problemas? E em que esta estratégia de unificação contribuiu para fortalecer o movimento sindical no enfrentamento à ofensiva patronal? Quanto à estrutura sindical: ela é apontada como um dos problemas para fazer face ao patronato. Qual a sua visão sobre esta questão? Até que ponto o legalismo e o corporativismo, que marca a cultura sindical no campo, aprisionou as lutas aos marcos legais e aos problemas de melhores salários, deixando de investir em outras bandeiras que pudessem colocar em xeque a estrutura produtiva e fundiária das áreas de assalariamento? Por que no RN a questão do desemprego não foi respondida com lutas concretas? Que alternativas o movimento sindical propôs e procurou colocar em prática? Como foi tratada a questão da mulher e da criança/adolescente nas frentes de trabalho?
3. Avaliação das campanhas com relação à formação:

3.1 Em que os projetos de formação contribuíram? Necessidade dos assalariados terem uma carteira assinada e fazer valer seus direitos decorrentes do contrato de trabalho? Mudanças nas relações de trabalho, no sentido de respeito aos direitos dos assalariados – arbitrariedade dos patrões, regulamentação da jornada de trabalho, fixação do valor do trabalho e das tarefas? Ampliação, da visão do trabalhador, da luta pelos direitos? Promover a função agregadora e esclarecedora do sindicato? Reconhecimento de sindicato como representante legal e legítimo de seus interesses? Promover respostas às necessidades dos trabalhadores de serem reconhecidos socialmente e para que pudessem emergir como identidade social e cidadã para além da noção de canavieiro, safristas, bóia-fria ou outros denominativos? Fazer os trabalhadores compreenderem que as lutas econômicas, as ações imediatas fundamentais para a sua sobrevivência, tinham que necessariamente avançar no combate às causas e não só aos efeitos do sistema de produção e das relações de trabalho que materializavam formas desrespeitosas e truculentas de exploração em detrimento do próprio direito à vida do trabalhador e da própria legislação vigente? Levar o trabalhador a compreender que a luta com vistas ao atendimento de suas necessidades imediatas era também uma luta política pelo fato de transcender necessariamente para a reivindicação de um espaço na sociedade como ser humano e cidadão que tem direitos e liberdades para a afirmação e reconhecimento social, portanto, os trabalhadores rurais. Enfim, para conscientizar os trabalhadores de que a luta pelos direitos extrapola a dimensão econômica, já que faz com que sejam vistos como cidadãos trabalhadores?

3.2. Como você avalia as campanhas salariais? a) Quanto aos problemas de remuneração do trabalho, reajuste de salários e das condições, discussão de tabela e das tarefas de produtividade; b) Quanto às condições de trabalho: assistência médica, acidente de trabalho, condições de trabalho, mulheres, transporte, equipamentos de proteção, água potável; e c) Quanto à participação dos trabalhadores.

3.3. Para viabilizar as Campanhas:

a) Foi necessário todo um processo de formação, para criar formas de lutas e estratégias de ação que fossem direcionar as lutas dos assalariados para o crescimento de uma consciência de sua posição dentro do processo produtivo e usar as campanhas salariais, as negociações e outras manifestações para o fortalecimento da organização sindical e da própria consciência política dos assalariados. Por isso, encontros para avaliação, para debater melhores estratégias de lutas e as reivindicações que comporiam as pautas de negociação, cursos em que, se pudesse fazer uma leitura crítica da realidade e fundamentar a ação, seminários sobre análise de conjuntura para se construir diagnósticos e prognósticos orientadores da luta, assembleias e reuniões como espaços impotentes de exercício do debate democrático, de tomadas de decisão e socialização política, formas de manifestações e outros eventos de expressão pública que além de se tornarem importantes momentos de sociabilidade e de afirmação social e política, influenciaram a opinião pública e exercitaram o exercício da liberdade de organização e expressão e se constituíram num aprendizado social de grande importância induzindo à solidariedade e à organização de outros grupos sociais.

Sendo assim, a formação contribuiu:

b) Para ganhar maior auto-estima e auto-confiança. Superando o medo e o silêncio imposto anos a fio dentro e fora do processo produtivo;

c) Para construir uma nova percepção do trabalhador de seu papel, de sua força organizada, de seu lugar nas relações de trabalho e de sua importância no processo da produção? Polarizou as relações patrão X empregado, definindo quem é quem no processo produtivo, pondo a nu o interesse e contribuindo para a formação da identidade social para além de canavieiro?

- d) Para romper relações sociais e pessoais por determinados valores e crenças de uma cultura de subalternidade própria do autoritarismo na sociedade, redefinindo práticas tanto dos trabalhadores quanto do patronato?
- e) Para superar idealizações, imagens, fatalismo e estereótipos auto-invalidadores necessários para o trabalhador enfrentar, de cabeça erguida, o patronato, denunciar as suas arbitrariedades, realizar passeatas de protestos e usar de todos os meios possíveis contra aquele que o oprime?
- f) Para alicerçar a solidariedade e a ação, capazes de dobrar o patronato às decisões da justiça e acatar muitas de suas reivindicações ainda que posteriormente não cumpridas em sua integridade?
- g) Esclarecer, exercitar os direitos e contribuir para dar uma maior legitimidade ao sindicato?
- h) Para tomar consciência de que o sindicato é portador de funções definidas por lei e que fortalecido pela participação de seus associados pode quebrar o autoritarismo e o poderio do patronato que ao se materializar nas relações de trabalho têm seqüelas profundas que permeiam a dura luta cotidiana dos trabalhadores pela sobrevivência?
- i) Para tornar o sindicato um espaço de aprendizagem e exercício de direitos, possibilitando ao trabalhador libertar-se da tutela do patronato, de suas decisões arbitrárias quanto a definição de jornadas de trabalho, de tarefas a serem executadas e de salários a receber; também sonegar férias, 13º salário, e outras obrigações sociais, e até sonegar as contribuições à Previdência, entre outras?
- j) Para generalizar novos valores como o direito a ter direitos que passa pelo respeito ao trabalhador como força-de-trabalho e ser humano, interpelando a violência embutida responsáveis pela aplicação da lei para coibi-la e puni-la?
- k) Para ajudar a organização sindical a emergir como representante dos interesses dos trabalhadores, obrigando tanto o Estado como o patronato a reconhecê-la como interlocutora e uma das partes fundamentais nas negociações e nos acordamentos de normas mais democráticas de regulação das relações capital X trabalho?

4. Formação e Organização

- 4.1. Melhorou a democracia interna nas entidades sindicais, houve uma maior aproximação da direção com a base? Muitas iniciativas vieram de cima para baixo, sendo decididas por um grupo de pessoas restrito e levadas para a base só referendar? Houve tensões e debates políticos, principalmente porque setores da CUT e da Igreja tendiam a valorizar a democracia de base visando maior participação nas reuniões, assembléias e outros espaços de discussões e decisões? Em que sentido estas instâncias de participação se tornaram em reais espaços de exercício da democracia entendida como encontro de pessoas iguais no direito de se organizar e se expressar, de pensar, de propor, de optar, de acordar, divergir, decidir?
- 4.2. Aumentou o número de filiados?
- 4.3. Aumentou a participação nas reuniões, nas assembléias? Quanto? A maioria das pessoas falam, indagam, opinam, participam das discussões e da elaboração de propostas?
- 4.4. Houve o surgimento de novas lideranças? É possível exemplificar? Qualificar?
- 4.5. Houve a renovação de direções sindicais? É possível aumentar?
- 4.6. Avanços de direções e dirigentes considerados atrasados, acomodados, assistencialistas? Enumerar.
- 4.7. Houve o surgimento de delegacias sindicais e outras instâncias descentralizadoras como coordenações, comissões, secretarias, Pólos Sindicais./Exemplifique.
- 4.8. Foram integrados aos sindicatos setores antes excluídos ou sub-representados como os desempregados, os empregados temporários, as mulheres, os jovens, os menores, os aposentados?

- 4.9. Foram incluídas nas agendas dos sindicatos novas temáticas e problemas relacionados com a questão de gênero, desemprego, trabalho do menor, fome, analfabetismo, escola, saúde, moradia, luta pela terra e geração de trabalho e renda?
- 4.10. Houve maior articulação e formação de redes e parcerias com outras organizações populares e movimentos sociais, inclusive em nível local? Exemplifique.
- 4.11. No seu entender, o que dificultou, na realidade em que vivem os assalariados, o surgimento de mais liderança, já que se diz que isto ocorre mais com os pequenos produtores e assentados rurais, que dispõem de maior escolaridade, mais tempo e mais acesso à informação?
- 4.12. Por que e em que medida a luta dos assalariados não tem contribuído para despontar lideranças sindicais em nível estadual e nacional, visto que elas seriam expressão de todo um processo de formação e acúmulo de experiências, e produto de um investimento político e social de sua própria categoria organizada para que elas pudessem conquistar um espaço e um reconhecimento político e social no âmbito da sociedade e não só dentro da categoria?
- 4.13. Este capital político e social representado pela liderança no qual, certamente, houve a contribuição da formação e da ação concernentes à luta pelos direitos, é importante para os trabalhadores rurais, visto que foram secularmente excluídos da vida política municipal, estadual e nacional.
- 4.14. Movimentos como os dos assalariados da cana e da fruticultura podem ajudá-los a irromper na política e disputar o jogo do poder político monopolizado pelas elites dominantes? Isto tem ou não acontecido e por quê? Em que as campanhas salariais e as lutas têm contribuído para que lideranças sindicais dos trabalhadores disputem cargos executivos e legislativos e qual foi a resposta dos trabalhadores? Por quê?
- 4.15. Como tal processo de aprendizagem e de reconhecimento social e político está ajudando a enfrentar a dimensão da crise, das mudanças nas relações de trabalho, desemprego, fome, etc? Que alternativas são vislumbradas para essa situação?
- 4.16. Fale do aprendizado que as campanhas salariais lhe proporcionaram.
- 4.17. Que outras informações e comentários você deseja acrescentar?

ANEXO 11

CESE / FETARN / CEAHS PESQUISA SOBRE FORMAÇÃO E CAMPANHAS SALARIAIS DOS TRABALHADORES DA CANA E DA FRUTICULTURA IRRIGADA NO RIO GRANDE DO NORTE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – LIDERANÇAS DE BASE E ASSALARIADOS EM GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Onde nasceu: _____ Onde Mora: _____
Idade: _____ Escolaridade: _____ Com que idade começou a
trabalhar: _____ E como assalariado: _____ Que tarefas / habilidade realiza na
produção: _____ Outras habilidades profissionais: _____
Sindicato: _____ Município: _____
Nº de pessoas na família: _____ Dependentes: _____
Quantos trabalham e em que: _____
Outras fontes de renda
ou meios de vida: _____

2. Um pouco da história de vida do entrevistado. Os momentos mais importantes e também os mais difíceis que marcaram a sua vida.

3. Condições de vida e de trabalho: o trabalho que realiza e os sofrimentos a ele relacionados; jornada de trabalho; percepção da exploração; os salários pagos; os prejuízos ou roubos do patrão na medição das tarefas, formas de controle e vigilância do trabalhador pelos encarregados, feitores e vigias; acidentes e doenças contraídas no trabalho, revoltas, sentimentos de impotência e desânimo; formas de resistências e relacionamentos com outros colegas de trabalho. Percepções, na ótica do entrevistado, de outros colegas sobre a sua situação de trabalho e de vida. Informações sobre o seu lugar de moradia e sobre a sua família relacionados à reprodução social: moradia, saúde, alimentação, escola, etc.

4. Associado ao Sindicato? _____ Quando? _____ O que o motivou ou quem? Que pessoas o motivaram a participar do sindicato, das lutas, das campanhas salariais? Sempre participa do sindicato, das reuniões, das assembléias? De que outras atividades sindicais participa?

_____ Que importância tinha o sindicato antes e agora para o entrevistado?

_____ Tem procurado incentivar outras pessoas para participarem das reuniões e outras atividades do sindicato? Quem? Esposa? Filho? Parentes? Colegas de trabalho? Tem levado quanto e quais destas pessoas a se

filiarem aos sindicatos? O que dificulta os sindicalizados a participarem das atividades do sindicato? O que dificulta os trabalhadores não associados a se filiarem ao sindicato?

5. Quanto às Campanhas Salariais, à luta pelos direitos, que dificuldades você e seus companheiros tinham para aderir a essas lutas? Como essas dificuldades foram sendo superadas? Como e quem do Sindicato ou da equipe de apoiadores e assessores da luta encorajavam vocês a não desistir e vencer o medo, sentimentos de fraqueza e os desânimos diante da ação de intimidação e pressão dos feitores, dos encarregados e vigias, da própria polícia e até dos próprios vizinhos e colegas de trabalho? Como você e os outros companheiros, durante o trabalho nas plantações, passavam as informações sobre a luta, as reuniões, sobre o andamento da luta e conversavam sobre a necessidade de se mobilizar e acompanhar as orientações do Sindicato? Que dificuldades vocês tinham? Quem e quantas pessoas do sindicato estavam mais perto de vocês esclarecendo sobre os direitos, convencendo da necessidade da união e informando das reuniões, mobilizações, etc.? Afinal, como vocês viam antes o patronato e seus encarregados e como os vê hoje? Como você via a si mesmo e seus companheiros e como vê hoje? Como você via antes o Sindicato e como vê hoje? Você acha que aprendeu mais depois das lutas pelos direitos, que aprendeu a se valorizar, que tem mais consciência de seus direitos? Por quê? E os outros companheiros? Em quem você votou nas eleições passadas (cargos executivos e legislativos)? Por quê? Alguém lhe influenciou? Quem? Você acha que o sindicato deve orientar e indicar candidatos políticos aos seus associados? Sim, não, por quê? Qual partido ou candidato o senhor acha que está do lado do trabalhador?
6. Vamos tentar lembrar a memória que o senhor tem das lutas pelos direitos desde a primeira Campanha Salarial que participou (ano a ano), os momentos mais importantes e o que significou para o senhor e seus companheiros: o aprendizado individual e coletivo da luta, os momentos de preparação das campanhas (como foi, as dificuldades, a pressão e intimidações dos patrões, as reações e formas de resistência dos trabalhadores), momentos de botar o “bloco na rua”, as negociações, os resultados e a avaliação dos resultados ou conquistas. Formas de mobilização, de comunicação, de divulgação, de pressão por parte dos trabalhadores e dos STR's (greves, paradesiros, piquetes, passeatas e outras manifestações); momentos do cumprimento dos acordos.
7. Como se sabe, para realizar esclarecimentos e divulgação dos direitos, das necessidades e formas de lutar por eles, de organizar reuniões, assembléias, caminhadas, concentrações para pressionar a Justiça e outras coisas, precisa-se de infra-estrutura, ou seja, de transporte, alimentação etc. e de material de divulgação como cartazes, faixas, panfletos e outros materiais. Sem isto não se realizam cursos, encontros, assembléias e outros, campanhas de esclarecimentos à população e aos próprios trabalhadores sobre os direitos e a justiça de lutar por eles. Tudo isto ajuda ao trabalhador a ir se conscientizando de seus direitos, a não se sentir sozinho, a se ver como gente, a perceber a importância do sindicato; o que acha disto? Como passou a perceber tudo isto? De que formas de mobilização e tipos de ação (campanhas de esclarecimentos, comissões, assembléias, piquetes, paradesiros, greves, acompanhamentos do cumprimento dos acordos) e tipos de formação específica participou (cursos, encontros, reuniões). Qual deles achou mais importante e marcou a sua participação ou vida sindical como pessoa que tem direitos os quais merecem ser reconhecidos e respeitados?

8. Diz-se que o Sindicato deve funcionar como escola do trabalhador, o que acha disto? Acha que o seu Sindicato tem sido esta escola? Por que?
9. Formas de articulação sindical com as bases e com a sociedade civil local. Se trabalhadores devem participar das reuniões e outras atividades do sindicato, participar de suas lutas e decisões que dizem respeito a todos os trabalhadores que representa, ele também deve estar de diversas formas mais próximo de suas bases, nos locais de moradia e de trabalho através de representantes, de comissões, de delegacias sindicais e se articulando com outras organizações comunitárias e suas lutas, como associações e grupos organizados locais. Como o seu Sindicato tem atuado neste sentido? Você acha que com as Campanhas Salariais, o seu Sindicato tem feito isto?
10. Percepção das assessorias e grupos de apoio às Campanhas Salariais: que grupos e pessoas apoiaram os sindicatos e a luta pelos direitos (grupo de Igreja, FETARN, Paróquias, ou padres e freiras, etc.). Como foi este apoio e que importância teve para a luta?
11. Confirmando informações anteriores e avaliando os impactos e resultados. O que significou a luta pelos direitos? Resultados políticos:
- Organização:** maior participação nas reuniões e assembleias sindicais? _____ Quantos por centos? _____ Maior democracia: todos falam, dão opiniões, discutem, aprovam propostas, votam? As pessoas se sentem mais à vontade e perdem o medo de se expressarem, e o senhor? Acha que tem mais gente ajudando a diretoria do Sindicato? Que outras pessoas novas surgiram depois das Campanhas pelos direitos? A diretoria do Sindicato está mais atuante e mais voltada para o trabalhador? Visita os trabalhadores nos locais de trabalho e de moradia deles? Convoca sempre reuniões e assembleias para esclarecer, discutir e tomar decisões sobre questões que dizem respeito a todos, inclusive para fazer prestação de contas?
- Conscientização:** Acha que houve maior conhecimento dos direitos por sua parte e pelo conjunto dos trabalhadores? Um maior esclarecimento do papel, da força e da importância do trabalhador na produção? Maior compreensão de que as lutas pelos direitos é fundamental para a sobrevivência do trabalhador? De que os direitos dos trabalhadores contrariam os interesses do patrão? Que pobreza não é um destino e que pode ser superada? O patrão deixou de ser, para os trabalhadores, uma espécie de pessoa que num gesto de bondade e proteção lhe oferece, através de um emprego, a oportunidade para sobreviverem com suas famílias e, que por isso mesmo lhe fica devendo favor? Percebeu que o que interessa ao patrão e lucrar e, para isto, procura tirar proveito ao máximo do trabalhador? Você acha que em algum momento o patrão recuou, percebeu a força dos trabalhadores organizados? Você acha que os trabalhadores são hoje menos submissos e mais conscientes da importância da luta, da organização e do próprio Sindicato? Afinal, o trabalhador aprendeu que é um direito lutar pelos direitos e não um crime ou um ato subversivo como quiseram os patrões? Que a própria greve é um direito e uma forma de luta para fazer o patrão respeitar a lei?
13. Impactos sociais: Quando e em que momento e circunstâncias as campanhas pelos direitos melhorou as suas condições de vida e trabalho, apesar da ofensiva dos patrões e da tão falada crise do setor e do país? Carteira assinada, férias, décimo terceiro, aumento de salários, cumprimento e alterações na jornada de trabalho, menos roubo na medição de tarefas, fornecimento de ferramentas, assistência médica face a acidentes de trabalho, transporte mais adequado, entre outros.

14. Percepção da crise e das estratégias de defesa patronal. Houve um momento em que se tornou difícil a mobilização dos trabalhadores. As lutas na cana foram perdendo a sua força. Por que? (Lembrar: que os patrões procuraram se adaptar as novas circunstâncias no campo, descumprindo as cláusulas acordadas em dissídios e convenções coletivas, omissão da Justiça do Trabalho na fiscalização do cumprimento, contratação de trabalho temporário de trabalhadores fora da área e até de outros Estados para evitar a influência do Sindicato, maior participação do clandestino com relação aos fixados, introdução de novas técnicas de produção e de administração etc.

15. Perspectivas? Redução do número de trabalhadores? Desemprego... O que fazer? Quais as estratégias de sobrevivência usadas pelos trabalhadores? Que alternativas podem ser acionadas?

ÉPOCA DAS OPERAÇÕES AGRÍCOLAS PARA CANA-DE-ACÚCAR NORTE-NORDESTE

